

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ENTRE VAQUEIROS E FIDALGOS:
SOCIEDADE, POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO PIAUÍ (1820-1850)

MARCELO DE SOUSA NETO

RECIFE-PE
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ENTRE VAQUEIROS E FIDALGOS:
SOCIEDADE, POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO PIAUÍ (1820-1850)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em História, sob orientação do Prof^a. Dr^a. Tanya Maria Pires Brandão.

RECIFE-PE
2009

S725e

Sousa Neto, Marcelo de.

Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850) / Marcelo de Sousa Neto. – Recife, 2009.

355f.

Tese (doutorado), Universidade Federal do Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

“Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tanya Maria Pires Brandão”

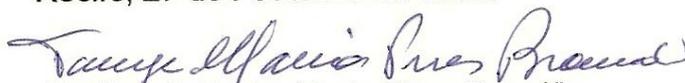
1. Brasil-História, século XIX. 2. Política-História, século XIX. 3. Educação, século XIX. 4. Religião, século XIX. II. Título.

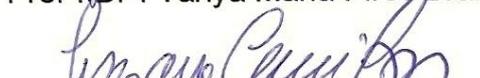
CDD: 981 22

ATA DA DEFESA DA TESE DO ALUNO MARCELO DE SOUSA NETO.

Às 14:00h do dia 27 (vinte e sete) de fevereiro de 2009 (dois mil e nove), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **Marcelo de Sousa Neto** intitulada **“Entre Vaqueiros e Fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Tanya Maria Pires Brandão (Orientadora), Suzana Cavani Rosas, Severino Vicente da Silva, Adriana Maria Paulo da Silva e Francisco Alcides do Nascimento. Assinam, também, a presente ata a Vice-Coordenadora, Prof^a. Dr^a. Regina Beatriz Guimarães Neto e a Secretária da Pós-Graduação em História, Sandra Regina de Albuquerque para os devidos efeitos legais.

Recife, 27 de Fevereiro de 2009.

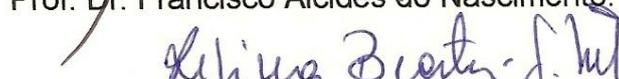

Prof^a. Dr^a. Tanya Maria Pires Brandão.


Prof^a. Dr^a. Suzana Cavani Rosas.


Prof. Dr. Severino Vicente da Silva.


Prof^a. Dr^a. Adriana Maria Paulo da Silva.


Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento.


Prof^a. Dr^a. Regina Beatriz Guimarães Neto.


Sandra Regina de Albuquerque.

**A DEUS, a MARIA e a
CLÁUDIA FONTINELLES,
companheiros na angústia e na esperança.**

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa somente foi possível graças a ajuda de muitos amigos que de algum modo deixaram suas marcas e encontram-se presentes no trabalho. A todos sou profundamente grato. Entretanto, saber agradecer por meio de palavras é habilidade de poucos, entre os quais não me julgo incluso, mas não posso deixar de expressar minha gratidão a uma pequena parte das inúmeras pessoas que acreditaram e compartilharam suas idéias e experiências com um aprendiz de historiador apaixonado por sua terra e sua gente.

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por suas inúmeras demonstrações de amor e de compaixão com este filho que tantas vezes a Ele recorreu e poucas vezes agradeceu.

Ao Cristo e à Mãe Maria, intercessores fiéis, aos quais incontáveis vezes depus minhas orações de esperança e que sei não se afastaram de mim em nenhum instante desta caminhada.

À Prof^a Dr^a. Tanya Maria Pires Brandão, pela competência, alegria e simplicidade que fazem parte de sua marca de trabalho e que aceitou o desafio de orientar um “vaqueirinho” apaixonado pela História. Sei que mais que uma orientadora, encontrei uma amiga, a quem agradeço pela orientação segura e paciente nessa dura jornada.

À professora Dr^a. Adriana Maria Paulo da Silva, que teve a paciência de ler algumas de minhas primeiras experiências de escrita do trabalho e me ofereceu, com muita delicadeza e competência, outras possibilidades de leitura e de escrita, às quais espero ter conseguido contemplar.

Ao professor Dr. Francisco Alcides Nascimento, exemplo de dedicação e competência, a quem agradeço por sua colaboração desde a gestação do projeto de pesquisa e que me alertou para problemas que enfrentaria, indicando-me caminhos de pesquisa que muito auxiliaram na tessitura do trabalho.

Ao professor Dr. Marc Jay Hoffnagel, o mais piauiense dos norte-americanos, figura generosa e amiga que ofereceu críticas e sugestões, bibliografia e mesmo palavras de confiança quando me encontrei perdido nas terras duartinas.

Ao professor Dr. Severino Vicente da Silva, que com seu sorriso e sua biblioteca sempre abertos, teve a paciência de ler e fazer sugestões desde as disciplinas com ele cursadas e que, como profundo conhecedor da História da Igreja, alertou-me para pontos de pesquisa importantes que ajudaram em uma construção mais rica.

À professora Dr^a. Suzana Cavani Rosas, pela prontidão e prestatividade em aceitar ler e participar de minha Banca Examinadora.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) por suas colaborações com leituras, sugestões e críticas. A todos vocês, meus parabéns pela aventura de fazer pesquisa no Brasil.

A todos os funcionários que fizeram e fazem parte do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, aos quais cumprimento na pessoa de minha amiga Carmem Lúcia de Carvalho dos Santos. Obrigado pelo apoio sempre presente.

À Universidade Estadual do Piauí, a quem agradeço à Reitora Valéria Madeira Martins Ribeiro e ao Vice-Reitor Carlos Alberto Pereira da Silva, aos quais parabênizo pela política implementada de incentivo a qualificação docente, política esta que dentro em pouco propiciará um salto qualitativo dos mais significativos no ensino e na pesquisa desenvolvidos pela UESPI.

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UESPI por todo apoio e acompanhamento que me foi ofertado.

A todos os funcionários da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a quem cumprimento na pessoa de Maria Dagmar Lustosa Nogueira, profissional competente e amiga de sorriso acolhedor.

Aos professores, funcionários, alunos e amigos da Universidade Estadual do Piauí, aos quais agradeço a todos simbolizados pelo professor Goethe Rommel Veras de Sandes (*in memoriam*), mestre e amigo que primeiro me incentivou a fazer doutorado, e de Zoraia Oliveira Lima Pimentel, exemplo de competência e amizade que sintetiza todo corpo administrativo do Campus Clóvis Moura.

Aos professores e amigos da Universidade Federal do Piauí, aos quais gostaria de agradecer de modo especial aos professores Antonio Fonseca Neto, Antonio José Gomes, Áurea da Paz Pinheiro, Edwar de Alencar Castelo Branco, Pedro Vilarinho Castelo Branco, Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz e Verônica Maria Pereira Ribeiro.

A família Sousa Rodrigues, agradeço a todos os seus membros nas pessoas de meu pai, José Rodrigues Neto, de minha mãe, Maria Salete de Sousa, de minha avó, Maria Barbosa de Neiva e Sousa (*in memoriam*) e de meu avô, Joaquim José Rodrigues, exemplos de vida e superação, nos quais sempre procurei balizar minhas condutas. Obrigado pela vida que me possibilitaram ter e pela alegria e coragem com a qual sempre encararam as dificuldades da vida.

Aos meus irmãos, Antonio Aguilar de Sousa e Dailane Esmeriana Rodrigues e a meu sobrinho, Enzo Mateus Rodrigues de Araújo, por sua presença nos momentos mais intranquilos.

À família Fontineles, que me acolheu em seu seio, a qual cumprimento a todos na pessoa de sua matriarca, Maria Neide da Silva Fontineles, exemplo de força e caráter de toda a família e de Pedro Pio Fontineles, amigo sempre disposto a me ajudar nos problemas mais diversos, sobretudo nos relativos às obras de engenharia.

Ao professor Pedro Pio Fontineles Filho, pela revisão gramatical e elaboração do *abstract* do trabalho. Agradeço ainda pelas conversas francas e trocas de idéias que de algum modo encontram-se neste trabalho.

A Isabel, Hilanna, Hilo e Karine Fontineles, companheiros de muitos risos e momentos felizes, tão necessários em uma caminhada tão cheia de espinhos.

A José Rafael Filho, José Nicolau de Sousa e Antonio Nicolau de Sousa Filho, amigos das cidades de Jaicós e Padre Marcos que muito me ajudaram em minhas passagens e pesquisas pelas cidades.

Ao professor Alcebíades Costa Filho, diretor do Arquivo Público do Estado do Piauí, por sua generosidade ao me permitir “morar” por algum tempo entre os documentos e corredores do Arquivo.

À Maria Glacilda Ferreira de Sousa, exímia pesquisadora e amiga que conquistei entre os muitos documentos do Arquivo Público do Estado do Piauí, por meio de quem cumprimento a todos os funcionários daquela casa.

À Professora Cláudia Cristina da Silva Fontineles, esposa querida, companheira de muitas venturas e desventuras. Presença amiga em todas as etapas do processo que resultou nesta tese. Obrigado pelo apoio e pela paciência em ter lido várias versões do trabalho. Obrigado por tudo de bom que você representa em minha vida. Com você aprendi a ser um pesquisador e uma pessoa melhor. A você toda a minha admiração, todo o meu agradecimento e todo o meu amor.

Aos muitos amigos conquistados ao longo desta caminhada, que nos ajudaram material e espiritualmente e acreditaram no desenvolvimento deste trabalho. A todos que acreditam na educação e que sonham com um mundo melhor, pois em muito estão presentes neste trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa encontra como objeto de suas análises a sociedade, a política e a educação no Piauí da primeira metade do século XIX, em um momento de profundas transformações na sociedade piauiense. Na construção da narrativa, tomou-se a trajetória de vida de Padre Marcos de Araújo Costa como fio condutor das análises, por meio da qual os discursos construídos e esquecidos a seu respeito ajudam a construir e amalgamar as imagens propostas, permitindo recompor nuances da organização e da relação entre família e Estado na sociedade piauiense. Neste estudo, entretanto, o indivíduo e a sociedade são pensados em interação, permitindo perceber uma sociedade em constante movimento, no qual se privilegiou a análise de três pontos de sustentação/organização desta, quais sejam, aspectos de sua vida política, religiosa e educacional, espaços de sociabilidades estes com os quais Padre Marcos relacionou-se de forma intensa, procurando pôr em destaque na narrativa tecida práticas que forjaram o cotidiano social do período. Para tanto, rompeu-se com uma memória construída a respeito de Padre Marcos de apenas “benemérito educador”, permitindo o diálogo com os múltiplos espaços em que atuou, sobretudo como religioso e como político, espaços estes somente possíveis por ter pertencido a uma rede de poder fundada a partir de relações familiares. Por meio desses espaços e relações, se pôde revisitar algumas das dimensões sociais piauienses do século XIX, suas tensões e contradições, pondo em perspectiva a estreita relação entre família e poder político, contribuindo, deste modo, para o debate historiográfico sobre o Império brasileiro.

Palavras-chave: História. Piauí. Biografia. Política. Igreja. Educação.

ABSTRACT

The present research finds as object of its analysis the society, the politics and the education in Piauí of the first half of the 19th century, in a moment of deep changes in piauiense society. In the construction of the narrative, it was used the life trajectory of Priest Marcos de Araújo Costa as conductor string of the analysis, throughout that the constructed and forgotten speeches about him help to construct and amalgamate the proposed images, permitting to recompose nuances of the organization and relation between family and State in the Piauiense society. In this study, however, the subject and the society are thought in interaction, permitting to notice a society in constant movement, in which it was privileged the analysis of three points of sustentation/organization of it, like these, aspects of his political, religious and educational life, spaces of sociabilities with which Priest Marcos had relations of intense way, aiming to point out in the composed narrative practices that forged the social daily of that period. This way, it was done a rupture with a constructed memory about Priest Marcos as only “meritorious teacher”, permitting the dialog with the multiple spaces in which he acted, especially as religious and politician, spaces that were only possible because they belonged to a net of power built apart family relationships. Apart these spaces and relationships it was possible to revisit some of the piauiense social dimensions of the 19th century, its tensions and contradictions, putting in perspective the tight relation between family and political power, contributing, this way, to the historiography debate about the Brazilian Empire.

Key-words: History. Piauí. Biography. Politics. Church. Education.

SUMÁRIO

	<i>Página</i>
Ata de Defesa	ii
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	vii
<i>Abstract</i>	viii
Índice de Ilustrações.....	xi
Índice de Tabelas.....	xi
Índice de Mapas	xi
INTRODUÇÃO	12
PARTE I – A SERVIÇO DE DEUS E DOS HOMENS	30
Capítulo 01: ENTRE O (RE)CRIADO E O ESQUECIDO.....	31
1.1 Uma Ruptura: <i>(re)criando histórias</i>	31
1.2 Mais do mesmo e do diferente.....	34
Capítulo 02: PADRE MARCOS E SEU SACERDÓCIO SAGRADO E PROFANO... 51	51
2.1 <i>DE MUITA REZA E POUCO PADRE</i> : o sagrado e o profano no Brasil.....	52
2.2 <i>DE REZA E DE POLÍTICA</i> : Padre Marcos e seu sacerdócio.....	62
PARTE II – ENTRE O GADO E AS LETRAS: a instrução escolar no Piauí	115
Capítulo 03: A INSTRUÇÃO PÚBLICA: os primeiros e trôpegos passos.....	116
3.1 Entre o gado e as letras.....	117
3.2 Os trôpegos passos.....	122
Capítulo 04: “MÃO DE FERRO EM LUVA DE PELICA”: Padre Marcos e sua escola.....	179

PARTE III – NOS BASTIDORES DO PODER: Política e Família no Piauí do Século XIX.....	228
Capítulo 05: ASSUNTO DE ESTADO, ASSUNTO DE FAMÍLIA: Poder Político e Relações Familiares no Piauí do Século XIX.....	229
5.1 Entre Parentes: redes familiares, Estado e patrimônio no Piauí do século XIX...	241
Capítulo 06: TEMPO DE SEMEAR; TEMPO DE COLHER.....	263
6.1 TEMPO DE SEMEAR: O Piauí e a unidade nacional.....	263
6.2 TEMPO DE COLHER: Padre Marcos e a política imperial.....	312
Considerações Finais:	
PELO DIREITO À (RE)ESCRITA DA HISTÓRIA.....	337
Referências e Fontes.....	341

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

	<i>Página</i>
FOTO 1 – Igreja de Santo Antonio. Local onde existiu a antiga capela erguida por Padre Marcos, em 1820. Padre Marcos (PI), 2008.	89
FOTO 2 – Igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês. Jaicós (PI), 2008.	91
FOTO 3 – Ruínas da casa de Padre Marcos na fazenda de Boa Esperança. Padre Marcos (PI), s/d.	199
FOTO 4 – Local onde existiu a casa de Padre Marcos na fazenda de Boa Esperança. Padre Marcos (PI), 2008.	202
FOTO 5 – Vestígios da extremidade esquerda da antiga barragem da Fazenda de Boa Esperança. Padre Marcos (PI), 2008.	204
FOTO 6 – Altar-mor da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês, sob o qual Padre Marcos foi sepultado. Jaicós (PI), 2008.	336

ÍNDICE DE TABELAS

	<i>Página</i>
TABELA 01 – Lista de alguns ex-alunos da escola de Boa Esperança.	195

ÍNDICE DE MAPAS

	<i>Página</i>
MAPA 01 – Carta Geográfica da Capitania do Piauí e partes das adjacências - 1761	46

INTRODUÇÃO

“Se queres ser universal, fala de tua aldeia”

Leon Tolstoy

O presente estudo encontra como fio condutor de suas análises a figura de Marcos de Araújo Costa: padre, fazendeiro, professor, político, idealizador e proprietário de uma escola apontada pela historiografia como a primeira a funcionar efetivamente no Piauí. Por meio dos espaços de sociabilidades que percorreu – o mundo das letras e do ensino, do religioso e do político – procurou-se analisar a sociedade, a política e a educação no Piauí da primeira metade do século XIX, momento de profundas tensões e contradições na história do Brasil.

Por esse viés, como destaca Norbert Elias¹, entende-se que não existe um abismo intransponível entre o indivíduo e a sociedade. Nesse sentido, a escolha e o estudo biográfico de um sujeito servem ao propósito de “compreender uma vida não como uma série única, mas inserida num contexto social, levando em consideração as relações objetivas entre os diversos elementos sociais, grupos, associações”².

¹ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

² PINHEIRO, Áurea da Paz. **Notas sobre história, memória e biografia**. Teresina: Universidade Federal do Piauí. Departamento de Geografia e História, 2002, p. 17. (Publicações Avulsas, n.1, set.). Cf. PINHEIRO, Áurea da Paz. **O desmoronar das utopias: Abdias Naves (1876-1926): anticlericalismo e política no Piauí nas três primeiras décadas do século XX**. Campinas, S.P. [s.n.], 2003 (Tese de Doutorado), deve ser lembrado que a biografia não abandonou a produção historiográfica, apenas manifestou-se de diferentes formas, seja de forma panegírica, na Antiguidade; seja como hagiografia, na Idade Média; seja como romance, autobiografia ou biografia dos líderes políticos e militares, ignorando o meio em que se inseriam durante o período contemporâneo. Por isso, no século XX, os *Annales* eclipsaram a biografia por considerá-la uma produção de sujeitos particulares e isolados da sociedade que os circundava.

Assim, inspirada em Padre Marcos e em seu tempo, a investigação aqui apresentada constitui-se em uma biografia histórica como vem sendo proposta por historiadores e sociólogos, pensando o sujeito não como um ser isolado, mas como um indivíduo que desempenha um papel de inter-relações com outros sujeitos, buscando interpretá-lo envolvido com o meio social em que viveu.

Nas últimas décadas, o estudo biográfico tem sofrido uma renovação, o que não pode ser confundido com o retorno da biografia, pois os trabalhos biográficos factuais e lineares não desapareceram das produções historiográficas. Falar em retorno seria reconhecer seu desaparecimento em certo momento, o que não ocorreu. No entanto, a partir dos anos oitenta do século XX, com as discussões ligadas às histórias de vida, a biografia voltou a ocupar os interesses de pesquisadores de uma forma mais sistematizada e enfática, quando se intensificaram os ensaios sobre os problemas teórico-metodológicos que envolviam o gênero biográfico, entendendo-o como um instrumento da pesquisa histórica³.

Dessa maneira, entende-se que o estudo da sociedade, política e educação piauienses da primeira metade do século XIX, pode ser realizado por meio de uma “redução de escalas”, na qual se relacione o individual ao social, por meio da interdependência constituída entre eles.

Como lembra Jacques Revel⁴, os estudos de grupos restritos, e mesmo do indivíduo, permitem análises mais complexas possibilitadas pela inserção do grupo ou do indivíduo em um número maior de contextos diferentes. Nesse modo, entende-se que por meio do estudo de uma trajetória individual, torna-se possível a análise do conjunto maior da sociedade, pois, longe de somente refletir o social, o indivíduo coloca-se como elemento catalisador, dele apropriando-se, filtrando-o e o reproduzindo, no qual “cada indivíduo representa a

³ BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da Memória e da Biografia: Gabrielle Brunesieler, uma vida (1874-1940). In: BESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (Res)Sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicampi, 2001.

⁴ REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

reapropriação singular do universo social e histórico que o circunda. E é por isso que se pode conhecer o social partindo da especificidade irreduzível de cada indivíduo”⁵.

Deve-se lembrar, no entanto, que esse retorno do sujeito à narrativa histórica não se confunde com a história monumento. O uso do sujeito como fio condutor de análises, representa ferramenta que pode, por meio do cruzamento das fontes entre as trajetórias individuais e suas relações, reconstituir, por meio da narrativa, frações dos horizontes de uma dada sociedade⁶.

A escolha do individual não é tomada aqui como contraditória à do social, pois, como alerta Revel, esta escolha “deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a medida das relações nas quais ele se inscreve”⁷. Essa multiplicidade possibilita entender as várias faces que se manifestavam em dada sociedade e as interações existentes em seu seio.

Ao instante que se reconhece que “a biografia histórica é uma das maneiras mais difíceis de fazer história”⁸, lembra-se que esta é também um “observatório privilegiado” para o ofício do historiador por visar estudar o particular e o geral em constante interação entre si.

Mas, referente a Padre Marcos, teve-se a preocupação de se afastar das “ilusões biográficas” e de suas descrições lineares e sem contradições⁹, reconhecendo o caráter

⁵ PEREIRA, Lígia Maria Leite. Reflexões sobre história de vida, biografia e autobiografias. In: **História Oral: Revista Brasileira de História Oral**, n. 3 – São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, jun de 2000, p. 121.

⁶ Algumas obras foram fundamentais para as reflexões e problematizações quanto ao gênero biográfico que inspiram esta pesquisa. Dentre essas, destacam-se: LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998; LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998; ELIAS, op. cit., 1994a; ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999; LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro: Record, 2001; LE GOFF, Jacques. **São Luís**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002; BORGES, op. cit.; PINHEIRO, Áurea. op. cit., 2003.

⁷ REVEL, op. cit., p.21.

⁸ LE GOFF, op. cit., 2002, p. 20.

⁹ BOURDIEU, op. cit.

provisório da escrita e de que nenhum enredo é capaz de dar conta e fazer aparecer em toda a sua multiplicidade a vida de qualquer indivíduo. A trajetória que constitui a vida de qualquer sujeito compõe-se de experiências múltiplas, fragmentárias e descontínuas, que estarão sempre em excesso em relação à narrativa a seu respeito. O sopro da incompletude ronda o ofício do historiador e desafia sua narrativa permanentemente.

Ao privilegiar esse sujeito, utilizou-se dele como fio condutor de uma construção que tem por fim analisar a sociedade piauiense da primeira metade do século XIX. Isso por entender que essa trajetória individual, tomada em recortes específicos, permite que se possa perceber, de mais próximo, as escolhas e caminhos tomados pelas elites locais e pela população empobrecida no Piauí que, por exemplo, os levaram a romper com a Coroa portuguesa e apoiar a Independência e seus desdobramentos sem, contudo, romper com a estrutura de poder familiar estabelecida.

As análises extrapolaram a uma cronologia ordenada, procurando uma melhor aproximação do sujeito e de seu meio social, visto que o próprio homem experimenta seu meio de maneira difusa e múltipla. Tratou-se, então, de refletir acerca de suas ações e a multiplicidade de relações sociais em que se envolveu. Para tanto, fez-se necessário analisar o lugar social que ocupou, privilegiando as lutas empreendidas e as contradições próprias no Piauí no período de instalação e consolidação do Império brasileiro.

Nesse sentido, como defende Certeau¹⁰, estudar os lugares sociais ocupados pelos indivíduos é perceber as nuances, restrições e contradições da própria sociedade. Com esse intento, a Biografia-Contexto¹¹ apresentou-se como instrumental possível à interpretação de um fragmento do passado cujo estudo é ainda tão cheio de lacunas. Isso porque o perfil biográfico de Padre Marcos, mediante o cotejar das fontes, permitiu a análise da sociedade

¹⁰ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ephrain F. Alves. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

¹¹ LEVI, op. cit., 1998.

piauiense da primeira metade do século XIX, bem como as relações construídas entre os espaços públicos e privados.

Cabe destacar que, ao instante que se aproximou as objetivas do individual, reduzindo a escala de estudo ao nome próprio, a presente pesquisa muito se aproximou da micro-história. O projeto micro-histórico apresentou nas décadas de 70 e 80 do século XX, suas primeiras produções. Naquele momento, seu caráter empírico explicitava a inexistência de um mapa teórico em seu seio, sendo que essa “não constituiu um corpo de proposições unificadas, nem uma escola, muito menos ainda uma disciplina autônoma”¹².

Essa mudança de escala na análise historiográfica teve efeitos na produção histórica também no que tange à forma e à trama do que é estudado. Como salienta Revel¹³, o recurso da microanálise deve distanciar-se da concepção de que a história social insere-se somente no espaço “macro”. Nesse sentido, devem-se rever os instrumentos e procedimentos da análise sócio-histórica, criticando as análises que excluem os comportamentos, as experiências sociais, a constituição de identidades de grupos e a integração de dados variados.

A relação entre o estudo biográfico e a microanálise deve favorecer, por exemplo, análises que propõem

fazer do ‘nome’ – do nome próprio, ou seja, da marca mais individual, menos sujeita à repetição que existe – a baliza que permitiria construir uma modalidade nova de uma história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos¹⁴.

Nesse sentido, de acordo com Revel, a micro-história visa “fazer aparecerem, por trás da tendência geral mais visível, as estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores em função de sua posição e de seus recursos respectivos, individuais, familiares, de grupo, etc.”¹⁵.

Ao abordar vida e obra de Padre Marcos, deixou-se de lado a busca da essência de sua

¹² REVEL, op. cit., p.16.

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid., p.21.

¹⁵ Ibid., p.22.

personalidade, tarefa que já nasceria fadada à incompletude. Entretanto, buscou-se a análise dos diferentes espaços sociais que ele percorreu, bem como refletir acerca da configuração histórica de sua época e os vários espaços sócio-políticos ocupados por ele em um período de intensas movimentações.

Por sua marcante atuação na vida sócio-política piauiense, Padre Marcos assume significativa importância para se entender o período em estudo. No entanto, fez-se necessário romper com a memória construída a seu respeito de apenas “benemérito educador”. Imagem construída com base em seu trabalho na escola de Boa Esperança, por meio do qual a historiografia piauiense, por sua linguagem, restringiu sua atuação apenas ao cenário educacional. Memória essa que se guardou até então sobre ele e que minimiza sua atuação política¹⁶.

Nesse sentido, privilegiou-se também, no presente estudo, a discussão acerca da relação do Padre “educador” com o “clérigo” e com o “político”, ressaltando seu papel como articulador das redes de poder no Centro-Sul piauiense, na primeira metade do século XIX.

Reconhece-se, assim, a ativa participação de Padre Marcos na vida política de sua época. Sua atuação teve por base a condição de pertencer a uma rede de poder fundada a partir de relações familiares. Destacou-se, sobretudo, em momentos de intensos embates no cenário local, entre os quais se ressalta sua influência na adesão da Capital, Oeiras, à Independência do Brasil.

Ocupou ainda diversos cargos e funções no quadro administrativo provincial, fruto das relações que manteve e do prestígio que conquistou como educador, intelectual, religioso e político, membro de uma extensa rede familiar de elite que governava o Piauí. Dessa maneira,

¹⁶ Cf. BROCKMAN, Jonh. **Reinventando o universo**. São Paulo: Cia da Letras, 1988; o mundo que se conhece encontra limites na linguagem que se utiliza para descrevê-lo, fazendo com que os indivíduos moldem-se a realidade inventada. A memória que se guardou de Padre Marcos moldou-se, assim, à linguagem usada por seus biógrafos e cronistas que minimizou sua atuação política ao ressaltar seu trabalho como educador.

o estudo sobre a sociedade e a política piauienses da primeira metade do século XIX representou, também, estar atento ao estudo sobre a família¹⁷ no período.

Nesta pesquisa, o estudo sobre família ganhou relevância à medida que se observou a estreita relação entre família e poder em uma região na qual os grupos familiares ampliaram seus espaços de atuação, sobretudo nos campos político e econômico. Integrar uma família de poder e prestígio local significava também transitar por espaços de comando ou dos quais se poderiam obter maiores oportunidades de multiplicar tal prestígio.

Padre Marcos, como herdeiro político da elite dirigente do Centro-Sul piauiense, passou a ganhar destaque em diferentes esferas da vida social da época. Conseguiu isso a partir de redes familiares¹⁸ que alicerçavam sua força política em ações pautadas “no parentesco, na solidariedade mútua e no manejo com o poder”¹⁹.

A relação entre família e poder foi uma constante no processo de formação da sociedade piauiense, na qual a constituição dos grupos dirigentes se deu pela utilização de mecanismos que propiciaram a seus membros legitimarem e ampliarem seu prestígio e poder por meio da aquisição da propriedade rural e da ocupação de cargos e de funções no aparelho burocrático

¹⁷ O conceito de família adotado, diferente do conceito de família nuclear burguesa, aproxima-se do conceito de família colonial, que engloba relações de parentesco, por meio de laços consanguíneos, como também de coabitação e laços rituais, a exemplo do compadrio. Ver. GOMES, Alberon de Lemos. **A Matrona & o Padre: Discursos, Práticas e Vivências das relações entre Catolicismo, Gênero e Família na Capitania de Pernambuco.** Universidade Federal de Pernambuco: Dissertação de mestrado em história, 2003.

¹⁸ No presente estudo, família é entendida como uma unidade institucional, social e econômica, baseada em laços de sangue, matrimoniais e de compadrio. Redes familiares são entendidas como associações ou grupos de base familiar que formam sociedades organizadas, a princípio, em função de alianças de parentesco, com vistas à obtenção e manutenção do poder político e econômico. Seus membros, além do vínculo matrimonial e consanguíneo, estão vinculados uns aos outros por laços de solidariedade, fidelidade e a dependência material, moral e política, que caracterizaram o relacionamento dos membros destas redes. Sobre a temática ver: MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente opulenta e de boa linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2005; GRAHAN, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997; LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar.** Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993; e BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder.** Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

¹⁹ BRANDÃO, T. op. cit., 1995, p. 275.

do Estado. Esses mecanismos foram responsáveis pela conquista e manutenção da primazia política durante a formação da sociedade colonial piauiense²⁰.

Nesse sentido, Padre Marcos, além de sua atuação como ideólogo político e homem de grande prestígio na administração provincial – condição possível graças à força de suas redes de parentesco – construiu sua trajetória inscrevendo-se como sujeito de grande importância na formação dos indivíduos que se engajaram na administração pública provincial, por meio da escola que custeava e dirigia, a escola de Boa Esperança.

Na construção da narrativa a seu respeito, procurou-se deslocar-se da dicotomia “força/fraqueza, autoridade/resistência, centro/periferia” para “os fenômenos de circulação, de negociação, de apropriação em todos os níveis”²¹, próximo ao que realizaram Lucian Febvre²², em estudo acerca de François Rabelais, escritor do século XVI, e Giovanni Levi²³ em estudo sobre o padre Giulio Cesare Chiesa, na comunidade rural de Santena no século XVII, discutindo grandes movimentos a partir desses sujeitos, tomados como ferramenta para o estudo da época em que viveram. Nesta pesquisa, assim, Padre Marcos é tomado não apenas como objeto, mas como pretexto para o estudo do ambiente sócio-político do Império brasileiro no Piauí da primeira metade do século XIX.

A aproximação com esse personagem permitiu conhecer muitas das redes sociais nas quais se inseriu, menos por representar um lugar social único que por expressar a multiplicidade das experiências e das representações sociais experimentadas, muitas vezes contraditórias, nas quais os atores sociais constroem suas ações e noções sobre o mundo, percebendo-os na pluralidade de contextos, cujas características são desvendadas à medida que a pesquisa avança.

²⁰ Ibid., p. 312.

²¹ REVEL, op. cit., p. 29-30.

²² FEBVRE, Lucian. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. Tradução Maria Lúcia Machado; tradução dos trechos em latim José Eduardo dos Santos Lohner – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

²³ LEVI, op. cit., 2000.

Apropriou-se ainda, neste estudo, do alerta feito por Carlo Ginzburg, que entende que a construção da narrativa histórica “depende de relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si”, devendo-se “ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irredutível a elas”²⁴.

Padre Marcos não é tomado como maior ou melhor que outros homens e mulheres de seu tempo, mas como alguém que viveu intensamente o mundo ao seu redor e que soube aproveitar as oportunidades e conveniências que lhe apresentaram. Sua trajetória de vida em muitos pontos toca e se mistura à história política do Império, evidenciando como ele criou a si e a seu recorte histórico, ao mesmo tempo em que foi criado por ele, influenciando e sendo influenciado nessa construção, por meio de escolhas, medos, interesses e acasos. É importante ainda salientar que ele integra o cerne dessas discussões em razão de ter construído e deixado vestígios históricos que sobreviveram às tiranias dos homens e do tempo ecoando e instigando o presente a voltar seu interesse para ele.

Nesse trajeto, a pesquisa iniciou-se com um estudo bibliográfico acerca da temática instrução pública no século XIX, ampliado para outros aspectos relativos à economia, política e sociedade, como forma de mapear os espaços em que viveu o sujeito desta pesquisa.

Apesar do tema educação aparecer de forma periférica na maioria das obras consultadas, é significativo o número de trabalhos que apontam a importância de Padre Marcos para a história e para a instrução piauienses, destacando sua atuação e sua influência no desenvolvimento da sociedade piauiense do século XIX²⁵.

²⁴ GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica e prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 43.

²⁵ Destacam-se entre essas: LOPES SOBRINHO, Fernando. **Pe. Marcos de Araújo Costa**: um missionário do bem. Teresina: Centro de Estudos Piauienses, 1955; LOPES SOBRINHO, Fernando. **Padre Marcos de Araújo**

Por meio dessas leituras, observou-se que a atuação desse sujeito se estendia para além de suas práticas pedagógicas e catequéticas, sendo que a escola de Boa Esperança – objeto inicial de pesquisa – existia em razão do Padre e que seu estudo não poderia ser dissociado dele. Mais que isso, percebeu-se que sua influência extrapolava em muito as fronteiras da fazenda e da própria Província.

Sua atuação se deu de forma marcante não somente no que diz respeito ao ensino em Boa Esperança, mas como figura de relevo na condução dos caminhos e na manutenção da ordem Imperial na Província²⁶, sobretudo como homem de articulação política. Suas ações marcaram boa parte da vida social e política do período, por meio tanto de sua atuação política, sacerdotal e educacional, quanto pela ação dos ex-alunos, egressos de sua escola, que assumiram cargos junto à administração pública, a exemplo de Marcos Antonio de Macedo, que presidiu a Província nos anos de 1847 e 1848²⁷.

O próprio Padre assumiu cargos de destaque na política piauiense. Foi vice-presidente e indicado Presidente da Província²⁸, presidente e vice-presidente do Conselho Geral da

Costa. Teresina: **Revista do Instituto Histórico Geográfico Piauiense**. (3) Ano 54 – Novembro, 1972; e LOPES SOBRINHO, Fernando. **Enquanto as trevas não chegam...**. Teresina: COMEPI, 1980; TITO FILHO, José de A. **Esmaragdo de Freitas, homens e episódios**. Teresina: COMEPI, 1973; SOARES FILHO, Antonio Reinaldo. Padre Marcos de Araújo Costa. Teresina: **Cadernos de Teresina**. Ano VIII, n. 16, Abril, 1994; CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. **Apontamentos biográficos de alguns piauienses e outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância**. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1879; CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Obra completa**. Prefácio de Teresinha Queiroz - Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1998; FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1996, e FERRO, Maria do Amparo Borges. Marcos de Araújo Costa. In: FAVERO, M. de L de A. e BRITO, J. de M. (Orgs.). **Dicionário de educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-INEP, 1999; NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, vol. I e IV, 1975; CASTELO BRANCO, Homero. **O padre Marcos: o educador, o ministro de Deus, o político, o cidadão civil**. Padre Marcos; Gráfica e Editora do Povo, 1998; BRITO, Anísio. **A instrução pública no Piauí**. Teresina: Sociedade auxiliadora da instrução-papelaria piauiense, 1922; BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História do poder legislativo na província do Piauí**. Teresina: Grafiset, 1997; NEVES, Abdias. **O Piauí na confederação do Equador**. Teresina: Ed. EDUFPI, 1997.

²⁶ PIAUÍ. APEPI. **Resposta ao ofício do Juiz Municipal da Vila de Jaicós**, Raimundo José de Carvalho e Sousa, sobre o falecimento de Padre Marcos de Araújo Costa, dada pelo Presidente da Província, José Antonio Saraiva. Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 92, 16 de dezembro de 1850.

²⁷ Marcos Antonio de Macedo, bacharel em Direito pela faculdade de Olinda, foi ainda deputado por várias legislaturas à Assembléia provincial e deputado à Assembléia Geral. Padre Marcos o considerava como um filho.

²⁸ Não chegou a assumir o cargo de Presidente da Província. Em 1829, na condição de vice-presidente e por afastamento do titular, o Barão da Parnaíba, Padre Marcos deveria assumir a função de Presidente, mas, declinou do cargo em favor de seu irmão o tenente-coronel Inácio Francisco de Araújo Costa.

Província, vice-presidente do Conselho de Governo da Província, deputado Provincial e Geral, vereador e presidente da Câmara de Jaicós. Possuía ainda grande prestígio e influência na administração do Presidente Manuel de Sousa Martins, seu primo em primeiro grau, que governou o Piauí por cerca de 20 anos, influência que manteve em outras administrações.

Para interpretar os elementos que circunscreveram as ações desse clérigo, como já frisado, recorreu-se à microanálise, posto que este viveu e atuou em um período social no qual o Piauí enfrentou uma série de tensões e rearranjos político-sociais que repercutiram em sua história, permitindo perceber, via este ator social, muitos dos elementos que se desmembraram no período.

O estudo sobre ele revela muito do tecido social da época que não é tomado aqui como um contexto unificado, homogêneo, dentro do qual e em razão do qual os atores determinam suas escolhas²⁹, mas, inscreve-se em problemáticas históricas múltiplas, nas quais não há separação, nem oposição entre história local e global, posto que o recorte pesquisado também envolve as mudanças e permanências do cenário político brasileiro.

Procurou-se, então, recuperar na narrativa o macro através “de uma poeira de acontecimentos minúsculos”³⁰, procurando mostrar como muitas vezes as margens expressam mais que o centro e como as singularidades relacionam-se e expressam a regularidade. Poeira que ajuda a revelar muito do cenário que a gerou e a inserir-se na história de um período.

Para seu estudo, fez-se necessário selecionar os objetos dispostos e transformá-los em fontes, estabelecendo o que seriam esses documentos, pelo fato de selecionar, transcrever ou fotografar esses objetos, combinando os grupos e os lugares e as práticas que os instituíram, recompondo muitas de suas reminiscências, pois, como defende Michael de Certeau, “o estabelecimento das fontes solicita, também hoje, um gesto fundador, representado, como

²⁹ REVEL, op. cit.

³⁰ Ibid., p. 31.

ontem pela combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas”³¹, transformando uma coisa em outra coisa, por meio da construção de modelos, através de questões, que visam “fixar limites da significabilidade deste modelo”³². A pesquisa desenvolveu-se, então, nesta fronteira mutável entre o dado e o criado, mediatizado pela técnica, transportando uma cultura para outra, relacionando “o presente com o passado – não sendo este um ‘dado’, mas um ‘produto’”³³.

Como esse produto advém da ação do historiador, a crítica às fontes fez-se necessária, utilizadas como ferramentas e não como resultados, aqui, não implicando em seu abandono, pois, estas “não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes”³⁴.

Nessa perspectiva, utilizou-se de fontes bibliográficas e documentais, elaborando as análises a partir de sua associação. As fontes bibliográficas utilizadas não compreenderam somente obras referentes a Padre Marcos, mas também obras sobre a sociedade da época, como forma de compreender o meio em que se inseriu o sujeito e sua atuação sem, contudo, perder de vista os marcos cronológicos delimitados pelo recorte temporal.

O tempo, referencial angular do historiador, é organizado pelo lugar dos interlocutores, sendo a cronologia o lugar da produção que autoriza o texto, por meio de recortes em períodos que vão do presente ao passado, no qual o “começo” é o limite da construção do objeto³⁵. Assim, definiu-se como recorte temporal desta pesquisa um período de trinta anos: de 1820, com a criação da escola de Boa Esperança – período em que a atuação política do Padre se torna mais evidente – ao ano de 1850, ano do falecimento desse sacerdote.

³¹ CERTEAU, op. cit., 1994, p. 82.

³² Ibid., p. 84.

³³ Ibid., p. 80.

³⁴ GINZBURG, op. cit., p. 44.

³⁵ CERTEAU, op. cit., 1994.

No íterim desse recorte temporal, a sociedade piauiense enfrentou várias tensões políticas e sociais, destacando-se as lutas pela Independência, a participação na Confederação do Equador e na Balaiada, além das disputas políticas no cenário interno. Eventos esses nos quais a atuação de Padre Marcos foi uma constante, mas, pouco destacada pela historiografia. Esses temas, portanto, também integram o interesse deste estudo.

Mesmo diante das dificuldades do estudo de um período tão amplo, fez-se necessário como forma de melhor analisar a sociedade da época, suas regularidades e desvios, concebendo os fatos históricos não como emergência da realidade, mas como diferença e desvio em relação aos modelos históricos anteriormente construídos.

Procurou-se, então, a aproximação com Certeau, que considera que “o conhecimento histórico é julgado mais por sua capacidade de medir exatamente os desvios”, visando encontrar “não um sentido, mas as exceções que a aplicação de modelos econômicos, demográficos ou sociológicos faz aparecer em diversas regiões da documentação”³⁶, estabelecendo as relações entre as regularidades e as particularidades.

A revisão de literatura representou etapa de fundamental importância, sobretudo ao ser lembrado que, por meio dela, encontraram-se importantes elementos de análise. As temáticas ligadas à política no Piauí provincial chamaram por muito tempo a atenção de historiadores não-acadêmicos, resultando em obras de grande importância para a historiografia, sobretudo pela riqueza de documentos oficiais utilizados e aqui revistos por meio de novas abordagens e métodos, o que permitiu novas interpretações dos eventos e fontes que utilizaram.

Nesse repensar, esteve-se atento para o fato de que a pesquisa historiográfica incorre em fazer escolhas. No entanto, as escolhas do pesquisador não se podem dar de forma aleatória e sem método, pois, como lembra Febvre,

³⁶ Ibid., p. 91.

o essencial do seu trabalho consiste em criar, por assim dizer, os objectos da sua observação, com o auxílio de técnicas muitas vezes bastante complicadas. E, uma vez adquiridos, esses objectos, ‘ler’ os cortes e as suas preparações. Tarefa singularmente árdua; porque descrever o que se vê, ainda vá, o difícil é ver o que é preciso descrever³⁷.

Dessa forma, procurou-se “ver” novas paisagens sobre telas há muito pintadas pela historiografia, privilegiando a atuação política e social de Padre Marcos.

De maneira pontual, indica-se aqui parte da bibliografia utilizada e que se manteve um diálogo com novas fontes ao longo da pesquisa. Nesse percurso, fez-se oportuno o contraponto de pesquisas anteriores com a documentação agora disponível do Arquivo Histórico Ultramarino, possibilitado o acesso pelo Projeto Resgate³⁸, que disponibiliza documentos que muitos historiadores não tiveram acesso anteriormente.

Entre as obras consultadas, podem ser destacadas as não-acadêmicas relativas às questões da sociedade, política e ensino no Piauí, entre elas os escritos de Odilon Nunes, Joaquim Chaves, Abdias Neves, Pereira da Costa, Miguel Castelo Branco e José de Alencastre³⁹, textos de fundamental importância no levantamento preliminar das questões e utilizados no diálogo com pesquisas de cunho acadêmico, a exemplo dos escritos de Alcebiades Costa Filho, Claudete Dias, Miridan Falci, Tanya Brandão, Wilson Brandão, Ana Rêgo, Teresinha Queiroz, Amparo Ferro e Itamar Brito⁴⁰; reconhecendo que “o ato da palavra

³⁷ FEBVRE, Lucian. **Combates pela história**. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 1985, p. 24.

³⁸ O *Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco* (Projeto Resgate) foi criado institucionalmente, em 1995, por meio de protocolo assinado entre as autoridades portuguesas e brasileiras no âmbito da Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO). Tem como objetivo principal disponibilizar documentos históricos relativos à História do Brasil existentes em arquivos de outros países, sobretudo Portugal e demais países europeus com os quais tivemos uma história colonial imbricada.

³⁹ NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, vol. I, II, III e IV, 1975; CHAVES, op. cit., 1998; NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974; NEVES, op. cit., 1997; COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, vol. I e II, 1974; CASTELO BRANCO, M. op. cit., e ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: SEDUC, 2005.

⁴⁰ COSTA FILHO, Alcebiades. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 2006; DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaio e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja**. Teresina: Fundação Mons. Chaves, 1996; FALCI, Miridan Brito Knox. **Escravos do sertão**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1995; BRANDÃO, T. op. cit., 1995; BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do

não pode separar-se da circunstância”⁴¹ que influencia decisivamente no fazer historiográfico de cada pesquisador, seja à luz do embasamento acadêmico ou não.

Além das fontes bibliográficas, realizou-se um levantamento e análise documental. Essas compostas pelos registros oficiais da administração pública, impressos e manuscritos, produzidos nos séculos XVIII e XIX pelos poderes Executivo e Legislativo, às quais, em sua maioria, pertencem aos acervos do Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI), do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN), o que não descartou a pesquisa em outros acervos públicos que pudessem oferecer material relacionado à pesquisa.

No entanto, no tratamento dado, não se perdeu de vista a noção de que a fonte não se constitui, para a história, matéria inerte por meio da qual se tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, mas, representa ferramenta de trabalho, de corte e de torção, que procura no próprio tecido documental definir unidades e relações.

Deve-se lembrar ainda que não se apresenta aqui uma história acabada ou pronta, mas um desvio que se põe à crítica, trazendo novas questões ao debate e reconhecendo que isso significa situar-se “no terreno da pesquisa científica (que define a ordem atual do saber), com suas máquinas e graças a seus resíduos, pode-se desviar o tempo devido à instituição; fabricar os objetos textuais que significam uma arte e solidariedades”⁴², estabelecendo um diálogo constante entre novas concepções e o apreendido com as fontes consultadas.

Piauí, 1999; BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da independência no Piauí**. Teresina: COMEPI, 1972; RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense: atuação política no século XIX**. – Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994; FERRO, op. cit., 1996, e BRITO, Itamar Sousa. **História da educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

⁴¹ CERTEAU, op. cit., 1994, p. 82.

⁴² Ibid., p. 90.

Os questionamentos levantados justificaram-se, sobretudo, pela relevância para a história do Piauí, em um momento de alterações significativas no cenário político nacional e local, que repercutiram nas ações e resistências da sociedade na época.

O personagem analisado nesta pesquisa atuou de forma significativa no período em estudo, ocupando espaços os mais diversos. No entanto, mesmo assim observou-se que pesquisas específicas acerca da atuação de Padre Marcos no cenário político, despertaram pouca atenção, sendo suas referências apresentadas de forma pontual ou contidas em estudos mais gerais, fazendo com que muitas possibilidades de interpretações da história do período ficassem sem a devida atenção, interpretações às quais muito podem ajudar a investigar algumas dimensões não suficientemente analisadas da história do Piauí e do Império brasileiro.

Neste estudo, entende-se que esse distanciamento de sua atuação política surgiu por meio de uma memória criada em torno de sua atuação apenas como educador. Memória que possui como ponto catalisador os escritos do viajante inglês George Gardner que, em ocasião de visita à fazenda de Boa Esperança em 1839, ajudou a criar a imagem do “Padre Educador”, que se fixou como “a verdade” sobre Padre Marcos na historiografia piauiense, limitando muito da compreensão sobre esse sujeito e sobre a sociedade em que viveu.

Não se tratou aqui de uma tentativa de “beatificar” ou “demonizar” esse personagem, mas, percebê-lo imerso em uma rede de relações que se movimentaram em várias direções, assumindo variadas formas, e que percorreu espaços os mais significativos da história piauiense, pois, Padre Marcos, herdeiro e representante de uma tradição clientelista de base familiar muito forte desde a Colônia, ocupou importantes espaços de mando como político, fazendeiro, sacerdote e educador.

Espaços que se relacionaram, influenciaram-se, mas não se limitaram, dentre os quais se destaca a escola de Boa Esperança como um dos alicerces de sua força e de seu grupo

familiar, ao instante que formava parte do corpo burocrático da Província, sendo sua escola parte do amálgama de reprodução de uma sociedade que em (quase) tudo, perpassava pela força dos grupos familiares.

Instigada por essas questões e desejosa de repensar a história, esta pesquisa revisita com um novo olhar uma temporalidade já bastante freqüentada pela historiografia piauiense, incorporando novas fontes e abordagens por meio da trajetória de Padre Marcos, destacando três espaços de aproximação: as dimensões do religioso, do educador e do político. Fios que se cruzam, mas não se limitam, ajudando a compor uma rica trama da história piauiense que possui na força das redes familiares sua base de sustentação.

Nesse sentido, para melhor atender aos objetivos propostos, optou-se por dividir o trabalho em três partes, correspondentes às três dimensões consideradas relevantes ao estudo da atuação de Padre Marcos no cenário sócio-político local.

Na parte I, A SERVIÇO DE DEUS E DOS HOMENS, investigou-se a construção da memória acerca de Padre Marcos, discutindo como os escritos e crônicas a seu respeito contribuem para talhar e pôr em destaque a imagem do “Padre educador”.

Nessa parte discutiu-se ainda como isso repercutiu na historiografia e ganhou sua aceitação, procurando vislumbrar outros espaços percorridos por esse Padre, discutindo sua atuação sacerdotal, relacionando seu trabalho missionário com sua atuação política.

Já na parte II, ENTRE O GADO E AS LETRAS: *a instrução escolar no Piauí*, abordou-se a Instrução Pública no Piauí, discutindo sobre sua manifestação a partir de meados do século XVIII até o fechamento da escola de Boa Esperança, em 1850, destacando suas conquistas e entraves. Nessa parte, relacionou-se Boa Esperança à formação de parte do corpo dirigente da Província, refletindo como esta favorecia o prestígio e atuação política de Padre Marcos, bem como de muitos alunos que ocuparam os bancos dessa instituição de ensino.

Observou-se também como essa escola constituiu-se no centro irradiador do reconhecimento social conquistado pelo clérigo, tanto na área do conhecimento, quanto como orientador de muitas decisões tomadas na sociedade da época.

Por fim, na parte III, NOS BASTIDORES DO PODER: *política e família no Piauí provincial*, analisou-se a relação entre poder político e família na Província, bem como discutiu-se a sociedade e a política piauienses da primeira metade do século XIX e suas transformações, destacando a atuação de Padre Marcos como articulador das redes familiares do Centro-Sul e sujeito de grande influência nos espaços sócio-político em que percorreu.

Essa parte evidencia a articulação entre as três dimensões que marcaram a atuação de Padre Marcos na sociedade piauiense, como religioso, educador e político. Por meio dessas dimensões, muitas das tensões e das alianças que marcaram o Piauí nesse período são revisitadas e analisadas na pesquisa. Com isso, desenvolveu-se um estudo no qual o indivíduo e o social são pensados juntos, criando-se mutuamente, definindo-se e contendo-se um no outro.

PARTE I
A SERVIÇO DE DEUS E DOS HOMENS

CAPÍTULO 01

ENTRE O (RE)CRIADO E O ESQUECIDO

1.1 UMA RUPTURA: *(re)criando histórias*

Padre Marcos de Araújo Costa constituiu-se em um dos mais importantes políticos piauiense da primeira metade do século XIX e, desta forma, reconhecido por seus contemporâneos. Representou figura de grande influência social por se achar inserido em importante rede de poder local, na qual o estudo de seus vínculos familiares e seus espaços de atuação social ajudam a revelar muito da sociedade em que viveu. Entretanto, a historiografia piauiense criou uma memória sobre o Padre de “benemérito educador” que não dá conta da complexidade de sua atuação social e política.

Esta memória (re)criada, que fabrica a história sobre o Padre, representa uma produção marcada pelo lugar social de seus produtores que, por meio de biografias e crônicas, criaram uma memória escrita que concentra suas discussões apenas em um “Padre educador”. Um ponto de inflexão dos mais significativos, nesse sentido, foram os escritos, de 1839, do

botânico inglês George Gardner¹. Esse, primeiro de seus biógrafos, minimiza sua atuação como artífice político e como religioso, ressaltando apenas sua importância como educador.

Para refletir sobre esta memória (re)criada, que fabrica o “Padre educador”, utilizou-se escritos a seu respeito, sobretudo biografias e crônicas, cuja essência é marcada pelo ufanismo a figura do Padre. Nesse sentido, Certeau² muito auxilia no entendimento de como essa produção construiu uma memória que desloca o referido sujeito da complexidade que o circunda. No entanto, acredita-se que essa produção historiográfica, encontra-se marcada pelo lugar social de seus produtores, articulada com o presente de quem escreveu e com as relações de poder que permearam os escritos. Encontram-se, sob esse ponto de vista, submetidas a opressões, ligadas a privilégios, enraizadas em particularidades, sendo “em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os *dossiers* e as indagações relativas aos documentos”³. Procurou-se, assim, esboçar a “topografia de interesses” que marcaram a produção historiográfica a respeito de Padre Marcos.

Dessa forma, mais uma vez apropriando-se de categorias preciosas a Certeau⁴, entende-se que a produção escrita sobre o Padre não se ajusta o máximo possível a uma “realidade” (uma operação técnica), dando credibilidade ao texto pelo “real” que exhibe. Ao contrário, a história narrada cria um espaço de ficção que, mais que descrever, realiza um golpe, um movimento que (re)cria o sujeito como “benemérito educador”, renascido entre o lembrado e o esquecido. Assim, esse conhecimento produzido sobre Padre Marcos foi capaz de construir, na narrativa, uma memória que se transmitiu a outros escritos, transformando espaços, atribuindo valores e significados diferentes aos da trajetória por ele percorrida.

¹ GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante nos anos de 1836-1841. Tradução de Milton Amado. Apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

² CERTEAU, op. cit., 1994.

³ CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

⁴ CERTEAU, op. cit., 1994.

Não se trata aqui de negar a existência do “Padre educador”, mas de perceber como esta face eclipsou o “Padre político” e o “Padre religioso”, uma vez que a historiografia não somente guarda uma forte memória do educador, como a ressalta frente às demais, embora seja significativa a documentação que apresenta uma ativa participação de Padre Marcos como político e como religioso. Assim, os relatos a seu respeito representam um conteúdo, mas representam também um desvio do passado, no qual o discurso caracteriza-se menos pela maneira de se exercer e mais pela coisa que mostra, produzindo efeitos a seu respeito e não objetos⁵.

As imagens que a historiografia piauiense guarda de Padre Marcos foram produzidas pelos relatos de seus biógrafos e cronistas. São essas imagens vivas, imagens que se alteram, pois, como alerta Halbwachs, “nunca a imagem de um falecido se imobiliza. À medida que recua no passado, muda, porque algumas impressões se apagam e outras se sobressaem, se é, segundo condições novas onde ela se encontra quando nos voltamos para ela”⁶. Partindo desse entendimento, observa-se que os biógrafos e cronistas de Padre Marcos assumiram a função, mesmo que de forma involuntária, de fornecer os trilhamentos⁷ da memória que encaminham a história em direção ao Padre educador.

Essa construção da memória em relação ao Padre como educador não atende a uma fórmula ou forma de antemão traçada, uma vez que na prática a “memória não possui uma organização já pronta na qual ela apenas se encaixaria, mas se mobiliza conforme a ocasião. Ela só se instala num encontro fortuito, no outro”⁸, pois o seu conteúdo, mesmo móvel, é seu, porém a forma é estabelecida por uma circunstância estranha, que é mobilizada por uma alteração, uma *ruptura instauradora*, uma quebra que estabelece uma nova forma ao objeto.

⁵ Ibid.

⁶ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990, p.74.

⁷ A respeito dos trilhamentos da memória e suas direções facilitadoras, ver: GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. Das afásias à interpretação dos sonhos. In: **Introdução à meta psicologia freudiana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1991.

⁸ CERTEAU, op. cit., 1994, p. 162.

Assim, a memória que se construiu sobre o “Padre educador”, aguardou apenas a mediação do momento oportuno para produzir essa *ruptura instauradora*, e neste gesto equilibrista, o relato não se contenta em dizer um movimento, pois não se adéqua ao real, mas exprime uma prática fabricando o real que se acredita ter existido.

No que se refere a Padre Marcos, pode-se encontrar uma *ruptura instauradora* nos escritos de George Gardner, primeiro a escrever sobre o Padre e único entre seus biógrafos a conviver com ele.

1.2 Mais do mesmo e do diferente

Gardner, em fevereiro de 1839, visitou a fazenda de Boa Esperança, onde também funcionava a escola de mesmo nome, de propriedade de Padre Marcos. Nesse período, a documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI) indica uma severa crise na Instrução Pública da Província, resultado das dificuldades de provimento e mesmo o abandono de muitas Cadeiras de Instrução por parte de seus professores.

Esse abandono resultou, por um lado, dos baixos salários pagos ao magistério, por outro, encontra ressonância na convulsão provocada na Província pela Balaiada, que se alastrava pelo Piauí, em um período marcado também por grande déficit fiscal, resultado da queda da arrecadação dos tributos cobrados sobre a principal fonte de receita, o gado *vacum* e *cavalar*, e as despesas a que se via a Província obrigada a custear para fazer funcionar uma força armada de mais de 3.000 homens. Essas despesas exauriram os cofres públicos, fazendo paralisar-se boa parte da máquina administrativa, inclusive a Instrução Pública.

Além disso, como informava o Presidente, o então Barão da Parnaíba, “o estado de agitação da Província tem obrigado a muitos dos Professores a trocarem a férula⁹ pelo fuzil, e em lugar de lecionarem os seus discípulos, dão bem importante lição aos que se esqueceram dos deveres, que lhes foram ensinados na infância”¹⁰.

Nesse mesmo período, Boa Esperança firmava-se, para toda a Província, como a principal escola de Primeiras Letras e de Instrução Secundária, uma vez que a documentação primária silencia quanto a sua amplitude e importância em período anterior à Balaiada¹¹.

Desse modo, frente às dificuldades por que passava a Instrução Pública em fins da década de 1830, o trabalho desenvolvido pelo Padre ganhou a visibilidade e o reconhecimento de toda a Província. Assim, Boa Esperança, distante das influências e movimentações balaias e provida por um dos mais respeitados intelectuais piauienses, consolida-se como a maior e mais importante escola de Primeiras Letras e de Instrução Secundária da Província.

Mas faz-se importante destacar que, nos escritos de Gardner, somente o trabalho de Padre Marcos como educador recebeu destaque, minimizando-se a atuação do clérigo como artífice político e mesmo como religioso. Entretanto, isso não se deu sem motivo, uma vez que Gardner valoriza o “Padre educador” por ter conhecido apenas este.

Sua passagem por Boa Esperança foi demasiadamente curta e em um momento em que Padre Marcos, contando na época com 59 anos, prendia boa parte de sua atenção à sua Escola mesmo sem, contudo, encontrar-se alheio à vida política e social da Província. Seu envolvimento com a vida política pode ser observado ao se verificar que no ano de sua morte,

⁹ Usado aqui no sentido de palmatória.

¹⁰ PIAUÍ. APEPI. **Fala com que o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Província abriu a sessão ordinária da Assembléia Provincial de 1840.** Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹¹ Deve-se, entretanto, alertar que o trabalho educacional em Boa Esperança é bem anterior ao final da década de 1830, e anterior mesmo ao próprio Padre, ao ser lembrado que seu pai, Marcos Francisco de Araújo Costa, já ensinava Primeiras Letras a alguns alunos em Boa Esperança antes mesmo de 1820.

1850, tendo 72 anos, ainda ocupava o cargo de vice-presidência da Província, o que demonstra sua forte participação na vida pública piauiense¹².

A construção de uma memória, como alerta Antonio Montenegro, “segue muitas trilhas, algumas vezes obedecendo às margens que o tempo lhe ofereceu, outras vezes rompendo os limites e ocupando vastos territórios”¹³. No caso de Padre Marcos, a construção de sua memória ganhou importantes trilhas nos oito dias de convívio com Gardner que, por meio de seus escritos, talhou profundas marcas na imagem que a historiografia piauiense guardou a seu respeito. Como estrangeiro “civilizador”, Gardner teria “legítimas prerrogativas” para estabelecer quem era Padre Marcos – intelectual, filantropo, amável, educador – e assim o fez, como também o fez com Manoel de Sousa Martins, o Barão da Parnaíba – déspota, rude, desagradável, deficiente de sentimentos morais – o primeiro sendo construído como quase o antônimo do segundo.

Gardner, no entanto, atribuía valores europeus a uma situação diversa. Se por um lado, o Padre, mais afeito aos hábitos e costumes europeus, causou-lhe uma boa impressão, no outro extremo, causou-lhe estranheza a rudez e vestuário de Sousa Martins, “indivíduo cujo nome é o mais célebre que o de qualquer outro no norte do Brasil”¹⁴. Gardner, no entanto, não percebeu que os significados eram diversos, os símbolos outros. Em uma região em que eram escassos símbolos visíveis de poder, pois a terra era o grande sinal, todos sabiam quem era o dono da terra e dos meios de produção.

¹² PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado ao Presidente da Província, José Antonio Saraiva, pelo juiz municipal Raimundo José de Carvalho e Sousa, dando conta do falecimento do Reverendo Padre Marcos de Araújo Costa**. Sala do Poder Legislativo. Legislativo Municipal de Jaicós, cx: 92, 7 de novembro de 1850. Encontrou-se ainda documentação que atesta ter presidido a Câmara Municipal da Vila de Jaicós até o ano de 1849, Câmara a qual foi seu primeiro Presidente, em 1834. Cf.: BASTOS, Celso de A. **Dicionário histórico geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves – PMT, 1994, Padre Marcos foi um dos grandes responsáveis pela criação da Vila, criada por decreto de 06 de Julho de 1832, instalada em 21 de fevereiro de 1834.

¹³ MONTENEGRO, Antonio Torres. Arquiteto da memória: nas trilhas dos sertões de Crateús. In: GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 309.

¹⁴ GARDNER, op. cit., p. 124.

Após os escritos de Gardner, em obras posteriores sobre Padre Marcos, observa-se uma continuidade dos argumentos – inclusive reportando-se a trechos literais de seu texto – nos quais se destacam a imagem do “Padre educador”, tão preciosa na análise do viajante.

Cria-se, assim, uma memória que permeará diversos relatos sobre Padre Marcos. Entre esses, destacam-se os escritos de Lopes Sobrinho, Tito Filho, Soares Filho, Miguel Castelo Branco, Chaves, Ferro, Nunes, Homero Castelo Branco, Anísio Brito, Wilson Brandão, Neves, Costa, Itamar Brito, Pinheiro Filho, Gonçalves, Franco e Dias¹⁵. Esses estudiosos, entre os quais estão intelectuais, professores, clérigos, políticos, funcionários públicos, de seus locais de fala – os espaços dos institutos e academias – fixaram uma imagem de Padre Marcos centrada, sobretudo, em seu trabalho como educador, a exemplo do que fez Gardner. Todavia essas falas não dão conta da complexidade das relações em que se inseriu Padre Marcos, uma vez ter este ultrapassado esses limites.

Tome-se, por exemplo, o texto de Castelo Branco, que em ordem cronológica apresenta o primeiro estudo a respeito de Padre Marcos seguindo a trilha deixada por Gardner. Nesse texto, o autor também ressalta suas virtudes como educador, deixando a um segundo plano sua atuação como político ou como religioso. Retoma os argumentos da filantropia do Padre e sua preocupação com a instrução dos jovens, destacando que ele “recebia e disveladamente instruía um grande número de mancebos, filhos do Piauí e doutras províncias, aos quais, ricos ou pobres, ele também fornecia alimento preciso, sem perceber nenhuma remuneração

¹⁵ LOPES SOBRINHO, op. cit., 1955; LOPES SOBRINHO, op. cit., 1972, e LOPES SOBRINHO, op. cit., 1980; TITO FILHO, op. cit.; SOARES FILHO, op. cit., 1994; CASTELO BRANCO, M. op. cit.; CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Apontamentos biográficos e outros**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1994; FERRO, op. cit., 1996, e FERRO, op. cit., 1999; NUNES, op. cit., 4 v.; CASTELO BRANCO, H. op. cit.; BRITO, A. op. cit.; BRANDÃO, W. op. cit., 1997; NEVES, op. cit., 1997; COSTA, op. cit., Vol.II; BRITO, I. op. cit.; PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. 3. ed. Teresina: Halley, 1997; GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado**. Teresina: Halley, 2003, SOUSA, Luiz Antonio de. Os grandes piauienses. In: **Revista Panópolia**. n. 1, Ano II Janeiro de 1955, FRANCO, José Patrício. **O Município no Piauí: 1761 a 1961**. Teresina: COMEPI, 1977 e DIAS, Cid de Castro. **Piauhhy: das origens à nova capital**. Teresina: Nova Expansão Gráfica e Editora Ltda., 2008.

pecuniária!”¹⁶. Diz ainda que “o seu crédito era tal, que os atestados ou certificados de habilitação que ele assinava para os seus alunos, eram documentos irrecusáveis nas academias do Império”¹⁷.

Essa mesma trilha é seguida por outros escritos que, em um jogo de luzes e sombras, iluminam o Padre educador e deixam na penumbra outras faces também pertencentes a este, como a do fazendeiro, escravocrata e chefe familiar.

Nunes¹⁸ e Wilson Brandão¹⁹, entretanto, procuraram destacar em suas análises a dimensão do político frente ao educador, apresentando um sujeito mais amplo, ensaiando uma ruptura da memória de apenas educador construída sobre Padre Marcos.

O primeiro, tendo balizado seus escritos prioritariamente em documentos oficiais pertencentes à APEPI, apresenta o Padre registrado nestes documentos, ou seja, o Padre também membro da administração pública provincial, embora volte a debruçar-se sobre o Padre educador, ressaltando “a iniciativa notável” da escola de Boa Esperança, na qual “ministrou gratuitamente ensino primário, secundário e moral a seus alunos”²⁰.

Já o segundo, interessado na vida legislativa piauiense, apresenta o Padre em sua trajetória política no Conselho de Governo, no Conselho Provincial e na Assembléia Provincial, que representam apenas parcela de sua vida pública, valorizando uma dimensão da vida do Padre até então minimizada, a dimensão da vida política e seus desdobramentos.

¹⁶ CASTELO BRANCO, M. op. cit., p.135.

¹⁷ Ibid., p.136. Cabe ser observada uma excessiva valorização dada pelo autor aos certificados oferecidos pelo Padre, considerando que, conforme a legislação do período, para o ingresso nas academias do Império, esses certificados não eram indispensáveis. Nesse sentido, acredita-se que o crédito e o respaldo atribuídos a essa certificação era mais notória quando do ingresso de seus ex-alunos em cargos da administração pública ou mesmo privada.

¹⁸ NUNES, op. cit.

¹⁹ BRANDÃO, W. op. cit., 1997.

²⁰ NUNES, op. cit., p. 48.

Mesmo assim, Brandão não consegue se desvincular da imagem do educador, ao afirmar que o Padre Marcos é “acima de tudo, o professor, patrono do magistério piauiense”²¹.

Em geral, os escritos sobre Padre Marcos apresentam-se em capítulos ou em passagens de obras que o enfocam perifericamente, não como tema central. Apenas Lopes Sobrinho²² e Castelo Branco²³ escreveram obras inteiramente dedicadas à sua trajetória. No entanto, mesmo tocando em outras dimensões dos espaços percorridos pelo Padre, mais uma vez concentram seus esforços em sua atuação como educador.

No texto de Lopes Sobrinho, mesmo com o auspicioso subtítulo de “um missionário do bem”, termina por apresentar que o seu maior trabalho missionário refere-se a “um verdadeiro apostolado cívico ao magistério; fundando um colégio” em sua busca pela “eucaristia do pensamento”²⁴.

Já no texto de Castelo Branco, encontra-se um esforço maior na busca dos múltiplos espaços ocupados pelo Padre, o que é sinalizado no subtítulo da obra – o educador, o ministro de Deus, o político, o cidadão civil. No entanto, mais uma vez sobraçai-se a figura do educador “que adotou a Casa Grande da Fazenda de Boa Esperança para um colégio de internato e dedicou-se inteiramente à instrução e educação da juventude”²⁵.

Um ponto a ser observado entre os diversos estudos sobre Padre Marcos, é que estes levam a crer que somente este “emprestava” seu prestígio à Escola. No entanto, esquecem de destacar que a relação entre o Padre e a escola de Boa Esperança constituiu-se em um movimento de troca. Se em um primeiro momento o poder e prestígio do Padre foram necessários ou úteis para a aceitação e consolidação da Escola, restrita, sobretudo, aos membros da rede familiar em que se inseria, com o tempo esta passou a ser também matriz de

²¹ BRANDÃO, W. op. cit., 1997, p. 65.

²² LOPES SOBRINHO, op. cit., 1955.

²³ CASTELO BRANCO, H. op. cit.

²⁴ LOPES SOBRINHO, op. cit., 1955, p. 10.

²⁵ CASTELO BRANCO, H. op. cit., p. 30.

poder e prestígio do Padre, quando representantes das mais diversas redes familiares passaram a buscar Boa Esperança para oferecerem aos seus filhos o ensino formal, tão importante ao ingresso no corpo administrativo da Província.

Ainda no que diz respeito aos escritos de Gardner sobre o Padre, estes funcionaram como um *lugar de memória*²⁶, inventariando e organizando parte do que deveria ser lembrado sobre ele, sendo reiteradas vezes repetido por seus biógrafos e cronistas, fixando a imagem que se guardou a seu respeito na historiografia piauiense.

Sendo percussor entre os intérpretes de Padre Marcos, Gardner serve de referência a estes, não economizando elogios ao caráter e às ações do Padre, sobretudo no tocante à estima pelo ensino e suas ações como educador.

Mas, além disso, os escritos de Gardner assumem uma função quase que dogmática no que se refere à história de Padre Marcos e sua Boa Esperança. Tome-se por ilustração um parágrafo do texto de Gardner:

O padre Marcos de Araújo Costa é bem conhecido em todo o norte do Brasil, não só por sua inteligência e saber, como por seu excelente caráter moral e benévola disposição, qualidades que vi amplamente confirmadas durante os oito dias em que passei em sua casa. Se todos os sacerdotes do país tivessem metade de sua cultura bem como de sua atividade e zelo pela difusão do ensino, a condição do Brasil se tornaria bem diferente do que é e do que receio continue a ser por longo tempo, dada a presente situação. É surpreendente a atividade deste ancião de mais de sessenta anos e não o é menos a sua filantropia²⁷.

Esse mesmo parágrafo, de forma literal ou adaptada, encontra-se reproduzido nos escritos de Anísio Brito, Itamar Brito, Homero Castelo Branco, Chaves, Ferro, Gonçalves, Lopes Sobrinho, Odilon Nunes, Pinheiro Filho, Tito Filho e Manuel Nunes²⁸, funcionando

²⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo, 1981.

²⁷ GARDNER, op. cit., p.117.

²⁸ LOPES SOBRINHO, op. cit., 1955, p. 10-1; LOPES SOBRINHO, op. cit., 1972, p. 35, e LOPES SOBRINHO, op. cit., 1980, p. 123; TITO FILHO, op. cit., p. 83-4; PINHEIRO FILHO, op. cit., p. 16-7; CHAVES, op. cit., 1994, p. 34-5; FERRO, op. cit., 1996, p. 63-4 e FERRO, op. cit., 1999, p. 392; NUNES, op. cit., 4 v., p. 49; CASTELO BRANCO, H. op. cit., p. 33; BRITO, A. op. cit., p. 50-1; BRITO, I. op. cit., p. 23;

como uma chave de entendimento ou protocolo de verdade a ser seguido para se escrever a seu respeito.

Assim, por meio de seu texto, Gardner inaugurou uma memória escrita sobre Padre Marcos que fixou na historiografia piauiense a imagem que se guardou a seu respeito como “benemérito educador”. Imagem essa reproduzida nos escritos posteriores mesmo sendo significativa, como já frisado, a documentação primária que dá vazão de um sujeito mais complexo e que percorreu os mais diversos espaços da vida política e social piauiense.

Verificar sobre Padre Marcos uma longa e ampla trajetória, que não se esgota no educador, não representa tarefa difícil. Basta, para tanto, acompanhar alguns registros em documentação preservada no APEPI²⁹, mesmo que de forma não organizada.

Entre esses documentos, o primeiro registro de função pública desempenhada por Padre Marcos na administração provincial data de 16 de agosto de 1824, quando é instalado o Conselho de Governo da Província³⁰, assumindo a vice-presidência do Conselho e vice-presidência da Província. O Conselho governou o Piauí até o dia 13 de fevereiro de 1829.

Ainda em 1824, a 20 de setembro, tomou lugar entre os membros da Junta Defensiva da Província, em movimento de resistência aos revolucionários da Confederação do Equador. Foi encaminhado para conter os insurretos na vila de Valença, última barreira antes da Capital Oeiras, contra a influência do movimento em Campo Maior, vila controlada pelos revolucionários.

GONÇALVES, op. cit., 2003, p. 136, e NUNES, Manuel Paulo. **Tradição e invenção: discursos acadêmicos.** Nova série, Teresina: Projeto Petrônio Portela: FUNDEC, 1998, p.134.

²⁹ Cf.: PIAUÍ. APEPI. **Atas do Conselho Geral da Província (1825-1829), Atas do Conselho de Governo da Província (1829-1833), Livro de Correspondências da Assembléia Legislativa Provincial com o Governo da Província (1835-1843); Correspondência Avulsa da Assembléia Legislativa Provincial: 1ª Legislatura (1835-1839); Capitania: Termos de Posses (1814-1859); Caixas do Poder Legislativo da Vila de Jaicós (1834-1850); Caixas do Poder Executivo da Vila de Jaicós (1834-1850). Caixas do Poder Legislativo da Cidade Oeiras (1820-1850); Caixas do Poder Executivo da Cidade de Oeiras (1820-1850).**

³⁰ Os Conselhos Provinciais foram criados por Decreto Imperial, de 20 de outubro de 1823.

Em 1829, como vice-presidente da Província, deveria assumir a função de Presidente por afastamento do titular, o Barão da Parnaíba. No entanto, recusa o encargo alegando motivos de saúde³¹. Transfere o cargo a seu irmão Inácio Francisco de Araújo Costa.

Foi ainda membro do Conselho Geral da Província (1829/33). No mesmo período, em 1830, foi também eleito 1º suplente de deputado do Piauí na Assembléia Geral Legislativa (1830/33), mas, ao ser convocado para assumir cadeira de titular no Rio de Janeiro não aceitou o mandato, mais uma vez alegando motivos pessoais. Eleito também deputado da primeira legislatura da Assembléia Legislativa Provincial (1835/37), foi reeleito para o período seguinte (1838/39), não assumindo o segundo mandato³².

Posteriormente, em atendimento à Lei do Império nº 40, de 03 de outubro de 1834, foi indicado pela Assembléia Provincial, em lista sêxtupla de cidadãos, para ocupar o cargo de vice-presidente da Província nos biênios 1839/40 e 1841/42³³.

Com o Decreto Imperial n. 207, de 18 de setembro de 1841, alterou-se a forma de escolha dos vice-presidentes de províncias que deixou de ser uma prerrogativa das Assembléias Provinciais e passou a ser de “[...] livre nomeação do Imperador que os poderá remover quando entender que assim convêm ao bom serviço do Estado”³⁴. Para Mirian

³¹ NUNES, op. cit.

³² COSTA, op. cit.

³³ PIAUÍ. APEPI. **Lista de cidadãos a servirem de vice-presidente da Província, de 2 de setembro de 1841**. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província. 1835-1843 e PIAUÍ. APEPI. **Lista de cidadãos a servirem de vice-presidente da Província, de 31 de outubro de 1839**. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província. 1835-1843. Ao contrário dos presidentes, até o advento do Decreto n. 207, de 18 de setembro de 1841, os vice-presidentes eram homens das províncias, vinculados aos interesses dos grupos que nelas detinham a hegemonia política e econômica. Em cada legislatura, as Assembléias escolhiam seis nomes que deveriam exercer o cargo e essa lista era enviada ao Ministro dos Negócios do Império que determinava a ordem a ser cumprida em caso de sucessão no cargo. Para o biênio de 1839/40 Padre Marcos foi indicado para 1º vice-presidente e 2º vice-presidente no biênio 1841/42. A partir da reação conservadora de 1841, os vice-presidentes também passaram a ser escolhidos pelo Imperador e em 1849 o Padre assume o cargo que desempenhou até a data de sua morte.

³⁴ BRASIL. **Decreto n. 207, de 18 de setembro de 1841**. Ordena que os vice-presidentes das Províncias sejam de livre nomeação do Imperador. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. Tomo: 4º, Parte: 1ª, Secção: 15ª, 1842.

Dolhnikoff³⁵, esse decreto representou duro golpe na autonomia das Províncias, mas, mesmo assim, Padre Marcos retorna ao cargo de vice-presidente da Província para o biênio 1849/50 e nesta condição recebe os novos presidentes Inácio Francisco Silveira da Mota, em janeiro de 1850³⁶, e em setembro José Antonio Saraiva, responsável pela transferência da capital da Província de Oeiras para Teresina em 1852.

A vice-presidência da Província representou a última atividade pública que desempenhou, cargo que exerceu até a sua morte, em 4 de novembro de 1850³⁷.

Com a instalação da vila de Jaicós em 1834, foi eleito vereador e presidente da Câmara Municipal da Vila. Em Oeiras, em 1824, foi ainda Vigário Paroquial e Vigário Geral da Província³⁸, funções que posteriormente renunciou. Convidado anos depois por Dom Marcos Antonio de Sousa, Bispo da Diocese do Maranhão a quem o Piauí era subordinado, para reassumir o cargo de Vigário-Geral, rejeitou o convite. Nesse último caso em particular, considera-se um gesto coerente com suas convicções políticas e religiosas, por ter sido Padre Marcos um dos grandes arautos da causa de criação de um Bispado no Piauí, pedido negado pelo mesmo Dom Marcos³⁹. Além disso, em 1829, a pedido do Padre, o Conselho Provincial solicita por ofício ao Ministério da Justiça que a Diocese do Maranhão concedesse ao Vigário Geral do Piauí os poderes que comumente são conferidos a estas autoridades eclesiásticas,

³⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, Istvan (Org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, e DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

³⁶ PIAUÍ. APEPI. **Ofício do 1º Vice-presidente da Província, Rev. Marcos de Araújo Costa, dando às boas vindas ao novo Presidente da Província, Dr. Inácio Francisco Silveira da Mota**. Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 23 de janeiro de 1850. Não foi possível localizar a Carta Imperial nomeando Padre Marcos como 1º vice-presidente para o biênio de 1849-1850, no entanto, localizou-se documentos que dão conta do cargo assumido e que o mesmo desempenhou a função até a data de sua morte. Esta condição reforça mais uma vez o prestígio que Padre Marcos desfrutava entre a elite local e mesmo sua influência na Corte.

³⁷ PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado ao Presidente da Província, José Antonio Saraiva, pelo juiz municipal Raimundo José de Carvalho e Sousa, dando conta do falecimento do Reverendo Padre Marcos de Araújo Costa**. Sala do Poder Legislativo. Legislativo Municipal de Jaicós, cx: 92, 7 de novembro de 1850.

³⁸ SOARES FILHO, Antonio Reinaldo. **Oeiras municipal**. Teresina: Gráfica Editora Júnior, 1992.

³⁹ MELO, Cláudio. **Piauí, Diocese e Província Eclesiástica**. Teresina: Arquidiocese de Teresina, 1993.

como a faculdade de dispensar impedimentos matrimoniais⁴⁰, pedido que não obteve resposta favorável. Desta feita, seria no mínimo um gesto incoerente aceitar um cargo subordinado ao bispado maranhense e ainda com uma função que considerava meramente decorativa.

Ao se observar as linhas gerais dos espaços públicos ocupados por Padre Marcos, verifica-se uma trajetória política das mais significativas na Província. Ocupou diversos cargos de relevo, o que causa estranheza a reiterada afirmação de que Padre Marcos “fugia” de cargos de mando, como salientou Castelo Branco⁴¹ e Chaves⁴². Esse último chega a afirmar que “cargo de mando nunca os exerceu. Fugia deles não por irresponsabilidade, mas porque achava que sua missão era outra e os cargos deviam ficar para os civis e os militares mais preparados do que ele para exercê-los”⁴³. Talvez essa análise se deva, mais uma vez, a propensão de seguir aos fios deixados por Gardner, que não dedica uma linha se quer a sua atuação política.

Mas também faz-se importante destacar que, se Padre Marcos rejeitou algumas funções públicas e religiosas importantes, por outro lado, não se afastou em instante algum de Boa Esperança e de alguma função pública, sobretudo a presidência da Câmara da vila de Jaicós, importante rota comercial e de passagem para o Rio de Janeiro e para províncias ao sul do Piauí. Como salienta Gardner, a fazenda de Boa Esperança era “o primeiro pouso na estrada para Oeiras, capital provincial”⁴⁴.

A vila de Jaicós, que contou com o apoio e os trabalhos de Padre Marcos, foi criada por resolução do Conselho Geral da Província, em 6 de julho de 1832. Entretanto, sua origem remonta a uma antiga Missão jesuíta, conhecida como aldeia do Cajueiro que, em 1723, contava com uma capela dedicada a Nossa Senhora das Mercês, construída pelo padre Tomé

⁴⁰ PIAUÍ. APEPI. **Ata da 4ª Sessão do Conselho Geral da Província do Piauí, de 12 de julho de 1829**. Sala do Poder Executivo. Atas do Conselho Geral da Província, 1825-1831, 1829.

⁴¹ CASTELO BRANCO, H. op. cit.

⁴² CHAVES, op. cit., 1994.

⁴³ Ibid., p. 34.

⁴⁴ GARDNER, op. cit., p.117.

de Carvalho. Em 1787, a aldeia possuía 285 habitantes⁴⁵. Elevada, em 1806, a condição de Freguesia com o nome de Jaicós, contava com uma população de 5.549 habitantes, em 1831⁴⁶, e 14.695 habitantes em 1856, na já então vila de Jaicós⁴⁷.

⁴⁵ BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. **Mapa das cidades, vilas, lugares e freguesias das capitâneas do Maranhão e Piauí.** 1787. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart543219.jpg>, acessado em 11/11/2008.

⁴⁶ COSTA, op. cit., p. 381. A criação Freguesia de Jaicós foi autorizada pela Coroa portuguesa em 1801, no entanto, dada a vacância da sede episcopal maranhense, o decreto religioso foi lavrado apenas em 12 de julho de 1805 e sua instalação apenas em 1.806. Seu primeiro pároco foi o padre Antônio Delfino da Cunha.

⁴⁷ BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. **Mapa da divisão civil e eclesiástica da província do Piauí.** 1856. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mssII32_22_8.jpg>, acessado em 11/11/2008.

Instalada em 1834, com dito, Padre Marcos elegeu-se vereador e presidente da Câmara da Vila¹, cargo que desempenhou até 1848, assumindo no ano seguinte a vice-presidência da Província, que ocupava quando veio a falecer em 1850.

Logo, se o Padre rejeitou cargos importantes, a serem exercidos em Oeiras ou mesmo fora do Piauí, não se afastou de Jaicós, mantendo controle sobre a Vila por onde passava boa parte dos negócios, inclusive seus, com a Bahia, Pernambuco e outros mercados, por ser esta corredor de passagem para estas praças comerciais.

No que diz respeito à importância da presidência da Câmara de Jaicós, é importante lembrar que desde o período colonial as Câmaras Municipais representaram um espaço de exercício de poder das redes familiares e potentados locais. Apesar de seu enfraquecimento desde meados do século XVIII, propiciado por Portugal como uma forma de limitar a força desses grupos locais², não se pode esquecer de que essas conservaram ainda boa parcela de seu prestígio durante o Império³.

Entretanto, durante a Regência, tanto Liberais quanto Conservadores concordavam com a necessidade de se limitar ainda mais a autonomia das Câmaras Municipais. Com o Ato Adicional de 1834, convocaram-se eleições para Assembléias Provinciais que retiravam poderes e subordinavam as Câmaras. Essa medida cria uma relação de dependência entre a localidade e o governo provincial, atrelando as Câmaras Municipais às Assembléias Provinciais⁴. Entretanto, isso também representa uma relação de troca, uma vez que as Assembléias constituíram-se em um novo espaço de exercício de poder dos grupos familiares e líderes locais que outrora ocupavam apenas as Câmaras e que os deputados eleitos

¹ PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara de Jaicós, ao Presidente da Província, Barão da Parnaíba, dando conta da instalação da Câmara. Legislativo Municipal, Jaicós.** cx: 93, 21 de fevereiro de 1834.

² GRAHAN, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

³ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

⁴ DOLHNIKOFF, op. cit., 2005.

mantinham forte vínculo de dependência com poderes locais que ainda perpassavam pelas Câmaras.

Nesse sentido, o aparente enfraquecimento das Câmaras no Império significou seu extravasamento para toda a Província, pois, mesmo com o surgimento de um grupo de políticos profissionais, sua sustentação ainda se dava ao nível local e ao grupo familiar.

Na prática, as Assembléias, mesmo limitando as Câmaras, continuavam a sustentar-se pelas mãos dos senhores rurais que, por sua vez, continuavam lutando por seu poder mandatário, apesar de seu absenteísmo⁵.

Nesse sentido, as Câmaras Municipais guardavam uma relação muito próxima com o funcionamento das Províncias. Desse modo, foi do local privilegiado da presidência da Câmara de Jaicós – e mesmo de dentro da própria Assembléia Provincial e do governo da Província – que Padre Marcos acompanhou de muito perto a vida política do Piauí, dispondo de grande influência e prestígio, sobretudo na região Centro-Sul da Província.

Além disso, também deve ser ressaltado que Padre Marcos contou ainda com importantes aliados em Oeiras – entre estes seu primo, Manoel de Sousa Martins; seu irmão, Inácio Francisco de Araújo Costa; e, mais tarde, seu ex-aluno, Marcos Antonio de Macedo – que lhe possibilitaram alguma autonomia e tranqüilidade em relação ao governo provincial e, em contrapartida, receberam o apoio do Padre em sua região de domínio. Domínio esse também pautado em seu poder econômico, como um grande possuidor de bens, terras e escravos, das quais Boa Esperança, apesar de ser uma das maiores fazendas de gado do “Norte” do país⁶, representava apenas uma de suas propriedades.

Mas a ênfase na memória de Padre Marcos como educador recebeu ainda uma significativa marca, que serviu de epíteto para alguns de seus biógrafos e cronistas. Em

⁵ QUEIROZ, op. cit.

⁶ GARDNER, op. cit., p.116.

mensagem à Assembléia Legislativa Provincial, pela passagem da morte do Padre, o então Presidente da Província do Piauí, José Antônio Saraiva, afirmou:

É hoje nenhum o ensino particular. A morte do Reverendíssimo P. Marcos de Araújo Costa, fechou as portas da única casa de educação, que possuía esta Província.

Era ela sustentada a custa do virtuoso sacerdote, do benemérito cidadão, cujo nome acima pronunciei, e cujo passamento encheu de dor todos os corações Piauienses⁷.

Além de destacar a contribuição de Padre Marcos para a educação, o texto associa a sua morte à falência da instrução na Província, o que, mesmo considerando seu uso semântico, representa um engano, uma vez que a Instrução no Piauí enfrentava desafios e dificuldades mesmo durante a existência da escola de Boa Esperança e continuou a enfrentá-los depois de seu fechamento.

Ao longo deste capítulo, buscou-se (re)apresentar Padre Marcos como um sujeito complexo que, com diversas faces, ocupou diferentes espaços da vida social no Piauí da primeira metade do século XIX, mas, minimizado pela historiografia que o construiu como apenas um “benemérito educador” que apenas “esbarrou” na vida política da Província.

Em movimento contrário, observa-se que o Padre educador somente foi possível graças ao Padre político, ao Padre das redes familiares e das fazendas de gado, ao Padre da Igreja e de tantos outros espaços que ocupou, assumindo sua Escola papel central na construção destas diferentes faces.

Não se quer dizer, com isso, que Boa Esperança não teve significado ou importância para a instrução formal. Pelo contrário, o trabalho de Padre Marcos foi um dos grandes responsáveis por criar no Piauí uma tradição escolar, um cotidiano de ensino, que ajudou a pressionar para a criação de novas Cadeiras de Instrução Pública. Essa tradição escolar,

⁷ PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. José Antonio Saraiva, a Assembléia legislativa provincial, em 3 de julho**. Oeiras: Typ. Saquarema, 1851, p. 17-8.

mesmo com trôpegos passos, resistiu ao fim da escola de Boa Esperança. Sua morte, assim, deu fim à peregrinação do homem e iniciou a criação do mito.

Como membro de uma importante rede familiar, Padre Marcos destacou-se em diversos espaços do cenário sócio-político piauiense. Entretanto, suas ações como sacerdote são, indubitavelmente, as menos discutidas. Analisar suas ações como religioso, e de como dessas fez ferramentas políticas, representam interesses do próximo capítulo.

CAPÍTULO 02

PADRE MARCOS E SEU SACERDÓCIO SAGRADO E PROFANO

Descendente de um importante grupo familiar piauiense, Marcos de Araújo Costa percorreu os mais diversos espaços da vida sócio-política no Piauí da primeira metade do século XIX. No entanto, as diversas narrativas a seu respeito são muitas vezes imprecisas e mesmo equivocadas, o que não poderia ser diferente em relação a homem que em seu tempo, segundo interpretação de Wilson Brandão, “não desejava a evidência que outros procuravam sem mérito”¹. Em decorrência dessa atitude de homem reservado, encontram-se muitas das dificuldades da aproximação de seu tempo e dos espaços por ele ocupados na configuração histórica na qual viveu, permitindo apenas que se vislumbrem poucos fios, dispersos e descontínuos, de uma rica trama. Neste capítulo volta-se a atenção para esses fios em sua dimensão religiosa, pretendendo criar elos e torná-los inteligíveis em sua interligação com outros fios que construíram páginas importantes da história local.

Dessa forma, discutir o trabalho de Padre Marcos como sacerdote, trabalho que se confunde com suas ações políticas, representa também estar atento ao conjunto mais amplo do catolicismo e da religiosidade no Brasil em seus primeiros séculos, uma vez que um dos maiores desafios da história é articular as especificidades às generalidades, contudo, sem

¹ BRANDÃO, W. op. cit., 1997, p. 64.

suplantar suas contribuições.

Para tanto é necessário discutir a história da Igreja no Brasil, bem como as manifestações de religiosidade de seu povo, considerando que tanto no período colonial quanto imperial essas práticas adaptavam-se às influências do tempo e dos costumes locais, sem angústias e inquietações na dimensão teológica, o que caracterizava uma religiosidade marcada por um caráter doméstico e de limitada doutrina². Essa condição foi muito presente na realidade social do Brasil no século XIX, o que também teve manifestação no cenário piauiense.

2.1 “DE MUITA REZA E POUCO PADRE”: o sagrado e o profano no Brasil

No Brasil, como observa Nelson Werneck Sodré³, muitos dos traços rígidos e repressivos do catolicismo romano perderam-se ou suavizaram-se no contato com a sociedade colonial e imperial, pouco afeita às reflexões profundas e com sacerdotes tão intimamente ligados à população e seu cotidiano que muitas vezes perdiam, junto à população de suas paróquias, seus símbolos diferenciais de representante de Deus e da Igreja.

Mesmo considerando que o clero na América Portuguesa, em seus primeiros tempos, foi formado por um grande número de sacerdotes estrangeiros ou educados na severa disciplina jesuítica, deve ser lembrado que, ainda em tempos coloniais, assistiu-se a um lento processo de sua nacionalização, contribuiu para que a religião se tornasse intimista e suave, sendo que

² SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

³ Ibid.

os padres, longe da fiscalização romana, integravam-se à vida comum, adaptando-se aos costumes dessa sociedade, com ela interagindo em suas diferentes dimensões.

Nesse sentido, Sodré informa que o clero no Brasil,

comungava com todas as suas peculiaridades. Adaptava-se aos costumes frouxos, tanto mais que era composto de homens, e de homens saídos a esse caldeamento acelerado.[...] Eles viviam o seu tempo. Seguiam a medida da existência de todos os homens⁴.

Como herança da tradição portuguesa, as ações da Igreja no Brasil caracterizaram-se por uma profunda intervenção do Estado nos assuntos eclesiásticos, vinculados ao padroado da Ordem de Cristo, Ordem agraciada com várias concessões que constituíram os alicerces do padroado português e que “levavam normalmente a uma identificação entre colonização e cristianização”⁵.

De maneira geral, o padroado resultou de uma praxe canônica originária do Direito Germânico pelo qual, por concessão do pontífice, os fundadores de igrejas dispunham de prerrogativas especiais a apresentarem ministros para serem confirmados para as igrejas fundadas e de recolherem os dízimos⁶

O padroado português, concessão de alcance e caráter provisório cujas origens remontam ao Infante Dom Henrique, o Navegador e as bulas *Dum diversas, Romanus Pontifex e Inter coetera*⁷, passou a ser entendido pelos reis lusitanos como um direito próprio e abrangente, o que resultou, aos monarcas portugueses e depois aos imperadores

⁴ Ibid., p. 115.

⁵ AZZI, Riolando. apud SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife a respeito do grau de adesão ocorrido das idéias e práticas do chamado catolicismo progressista e de suas impossibilidades. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 156.

⁶ LIMA, Maurílio Cesar de. **Breve história da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Restauero. Edições Loyola, 2001.

⁷ A primeira, bula *Dum diversas*, concedida pelo Papa Nicolau V em 1452, concedia aos reis de Portugal a faculdade de adquirirem os domínios e bens de mulçumanos e infiéis. A segunda, bula *Romanus Pontifex*, também concedida por Nicolau V, já no ano de 1455, autorizava ao rei o direito de erigir igrejas e oratórios e enviar missionários. Concedia ainda ao Infante e ao rei o monopólio comercial sobre os territórios conquistados, sob a bandeira de expansão da fé. A terceira, bula *Inter coetera*, concedida por Calisto III em 1456, isentava as terras descobertas pela Ordem de Cristo da jurisdição de qualquer bispo, e submetidas ao prior do convento da Ordem de Cristo em Tomar.

brasileiros, na quase que irrestrita interferência em assuntos eclesiásticos e submissão da Igreja ao Estado⁸.

O padroado supõe, assim, “uma subordinação efetiva da autoridade eclesiástica à autoridade civil”⁹, que no Brasil manifestou-se, sobretudo, no controle das nomeações das autoridades eclesiásticas pelo Estado e na direção, por parte deste, das finanças da Igreja.

Era tão intensa a aproximação entre Estado e Igreja no Brasil que afirmações como as feitas por Sérgio Buarque de Holanda não representam nenhum exagero, pois, segundo ele, “de tal maneira estava a administração eclesiástica entrosada na máquina administrativa do governo civil, que seria difícil ao vulgo ver nela não um departamento do Estado, mas um poder autônomo”¹⁰.

Sob o regime do padroado organizou-se a estrutura episcopal brasileira que se caracterizou por sua absoluta inadequação às necessidades pastorais do imenso território.

Em seus primeiros anos, a América Portuguesa encontrava-se sob jurisdição espiritual, conforme o direito de padroado, do prior de Tomar¹¹. Com a criação da diocese de Funchal, na Ilha da Madeira, pela bula *Pro excellenti*, de 1514 do papa Leão X, a América Portuguesa passou para a jurisdição da nova diocese, elevada à arquidiocese, em 1534.

⁸ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira**. 4ª Ed. T.I, v.2. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

⁹ AZZI, Riolando. apud SILVA, op. cit., 2006, p. 106.

¹⁰ HOLLANDA, op. cit., p. 57.

¹¹ Cf. AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HORNAERT, Eduardo [et. al.]. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, período colonial. 5ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008; em 1160 o mestre da Ordem dos Templários em Portugal, D. Gualdin Pais, mandou construir o castelo de Tomar, onde foram residir os membros da Ordem e ao seu redor construiu-se um povoado, designado como vila a partir de 1162, tornando-se o centro principal da Ordem. Com a extinção dos Templários, em 1310, e a criação da Ordem de Cristo, essa passou a herdar os bens daqueles e a sede de Tomar passou a ser vicariato, e o prior do convento, vigário. Posteriormente a Santa Sé concedeu à Ordem jurisdição eclesiástica, sob direção do prior de Tomar, sobre as terras conquistadas e que não pertenciam a nenhuma diocese estabelecida. Em 1522 o papa Adriano conferiu a D. João II a dignidade de grão-mestre da Ordem de Cristo, dignidade que se transmitiu aos seus sucessores no trono português.

Somente em 1551, temos a criação de uma diocese na América portuguesa, a de São Salvador, na Bahia, de origem tardia, se comparada ao aparecimento de outras dioceses da América espanhola¹².

Sua criação recebeu o impulso da vinda de um governo para o Brasil, com sede em Salvador que, ao ser instituída como cidade, tinha previsão de ser sede de um bispado¹³. A bula de criação da diocese de Salvador trazia em suas cláusulas a determinação de que enquanto não houvesse outros bispados na colônia portuguesa, esta exerceria sua jurisdição em todas as terras e partes da colônia e assim permaneceu por mais de um século.

Somente em 1676, pelas bulas de Inocêncio II, *Romani Pontificis* e *Ad sacram beati Petri*, foram criados os bispados de São Sebastião do Rio de Janeiro e de Olinda, sufragâneos da Bahia, esta elevada à categoria de arquidiocese, pela bula *Inter pastoralis officii*, ficando o arcebispo como metropolitano da província eclesiástica do Brasil, condição mantida até a República¹⁴.

Ao final do século XVIII, o Brasil contava com apenas uma província eclesiástica, com o arcebispado da Bahia, e as dioceses do Rio de Janeiro, Olinda, São Luís do Maranhão, Pará, Mariana e São Paulo; e as prelazias, de Goiás e Cuiabá, estrutura insuficiente e ainda agravada pelas longas vacâncias entre um bispo e outro.

Cabe ser lembrado que, por determinação de D. João VI, foi elaborado em 1819 um projeto para a ereção de novas dioceses, que propunha a divisão do Brasil em sete províncias

¹² AZZI, op. cit. A Diocese de São Salvador foi criada pela bula *Super spécula militantis Ecclesiae*, de 22 de fevereiro de 1551, do papa Júlio III e por solicitação do rei Dom João III. A bula elevou a vila de Salvador à categoria de cidade, desligando a nova diocese da jurisdição de Funchal e determinando-lhe a área de trezentos quilômetros de costa, mais cento e vinte para o interior.

¹³ LIMA, op. cit.

¹⁴ Cf. LIMA, op. cit.; até o final do período colonial, foram criadas mais apenas poucas dioceses. Foram estas a diocese do Maranhão, em 1677, sufragâneo do arcebispado de Lisboa; a diocese de Belém do Pará, em 1719, também sufragâneo do arcebispado de Lisboa; em 1745 as dioceses de São Paulo e Mariana, sufragâneos da Bahia. Destaca-se ainda a criação de poucas prelazias, transição para o bispado, com a criação da prelazia do Rio de Janeiro, em 1575; uma prelazia em Pernambuco, entre 1614 e 1624; em 1745 as prelazias de Goiás e Mato Grosso. Os bispados africanos de São Tomé e Angola, também eram sufragâneos do Metropolita da Bahia.

eclesiásticas ou arcebispados, com vinte e seis bispados. Entretanto, este projeto não vigorou¹⁵. A única modificação, nesse período, foi a elevação a dioceses das prelazias de Goiás e Cuiabá em 1827¹⁶.

Até fins do século XIX, o Brasil contou com uma estrutura eclesiástica insuficiente para atender as necessidades espirituais, seja por suas dimensões territoriais, seja por sua crescente população. Somente no início do século XX, com as mudanças de relações e a separação entre Igreja e Estado, promovida pela República, é que se assistem a iniciativas do Vaticano no sentido de reestruturar os espaços religiosos com a criação de novas dioceses¹⁷, período no qual, por fim, criou-se a Diocese do Piauí, em 1903.

Essa iniciativa, conforme observa Severino da Silva, contribuiu para aproximar a Igreja da sociedade, uma vez que:

nos primeiros anos da República, notamos que foram criadas províncias eclesiásticas e dioceses, uma reorganização dos poderes episcopais com o objetivo e sanar a grande distância entre a hierarquia e os fieis. Ao menos a distância física¹⁸.

No entanto, ainda no século XIX, a estrutura eclesiástica era agravada pelas regras do padroado que deixavam para a Coroa a responsabilidade da ereção das paróquias e a nomeação e custeio de seus responsáveis pastorais, através da Mesa da Consciência¹⁹ que, por pouco interesse ou economia, fez com que pouco avançasse o número de paróquias no Brasil.

Nessas condições, e frente à carência espiritual das populações, muitos bispos, com a conivência do Conselho Ultramarino, que muito provavelmente se aliviava das preocupações

¹⁵ HAUCK, João Fagundes, [et. al.]. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época: Século XIX. 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

¹⁶ BRASIL. **Lei de 03 de novembro de 1827**. Cria os Bispados de Mato Grosso e Goiás. Coleção de Leis do Império de 1827. I Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 82.

¹⁷ SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife a respeito do grau de adesão ocorrido das idéias e práticas do chamado catolicismo progressista e de suas impossibilidades. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

¹⁸ Ibid., p. 108.

¹⁹ HOLLANDA, op. cit. A Mesa da Consciência e Ordens funcionou como uma espécie de ministério responsável pelo culto público, composto de um presidente e cinco teólogos deputados juristas.

financeiras das criações, dividiam os territórios das paróquias existentes e instituíam outras novas²⁰, o que fez surgir uma diferenciação entre os sacerdotes.

Como observa Silva, “o regalismo era parte fundante nas relações com o sagrado. Mas as comunidades podiam, elas mesmas, encomendar seus vigários, desde que assumissem as suas despesas”²¹. Diferenciavam-se, assim, os *vigários colados*, aqueles designados pelo rei após concurso e exame, e gozavam de estabilidade com pagamento feito pelo erário régio; e *vigários encomendados*, que recebiam diretamente a jurisdição do bispo ou do prelado, atribuída a candidatos em condições de exercê-la e mantidos pelo povo, mas, não desfrutando de todas as prerrogativas de que gozavam os primeiros.

Esse mesmo clero, ao longo do século XIX, constituiu-se em uma das principais forças políticas do Império brasileiro e mesmo de onde saíram muitos de seus representantes da política partidária.

A Igreja no Brasil do século XIX, até por volta de 1830, pode ser considerada como legado do século anterior, mas que, gradativamente e apesar dos entraves do padroado, volta a aproximar-se de Roma e dos preceitos do Concílio Tridentino, tendo por prioridade a formação eclesiástica do clero e uma administração episcopal mais atuante²².

Até então não existia uma organização eclesiástica autônoma, próxima a Roma. A Igreja brasileira constituía-se como parte integrante e necessária da sociedade, no entanto, era quase nulo o relacionamento do catolicismo brasileiro com o papa e a cúria romana, pois “sob o regime do padroado todos os assuntos eclesiásticos eram tratados e resolvidos por órgãos do Governo, principalmente pela Mesa de Consciência e Ordens”²³.

²⁰ LIMA, op. cit.

²¹ SILVA, Severino Vicente da. Uma leitura de paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica: Fernando Londão (org.) São Paulo, 1987. In: **Clio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco. N. 17. Recife, UFPE, 1998, p. 152.

²² HAUCK, op. cit.

²³ Ibid., p. 77.

Assim, era comum entre os bispos a aceitação da autoridade absoluta do rei em assuntos religiosos, limites aceitos, muitas vezes, por uma formação marcada pela mentalidade regalista vigente na Universidade de Coimbra, onde muitos deles estudaram e de onde trouxeram essas práticas para o Brasil.

O poder eclesiástico exercido pelo rei, mais do que a antigos privilégios e concessões feitas pelos papas à Ordem de Cristo, passou a ser entendido também no Brasil como atribuições inerentes ao poder real, o que, em alguma medida, explica a irritação de D. Pedro quando Roma exigiu formalidades para o reconhecimento do padroado régio de seu governo.

Pedro I entendia o padroado como um direito, atribuição específica do poder absoluto dos reis, enquanto Roma o considerava uma concessão papal aos reis, para que estes promovessem a evangelização dos territórios conquistados²⁴. Essas diferentes interpretações fizeram com que o episcopado brasileiro, não chegasse a constituir um centro de unidade. Seu relacionamento com os fiéis reduzia-se a ocasiões especiais, sobretudo no tumulto das grandes festas.

Pouco numeroso, o episcopado não acompanhava o aumento da população e sua influência reduzia-se, sendo a maior parte das funções episcopais exercida pela instituição leiga do padroado e pelas famílias que assumiam grande importância como expressão religiosa, uma vez que a religião brasileira era mais privada e doméstica do que institucional.

Com uma religiosidade "de muita reza e pouco padre"²⁵, mais de devoções do que de preceitos, era por meio da família que se aprendiam as orações, as práticas e o "dever ser" do comportamento religioso. Por meio dessa, aprendia-se a materializar crenças com o uso de imagens, ramos, bentinhos e patuás, apegando-se aos santos como único recurso para as muitas necessidades.

²⁴ Ibid.

²⁵ SILVA, op. cit., 2001, p. 137.

Legado de uma tradição prenhe da disputa entre o bem e o mal, “o catolicismo que foi se implantando no Brasil foi um catolicismo de negação”²⁶, feito mais de paixão que de ressurreição, no qual o sagrado e o profano faziam parte de práticas cotidianas muito próximas.

Marcado por uma grande variedade de crenças²⁷, a religiosidade do povo refletia sua miscigenação, pois, originava-se tanto de heranças medievais, trazida pelos europeus, em que o sagrado e o misterioso apareciam em todas as atividades do dia-a-dia, quanto da diversificada contribuição das culturas nativa e africana. Constituiu-se em uma religiosidade transmitida pela família, ou passada de pessoa a pessoa, numa troca de experiências do poder de certas orações, devoções e benzeções, na qual se buscava intermediários bem próximos e sensíveis para o relacionamento com o sobrenatural, acessado por meio de imagens, fitas, medalhas, rosários, bentinhos, patuás, benzeções²⁸.

Nesse espaço, a figura do sacerdote foi ofuscada em razão da força de outras autoridades locais, uma vez que assumiam um papel pouco significativo em meio a crenças assentadas sobre instituições e lideranças leigas. Assim também configurou-se o Piauí, região de tardia fixação do poder eclesiástico, onde rezadores, benzedores, imagens milagrosas e objetos protetores tinham poder suficiente para intermediar o contato com o Deus e resolver quase todas as situações²⁹.

Incutia-se, assim, por meio da catequese familiar, uma religiosidade muito intensa, mas de doutrina pouco apurada. Limitada à memorização de orações e de pontos da doutrina, representava terreno fértil para a mistura do cristianismo com reminiscências religiosas

²⁶ Ibid., p. 135.

²⁷ Ibid.

²⁸ HAUCK, op. cit., p. 112.

²⁹ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. A religiosidade no Piauí colonial: catolicismo adaptado ao modo de vida. In: **CLIO**. Revista de Pesquisa Histórica. Recife: Editora Universitária da UFPE, N. 22, 2006.

indígenas e africanas, mantidas por estes da forma que lhes foi possível, considerando que “ainda que se negue a crença do outro, ela continuará existindo”³⁰.

Mas apesar de peculiaridades que se afastavam dos preceitos tridentinos, a religião continuou a ser a maior expressão da vida social do Império, em que a muita devoção não impedia uma tolerância moral a práticas condenadas pela Igreja, que escandalizavam missionários estrangeiros, justificadas como fruto de difíceis condições de vida.

Desse modo, tinha-se, de maneira geral, uma Igreja tolerante e festiva. A Igreja Tridentina deu grande importância aos aspectos visíveis da religião, aspecto que se preservou ao longo dos séculos, influenciando sobremaneira a organização da Igreja brasileira, também marcada pelo aspecto exterior do culto³¹.

Dessa maneira, as celebrações religiosas representavam, muitas vezes, a diversão única de toda uma população, que encontrava nas procissões, nas missas, nos festejos, nas vigílias e mesmo nos velórios, momentos excepcionais em suas vidas.

Marcado por seu caráter de folguedo, no qual muitas vezes os dogmas cristãos misturavam-se a crenças pagãs, as celebrações públicas paralisavam todas as atividades, em um instante de evasão no qual os membros de todas as camadas sociais se encontravam. Representavam também momento em que as mulheres encontravam um dos raros espaços de se libertarem, mesmo que precária e provisoriamente, do julgo de pais e maridos.

Em meio a cerimônias festivas, a influência do clero na organização da sociedade imperial faz-se sentir, entretanto, não no sentido do apuramento doutrinário e gestual, mas muitas vezes modificando os preceitos religiosos ao gosto das populações. Como analisa Sodré, a religião católica no Brasil “em vez de se impor, ela se adapta. Perde os seus traços de rigidez e de aspereza, as suas ameaças, o seu caráter punitivo, para se fazer maleável, flexível,

³⁰ SILVA, op. cit., 2001, p. 133.

³¹ AZZI, op. cit.

branda, acolhedora”³².

O caráter festivo e ansiosamente esperado das cerimônias não era encontrado em dias comuns. Nos domingos e dias de festa enchiam-se as igrejas, mas em dias de semana o padre costumava celebrar para um número muito reduzido de fiéis ou mesmo contando apenas com a presença do sacristão³³.

A formação desse clero representa, ainda, importante elemento de análise. Antes do Concílio de Trento (1542-1563), no Brasil, bem como em toda a cristandade, a formação do clero das Ordens e congregações religiosas formava-se segundo suas regras e determinações e o clero diocesano resultava do próprio interesse dos candidatos ao sacerdócio e do interesse das dioceses. Esse sistema de ordenação foi praticado no Brasil até o advento dos primeiros seminários, que datam do século XVIII³⁴.

O primeiro seminário foi o de São José, criado em 1739 no Rio de Janeiro, fundado por Dom Antônio de Guadalupe. O segundo seminário foi o de Nossa Senhora das Missões, em 1747, fundado em Belém pelo padre Gabriel Malagrida que, em suas peregrinações, passou pelo Piauí e fundou, em 1751, o Seminário do Rio Parnaíba³⁵, iniciativa que, no entanto, não logrou maiores resultados, sendo posteriormente transferido para a vila maranhense de Aldeias Altas.

Em geral, pouco se exigia para a ordenação sacerdotal. Nos seminários conservava-se a tradição de humanidades introduzidas pelos jesuítas, em que se cuidava bem da oratória, importante no exercício do ministério. De conhecimentos teológicos também pouco se exigia,

³² SODRÉ, op. cit., p. 112.

³³ HAUCK, op. cit.

³⁴ LIMA, op. cit.

³⁵ Cf. BASTOS, op. cit., 1994, por muito tempo acreditou-se que este Seminário teria sido construído contíguo à Igreja do Rosário, em Oeiras. No entanto, segundo Pe. Cláudio Melo, este teria sido instalado em Buriti dos Lopes, ao norte da Capitania, e não em Oeiras. As ruínas em Oeiras apontadas como pertencentes ao Seminário seriam de um hospício de religiosos capuchos, cuja construção teria ocorrido após 1757.

“bastava o conhecimento do Catecismo de Montpellier e do manual Teologia de Lião, ambos jansenistas e condenados por Roma”³⁶.

Destaque-se ainda que para a ordenação o candidato não era obrigado a freqüentar um seminário. Exigia-se apenas um exame de conhecimentos, muitas vezes bastante indulgente. Os conhecimentos necessários podiam ser adquiridos em particular, com outros sacerdotes. Para os candidatos ao subdiaconato “pedia-se latim e o catecismo de Montpellier; para o diaconato, história sagrada e eclesiástica, exegese, patrística; para o presbiterado, teologia, liturgia e cantoção”³⁷.

Ordenado em uma circunstância em que essa condição ainda era muito presente, embora já contestada por algumas de suas práticas, Padre Marcos obtém sua formação e desenvolve seu sacerdócio. Sua formação e sacerdócio são temas das análises que se seguem.

2.2 DE REZA E DE POLÍTICA: Padre Marcos e seu sacerdócio

Marcos de Araújo Costa nasceu no arraial dos Paulistas, hoje cidade de Paulistana (PI), no ano de 1778, na casa de seu avô materno, Valério Coelho Rodrigues, filho de Marcos Francisco de Araújo Costa e Maria Rodrigues de Santana³⁸. Seu pai, homem letrado, descende

³⁶ HAUCK, op. cit., p. 88. Cf. LÉONARD. E. G. apud HAUCK, op. cit., p. 89, “o Catecismo de Montpellier era a tradução das *Instructions générales en forme de catéchisme*, do oratoriano François-Aimé Pouget, diretor do seminário de Montpellier, impressas em Paris em 1702, diversas vezes condenadas por Roma a partir de 1721. As *Institutiones Theologiae ad usum scholarum* foram publicadas em Lião, em 1780, em seis volumes, pelo oratoriano Joseph Valla, e colocadas no índice dos Livros Proibidos em 17 de setembro de 1792. Apesar dos protestos de Caleppi, a comissão portuguesa de censura autorizou a publicação do livro, defendida pelo bispo do Rio. Na polêmica havida em 1813 entre o bispo José Caetano da Silva Coutinho e o núncio a propósito da Teologia de Lião usada como texto pelos padres, o bispo desafiou o núncio a mostrar-lhe um erro sequer na obra; o núncio não aceitou o desafio por julgá-lo inútil, uma vez que o livro já estava no índice”.

³⁷ Ibid., p. 90.

³⁸ Não se conhece as datas precisas de nascimento e falecimento dos pais de Padre Marcos. Sabe-se apenas que seu pai, Marcos Francisco, nasceu em outubro de 1743 e faleceu pouco antes de agosto de 1805, e que sua mãe,

de português fixado na região pelo matrimônio – prática comum às famílias locais – ocupou cargos importantes na Capitania. Marcos Francisco foi Sargento-mor, Ouvidor-Geral de Oeiras durante muitos anos e 1º membro da Junta Governativa da Capitania entre os anos de 1784 e 1786. Filho de pais cuja atuação política e social já se destacava, Padre Marcos herda bens e prestígio que soube multiplicar, sabendo valer-se de sua condição de “homem das letras” e “homem do Sagrado”, agregando elementos de ordem econômica e política à sua atuação sacerdotal, que, por sua vez, resultou em novos proveitos para si e para o grupo familiar ao qual pertencia.

No campo das letras, o jovem Marcos recebeu instrução primária na própria casa paterna, dentro do modelo de *escolas domésticas* ou *familiares*³⁹, sistema em que o ensino era ministrado no espaço doméstico por familiares letrados, religiosos ou mestres contratados, tendo como primeiro professor o próprio pai, que lhe introduziu no mundo das letras, das boas maneiras e do latim.

Mudou-se ainda jovem para a Vila do Açú, no Rio Grande do Norte, para continuar seus estudos, matriculando-se na escola do professor Manuel Antônio de Andrada que, posteriormente, viria a lecionar latim no Seminário de Olinda⁴⁰, local no qual Marcos iniciou seus estudos sacerdotais.

Concluídos seus estudos preparatórios, o jovem Marcos seguiu o caminho do sacerdócio⁴¹, trilhando o caminho que iria lhe conferir ainda maior prestígio e visibilidade na

Maria Rodrigues de Santana, veio a falecer em 1837, após longo período de enfermidade. Cf. PIAUÍ. APEPI. **Carta ao senhor secretário da Assembléia Legislativa Provincial, justificando a ausência do deputado Padre Marcos de Araújo Costa, às sessões daquela Casa, de 25 de junho de 1837.** Sala do Poder Legislativo, cx: 125 (1ª legislatura), 1837; ARAÚJO COSTA, Sebastião Martins de; ROCHA, Moacyr Sipaúba da; REZENDE, José Ferreira de Sousa. **Dados genealógicos da família Rocha.** 3. ed. rev. e ampli. Teresina, 1999, e CASTELO BRANCO, H. op. cit.

³⁹ COSTA FILHO, op. cit.

⁴⁰ CASTELO BRANCO, M. op. cit. À época em que esteve no Rio Grande do Norte, a vila em que Padre Marcos estudou chamava-se Vila Nova da Princesa, criada por Ordem Régia em 22 de julho de 1766, em homenagem à princesa Dona Carlota Joaquina de Bourbon. Por meio da Lei provincial nº 124, de 16 de outubro de 1845, concedeu-se à Vila Nova da Princesa foros de cidade com o nome de Açú, a qual se refere o autor.

⁴¹ NEVES, op. cit., 1997.

sociedade da época, uma vez que seu nome passou a ganhar notoriedade e inserir-se no cenário sócio-político piauiense. O jovem Marcos cedeu lugar, assim, a Padre Marcos, figura aplaudida por seus contemporâneos, inscrevendo-se de forma definitiva na história piauiense.

Embora o sacramento do matrimônio, desde o período colonial, tenha-se mostrado no Piauí um caminho mais atraente que o sacerdócio, um pequeno número de famílias de elite formava seus padres que, por sua vez, desenvolviam suas atividades eclesiásticas nas regiões de domínio de suas famílias⁴², evidenciando a importância e influência que este segmento da vida social exercia sobre as demais esferas, desde que alicerçado nos espaços de mando já ocupados por suas famílias, que eram ampliados com a atuação clerical.

Marcos foi um desses padres formados no seio e a serviço dessas famílias de elite no Piauí. Integrou uma poderosa e prestigiada família, atuando nos mais diversos espaços sociais e destacando-se como político, “cujo prestígio se estendeu ao período de consolidação do Império Brasileiro”⁴³, atuando nos diferentes setores da vida social piauiense no período.

Com relação à sua formação sacerdotal, observou-se divergências de opiniões na literatura consultada. Questionava-se se esse clérigo teria realizado o curso para o sacerdócio em Coimbra, Portugal, ou se no Seminário de Olinda. Entretanto, diferente dos autores consultados, acredita-se que a atuação em um espaço não exclui a participação no outro, uma vez que foram encontrados registros relativos à sua permanência em ambos.

Sua passagem por Olinda é confirmada pelo registro de sua matrícula nas aulas de Retórica, entre os trinta e três seminaristas regulares a frequentarem essa instituição religiosa no ano de sua fundação, em 1800⁴⁴. Isso fortalece a defesa de que sua formação recebeu fortes subsídios nesse seminário que emitiu muitas ressonâncias no Brasil do início do século XIX.

⁴² BRANDÃO, T. op. cit., 2006.

⁴³ Ibid., p. 258.

⁴⁴ NOGUEIRA, Severino Leite. **O seminário de Olinda e o seu fundador o bispo Azeredo Coutinho**. Pref. de José Antonio Gonçalves de Mello. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.

Marcos foi, assim, veículo de parte dessa ressonância no território piauiense.

Ao final do século XVIII, o clero no Brasil era reconhecidamente mal formado e a proposta do Seminário de Olinda, concebido na melhor tradição do Iluminismo português e único seminário episcopal a ser criado após a expulsão dos jesuítas, propunha modificar esse quadro. Como notado por José Murilo de Carvalho, esse espaço de formação traduziu bem esse Iluminismo lusitano, marcado pelo conservadorismo cristão-católico, sendo muito distinto de sua origem francesa⁴⁵.

Esse Seminário, inaugurado em 16 de fevereiro de 1800, foi idealizado por José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho que, ao ser indicado bispo de Pernambuco, condicionou sua aceitação à criação de um Seminário na sua diocese, conforme determinações do Concílio Universal de Trento.

Por resolução de 15 de julho de 1546, o Concílio Tridentino ordenava que em todas as igrejas catedrais, metropolitanas ou superiores, instituísse-se ou se fundasse na cidade episcopal, ou em outro lugar conveniente, um colégio, se outra coisa não fosse possível, no qual seria recebido número determinado de meninos, para serem ali educados religiosamente e formados nas disciplinas eclesiásticas⁴⁶. Seu propósito era formar quadros competentes para a condução da vida social nos domínios católicos, conforme preceitos sugeridos e orientados pela Igreja romana. No Brasil, o Seminário de Olinda assumiu esse papel formador de maneira significativa, tornando-se, por um longo período, um de seus principais símbolos.

Criado por meio de Carta Régia do Príncipe Regente D. João, de 13 de abril de 1798, o Seminário teve sua administração entregue a Azeredo Coutinho e custeado com escassos recursos retirados do Subsídio Literário, imposto criado por lei de 10 de novembro de 1772, destinado ao pagamento de mestres de ler e de escrever, de gramática ou de qualquer outra

⁴⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴⁶ NOGUEIRA, op. cit.

instrução de menores, incidindo sobre a aguardente da terra – 10 réis sobre cada canada⁴⁷ – e sobre a carne verde vendida à população – 1 real sobre cada libra⁴⁸ de carne.

Com a criação do Subsídio Literário, primeira política de fundos destinada à educação em Portugal e Brasil, a administração portuguesa propunha centralizar os instrumentos e as instâncias de cobrança e arrecadação dos recursos públicos especificamente destinados à educação⁴⁹.

Em Olinda, Azeredo Coutinho desejava um seminário voltado para as realidades brasileiras, introduzindo no currículo matérias que não eram comuns na formação de sacerdotes no período. Desejava, em última análise, “que os vigários do interior entendessem de agricultura para incentivar o progresso do povo”⁵⁰, característica sentida no modelo educacional desenvolvido por Padre Marcos na escola de Boa Esperança, em cujo ensino contemplava o ensino prático.

O fundador do Seminário de Olinda nasceu em 1742 em Campos dos Goitacás, Rio de Janeiro. Filho de família abastada, realizou seus primeiros estudos de filosofia e teologia no Convento dos Carmelitas Calçados, na cidade do Rio de Janeiro. Com o falecimento de seu pai, assumiu a administração de sua herança aos 26 anos de idade, mas, aos 32 anos, abdicou do direito de primogenitura e mudou-se para Portugal onde, em Coimbra, estudou letras e filosofia e logo passou a lecionar direito canônico.

Azeredo Coutinho, “o grande senhor de terras e escravos deixou tudo para servir a Deus, mas servir em posição privilegiada”⁵¹. Ordenou-se e chegou ao episcopado em 1794, sendo sagrado bispo na Basílica do Coração de Jesus, em Lisboa, em 25 de janeiro de 1795, e

⁴⁷ Antiga medida de líquidos que equivalia a quatro quartilhos ou dois litros.

⁴⁸ Unidade de massa utilizada no sistema inglês de pesos e medidas equivalente a 0,4535923 quilogramas.

⁴⁹ SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

⁵⁰ HAUCK, op. cit., p. 82.

⁵¹ SIQUEIRA, Sônia Aparecida apud NOGUEIRA, op. cit., p. 140.

nomeado para a Diocese de Olinda, aonde chegou a 25 de dezembro de 1798, tornando-se um importante elo político-religioso entre a Metrópole e a Colônia.

Suas posturas como religioso e como político, por vezes, eram marcadas por contradições, como ressalta Hauck,

desenvolvimentista, não percebeu o alcance da revolução industrial que se processava na Europa; liberal, era contrário às idéias da Revolução Francesa; aceitava e justificava a existência da escravidão, e considerava normal não tivessem os governados qualquer direito; mostrava-se intolerante, às vezes; reconhecia o poder absoluto do rei, mas provocou sua transferência para Portugal ao sentir-se contrariado na nomeação de um pároco⁵².

Sua atuação sacerdotal esteve ainda bastante imbricada com os espaços políticos por ele ocupados. Em Pernambuco, foi ainda Diretor-Geral dos Estudos, Presidente da Junta da Fazenda e Governador Interino da Capitania. Os espaços ocupados por ele em sua vida religiosa, portanto, o possibilitaram ganhar visibilidade e influenciar no cenário político da região e do país, experiência que fora seguida também por alguns de seus discípulos. Sua vida religiosa, assim, mesclava-se com uma ativa vida política, o que se pode observar também com relação a Padre Marcos.

Ainda nessa perspectiva, Azeredo Coutinho, após ser exonerado do governo pernambucano por motivos políticos, retornou a Portugal, em 1802, quando assumiu o Bispado de Bragança e Miranda e em 1818 o Bispado de Elvas. Faleceu em Lisboa, a 12 de setembro de 1821, logo após ter sido eleito Deputado às Cortes Constituintes pelo Rio de Janeiro.

Profundo conhecedor dos escritos e das idéias dos pensadores identificados com o pensamento burguês da época e influenciado pelo pensamento burguês de Portugal, Azeredo Coutinho defendeu as posições políticas mais avançadas do Reino, partidário do liberalismo,

⁵² HAUCK, op. cit., p. 82.

do despotismo esclarecido e, por extensão, do regalismo que ameaçava as bases da autoridade papal⁵³.

A seu respeito, Gilberto Freyre escreveu:

O Bispo Azeredo Coutinho foi talvez o primeiro brasileiro a sonhar para Olinda e para seus montes um futuro tranqüilo de cidade universitária que viesse consolar a antiga cidade de capitães-generais, de sua viuvez política. Ele fez do velho colégio dos jesuítas o esboço de uma universidade moderna, desenvolvendo o ensino secundário em ensino superior. Olinda seria uma espécie de Coimbra; e o Beberibe o seu Mondego⁵⁴.

A associação de Olinda a Coimbra deixa entrever as influências obtidas na formação desse sacerdote, bem como suas proposições para o cenário brasileiro. Olinda e seu Seminário, segundo a proposta de Azeredo Coutinho, deveriam assumir o mesmo papel de Coimbra na vida lusitana: espaço de formação de idéias na condução dos caminhos sociais e políticos. Além disso, o Seminário de Olinda, ao se erigir sobre os escombros de um antigo colégio jesuíta, assumia simbolicamente também a função da condução de uma nova postura educacional no Brasil, cuja influência maior estava atrelada aos ideais iluministas lusitanos da época.

Seu Seminário representou a mais avançada proposta pedagógica brasileira na passagem do século XVIII para o XIX⁵⁵ e dele saíram muitos dos líderes eclesiásticos das futuras revoluções⁵⁶. No entanto, o trabalho desenvolvido em Olinda não foi capaz de provocar uma

⁵³ ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836**. 2. ed. rev. Campo Grande, MS: Editora UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

⁵⁴ FREYRE, Gilberto. **Olinda: 2º guia prático e sentimental de cidade brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, p. 39.

⁵⁵ ALVES, op. cit.

⁵⁶ Cf. MARIANO, op. cit.; no Brasil, a Igreja e a religião Católica tiveram como uma de suas características a forte ligação com o liberalismo, atestado pela atuação de padres liberais. Padres sem amarras canônicas e longe dos aparelhos repressivos, típico do catolicismo brasileiro da colônia. Vinculados à estrutura social que ocupavam, não escondiam suas paixões de todos os gêneros inclusive pela carne, pela política, pelo poder e pelo dinheiro. Cf. BARRETO, Célia de Barros. [et. al.]. **O Brasil monárquico: o processo de emancipação**. tomo II – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, o Seminário de Olinda foi um importante centro propagador das idéias liberais no Brasil e que viveu com intensidade as movimentações da Revolução Pernambucana de 1817.

ampla reforma na Igreja no Brasil, que somente lança seus primeiros ensaios décadas depois, com os Bispos do Norte⁵⁷.

O Seminário de Olinda constituiu-se na primeira instituição de ensino no Brasil a possuir uma estrutura escolar em que as matérias apresentavam uma seqüência lógica, trabalhadas de acordo com um plano de ensino previamente estabelecido, em cursos que possuíam uma duração determinada e com alunos agrupados em classes, procurando ainda reunir em seu plano de estudos, o ensino clássico e moderno⁵⁸.

Nele, o ensino ganhou um caráter utilitário, desenvolvido sob a égide do prático e do útil, desde as aulas de primeiras letras até mesmo aos estudos de teologia. Esperava Azeredo Coutinho, com isso, formar padres que, a par do preparo necessário ao exercício de sua atividade missionária, tivessem a formação científica necessária para auxiliar o levantamento das riquezas naturais do reino luso-brasileiro, indispensáveis, em seu entender, à recuperação material do império colonial português⁵⁹.

Mas também ao mesmo tempo em que formava quadros para a Igreja Católica, o Seminário assegurava aos filhos das classes dirigentes da região os estudos de nível secundário que lhes permitiriam o acesso às universidades européias⁶⁰, espaço no qual se formavam e se difundiam as idéias e os mecanismos de comando das elites locais, além de fornecer parte dos agentes da administração pública de cada região.

A organização, o funcionamento e os objetivos do Seminário encontram-se detalhados em seus Estatutos, escritos por Azeredo Coutinho em 1798, antes da sua vinda para o

⁵⁷ HAUCK, op. cit.

⁵⁸ VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, Vol.II: Século XIX, 2005.

⁵⁹ ALVES, op. cit.

⁶⁰ MELLO, José Antonio Gonçalves de. O Seminário de Olinda. In: **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 jun. 1950. Disponível em: <<http://www.fgf.org.br/bvjagm>>, acessado em 20/02/2008.

Pernambuco, com o título de Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça de Olinda de Pernambuco ordenados, por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho XII, Bispo de Pernambuco do Conselho de S. Majestade Fidelíssima, fundador do mesmo Seminário⁶¹.

Logo no preâmbulo dos Estatutos, Azeredo Coutinho discute os objetivos do Seminário, segundo o qual, evidenciando as dimensões religiosas e políticas assumidas por essa instituição de ensino, serviria para “instruir a Mocidade de nossa Diocese no conhecimento das verdades da Religião, na prática dos bons costumes, e nos estudos das artes, e ciências, que são necessárias para polir o homem, e fazer Ministros dignos de servirem à Igreja, e ao Estado”⁶².

Divididos em três partes, os Estatutos compreendem a primeira parte, da “observância econômica”, que trata da organização administrativa; a segunda parte, da “observância moral”, que apresenta os cuidados com os costumes e condutas a serem aplicados na vida social, e a terceira parte, da “observância literária”, que discute com riqueza de detalhes o plano de estudos do Seminário, discutindo a dimensão pedagógica adotada.

Em relação à passagem do jovem Marcos de Araújo Costa por Olinda, os Estatutos, em sua primeira parte, levantam um ponto de análise importante ao discutir para quem foi instituído o Seminário. Conforme esses estatutos, em seu Capítulo I, os seminários foram criados para “educar nas virtudes, e ciências os meninos pobres e órfãos, inabilitados para se poderem sustentar nos estudos”⁶³, contrariando o perfil assumido pelo jovem piauiense.

⁶¹ apud NOGUEIRA, op. cit., p.315.

⁶² ESTATUTOS do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça de Olinda de Pernambuco ordenados por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho XII Bispo de Pernambuco do Conselho de S. Majestade Fidelíssimo fundador do mesmo Seminário. apud NOGUEIRA, op. cit., p.318.

⁶³ ESTATUTOS. Primeira Parte. Capítulo I, Caput. apud NOGUEIRA, op. cit., p.319.

O jovem Marcos não era órfão ou filho de pais pobres. Assim, sua entrada no Seminário feria um dos pressupostos básicos que determinavam que o candidato a colegial do número, ou seja, seminarista regular a quem a princípio o Seminário se destinava, deveria ser pobre, órfão, ou filho de pais pobres, e que não pudessem sustentar-se nos estudos. Esse item não era preenchido pelo candidato do Piauí.

Entretanto, logo essa obrigatoriedade foi atenuada, por meio do Capítulo IV dos Estatutos, que traz o seguinte texto:

Não foi instituída tão-somente para os pobres a fundação dos Seminários: a imitação da Divina Providência, que a pequenos e grandes, a pobres e ricos abrange geralmente com os tesouros da sua Misericórdia, determinou a Santa Igreja que dos Seminários, que mandou instituir para os pobres, não fossem excluídos ricos, contanto que estes se sustentem a sua custa. Por essa razão conformando-nos com as pias intenções da Igreja declaramos, que serão admitidos no Colégio os filhos daquelas pessoas, que se obrigassem a dar anualmente a cômgrua suficiente para a sua sustentação⁶⁴.

Assim, caso a família financiasse o sustento do aluno e sua manutenção no Seminário, era possível a inclusão de meninos de origem abastada, como era o caso do jovem Marcos.

Com esse dispositivo abriu-se a possibilidade de acesso aos filhos de famílias ricas no Seminário que, “de exceção, na forma, tornaram-se regra, de fato, pois dominaram quantitativamente a composição da clientela”⁶⁵. Confirma isso o total de cem colegiais extranumerários, ou colegiais de fora, contra trinta e três colegiais do número, ou colegiais regulares, matriculados no ano de fundação do Seminário. Assim, de instituição voltada para formar jovens carentes, o Seminário de Olinda passou a formar predominantemente filhos das elites regionais, dentre as quais se destacou a família de Padre Marcos.

O jovem Marcos poderia, assim, matricular-se no Seminário como colegial extranumerário. No entanto, seu nome figurava entre os “33 seminaristas que naquele dia

⁶⁴ ESTATUTOS. Primeira Parte. Capítulo IV, Caput. apud NOGUEIRA, op. cit., p.323.

⁶⁵ ALVES, op. cit., p. 125.

receberam a batina, ‘beca’, das mãos de Azeredo Coutinho e assim se tornaram com ele fundadores daquele Seminário”⁶⁶. Marcos, assim, não somente frequentou o Seminário de Olinda, mas, como um de seus fundadores, recebeu direta influência de Azeredo Coutinho e do Iluminismo lusitano.

Essa condição sinaliza a influência que a rede familiar do jovem Marcos desfrutava mesmo fora do Piauí, de forma a possibilitar seu ingresso como seminarista numerário de Olinda, com o aval do próprio Azeredo Coutinho, logo na fundação do Seminário.

A influência de sua família é observada ainda ao se considerar outro entrave ao ingresso do jovem Marcos no Seminário. No mesmo artigo que determinava ser o candidato a colegial do Seminário órfão ou filho de pais pobres, estabelecia também que “o sujeito que houver de ser admitido a colegial do número, deve ser natural do bispado”, e que “de todas as freguesias do bispado seguidamente se hão de tirar os colegiais, que hão de preencher o número que se houver de estabelecer, para serem educados à custa do Colégio”⁶⁷. O jovem Marcos não pertencia ao Bispado de Azeredo Coutinho, mas isso também não o impediu de ser aceito em Olinda.

O governo espiritual do Piauí, desde o início do controle português, esteve sujeito à jurisdição eclesiástica do Pernambuco, sendo a Igreja do riacho Mocha filial da Matriz de Cabrobó. No entanto, com a criação da Diocese do Maranhão, a jurisdição eclesiástica do Piauí foi a ela incorporada em 1728⁶⁸. Marcos então não poderia ser aceito em Olinda por ser natural de outra Diocese, a do Maranhão.

⁶⁶ NOGUEIRA, op. cit., p.205.

⁶⁷ ESTATUTOS. Primeira Parte. Capítulo I, § 1°. apud NOGUEIRA, op. cit., p.319.

⁶⁸ CHAVES, op. cit., 1998, e CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto. **História Episcopal do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1980.

Entretanto, o jovem Marcos foi enviado à Olinda, não como representante da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, da Capitania do Piauí a qual pertencia, mas como representante escolhido pela freguesia de São Sebastião do Açu, da capitania do Rio Grande do Norte, à época pertencente à jurisdição eclesiástica da Diocese de Olinda, e onde havia dado continuidade aos estudos iniciados com o pai. Essa condição justifica, em termos, a presença do jovem Marcos como colegial regular em Olinda.

A Diocese de Olinda, ao final do Século XVIII e início do Século XIX, compreendia duas cidades, vinte e duas vilas e setenta e oito freguesias pertencentes às Capitânicas do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco⁶⁹.

Deve ser observado, no entanto, que apesar de Olinda à época iniciar suas atividades, a precária situação dos seminários no Brasil resultou no relaxamento de algumas exigências⁷⁰ e que, independente da influência de seus familiares, os conhecimentos adquiridos pelo jovem Marcos ao longo de sua formação no Piauí e no Rio Grande do Norte pesaram positivamente para a sua aceitação em Olinda. Seu desempenho como aluno favoreceu, assim, para sua aceitação no Seminário.

Ressalte-se ainda que, além do interesse e dos pré-requisitos já sinalizados, existiam outros elementos a serem cumpridos para o ingresso em Olinda e que excluía um significativo percentual dos jovens das diversas freguesias pertencentes à Diocese, mas, contribuía para a aceitação do jovem Marcos.

Entre esses outros pré-requisitos, exigia-se dos candidatos a colegiais do número, conforme os Estatutos em sua primeira parte, que o candidato fosse fruto de legítimo matrimônio “sem nota o infâmia de geração das reprovadas em direito; e que ao menos tenha

⁶⁹ NOGUEIRA, op. cit.

⁷⁰ CARVALHO, J. op. cit.

12 anos de idade”, que “saiba ler e escrever, e contar suficientemente; que seja de engenho vivo, e bom procedimento; e que não seja achacado, doente, ou contaminado de mal contagioso”⁷¹. Além do interesse, essas exigências limitavam, sobremaneira, a aceitação de muitos jovens interessados em estudar no Seminário.

O jovem Marcos atendia às exigências elencadas anteriormente, o que certamente foi levado em consideração para a aprovação de seu nome por Azeredo Coutinho. Todas essas exigências, certamente eram produtos menos da vontade de Azeredo Coutinho e muito mais frutos de práticas impostas pela Igreja Católica, tributárias das lutas que se travaram na fase de transição das sociedades feudais para as sociedades capitalistas⁷², mas que guardaram ressonâncias na condução do Seminário e na formação de seus alunos.

Marcos, então, matriculara-se no Seminário de Olinda, onde iniciou seus estudos pela disciplina de Retórica, ministrada pelo padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, Padre Miguelinho, curso que teve como um de seus frutos fragmentos da obra *A gratidão pernambucana, ao seu benfeitor, o Exmo. e Revmo. Sr. D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho*⁷³, composições literárias e orações acadêmicas em prosa e verso, em português e latim, colecionadas pelo Padre Manuel Jácome Bezerra de Menezes e publicado em Lisboa em 1808.

Em Olinda, como desejava Azeredo Coutinho, a disciplina de Retórica tinha a missão de ensinar aos seminaristas a “falar bem”. Para o Bispo, o ensino de Retórica, “ordena os pensamentos, a distribuição, e o ornato; e com isto ensina todos os meios, e artifícios para

⁷¹ ESTATUTOS. Primeira Parte. Capítulo I, §§ 1º e 2º. apud NOGUEIRA, op. cit., p.319.

⁷² ALVES, op. cit.

⁷³ O título completo da obra é: *A gratidão pernambucana, ao seu benfeitor, o Exmo. e Revmo. Sr. D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, bispo de Elvas, em outro tempo de Pernambuco, eleito de Bragança e Miranda, do conselho de Sua Majestade, governador interino da capitania-geral de Pernambuco, presidente da Real Junta da Fazenda, diretor-geral dos estudos, fundador do Seminário de Nossa Senhora da Graça da cidade de Olinda, e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, O.D. e C. os sócios da Academia Pernambucana e os alunos do Seminário Olindense.*

persuadir os ânimos, e atrair as vontades”⁷⁴. Logo o Seminário tornou-se um centro formador e irradiador da conquista pela palavra, habilidade considerada indispensável àqueles que pretendiam seguir a carreira política ou ocupar postos na administração pública.

Por todo o século XIX, o púlpito continuou a manter muito de sua influência sobre a população, de onde muitos clérigos, vinculados a interesses particulares e familiares, continuaram a exercer missões políticas junto ao sacerdócio.

O domínio da palavra escrita e, sobretudo, falada lhes conferiam destaque na ordem dos acontecimentos, na qual o trabalho religioso cedia espaço à ação política. Por meio de um falar preciso, exerciam grande influência sobre as populações de suas paróquias e construía relações de prestígio social.

Nas pregações de muitos desses sacerdotes, os temas políticos eram sempre recorrentes e no púlpito muitos movimentos se iniciaram. Outros tantos foram evitados por pregadores da ordem e da tranqüilidade. Padre Marcos foi um desses sacerdotes que soube incendiar movimentos e que, por outro lado, também soube evitar que tantos outros se alastrassem. De sua passagem por Olinda, soube aproveitar-se de seus princípios e ensinamentos e os trouxe para sua prática político-social, na qual demonstrou ser um astuto artífice na arte de persuadir ânimos e atrair vontades, como suas atuações no cenário piauiense bem revelam.

Em Olinda, Padre Marcos exercitou e aprimorou sua oratória, habilidade destacada por muitos de seus biógrafos e cronistas, e com sua voz entrecortada e de uma fala envolvente, conduzia seus interlocutores pelos caminhos mais impensados, levando-os aonde queria⁷⁵, ou interferindo nos espaços sociais que percorreu, mas também sendo influenciado por esses

⁷⁴ ESTATUTOS. Terceira Parte. Capítulo IV, Caput. apud NOGUEIRA, op. cit., p.353.

⁷⁵ MARTINS, Francisco de Sousa. apud CASTELO BRANCO, H. op. cit.

espaços, uma vez que todo homem traz a marca indelével do social, considerando que “o indivíduo é ao mesmo tempo a moeda e a cunha que o imprime”⁷⁶.

Na disciplina de Retórica, apresentavam-se também aos alunos lições sobre “as regras de poesia (...) acostumando-os também a fazer composições em verso, não só latinos, mas também portugueses”⁷⁷, estimulando-os a exercitar a sensibilidade na escrita, habilidade muito valorizada no meio social e político da época.

No entanto, o professor não devia obrigar seus alunos a fazerem versos, senão aqueles que tivessem desejo em fazê-los. Padre Marcos foi um desses discípulos que demonstrou desejo e “escreveu versos simples, e perfeitos, unguidos de uma serenidade mística”⁷⁸, demonstrando, desde sua formação, a sensibilidade de sua escrita e, por extensão, de sua fala, marcas patentes de sua vida sócio-política.

Mas suas idéias e convicções religiosas ficaram conhecidas por meio de poucos escritos e sermões que sobreviveram à tirania do tempo e dos homens e chegaram aos dias de hoje, dos quais dois ajudam a revelar alguns poucos fios de sua prática sacerdotal e cotidiana, permitindo estabelecer algumas imagens a seu respeito.

No primeiro deles, a tônica do respeito e amor a Deus, o significado do sacramento do batismo e a necessidade do cristão de assumir uma nova postura em relação às forças divinas e ao seu semelhante permeiam a escrita. Nesse sentido, Padre Marcos ressaltava que:

Deus é pai e em grau maior do que os nossos pais da terra. Estes nos dão a vida às vezes sem pretendê-lo, mais como fruto de um momento de amor. Em geral, mesmo quando não desejavam, amam depois o filho, que procuram sustentar e educar. Mas já lhe deram uma só vez a vida. Deus, ao contrário, é Pai-Nosso de cada instante, pois está por assim dizer, nos

⁷⁶ ELIAS, Norbert. apud DOSSE, François. **O império dos sentidos**: a humanização das ciências humanas. Bauru-SP: EDUSC, 2003, p. 123.

⁷⁷ ESTATUTOS. Terceira Parte. Capítulo IV, Caput. apud NOGUEIRA, op. cit., p.353.

⁷⁸ FREITAS, Lucídio. apud NUNES, op. cit., p. 285.

criando a cada momento. Se retirasse a sua mão, o seu desejo de que sejamos, voltaríamos imediatamente não ao pó e ao barro, mas ao nada de que fomos tirados. E não nos deu a vida por acaso. Mas pensou em nós, em cada um de nós, desde a eternidade, para que um dia fôssemos.

Deus é Pai ainda de um modo mais sublime, pois não nos deu apenas, por meio de nossos pais, a vida natural e humana; mas quis dar-nos, pelo Batismo, a sua vida divina, de modo que não somos apenas chamados de filhos de Deus, mas o somos realmente. E coisa mais extraordinária ainda: se os pais da Terra nos dão vida igual à sua, uma outra vida, Deus nos dá a sua própria vida, à sua única vida, que dá toda ao filho no mistério da Trindade, e que no Espírito Santo, distribui aos anjos e aos homens. Ah, se tivéssemos a verdadeira visão do Batismo, tantas vezes considerado um espécie de festinha em família, um ato vagamente religioso! Quando, naquele momento, o céu se abre invisível sobre nós e ressoam, sem que as escutemos, as mesmas palavras que foram ouvidas no momento do batismo no Jordão e da Transfiguração no Tabor: “Este é meu Filho muito amado!”⁷⁹

A mensagem contida em seus escritos propõe o respeito e a abnegação perante a bondade e a doação irrestrita de Deus, e da mesma forma a valorização à vida, indicando um forte grau de convencimento e de vivência em sua prática religiosa e social, algo comum de se esperar de um clérigo. O tom de sermão e de orientação religiosa é uma constante em sua escrita, por meio da qual defende que;

Depois de nosso Batismo, o Pai vê em cada cristão, mesmo desfigurada, a face de Cristo. Somos filhos, grande é o poder da nossa prece! Somos irmãos, grande é nossa paz! Se não há paz no mundo, se não pode haver fraternidade, é porque os homens recusam o Pai de todos, o Pai comum, o Pai nosso... E não há irmãos sem pai.

Quando Jesus reza no momento verdadeiramente crucial no Jardim das Oliveiras, ele não chama seu pai apenas pai, mas Abba, que quer dizer papai em hebraico. Nós, também, creiamos que Deus não está longe, nas nuvens, mas lado a lado, conosco. E tenhamos a ousadia, nos momentos de dor, de chamá-lo não apenas pai, como nosso irmão mais velho: “Papai”⁸⁰.

O tom sacerdotal surge como marca constante de seus escritos encontrados durante a pesquisa, sejam estes pessoais ou públicos. Além dessa postura, alguns desses escritos registram um pouco das experiências cotidianas vivenciadas por ele, a exemplo do texto seguinte.

⁷⁹ ARAÚJO COSTA, Marcos de. apud CASTELO BRANCO, H. op. cit., p. 26-8.

⁸⁰ Ibid., p. 28.

Nesse segundo escrito, abalado pela perda de sua mãe, apresenta detalhes de sua fazenda, de seu apego à família e de sua prática pastoral. Ao comparar sua vida às passagens bíblicas, o Padre termina por apresentar os temores e as dores que angustiam sua existência. Nessas comparações, o sacerdote põe em destaque seus conhecimentos de botânica, que lhe servem de ferramentas para proceder às analogias utilizadas, confirmando uma das características mais ressaltadas em sua personalidade pelo viajante inglês George Gardner, que reconhece nele um grande admirador e conhecedor dessa área no cenário brasileiro do século XIX. Recorrendo a esses conhecimentos, escreve o Padre:

Neste momento, através da janela do aposento em que escrevo esta crônica, contemplo uma videira que plantei e que agora está frondosa e ensombrando toda a área do jardim lateral a nossa casa. A videira está carregada de abundantes cachos de uvas. É que meu sacristão tem o cuidado de podá-la vez por outra, em determinadas fases da lua, o que concorre para a maior produção de frutos.

Jesus se compara a uma videira, à qual estamos unidos como ramos. O agricultor que é o Pai Celeste, diz-nos o Evangelho: “limpa todo ramo que produz fruto para que dê mais fruto ainda”, dando-nos a entender que precisamos receber os golpes dos sofrimentos, para praticarmos muitas obras valiosas para o céu.

Sou também um desses ramos que ainda sofre a poda do ano passado. Sim, o corte das provações recebido com a morte de minha querida mãe deixou um sulco bem profundo na minha alma, difícil de cicatrizar-se. Já vai completar um ano do doloroso acontecimento, no dia 29 deste mês, e ainda sofro a dor da separação como se fosse hoje. Aquele quadro de sua morte ficou estampado em minha lembrança e vivo a contemplá-lo a cada instante, lembrando-me dela a cada segundo. Semelhante sofrimento vem identificar-me cada vez mais como sacerdote, pois sacerdócio é sacrifício. Como instrumento de Cristo, não devo deixar que a vítima seja somente o Mestre, sem que o seja também o discípulo. Tenho também que produzir frutos de salvação, frutos que só serão produzidos na árvore da cruz. “Fui eu que escolhi a vós e vos constituí para que vades e produzais fruto” Jo. 15-16⁸¹.

As cobranças que ele se fazia quanto ao seu papel de liderança na família e de liderança espiritual o acompanhavam, expondo as exigências que ele fazia a si mesmo. Ao fazer isso, Padre Marcos terminou por evidenciar o sofrimento por que passava com a perda de sua mãe. Abalado, ele próprio descrevia:

⁸¹ Ibid., p. 45-7.

Entremetentes, como ramo ferido, me sinto obrigado a sorrir, como aqueles galhos que ostentam alegria através das folhas de que se revestem. Na verdade, procuro sorrir, embora, lá dentro do peito o coração soluçe. Não quero fazer ninguém sofrer por minha causa. Já me responsabilizaram até pela tristeza que reinava em nossa residência porque como sacerdote deveria ser o primeiro a dissipá-la. E com razão: pois devo viver o Santo Sacrifício da Missa que celebro todos os dias – sacrifício que celebro em meio aos cânticos de alegria, até mesmo nas Missas pelos mortos. Contudo, preciso confessar esta verdade: por mais que procure alegrar minha alma, meu coração fica sempre chorando!⁸²

As exigências, mais do que externas, eram feitas por ele próprio, que não se permitia demonstrar qualquer fragilidade. Mais que isso, os textos deixam entrever em suas linhas a postura de um sacerdote que não abandonou seu ministério e assumiu, de corpo e de espírito sua missão pastoral, embora a associasse a outras esferas sociais, como a política e a educação.

No Brasil, de modo geral, eram os padres seculares aqueles que se encontravam mais próximos à população e à sua situação. Quando possível, costumavam buscar fugir do peso do Estado e da própria Igreja por meio de caminhos individuais, dedicando-se a grandes lavouras, fazendas, trabalhos com mineração ou tráfico de escravos⁸³.

Mal remunerados pelo Governo e pelas irmandades, e isso quando conseguiam uma colocação, quase todos precisavam encontrar meio alternativo de sobrevivência fora do ministério sacerdotal. Muitos sacerdotes “cobravam taxas, às vezes simoníacas, pela administração dos sacramentos, quando o povo acreditava, e com razão, que as taxas já estavam incluídas nos dízimos”⁸⁴.

As paróquias que dirigiam eram quase sempre economicamente pouco viáveis, ainda quando subvencionadas pela Fazenda Real. Também minguadas eram as cômguas pagas aos sacerdotes, que por isso recorriam a expedientes pouco adequados às suas funções clericais

⁸² Ibid., p. 47.

⁸³ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

⁸⁴ HAUCK, op. cit., p. 50.

para se sustentar. Assim, “funcionários, mais do que pastores, os sacerdotes se laicizavam e buscavam profissões mais rendosas, desinteressados da religião do povo”⁸⁵.

No Piauí da primeira metade do século XIX, encontrava-se quadro semelhante, com reduzido número de sacerdotes, dos quais muitos afastados de seu ministério, dedicados aos cuidados com suas fazendas de gado⁸⁶.

Padre Marcos foi um desses “sacerdotes fazendeiros”, no entanto, não se afastou de sua missão sacerdotal, realizando um importante trabalho pastoral que lhe permitiu penetrar e influenciar as mais diversas famílias do Centro-Sul piauiense, contribuindo, sobremaneira, para o prestígio social que desfrutava, capitalizado em *vantagens*⁸⁷ que lhe possibilitaram adaptar-se às circunstâncias e sustentar-se no centro de decisões do aparelho de Estado.

De Olinda trouxe também uma nova postura quanto ao trato com o aluno ao valorizar um relacionamento mais ameno e cordial, identificado com orientações do Humanismo, da Reforma e do Iluminismo, que contrastava com a rígida disciplina imposta nos colégios jesuíticos e seus princípios disciplinares autoritários do *Ratio Studiorum*⁸⁸.

Em Olinda, propunha-se um relacionamento mais tolerante por parte das autoridades administrativas e professores e uma menor submissão por parte dos alunos. Esses ensinamentos produziram ecos em território piauiense e sua principal caixa de ressonância foi a escola de Boa Esperança.

Pautado nesses fundamentos, Azeredo Coutinho sugeria os meios que o reitor deveria utilizar para atingir seus objetivos, sendo estes:

⁸⁵ Ibid., p. 15-6.

⁸⁶ PIAUÍ. APEPI. **Fala do Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] à Assembléia [Legislativa Provincial], no ato de sua instalação, em 04 de maio de 1835**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

⁸⁷ CERTEAU, op. cit., 1994.

⁸⁸ ALVES, op. cit.

o louvor e o prêmio, a repreensão e o castigo: o que tudo deve de ministrar o Reitor com muita prudência, depondo todo espírito de parcialidade, e temendo a omissão a respeito das transgressões leves, que são as que insensivelmente estragam a mocidade, e fazem com que os súditos, alentados com os descuidos do superior, venham depressa cair nas graves; procurará sempre com suma prudência ser mais amado do que temido, pois deve atender que governa sujeitos de fácil compreensão, obediência e docilidade; e por isso dispostos para se moverem mais pelos impulsos do amor do que do temor. Igualmente terá grande vigilância em fazer que nada falte do necessário e para a subsistência dos seus súditos, trazendo sempre contentes e satisfeitos para assim melhor lhes ganhar as vontades e de obedecerem com gosto⁸⁹.

Essas orientações quanto à forma de conduzir o ensino é bastante significativa, inclusive sugerindo que no Seminário era mais importante ser amado do que ser temido, invertendo os ensinamentos clássicos de Nicolau Maquiavel. A preocupação em satisfazer as necessidades dos alunos era orientada como um mecanismo importante de condução do processo educacional.

Provavelmente influenciado pelas práticas que vivenciou no Seminário de Olinda, a prática dessas recomendações também eram encontradas em Boa Esperança, aplicadas por Padre Marcos nos 30 anos de atividades de sua escola, que com “um profundíssimo senso de humanidade sincera e cordial, (...) abriam-lhe naturalmente o coração de todo aquele que até ele chegasse”⁹⁰. Sua preocupação em criar uma relação de confiança com os alunos que freqüentavam sua escola indica que os ensinamentos obtidos no Seminário de Olinda contribuíram para sua atuação educacional, não apenas na dimensão teórica, como também nas metodologias utilizadas, que foram aprendidas e reproduzidas em suas experiências educacionais, como é vastamente destacado nos textos escritos a seu respeito. Sua tolerância e benevolência na condução do magistério é freqüentemente realçado pelos autores que escreveram a seu respeito, bem como na fala de ex-alunos de Boa Esperança. Os ensinamentos de Azeredo Coutinho encontraram nesse discípulo terra fértil, que fez brotar essas práticas em suas experiências de ensino.

⁸⁹ ESTATUTOS. Primeira Parte. Capítulo VII. apud NOGUEIRA, op. cit., p.328.

⁹⁰ MARTINS, Francisco de Sousa. apud CASTELO BRANCO, H. op. cit., p. 32.

Entretanto, uma maior tolerância no Seminário de Olinda não significava dizer que não houvesse punições aos alunos transgressores. As indulgências não representavam ausências de restrições ou de punições, pois, o próprio Azeredo Coutinho também recomendava que, “quando acontecer, que haja algum incorrigível, nos dará conta por escrito das suas transgressões para lhe darmos o remédio que for conveniente”⁹¹.

Os mesmos ensinamentos são encontrados praticados por Padre Marcos em sua Boa Esperança, onde, perante seus alunos, não havia “indulgência exagerada ou perdão passivo”, no entanto, mesmo quando repreendia algum aluno, “ele sabia fazer com tanta delicadeza, que quem o escutava não podia desgostar-se”⁹². Sua capacidade de conciliar força, sabedoria e generosidade estão presentes em muitos dos relatos a seu respeito.

Embora tenha recebido boa parte de sua formação clerical na escola de Azeredo Coutinho, Padre Marcos, entretanto, não concluiu sua formação sacerdotal em Olinda. Após permissão do pai, transferiu-se para Coimbra, em um período que a Coroa portuguesa incentivava a ida de brasileiros para estudar em Portugal com o intuito de reforçar os elos com a Metrópole⁹³, intercâmbio decisivo na formação de parte da elite e do corpo burocrático do Brasil, uma vez que foi responsável por formar significativa parcela de seus grupos políticos, religiosos e administrativos⁹⁴.

Como estratégia de sua política colonial, a Coroa portuguesa concentrou os estudos universitários no Reino. Quando os mineiros, por exemplo, propuseram manter à sua custa um curso superior de medicina, “o Conselho Ultramarino declarou expressamente que ‘um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência das colônias, era a necessidade de vir

⁹¹ ESTATUTOS. Primeira Parte. Capítulo VII. apud NOGUEIRA, op. cit., p.328.

⁹² MARTINS, Francisco de Sousa. apud CASTELO BRANCO, H. op. cit., p. 32.

⁹³ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Melo (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

⁹⁴ CARVALHO, J. op. cit.

estudar a Portugal' (1768)''⁹⁵. Com esse propósito, a Coroa preferiu facilitar a concessão de auxílios e bolsas para o estudo em Coimbra, por meio das quais mais de 3.000 brasileiros foram enviados, e entre estes, Padre Marcos. No Brasil dos séculos XVIII e XIX, a instrução, apanágio de privilegiados, muitas vezes inscrevia-se na civilidade das aparências, melhorando ou reafirmando o status do indivíduo, representando também instrumento de inserção no aparelho burocrático do Estado⁹⁶. Aliada a isso, uma formação em Portugal conferia ao sujeito um grau maior de prestígio e reconhecimento social em terras brasileiras⁹⁷. Não se pode afirmar que sua passagem por Coimbra tenha se dado por motivos de prestígio, mas é certo que, em Portugal, Padre Marcos buscou parte de sua formação que se reverteu, após seu retorno, em um maior prestígio pessoal no cenário piauiense.

Ordenou-se em Coimbra e celebrou sua primeira missa em 15 de agosto de 1805, na festa de Assunção de Maria ao Céu⁹⁸. Sabe-se pouco a respeito de sua vida logo após a ordenação sacerdotal, mas, segundo Castelo Branco⁹⁹, retornou ao Brasil ainda em 1805, passando a residir em Recife.

Em Pernambuco, retoma o contato com alguns dos padres que articularam a Insurreição de 1817, dentre eles o Padre João Ribeiro, e desse contato trouxe idéias que colocou em prática nas lutas pela Independência no Piauí¹⁰⁰, bem como de Padre Miguelinho, republicano de longa data que incutiu em muitos de seus discípulos idéias de emancipação de Portugal¹⁰¹. A interlocução com esses sacerdotes, além de influenciar sua formação religiosa, contribuiu para cunhar muito de suas estratégias políticas e das posturas assumidas como homem público.

⁹⁵ HOLLANDA, op. cit., p. 72.

⁹⁶ VILLALTA, op. cit.

⁹⁷ CARVALHO, J. op. cit.

⁹⁸ CASTELO BRANCO, M. op. cit. e CASTELO BRANCO, H. op. cit.

⁹⁹ CASTELO BRANCO, H. op. cit.

¹⁰⁰ BRANDÃO, W. op. cit., 1997.

¹⁰¹ ALVES, op. cit.

Em 1811 foi transferido para o Rio Grande do Norte, provavelmente para Vila Nova da Princesa, onde estudou antes de seguir para continuar seus estudos em Olinda. De lá retornou para Oeiras em 1813.

Em terras piauienses, “por sua inteligência e saber, torna-se alvo da admiração geral”¹⁰², desfrutando de grande reconhecimento social. A essa época foi convidado por diferentes governos e por autoridades da Igreja para assumir cargos em outras localidades, mas, à época, não aceita nenhuma dessas solicitações.

Muda-se em definitivo para a fazenda de Boa Esperança no ano de 1820, em um período que pouco saía de sua propriedade, em virtude de seu interesse por negócios do seu sagrado ofício e em assuntos de ensino, rejeitando convites para assumir funções no Maranhão e em outros pontos do Piauí¹⁰³, confirmando sua intenção de dar seguimento ao trabalho religioso em sua terra natal.

Como observa Huack, “no período posterior a 1759, após a supressão dos jesuítas, percebe-se uma crise de identidade na religião dos brasileiros, uma crise de consciência católica”¹⁰⁴. No Piauí, a falta de identidade ou de proximidade com a doutrina católica representou uma marca que já se fez presente desde o início da recolonização, no qual o trabalho de muitos sacerdotes fazia-se no sentido de privilegiar sua ação política, em detrimento de sua missão evangelizadora.

Padre Marcos não se afastou ao modelo. Mesmo mantendo-se distante por algum tempo do centro das atenções políticas, e mesmo clericais, logo assumiu a condição de líder político sem, no entanto, esquecer-se de seu trabalho como sacerdote, marca indelével de suas ações e que muitas vezes financiou com recursos próprios, assumindo também destacada posição como liderança religiosa da Província, ao aceitar, em 1824, os cargos de Vigário Paroquial de

¹⁰² BRANDÃO, W. op. cit., 1997, p. 64.

¹⁰³ TITO FILHO, op. cit., p. 79.

¹⁰⁴ HUACK, op. cit., 2008, p.112.

Oeiras e Vigário Geral da Província¹⁰⁵, funções que posteriormente renunciou, passando a exercer suas funções sacerdotais na capela de Santo Antonio, em Boa Esperança e, esporadicamente, na Matriz de Nossa Senhora das Mercês, em Jaicós.

A respeito de seu sacerdócio em Jaicós deve ser destacado que, de acordo com Rafael Filho¹⁰⁶, não há registros precisos que confirmem ter sido Padre Marcos vigário na Vila. Entretanto, por meio da documentação compulsada nesta pesquisa foi encontrado registro de 1834 no qual o Padre assina como vigário em Jaicós. Trata-se de ofício da Câmara de Jaicós ao Presidente da Província, de 17 de junho de 1834, contendo a lista dos jurados a servirem na vila. No termo de apuração em anexo ao documento, o secretário da Câmara, Antonio Barbosa de Lucena, frisa ser Padre Marcos vigário da Vila, tendo assumido no impedimento do antecessor¹⁰⁷. Não foi possível, por outro lado, precisar se Padre Marcos assumiu de forma definitiva a paróquia da Vila ou apenas de maneira provisória. Bastos¹⁰⁸, no entanto, informa ser Padre Marcos vigário em Jaicós em 1837, provavelmente ainda respondendo pelo cargo assumido desde 1834. O Livro de Tombo da paróquia, referente ao período em estudo, poderia apontar a direção de alguma resposta, e mesmo responder se Padre Marcos foi sacerdote *colado* ou *encomendado*, entretanto, o Livro não foi encontrado na paróquia, provavelmente devorado pelas tiranias do tempo e o descaso dos homens, talvez queimado entre os livros de registros de batismo atacados por cupins de que falava o padre José Zimmermann, pároco em Jaicós entre 1933 e 1939¹⁰⁹. Contudo, é certo que Padre Marcos atuou ativamente na vida religiosa da Vila e, mesmo que por curtos intervalos, respondeu como vigário de Jaicós.

Ainda no período que ainda residia em Oeiras, Padre Marcos acompanhou à distância o

¹⁰⁵ SOARES FILHO, Antonio Reinaldo. **Oeiras municipal**. Teresina: Gráfica Editora Júnior, 1992.

¹⁰⁶ Cf. RAFAEL FILHO, José. **Sobre a história religiosa de Jaicós**. Jaicós-PI: s/e, 2008 (*in mimeo*).

¹⁰⁷ PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara de Jaicós, ao Presidente da Província, Barão da Parnaíba, encaminhando a lista dos jurados a servirem na vila**. SPE. Jaicós. cx: 686, 17 de junho de 1834.

¹⁰⁸ BASTOS. op. cit., 1994.

¹⁰⁹ OLIVEIRA, José do Carmo. **O bicentenário da paróquia de Nossa Senhora das Mercês de Jaicós – Piauí (1.805 – 2.005)**. Disponível em: <<http://www.jaicos.com/paroquia200.htm>>, acessado em: 17/05/2006.

desenrolar da Insurreição de 1817. Mesmo conhecedor de seus princípios e amigo pessoal de muitos de seus líderes¹¹⁰, manteve-se afastado do movimento, considerando também que pouco poderia fazer em sua terra natal, movimento que foi prontamente sufocado no Piauí por ações enérgicas das autoridades locais, impedindo sua propagação.

Com o movimento de 1817, Padre Marcos enfrentou o impasse de se ver confrontado entre, de um lado, as influências ideológicas da Insurreição, a qual muitos mestres e amigos de terras pernambucanas apoiavam, e, de outro, a resistência de seu grupo familiar, a severa repressão imposta ao movimento no Piauí e mesmo a influência regalista que conheceu em Coimbra. Seu distanciamento, assim, sinaliza que suas redes de relações no Piauí prevaleceram naquele momento, deixando entrever suas posições políticas de composição à sua rede familiar. Entretanto, longe de isso indicar afastamento da vida social da Capitania, expressa seu envolvimento, interesses e obrigações com a elite dirigente da província que, àquele instante, viu seus interesses ameaçados pela Insurreição.

Apesar da Igreja no Brasil encontrar-se politicamente atrelada ao poder civil, regida por leigos no exercício do mais amplo padroado e as interferências alheias à missão eclesiástica, não se pode negar o caráter de elite intelectual que o clero assumiu no período, canalizando muitas de suas energias para outras atividades, sobretudo no campo político.

Nesse sentido, um dos traços marcante do clero brasileiro no século XIX refere-se à sua participação em movimentos contestatórios, constituindo-se em uma das mais fortes lideranças do país, junto com os militares e os maçons, por meio da qual “a consciência de grande parte do clero revelava-se mais patriótica do que eclesiástica”¹¹¹.

O clero assume, desse modo, ativa participação na vida política e social do país, guardando posições políticas que vão de um radicalismo extremado a um liberalismo teórico

¹¹⁰ BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da independência no Piauí**. Teresina: COMEPI, 1972.

¹¹¹ LEOPOLDO E SILVA, D. apud HAUCK, op. cit., p. 85.

conservador. Com a Insurreição de 1817, como visto, Padre Marcos adotou uma postura conservadora, condição mais afeita aos interesses da rede familiar que compunha. Sua face liberal mostrou-se forte quando das lutas pela Independência. Entretanto, era um liberalismo circunstanciado novamente aos seus interesses político-familiares.

Esse caráter ambíguo de posições não é uma condição que lhe era exclusiva. O pensamento liberal brasileiro da época, na maioria dos casos, representava um pensamento ingênuo, quase sempre autodidata, sujeito a conclusões conflitantes. Faltava aos liberais brasileiros uma definição clara mesmo dos conceitos que empregavam, que tinha por fundamento a defesa de um pacto social pouco definido e usado conforme os posicionamentos de seus adversários, geralmente uma postura contrária a assumida por esses¹¹².

O trabalho de Padre Marcos também foi marcado por suas construções arquitetônicas que, em alguma medida, ajudaram Jaicós no século XIX a ser conhecida por seus bons prédios¹¹³. Entre essas construções, destacaram-se duas igrejas, o que revela outra intervenção no cotidiano social da Província. A primeira dessas iniciativas remonta a 1820 com o seu retorno à fazenda de Boa Esperança, ao erguer uma capela dedicada a Santo Antonio, local “onde os moradores recebiam doutrinação e os sacramentos”¹¹⁴.

A capela de Santo Antonio pode ser tomada, no entanto, com outro entendimento. Por todo o Brasil, era comum nas residências a existência de oratórios que consistiam, em geral, em uma mesinha coberta por uma toalha que abrigavam os santos e objetos tidos como sagrados. Nas casas das famílias mais ricas, encontravam-se mesmo cômodos específicos

¹¹² HAUCK, op. cit.

¹¹³ RAFAEL FILHO, op. cit.

¹¹⁴ BRANDÃO, T. op. cit., 2006, p. 258.

para orações ou ricos oratórios, nos quais os membros da família dedicavam alguns momentos antes de se recolherem¹¹⁵.

No caso do Piauí, a presença de oratórios era escassa, como era pequena a presença de capelas nas fazendas e sítios e poucos habitantes possuíam objetos religiosos. Como observa Brandão, “a expressão concreta do cristianismo reduzia-se à posse de objetos de uso pessoal em ouro e prata como medalhas com imagens de santos e os ‘agnus dai’”¹¹⁶.

Em meio a uma sociedade em que a religiosidade forjou-se pela vivência prática e com símbolos escassos, Padre Marcos levou à frente a construção de uma capela que, grosso modo, não deixou de ser o oratório de sua casa, símbolo de sua riqueza e de sua autoridade religiosa. A referida capela não mais existe, substituída hoje pela Matriz de Santo Antonio, no município de Padre Marcos (PI), impossibilitando o estudo dos traços arquitetônicos da construção original.

¹¹⁵ SODRÉ, op. cit.

¹¹⁶ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Matrimônio: legalidade e sagração da família no Piauí colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil**. Lisboa: livros horizonte, 2001. p. 180.



FOTO 1 – Igreja de Santo Antonio. Local onde existiu a antiga capela erguida por Padre Marcos, em 1820. Padre Marcos (PI), 2008. Autor: Marcelo de SOUSA NETO. Fonte: arquivo pessoal do autor.

A maior contribuição de Padre Marcos como construtor foi, todavia, a construção da igreja matriz de Jaicós, em substituição à antiga capela edificada pelos Jesuítas em 1723.

Por todo o Brasil, sobretudo nos centros urbanos, as construções religiosas destacavam-se por sua importância, imponência e solidez se comparadas com as demais construções e residências dos centros, marcadas por sua simplicidade e funcionalidade. Durante o ciclo do ouro, essas construções ganharam ainda mais rebuscamento e luxo, enriquecidas com ouro e pedras preciosas, sobretudo em Minas e na Bahia.

A beleza e a força que as igrejas demonstravam ter era motivo de orgulho das populações, que se sentiam lisonjeadas com a grandiosidade e riqueza das construções por devoção e por terem a sensação de compartilhar dessa riqueza como também sendo sua¹¹⁷.

¹¹⁷ HAUCK, op. cit.

No Piauí, as construções religiosas, sobretudo as Igrejas Matrizes, foram marcadas pela importância e beleza das construções e, dentre essas, destacou-se, no século XIX, a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em Jaicós.

As construções realizadas por Padre Marcos funcionaram como “táticas de fazer crer”, usando expressão cara a Michael de Certeau¹¹⁸, materializando em gestos e obras, a serem vistas, provando à população suas convicções e posições religiosas e políticas, revertendo-se em vantagens pessoais, capitalizadas no prestígio social que desfrutava mediante tais realizações.

Mesmo sendo equivocada a informação de que teria arcado sozinho com os custos dessa construção, uma vez que o governo da Província e muitos paroquianos também auxiliaram com recursos para construção da matriz de Jaicós, é certo que Padre Marcos participou com uma grande quantidade de recursos e esforços. Castelo Branco e Costa¹¹⁹ estimam que concorreu com quantia superior a 10:000\$000 réis (dez contos de réis), além de outros serviços que prestou para auxiliar a conclusão. Por outro lado, acredita-se que o apoio recebido da população de Jaicós e do governo da Província na construção da Matriz, em muito se deve a cobranças, incentivos e, principalmente, à credibilidade de Padre Marcos que, à frente dessa empreitada, conseguiu atrair esses recursos.

¹¹⁸ CERTEAU, op. cit., 1994.

¹¹⁹ CASTELO BRANCO, M. op. cit., e COSTA, op.cit.



FOTO 2 – Igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês. Jaicós (PI), 2008. Autor: Marcelo de SOUSA NETO. Fonte: arquivo pessoal do autor.

Construída em estilo rococó com uma torre¹²⁰, a Matriz de Jaicós foi concluída em 1839, construção somente possível graças “ao trabalho de benemerência do Padre Marcos de Araújo Costa”¹²¹, que teve o cuidado, inclusive, de mandar colocar um galo de bronze na torre da igreja, costume europeu que também podia ser visto em muitas igrejas brasileiras, tradição que, conforme Rafael Filho¹²², o Padre trouxe de Portugal, acrescentando esse

¹²⁰ Cf. RAFAEL FILHO, op. cit., a segunda torre com o relógio e o corredor lateral direito da igreja foram construídos em comemoração ao centenário da igreja, obras iniciadas pelo Padre Miguel dos Reis Melo e inaugurados pelo Padre José Zimmerman em 1937.

¹²¹ CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto Ferreira de. **A talha de retábulos no Piauí**. Recife: Comitê Norte Nordeste de História da Arte, 1990.

¹²² Cf. RAFAEL FILHO, José. **O Galo na Torre**. Disponível em: <<http://www.jaicos.com/paroquia200.html>>, acesso em 26/02/2007, “o galo é tido pelos poetas e trovadores como símbolo do Alvorecer, do amanhecer de um novo dia, novo tempo de recomeçar. Simboliza também o vigilante que espera pela Aurora. Pela tradição, é visto na representação da gruta de Belém nos diversos presépios que são produzidos em honra do nascimento de Jesus, porque teria sido um dos animais presentes na manjedoura em que a Mãe de Deus colocara o Deus-Menino, porque não encontraram lugar para Ele na cidade dos homens”. Mas o galo possuía também uma finalidade social e meteorológica, pois, “colocado no centro de uma base de ferro que lhe permite girar 360 graus, sobre si mesmo e por seu desenho aerodinâmico, tem o bico sempre voltado para o lado de onde vem o vento; e a base tem quatro hastes também de ferro, em forma de raios, cada uma com cerca de sessenta centímetros de comprimento: uma apontada para o Norte, com a letra N; uma para o Sul, com a letra S; uma para o Leste com a letra L ou E, e por último a que aponta para Oeste, com a letra O ou W, expondo,

serviço à sua obra missionária e educacional, traduzido pelo belo e importante templo construído.

Não se pode ignorar, no entanto, que o governo da Província também colaborou com importante soma de recursos para a sua construção. Em 1833, considerando um período em que quase todas as matrizes encontravam-se em péssimo estado¹²³, a administração provincial destinou 8:000\$000 (oito contos de réis) para as obras públicas e reformas das matrizes. Desse total, a matriz de Jaicós recebeu 2:000\$000 (dois contos de réis), indicando uma forte preocupação com um espaço que era símbolo material e imaterial da sociedade da época e espaço de atuação Padre Marcos. Esse é outro exemplo que ilustra o poder e influência de Padre Marcos junto ao governo provincial, posto que ¼ dos gastos do governo com obras públicas para aquele ano foram destinados para a matriz de Jaicós, tendo essa construção sido tratada como prioridade entre as obras do governo.

É importante notar ainda que, no período, a maior parte das obras da Província encontravam-se paralisadas pela falta tanto de recursos financeiros, quanto de materiais e de pessoal qualificado¹²⁴. Assim, sem a influência e o auxílio financeiro de Padre Marcos, a matriz de Jaicós seria apenas mais um dos “templos em ruínas, paróquias destituídas de pastores”¹²⁵, “como se acha[vam] quase todas as Matrizes da Província”¹²⁶. O prestígio gozado pelo clérigo, capaz de interferir nas prioridades e decisões da administração

permanentemente, as pontas cardeais”. Em 1947 o galo caiu da torre atingido por um raio, mas logo foi recolocado pelo vigário da paróquia à época, padre José Inácio Madeira.

¹²³ PIAUÍ. APEPI. **Fala do Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] à Assembléia [Legislativa Provincial], no ato de sua instalação, em 04 de maio de 1835.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹²⁴ PIAUÍ. APEPI. **Fala que recitou o Exmº Sr. Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] Presidente desta Província do Piauí na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no 09º de julho do ano de 1838.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹²⁵ PIAUÍ. APEPI. **Resposta da Assembléia Legislativa Provincial à fala do Presidente da Província, de 1838.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹²⁶ PIAUÍ. APEPI. **Fala que recitou o Exmº Sr. Visconde da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] Presidente desta Província do Piauí na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de julho de 1843.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

provincial, e de seu poder econômico ficam notórios nesse exemplo da construção da Matriz de Jaicós.

Esse mesmo exemplo remete ainda à conquista de autoridade discutida por Certeau, ao tratar dos espaços de poder ocupados por membros da Igreja, que muitas vezes suprimiam a insuficiência de aparato técnico-administrativo pelos “sistemas de clientela, de cooptações, de ‘legitimidades’”¹²⁷.

Ainda a respeito da construção da matriz, o Presidente da Província, em prestação de contas de 1838, informava que:

A matriz de Jaicós está a concluir-se, sendo esta obra a de menos dispêndio para a Província, por haverem a ela concorrido muitos de seus paroquianos, sendo entre eles o Reverendo Marcos de Araújo Costa, que a tem coadjuvado, contribuído com seus dinheiros, incomparável zelo, e influência¹²⁸.

Ao esclarecer sobre os recursos que contribuíram para a construção da Matriz de Jaicós, o Presidente da Província, Manoel de Sousa Martins, revela o poder econômico e o prestígio de Padre Marcos junto a seus paroquianos, mas também tenta eximir seu governo de acusações em relação ao envio de recursos para favorecer a uma obra executada por seu primo.

Independente de suas edificações, o trabalho desse sacerdote foi maior que as construções físicas que realizou. Sua maior contribuição consistiu na luta pela criação da Diocese do Piauí, obra que não viu concluída, mas que foi um de seus principais idealizadores e defensores.

A esse respeito, torna-se necessário observar que a história episcopal piauiense do século XIX representa objeto que ainda demanda estudos mais profundos, aqui sendo apenas

¹²⁷ CERTEAU, op. cit., 1994, p. 280.

¹²⁸ PIAUÍ. APEPI. **Fala que recitou o Exm^o Sr. Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] Presidente desta Província do Piauí na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no 09^o de julho do ano de 1838.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

apresentado um esforço de reflexão sobre a temática, considerando sua direta relação com a vida social e política piauiense, sendo ativa a participação de Padre Marcos na luta pela criação do Bispado do Piauí.

A criação de um Bispado independente em relação ao Maranhão foi proposto inicialmente em 1822, nas Cortes de Lisboa, pelo deputado piauiense Miguel Borges Leal Castelo Branco e logo passou a ser tema recorrente da história política e religiosa do Piauí, gerando uma série de discussões, ações e reações a respeito.

Castelo Branco propunha o desmembramento do Piauí da Diocese do Maranhão, por meio da criação de uma nova diocese na Província, que teria em Oeiras sua sede episcopal. Propunha ainda a criação de novas paróquias e a nomeação de pelo menos dois coadjutores para auxiliar nos trabalhos junto aos párocos¹²⁹. No entanto, suas propostas foram abortadas em virtude da precipitação do 7 de setembro, que teve como resultado direto a emancipação política do Brasil.

Nesse período, o clero piauiense encontrava-se politicamente dividido entre a obediência a Portugal e o apoio à causa separatista. No Piauí, juntamente com Padre Marcos, declararam apoio à causa brasileira padres Domingos de Freitas, Jerônimo José Ferreira, Clemente Antônio Gomes e frei Alexandre da Purificação. Posteriormente aderiu à Independência o ex-vigário de Oeiras e ex-presidente da Junta de Governo, padre Matias Pereira da Costa¹³⁰, indicando fortes aliados clericais ao movimento emancipacionista.

A proposta de criação do Bispado somente ressurgiu em 1825 quando a Câmara da vila de Jerumenha encaminhou instruções aos deputados da Assembléia Geral Legislativa com propostas para o melhoramento do termo e da Província e entre estas destacou “a necessidade

¹²⁹ COSTA, op. cit.

¹³⁰ CARVALHO JÚNIOR, op. cit.

geral de desanexar-se a Província do bispado do Maranhão”¹³¹. O mesmo gesto foi acompanhado pela cidade de Oeiras e pelas vilas de Campo Maior e Marvão, evidenciando que um Bispado independente era um desejo compartilhado por várias lideranças do Piauí.

Entretanto, o primeiro passo objetivo com vistas a uma maior autonomia eclesiástica do Piauí foi dado por Padre Marcos que, recorrendo à sua condição de portador de um “discurso autorizado”¹³², como representante do Estado e como representante da Igreja, assumiu a primazia das reivindicações.

Assim, Padre Marcos, como membro do Conselho Geral da Província, solicitou ao governo, em sessão de 12 de junho de 1829, que encaminhasse pedido às Cortes Imperiais para que o Diocesano Ordinário do Maranhão concedesse ao Vigário Geral do Piauí maiores poderes que comumente eram confiados a estes representantes eclesiásticos, permitindo-lhe “ampla jurisdição e subdelegação das faculdades relativas ao matrimônio, como concedidas pelo breve apostólico de 4 de outubro de 1822”¹³³. Essa solicitação indica o desejo do Padre de uma maior autonomia na condução das questões religiosas no Piauí.

No Brasil, os assuntos eclesiásticos, em sua maioria, eram considerados de atribuição do governo civil. Restavam aos bispos as dispensas e licenças que julgavam poder resolver sem recurso a Roma, referindo-se a privilégios não bem definidos¹³⁴. Regularmente, esses prelados costumavam delegar a faculdade de conceder dispensas matrimoniais aos seus vigários que moravam nos distritos mais remotos da sede episcopal. No entanto, os Bispos do Maranhão nem ao vigário-geral, nem ao próprio visitador, delegavam tais atribuições no caso do Piauí. Essa condição feria os interesses das famílias de elite da Província e restringia a atuação e o

¹³¹ COSTA, op. cit., p. 365.

¹³² CERTEAU, op. cit., 1994, p. 286.

¹³³ PIAUÍ. APEPI. **Ata da 4ª Sessão do Conselho Geral da Província do Piauí**, de 12 de julho de 1829. Sala do Poder Executivo. Atas do Conselho Geral da Província, 1825-1831, 1829.

¹³⁴ HAUCK, op. cit.

poder do clero local, que não podia arbitrar a respeito da concessão de dispensas de impedimentos matrimoniais, limitando o poder de sua atuação.

Com sua solicitação, Padre Marcos desejava conseguir uma maior jurisdição para o delegado Diocesano em Oeiras, solicitando que a este fossem concedidos poderes de dispensa relativos aos impedimentos matrimoniais, a exemplo do que já havia sido feito pelo Bispo do Rio de Janeiro ao Vigário Geral de Goiás e ao Vigário da Vara de Cuiabá, quando pertenciam à sua Diocese, para que se concluíssem nas províncias os processos de impedimento.

O Padre justificava ainda essa medida pelas longas distâncias e pesados custos para se conseguir as dispensas na Província e acreditava que, “mediante a soberana aprovação de Sua Majestade Imperial, sendo concedida a dita subdelegação, cessarão os gravíssimos inconvenientes que tanto empecem o bem espiritual, e o progressivo aumento de sua população”¹³⁵.

A reivindicação pelo poder de dirimir pendências quanto ao matrimônio expressa uma luta por se poder arbitrar questões básicas em relação à organização social no Piauí. Discussões acerca das dispensas de impedimentos matrimoniais estavam diretamente associadas ao próprio ordenamento e funcionamento da sociedade na época, pois, como ressalta o próprio clérigo, disso dependia “o bem espiritual” e, por extensão, o bem material da Província, ao desonerar os custos das dispensas, sobretudo em uma sociedade em cujo seio eram comuns casamentos entre aparentados.

Solicitar autonomia para deliberar sobre esse tema representava solicitar que os sacerdotes piauienses possuíssem maior poder de decisão no cenário local, entre estes o próprio Padre Marcos, além de reconhecer que isso traria uma maior independência da sociedade piauiense em relação às decisões advindas do Maranhão.

¹³⁵ PIAUÍ. APEPI. **Ata da 4ª Sessão do Conselho Geral da Província do Piauí, de 12 de julho de 1829**. Sala do Poder Executivo. Atas do Conselho Geral da Província, 1825-1831, 1829.

Nos debates a respeito da solicitação, argumentava-se ainda que

não se realizavam alguns casamentos por causa da demora da sentença de dispensa que, alcançada à custa de grandes quantias, chegava às vezes até depois da morte dos contraentes, e de outros que não se realizavam por falta de dinheiro que inteirasse o que se exigia no Maranhão, a título de obras pias, ou por falta de procuradores que dispusessem de relações na câmara eclesiástica¹³⁶.

A representação com o pedido foi enviada por ofício ao Ministério da Justiça que, por sua vez, a fez chegar à Diocese do Maranhão para apreciação e parecer. Entretanto, o Bispo do Maranhão à época, Dom Marcos Antonio de Sousa, recém empossado e seguindo orientações do governador do bispado, o cônego Constantino Gomes de Castro, foi contrário ao pedido piauiense¹³⁷, abortando os anseios de autonomia propostos por Padre Marcos. Somente em 1852, quando o Bispo do Maranhão, Dom Manuel Joaquim da Silveira, nomeia para Vigário-Geral do Piauí o cônego João de Sousa Martins, vigário colado de Oeiras, o cargo de Vigário-Geral passou a ter atribuições semelhantes às reivindicadas por Padre Marcos em 1829. Ironicamente, o cônego era sobrinho de Padre Marcos.

Ainda em 1829, Dom Marcos Antonio convida Padre Marcos para reassumir o cargo de Vigário-Geral do Piauí, convite que ele rejeitou por entender ser esta uma função deslocada de suas atribuições e que tanto reunira esforços para combater. Aceitar o convite seria recuar nas lutas empreendidas até então, mesmo que sua aceitação representasse a ampliação de seu prestígio no cenário social e religioso local. O convite feito também indicava o grau de reconhecimento que esse sacerdote gozava dentro da Província e da própria Igreja, pois, convidá-lo simbolizava o reconhecimento de sua força no cenário local, o que significava também uma tentativa de fragilizar as ambições piauienses em favor de uma diocese autônoma.

¹³⁶ PIAUÍ. APEPI. **Ata da 4ª Sessão do Conselho Geral da Província do Piauí**, de 12 de julho de 1829. Sala do Poder Executivo. Atas do Conselho Geral da Província, 1825-1831, 1829.

¹³⁷ MELO, op. cit., 1993.

Seu gesto guardou, assim, coerência com suas posturas tomadas no Conselho Geral da Província e marca o início de uma prolongada campanha para a criação da Diocese do Piauí, que somente encerrou-se com a ordem de sua execução em 1903.

Em meio à luta por uma maior autonomia eclesiástica no Piauí, observa-se uma sociedade na qual o sacramento do casamento marcava ao mesmo tempo a aliança entre famílias, instrumento utilizado na conquista e manutenção de posições de mando. Um maior controle sobre os processos de dispensas representaria, assim, ferramenta econômica e política das mais importantes, uma vez que, por um lado, reduziria drasticamente os custos para a obtenção das dispensas e, por outro, facilitaria novas alianças entre famílias afins.

Discutindo sobre o aumento de prestígio do clero no mundo moderno, e entendendo que o aumento desse prestígio seria proporcional ao poder por ele usufruído, Certeau afirma que “as Igrejas ganham das monarquias os seus modelos e os seus direitos, ainda que dêem testemunho de uma ‘religiosidade’, que legitima o poder e aumentam o seu crédito”¹³⁸. No Piauí do século XIX, fazer parte da Igreja que decidiria a respeito das uniões entre as famílias representaria senhas de poder que ampliariam a influência e o prestígio dos representantes eclesiásticos da época. Padre Marcos seria, assim, um dos portadores dessas prerrogativas de decisão.

Um Bispado era entendido, então, como uma ferramenta de poder que poderia colocar-se a serviço de diversas famílias. Acreditava-se que com um Bispado independente, além do status que representava, poder-se-ia facilitar a ampliação de suas redes de aliança sem terem de arcar com demorados e caros processos de dispensas.

O desejo de criar um Bispado no Piauí, aproximando-o ainda mais dos representantes de Roma, contrastava com a resistência dos antigos senhores de terras que ao final do século XVII e início do XVIII resistiam à construção de igrejas em suas possessões, podendo ser

¹³⁸ CERTEAU, op. cit., 1994, p. 283.

ilustrado com a demolição da primeira Igreja de Nossa Senhora da Vitória, edificada no Brejo da Mocha em 1697.

Esse estado de tensão entre a população e a Igreja, ao longo dos séculos XVII e XVIII, é possível encontrar ressoou no fato de muitos daqueles clérigos “serem mais fazendeiros do que pastores de almas”¹³⁹, não conseguindo inserir-se como elos entre a sociedade e Deus, agindo mais como representantes de seus próprios interesses e grupos.

As dificuldades ainda agravavam-se pelo próprio comportamento e organização social dos habitantes, formada essencialmente por uma população dispersa marcada por um comportamento arredo e autônomo, heranças deixadas pelo processo de reocupação da região¹⁴⁰.

Entretanto, apesar das dificuldades de estudos quanto à religiosidade da população piauiense nos séculos XVII e XVIII, não há dúvidas quanto ao seu caráter católico. Organizados de “forma autônoma, sem a presença das autoridades constituídas, eclesiásticas e civis, os colonizadores do Piauí foram estabelecendo relações sociais, seu código de moralidade e sua relação com o sagrado”¹⁴¹.

Mas ao longo do século XVIII assistiu-se também a um abrandamento da animosidade entre a população e os representantes da Igreja, já sendo possível serem encontrados capelas e templos construídos por particulares que, mesmo sendo erigidos em áreas privadas, possuíam uso comunitário, deixando entrever a importância e o significado atribuídos aos mesmos como locais apropriados às práticas religiosas¹⁴².

Nesse sentido, o Piauí do século XIX herdou também uma Igreja normativa e ritualista, com suas particularidades locais e com o predomínio das normas religiosas sobre os valores

¹³⁹ BRANDÃO, T. op. cit., 2006, p. 253.

¹⁴⁰ Ibid.

¹⁴¹ Ibid., p. 251.

¹⁴² Ibid.

religiosos, que tinha seus princípios e normas obedecidos pelo medo da morte e do inferno. Herdou, assim, uma Igreja que “não interessava tanto o significado dos atos religiosos; interessava, sim, que fossem praticados e válidos”¹⁴³.

A relação estabelecida entre padres e fiéis ocorria em termos de funções e não em termos de relação de pessoa para pessoa, da mesma forma que a comunicação entre clero e bispo, além de rara, exprimia uma dependência no plano de funções e cargos, firmando uma obediência hierárquica nos moldes herdados da Igreja Cristã Romana.

Conforme Joaquim Chaves, clérigo e historiador,

Bispo, padre e fiel, pertencendo a uma mesma Igreja, relacionavam-se dentro de uma dependência hierárquica, onde não havia lugar para a participação, para as relações de fraternidade e mutualidade. Tudo estava ligado ao exercício de funções, que asseguravam o predomínio das normas, criando conseqüentemente um quadro ritualista¹⁴⁴.

O isolamento entre as paróquias, agudizado por sua extensão territorial e pelos precários meios de comunicação, agravavam essa situação de dominação legal, ao tempo que tendia a fortificar o poder do padre sobre os fiéis, posto ser este entendido pela população da paróquia com legítima autoridade religiosa e, muitas vezes, única com a qual mantinha contato.

Acrescente-se a isso que no Piauí, bem como em grande parte do Brasil, era comum clérigos se envolverem em negócios agrícolas e comerciais, comprando fazendas e escravos, vivendo em concubinato e participando ativamente da política¹⁴⁵, gerando receios e censuras quanto ao seu trabalho pastoral. Práticas como essas afetavam bastante a autoridade sacerdotal, entretanto, fortalecia o clero em sua dimensão de liderança profana de forte poder econômico e político.

Todos esses fatores levavam a população a ter restrições a muitos de seus vigários, pois, “conheciam muito bem os seus pastores, inclusive seus defeitos que não eram poucos, nem

¹⁴³ CHAVES, op. cit., 1998.

¹⁴⁴ Ibid., p. 248.

¹⁴⁵ CARVALHO, J. op. cit.

pequenos”¹⁴⁶, fragilizando-os como representantes religiosos. No entanto, eram esses os responsáveis pelos sacramentos, entendidos com “chaves do céu”, e nessa estrutura bispo e padres ditavam as regras que deviriam ser seguidas e não questionadas, embora nem sempre eles próprios as cumprissem.

Por seu turno, Chaves observa que,

o fiel, com medo da morte e do inferno, recebia do padre os sacramentos que lhe asseguravam a posse do céu, como que automaticamente, *ex opere operatum*. Em contrapartida, o fiel garantia ao padre sua subsistência, através de um sistema de taxas cobradas por ocasião da administração dos sacramentos¹⁴⁷.

O temor a Deus e o medo da morte e do inferno contribuíram para que muitos fiéis relevassem os erros cometidos por suas lideranças religiosas, sobretudo, porque eram esses os portadores dos salvo-condutos de seus pecados, por meio dos sacramentos que ministravam.

Ressalte-se ainda que, de modo geral, a Igreja recrutava seus representantes nas classes de melhor condição social e o prestígio que muitos desses clérigos desfrutavam provinha tanto do próprio exercício das funções eclesiásticas, quanto de sua própria origem familiar. Nessa sociedade “não importava tanto quem fosse o padre, mas a que família ele pertencia”¹⁴⁸, fortalecendo os argumentos relativos à importância das redes sociais em cujo seio os padres estavam inseridos.

As famílias de elite, portanto, possuíam meios e interesse em formar seus padres, que por sua vez atuavam nas regiões de domínio de seus grupos familiares, entre os quais, “o mais representativo desses padres foi Pe. Marcos de Araújo Costa”¹⁴⁹, ratificando a idéia da influência familiar como elemento interdependente com a atuação sacerdotal e com os espaços por ele ocupados.

¹⁴⁶ CHAVES, op. cit., 1998, p. 246.

¹⁴⁷ Ibid., p. 251.

¹⁴⁸ Ibid., p. 247.

¹⁴⁹ BRANDÃO, T. op. cit., 2006, p. 258.

Esse, por sua vez, seja por suas convicções e pretensões religiosas, seja por suas conveniências familiares e políticas, tornou-se um dos principais articuladores da luta pela criação da Diocese piauiense¹⁵⁰, sendo presença marcante nas ações pela criação de um Bispado independente, Bispado este que, pelo trabalho e influência que usufruía, teria em Padre Marcos um forte candidato a primeiro Bispo.

No entanto, seus votos religiosos e sua condição de clérigo subordinado à Diocese do Maranhão o impediam de promover uma campanha declarada contra o prelado maranhense, mas não o impediam de estimular outros a fazê-lo mediante suas pregações e seu prestígio.

Assim, com a negativa do Bispo maranhense, Padre Marcos logo deu seguimento a um importante trabalho no sentido de firmar alianças nos espaços em que atuava, com o intuito de viabilizar a criação do novo bispado que consistiu, naquele instante, em articular junto ao Conselho de Governo a publicação, em 1830, de resolução do Governo Provincial autorizando a criação de um Bispado independente ao Maranhão. Essa resolução, contudo, não implicou em sua efetivação.

Por meio dessa resolução, ficava a Província do Piauí, ao menos no texto legal, “separada e desmembrada da Jurisdição da Diocese do Maranhão, criando-se e erigindo-se nela um Bispado com a extensão e limites que formam o seu vasto território”¹⁵¹.

O texto da resolução de 1830 deixa claro o desejo que muitos piauienses tinham à época, e entre estes Padre Marcos, no que se refere ao Bispado. Entretanto, a medida não resultou efeito por falta de aprovação da Diocese do Maranhão e tanto Padre Marcos como o

¹⁵⁰ MELO, op. cit., 1993.

¹⁵¹ PIAUÍ. APEPI. **Resolução do Conselho Geral da Província do Piauí, de 30 de janeiro de 1830**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

governo provincial sabiam que dependiam dessa aprovação, encontrando nesse expediente um mecanismo de pressão que logo demonstrou ser pouco eficaz¹⁵².

Faz-se necessária aqui uma reflexão. Se a Igreja no Brasil encontrava-se subordinada ao Estado por meio da tutela do padroado, por que era necessária a aprovação da Diocese maranhense para a criação de um Bispado no Piauí se, em última análise, o Estado determinava a criação de novas dioceses? A resposta situa-se na própria falta de interesse do Estado em criar essas novas dioceses, que lhe acarretariam custos indesejados. Por outro lado, não era interesse entrar em atrito com nenhum Bispo pela criação de novas províncias eclesiásticas. Nesse sentido, no caso piauiense, a aprovação do Bispo maranhense não significava a garantia de criação do bispado, mas, um entrave a menos para a sua criação.

Nova tentativa foi realizada no ano em 1832. Novamente a Assembléia Legislativa criava o Bispado do Piauí, desta feita ligado ao Maranhão como Bispado Anel, sem igreja catedral, mas com um Bispo com as mesmas prerrogativas que se deu em caso semelhante ao Bispo da Província de Goiás¹⁵³. A fazenda pública ainda destinava uma cônica no valor de 1:600\$000. Mais uma vez a proposta foi barrada pela Diocese maranhense, que se recusou a aceitar a proposta sob alegação de inviabilidade.

No ano seguinte, o Conselho reitera sua proposta de 1830, solicitando ao governo imperial a criação do Bispado do Piauí, tendo seu prelado nomeado a título de “Bispo de Anel”, semelhante ao que se fizera anteriormente em Goiás, vencendo cônica anual de 1:000\$000 pagas pelos cofres gerais¹⁵⁴.

Nesse novo pedido, o Conselho apresentava contundentes argumentos sobre interesses econômicos da Diocese do Maranhão em manter o controle sobre o Piauí, evidenciando que

¹⁵² MELO, op. cit., 1993.

¹⁵³ COSTA, op., cit., e CARVALHO JÚNIOR, op. cit., 1980.

¹⁵⁴ PIAUÍ. APEPI. **Resolução do Conselho Geral da Província do Piauí, de 30 de janeiro de 1833**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

esses interesses estavam se sobrepondo às questões religiosas, o que estava afetando prejudicialmente o crescimento da Igreja Católica no Piauí, embora essas reivindicações omitissem outros interesses que não somente religiosos.

Segundo o Conselho, a população piauiense continuava

a gemer sob o fardo enorme do tributo episcopal, extorquindo-se somas imensas do povo com multas para obtenção das dispensas matrimoniais. As principais famílias desta província, havendo-se entrelaçado umas com outras por meio de casamentos, sucede que em quase todas as alianças, que atualmente se fazem entre elas, se acham os contraentes ligados em algum grau de parentesco, que requer dispensa; e sendo todas essas dispensas concedidas por intermédio de grandes multas pecuniárias, vê-se que o resultado deve ser uma mina prodigiosa de rendas para a câmara eclesiástica (ou antes para o prelado) e uma violenta extorsão de numerário em todas as famílias. A isto acresce que a longa distância dos distritos desta província à capital do Maranhão (da qual dista algumas mais de 300 léguas) multiplicam as dificuldades e as despesas dos interessados nas dispensas, os quais são obrigados a enviar algumas vezes ao Maranhão dois ou três representantes (pagos generosamente), onde a dependência faz retardar os despachos dos seus papéis tempo esquecido, e nunca são expedidos sem reiteradas solicitações de procuradores, e prévio pagamento de uma boa multa pecuniária em metal precioso¹⁵⁵.

As reivindicações em favor da criação da Diocese do Piauí tinham, portanto, íntima relação com os interesses que permeavam a sociedade da época. As questões relativas às alianças entre famílias por meio do matrimônio e os altos custos para se obter as dispensas dos impedimentos matrimoniais revelam os conflitos que marcaram a relação entre parte da sociedade piauiense e a Diocese do Maranhão, bem como sinaliza para o desejo de criação de um Bispado independente.

Em suas ponderações, o Conselho deixava claro o interesse econômico do Bispado do Maranhão sobre o Piauí que, caso perdesse a jurisdição eclesiástica sobre este, teria graves perdas econômicas, justificando a forte resistência da diocese maranhense em conceder a autonomia.

¹⁵⁵ PIAUÍ. APEPI. **Resolução do Conselho Geral da Província do Piauí, de 30 de janeiro de 1833**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

O Conselho ressaltou ainda que o custo e as dificuldades de se conseguir as dispensas embaraçavam o aumento da população, que cumpria a Diocese promover, além de favorecer a ‘imoralidade’, principalmente entre a população pobre que, não tendo recursos, dispensava os sacramentos e viviam em público concubinato¹⁵⁶. O caráter moralizador foi também alegado como mecanismo de convencimento ao deferimento do pedido, no entanto, mais uma vez não obteve êxito.

O pedido foi repassado mais uma vez para a Diocese maranhense para análise e mais uma vez foi rejeitado. Ainda justificava Dom Marcos não conceder maiores poderes ao Vigário-Geral do Piauí argumentando “não conhecer um só sacerdote na província capaz de semelhante desempenho”¹⁵⁷. Essa alegação foi encarada pelos piauienses como uma demonstração de desrespeito aos representantes do clero piauiense.

Para Carvalho Júnior, a justificativa do Bispo desconsiderava o valor do trabalho e a competência dos sacerdotes piauienses, dentre estes Padre Marcos, a quem o autor considera “expressão maior da Igreja e de toda a vida cultural oitocentista no Piauí”¹⁵⁸. Sob essa perspectiva, ignorar a competência dos representantes do clero no Piauí era demonstração suficiente de que a Diocese do Maranhão não tinha interesse em conceder autonomia eclesiástica ao Piauí.

Ainda conforme Carvalho Júnior, receava Dom Marcos, como demonstrou em um dos quesitos que lhe mandara o Ministro Manoel Alves Branco sobre a criação do Bispado do Piauí, que o sustento do Bispo de Oeiras e de seus vigários implicasse na diminuição dos

¹⁵⁶ PIAUÍ. APEPI. **Resolução do Conselho Geral da Província do Piauí, de 30 de janeiro de 1833**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁵⁷ PIAUÍ. APEPI. **Resolução do Conselho Geral da Província do Piauí, de 30 de janeiro de 1833**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁵⁸ CARVALHO JÚNIOR, op. cit., 1980, p. 57.

recursos da Diocese maranhense¹⁵⁹. A preocupação, portanto, era de ordem econômica e não religiosa, como utilizou como pretexto em outras ocasiões o Bispo maranhense.

A derrota em 1833 logo deu origem, em 1834, a um novo pedido encaminhado a Assembléia Geral, solicitando a criação do Bispado do Piauí independente do Maranhão, argumentando, mais uma vez, os exemplos de Goiás e Mato Grosso, que já haviam criado seus bispados desde 1827¹⁶⁰. O pedido foi encaminhado ao ministro da justiça e resultou em um novo fracasso.

Em 1835, nova tentativa. Nessa época, queixava-se o Presidente da Província das dificuldades em se conseguir as dispensas matrimoniais, agravadas mesmo pelos inconvenientes dos rios, que se tornavam intransponíveis em períodos de chuva, e outros empecilhos em virtude das longas viagens a que se tinham que submeter¹⁶¹.

O Presidente reclamava ainda do Bispo, denunciando os interesses econômicos que motivavam o Maranhão a impedir a autonomia clerical no Piauí. Segundo ele,

pouco franco, o Exm^o Prelado do Maranhão (a que vive sujeito o Piauí pelo que toca ao eclesiástico) se tem mostrado teimoso e duro em não querer delegar suas jurisdições para as dispensas matrimoniais a um Vigário Geral Forense, que só conserva nesta capital na esterilidade do nome, afim de preparar prolixos processos de premissas, graos de impedimentos, fortuna certa e contingentes dos Oradores que querem casar-se, com os quais os autos devem marchar ou por si, ou por seus agentes à Câmara Eclesiástica da Capital do Maranhão a obter lá as dispensas respectivas, que só se conseguem a preço de avultadas multas pecuniárias pagas em moedas de prata; seguindo-se deste tão impróprios, como impolítico sistema de cobrar, que posta a dificuldade ou impossibilidade de recurso, esmorece os que necessitam dos recursos, a desmoralização que se avulta e a Província em lugar de ver seu seio Cidadãos a face dos Altares legitimamente casados, tem o dissabor de os ver substituídos em concubinato¹⁶².

¹⁵⁹ Ibid.

¹⁶⁰ BRASIL. **Lei de 03 de novembro de 1827**. Cria os Bispados de Mato Grosso e Goiás. Coleção de Leis do Império de 1827. I Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 82.

¹⁶¹ PIAUÍ. APEPI. **Fala do Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] à Assembléia [Legislativa Provincial], no ato de sua instalação, em 04 de maio de 1835**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁶² PIAUÍ. APEPI. **Fala do Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] à Assembléia [Legislativa Provincial], no ato de sua instalação, em 04 de maio de 1835**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

Mais uma vez o tema dos custos para se conseguir as dispensas matrimoniais retorna à cena, tema por certo de interesse das famílias de elite, uma vez que para estas o mercado nupcial interno apresentou-se bastante limitado pelo pequeno número de nubentes com mesmo nível de reconhecimento social, resultando no predomínio de casamentos entre pessoas com algum grau de parentesco, que, por sua vez, necessitavam de dispensas de impedimentos matrimoniais. Esse grupo, portanto, era o mais afetado pela dependência à Diocese do Maranhão, sendo dessa forma o maior interessado na conquista de um Bispado independente.

Nesse mesmo período, Padre Marcos lamentava o estado precário da administração eclesiástica no Piauí, agravado pela “falta de operários que em tão vasta e dilatada Província distribuam oportunamente o pasto espiritual”, e queixava-se ainda do Bispo, que alheio às inumeráveis dificuldades de se impetrar recursos de dispensas matrimoniais, “indiferente e apático, ou os nega ou torna mais gravosos”¹⁶³. Essas restrições fortaleciam ainda mais o apoio social às reivindicações em favor da autonomia eclesiástica no Piauí.

Padre Marcos, por exemplo, como deputado da Assembléia Provincial, entendia que essa delicada situação da vida espiritual – e também econômica – da Província exigia “imperiosamente um remédio pronto e eficaz e a Assembléia [o deveria tomar] na devida consideração”¹⁶⁴.

Por sua credibilidade como clérigo, Padre Marcos atraiu a simpatia de parte da população em defesa de um Bispado independente, estendendo sua credibilidade para a esfera política, a exemplo do que Certeau denominou de influência da “religião civil”¹⁶⁵, referindo-

¹⁶³ PIAUÍ. APEPI. **Resposta à fala do excelentíssimo Senhor Presidente da Província, na instalação da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de maio de 1835.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁶⁴ PIAUÍ. APEPI. **Resposta à fala do excelentíssimo Senhor Presidente da Província, na instalação da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de maio de 1835.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁶⁵ CERTEAU, op. cit., 1994, p. 283.

se ao fenômeno de transferência de credibilidade da esfera religiosa para esfera política, espaços nos quais Padre Marcos atuou intensamente.

Articulou, então, a aprovação de uma Resolução, sancionada pelo Presidente da Província, criando uma Diocese no Piauí, mas que diferente das anteriores, nada dizia respeito sobre a cômputo e determinava que “enquanto o governo geral não nomear o competente prelado para a Província do Piauí, continuará no exercício das suas funções relativas à mesma Província, o atual Bispo do Maranhão”¹⁶⁶. Novamente a proposta foi rechaçada pelo Bispado maranhense.

No ano de 1838, o Presidente da Província lamentava, por meio de encaminhamento aos deputados provinciais, as dificuldades e problemas trazidos pela falta de um bispado independente, destacando que no Piauí persistiam “as mesmas dificuldades para se obter as dispensas matrimoniais as quais só se pode conseguir suplicando-as em uma Província estranha e a custo de grandes sacrifícios de despesas, jornadas e paciência” e que os meios de “curar tão dolorosos males (...) devem provir da Assembléia Geral”¹⁶⁷. O texto revela o grau de insatisfação do líder do Executivo provincial e pede atenção dos deputados da Assembléia Geral para a solução do problema.

O mesmo incômodo demonstravam os deputados queixando-se do estado em que se encontravam os assuntos eclesiásticos na Província, situação a qual prometiam tomar providenciais. Em resposta ao Presidente da Província, os deputados provinciais ressaltavam que no Piauí os templos encontravam-se em ruínas e as paróquias destituídas de pastores.

¹⁶⁶ PIAUÍ. APEPI. **Resolução dividindo a Província do Piauí no eclesiástico da jurisdição que tem até agora exercido o Bispo do Maranhão, de 02 de junho, de 1835**. Sala do Poder Legislativo. 1ª Legislatura (1835-1837), Trabalho das Comissões. Caixa: 07. Avulsos, 1835.

¹⁶⁷ PIAUÍ. APEPI. **Fala, que recitou o Excelentíssimo Senhor Barão da Parnaíba, Presidente da Província do Piauí, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no 9º de julho do corrente ano de 1838**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

Além disso, denunciavam os danos oriundos da falta de autonomia religiosa no Piauí, apontando as soluções que entendiam necessárias:

o contínuo, enorme e odioso tributo das despesas pagas a Sé Metropolitana do Maranhão são na verdade flagelos gravíssimos e lamentáveis a que a Assembléia Provincial não vê remédio eficaz a não ser a criação de uma Diocese nesta Província já tantas vezes insistentemente reclamada à Assembléia Geral¹⁶⁸.

Os deputados prometiam ainda não se esquecerem de repetir o pedido à Assembléia Geral e o fizeram, encaminhando pedido insistindo na necessidade de criação do Bispado piauiense, dessa vez lembrando que a legislação do Império facultava às províncias legislar sobre a sua divisão eclesiástica, permitindo, assim, que o Piauí criasse a sua Diocese¹⁶⁹. O destaque dado ao direito das províncias de legislarem sobre sua divisão religiosa deixa entrever o grau de embate entre as questões de ordem secular e religiosa, no qual a primeira reivindicava o poder de decisão quanto ao seu ordenamento religioso. Mesmo com essa alegação, a Assembléia Provincial não logrou sucesso.

A insistência piauiense fez com que a Comissão de Negócios Eclesiásticos da Assembléia Geral levasse em conta as pretensões piauienses e realizasse novas consultas, mas que resultaram, pela obstrução do Bispado maranhense, em nova negativa, demonstrando sua força em relação ao Piauí e aos legisladores do Império.

Após o falecimento de Dom Marcos, em 1842, acreditaram as autoridades piauienses que o momento era propício para uma nova investida e mesmo o Governo Imperial sinalizava positivamente para o atendimento do pleito, criando grandes expectativas no Piauí.

¹⁶⁸ PIAUÍ. APEPI. **Resposta da Assembléia Legislativa Provincial à fala do Presidente da Província do Piauí, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 9 de julho de 1838.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁶⁹ PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Assembléia Provincial à Assembléia Geral, solicitando a criação do Bispado do Piauí, de 06 de setembro de 1838.** Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província. Sala do Poder Legislativo. 1835-1843. Cf. BRASIL. **Ato Adicional de Interpretação à Constituição de 1824.** Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834, em seu art. 10º. “Compete às mesmas Assembléias [Provinciais] legislar: § 1º. Sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da respectiva província...”. Coleção de Leis do Império. 1834. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 16.

Confiante na criação do Bispado, reportava-se o Presidente da Província aos deputados provinciais, novamente alegando que esse era o desejo da sociedade piauiense e justificando necessidades de ordem espiritual. Segundo Manoel de Sousa Martins, já com título de Visconde da Parnaíba,

Muito nos deve contentar a esperança da criação de um Bispado nesta Província por vezes reclamado quer pelo extinto Conselho, quer por esta Assembléia; e sobre o qual o Governo de S. M. Imperial se serviu mandar-me informar. Com esta criação serão mais bem socorridas as necessidades espirituais dos habitantes, desaparecerão os entraves que até aqui tem encontrado no obtimento das dispensas matrimoniais¹⁷⁰.

Assumiu, no entanto, a Diocese maranhense, como Vigário capitular, o Cônego João Inácio de Moraes Rêgo que, consultado pelo Ministro e Secretário do Estado e dos Negócios Eclesiásticos, Honório Hermeto Carneiro Leão, sobre a viabilidade de criação de uma Diocese no Piauí, limitou-se a responder aos questionamentos solicitados, deixando o parecer ao Bispo eleito, Dom Frei Carlos de São José, que, após sagrado Bispo em 1844, também se posicionou contrário aos interesses piauienses. Esse cuidado nos posicionamentos e a transferência de responsabilidade da decisão vêm sinalizar para a importância de tal pedido.

O Bispo recém eleito havia sido alertado pelo Cônego João Inácio para os inconvenientes gerados caso o Piauí se desligasse do controle eclesiástico do Maranhão, destacando que:

se este Bispado [do Maranhão], tal como se acha constituído, custosamente subministra os meios de uma decente e parca sustentação ao Prelado Diocesano, o que será tirando-lhe a Província do Piauí, de onde a Matriz e o cofre das obras pias recebem uma boa parte de seus rendimentos, pela pronta e fácil remessa das dispensas que para ali anualmente se expedem e facultam?¹⁷¹.

Essa nova derrota abalou os ânimos das autoridades piauienses que por um longo período abandonaram as esperanças de verem criado o Bispado Piauiense, e mesmo Padre

¹⁷⁰ PIAUÍ. APEPI. **Fala que recitou o Excelentíssimo Senhor Visconde da Parnaíba, Presidente desta Província do Piauí, na ocasião da abertura da Assembléia Provincial em 7 de julho de 1843.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁷¹ REGÔ, Cônego João Inácio de Moraes. apud MELO, op. cit., 1993, p. 14.

Marcos, vice-presidente da Província e já com idade avançada, parece também depor suas armas em defesa dessa causa. Desse momento em diante, por muitos anos a luta pelo Bispado no Piauí foi arrefecida.

Nessa época, Padre Marcos, mesmo alimentando o sonho de ver criado um Bispado no Piauí, não promoveu ou colaborou com outras investidas em favor de sua criação, pois, àquele momento, não havia mais a quem apelar e passou, então, a dedicar-se, com forças redobradas, à sua Escola em Boa Esperança.

Somente em 1888 assiste-se a uma nova tentativa por intermédio da Arquidiocese da Bahia, que dirige petição à Assembléia Nacional pedindo novamente a criação de uma Diocese no Piauí, que logo encaminha ao Plenário para votação juntamente com o pedido de criação de outras duas Dioceses e uma Arquidiocese na província do Rio de Janeiro. No entanto, “levado ao Plenário, o Projeto foi aprovado apenas com um veto – a criação do Bispado do Piauí”¹⁷². Em mais esse episódio, “os Bispos do Maranhão foram os únicos entraves que encontraram os piauienses para a realização de seus ideais”¹⁷³.

Uma nova tentativa foi realizada em 1897, por intermédio dos trabalhos de Padre Joaquim de Oliveira Lopes. No entanto, comunicando a Padre Lopes, o Bispo do Maranhão, Dom Antonio Cândido Alvarenga, desculpa-se e diz entender ser a criação de um Bispado no Piauí uma idéia inexequível. Segundo o Bispo,

nem o Bispado do Piauí, nem o do Maranhão terão rendas suficientes para as despesas da administração Diocesana e dos dois Bispos, porque quase toda a população é pobre, e aqueles que possuem alguns bens são pouco dispostos a contribuir para as obras pias. No ano de 1897 as rendas dos dois Estados foram de apenas 12:250\$000 e os proventos para o Bispo somente 1:855\$940. Isto dará pouco mais de 6:000\$000 para cada um dos Bispados, e menos de 1:000\$000 para o Bispo, insuficiente para as despesas da Diocese e do Diocesano¹⁷⁴.

¹⁷² MELO, op. cit., 1993, p. 14.

¹⁷³ GONZAGA, Pe. Luís. apud MELO, op. cit., p. 14.

¹⁷⁴ ALVARENGA, Dom Antonio Cândido. apud MELO, op. cit., 1993, p. 15.

Padre Lopes não desanimou com mais essa derrota e continuou a campanha para a criação do Bispado, percorrendo diversas cidades no Piauí, angariando aliados e fundos para o patrimônio do Bispado, entretanto, foi na Bahia que encontrou seu maior aliado.

Deve ser observado que com relação à Igreja no Brasil, no início do século XX, processaram-se importantes mudanças de relações. Com a separação entre Igreja e Estado e as iniciativas do Vaticano no sentido de reestruturar os espaços religiosos com a criação de novas dioceses¹⁷⁵, formou-se toda uma conjuntura favorável à criação de uma Diocese no Piauí.

O apoio do Arcebispo da Bahia foi fundamental para a defesa da causa piauiense, uma vez que, em meio aos esforços de reestruturação,

[...] ouvindo e vendo as necessidades locais e as possibilidades em atender às exigências da política romana, foram os arcebispos que indicaram a localização das novas dioceses, promovendo o desmembramento de sua jurisdição¹⁷⁶.

Nesse sentido, o trabalho de Padre Lopes tornou-se importante na conquista da simpatia do Arcebispo da Bahia para a causa piauiense. Como Diretor Diocesano do Apostolado da Oração, em julho de 1900, Padre Lopes viajou à Bahia para um congresso e lá conseguiu, para a causa piauiense, o apoio e trabalho do Arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo Tomé da Silva, que se comprometeu a interceder pessoalmente junto ao Papa em favor da criação de uma Diocese no Piauí¹⁷⁷.

Padre Lopes retornou ao Piauí e continuou a campanha em defesa de um Bispado independente, desta vez apelando para o novo Bispo do Maranhão, Dom Xisto Albano, cuja

¹⁷⁵ SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife a respeito do grau de adesão ocorrido das idéias e práticas do chamado catolicismo progressista e de suas impossibilidades. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

¹⁷⁶ Ibid., p. 113.

¹⁷⁷ MELO, op. cit., 1993.

bondade e compreensão alimentaram esperanças de que as expectativas do Piauí seriam, enfim, atendidas. No entanto, como em todas as outras tentativas, o pedido foi negado.

Dom Xisto apresentou ainda a Padre Lopes ofício da Nunciatura romana, de 21 de junho de 1901, em que a Sé romana recomendava ao prelado maranhense fundar no Piauí um seminário e que seu Bispo alternasse moradia, residindo dois anos em São Luís e dois anos em Teresina¹⁷⁸.

Entretanto, nesse evento, abre-se uma lacuna na história episcopal piauiense que necessita de maiores investigações, uma vez que data de 20 de fevereiro de 1901 a bula de criação de uma Diocese no Piauí, assinada pelo Papa Leão XIII. Nesse sentido, como explicar as recomendações da Sé romana de junho de 1901, que contrariam princípios da existência de uma diocese autônoma, se desde fevereiro do mesmo ano já existia bula papal estabelecendo a criação de um bispado no Piauí?

Desse modo, resta ainda ser melhor investigado o ofício da Nunciatura de 21 de junho. Entretanto, resulta entender que os esforços de Padre Lopes, de Dom Jerônimo e da população piauiense foram ouvidos em Roma.

Cláudio Melo¹⁷⁹ entende que o comportamento de Dom Xisto, sua renúncia após a eleição do primeiro Bispo da nova Diocese e sua excessiva preocupação econômica, levaram-no a conseguir junto à Nunciatura, por dois anos, que a bula pontifícia que criou uma Diocese no Piauí não fosse publicada.

Somente em 1903 chegou ao fim a longa luta pela criação de um Bispado no Piauí. Em 2 de janeiro, chegou a Teresina, por meio de telegrama enviado pelo Arcebispo da Bahia, o comunicado oficial de criação e autorização de instalação da Diocese do Piauí, sufragânea da Arquidiocese da Bahia.

¹⁷⁸ Ibid.

¹⁷⁹ Ibid.

Seu primeiro Bispo, Dom Joaquim de Almeida, chegou ao Piauí apenas em 1906, em meio à grande festa promovida pelo governo, festa que Padre Marcos, por seu trabalho e empenho na luta pela criação do Bispado, muito desejou ter visto, mas que a erosão do tempo o impediu.

Contudo, poucas são as pesquisas que analisam a atuação de Padre Marcos neste que pode ser chamado litígio eclesiástico, tampouco nas demais esferas de sua atuação como religioso. Como se discutiu neste capítulo, sua atuação em relação às questões religiosas foram fortemente influenciadas pela luta em defesa da criação de uma Diocese no Piauí, e, ao fazer isso, desejava conquistar uma maior autonomia na condução da vida social da Província, uma vez que uma Diocese independente implicava em poder tomar decisões significativas para o encaminhamento da vida da população.

Seu desejo em ver criado um Bispado no Piauí foi talvez o seu maior sonho e com certeza sua maior decepção sacerdotal, em virtude da veemente recusa que impediu sua criação. Por outro lado, pôde ver em vida parte dos frutos de seu trabalho como educador, em sua escola de Boa Esperança, local no qual aplicou muitos dos ensinamentos e técnicas educacionais aprendidos ao longo de sua formação e vida religiosa.

Na historiografia, no entanto, o reconhecimento de seu trabalho resultou, sobretudo, das inscrições deixadas por ele como educador em sua Escola, lugar no qual empregou parte “do rendimento dos seus bens patrimoniais, e não raras vezes sacrificando até mesmo uma boa parte de sua fortuna”¹⁸⁰.

Essa atuação como educador também requer aprofundamentos das reflexões e estudos já realizados. Analisar essa atuação e os significados de Padre Marcos como educador, a escola de Boa Esperança e a Instrução Pública piauiense até a primeira metade do século XIX, representam interesses da continuidade desse trabalho.

¹⁸⁰ COSTA, op. cit., p. 251.

PARTE II
ENTRE O GADO E AS LETRAS:
A INSTRUÇÃO ESCOLAR NO PIAUÍ

CAPÍTULO 03

A INSTRUÇÃO PÚBLICA: os primeiros e trôpegos passos

Discutir a instrução formal no Brasil em seu período colonial e imperial, mesmo considerando o crescente número de pesquisas, representa ainda empreitada desafiadora devido à escassez de fontes e a existência de informações desconstruídas na literatura sobre o tema. O mesmo desafio se faz presente no que se refere ao Piauí. Entretanto, analisar a atuação político-social de Padre Marcos de Araújo Costa, na primeira metade do século XIX, implica também em lançar olhares sobre as formas de ensino de então, espaço no qual este clérigo destacou-se por meio da instrução que ofertava em sua escola na fazenda de Boa Esperança.

Nesse sentido, colocou-se em relevo neste capítulo as discussões acerca dos primeiros e trôpegos passos da Instrução Pública no Piauí, nos séculos XVIII e XIX, tomando por referências, além da literatura existente sobre o tema e a legislação vigente no período, a documentação pertencente ao Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI) e a documentação pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), diálogo que possibilitou novos olhares a respeito da história da educação no período, bem como de outras dimensões do tecido social local.

3.1 Entre o gado e as letras

A organização dos mecanismos de controle da América portuguesa, entre as quais as estruturas de ensino, atenderam ao entrelaçamento entre opções políticas e convicções religiosas de seus dirigentes que, dentre as várias estratégias de controle negociadas entre a Metrópole e a Colônia, estabeleceu-se um eficiente aparato de restrição ao acesso público às letras¹.

Mesmo regiões marginais da empresa colonial portuguesa, a exemplo das áreas de criatório, não escaparam aos mecanismos de controle promovidos pela Coroa. Em áreas de criatório, a exemplo das terras pertencentes hoje ao Piauí, que tiveram um processo de colonização pautado na pecuária e delineado sob a marca dos conflitos de terras entre sesmeiros e posseiros, o desenvolvimento da instrução formal marcou-se pelo signo da falta de recursos financeiros e pela carência de professores habilitados para exercerem as atividades de ensino, freando, portanto, a efetiva implantação de uma educação escolar.

Essa carência na instrução formal no Piauí, em seu período colonial, pode encontrar explicação na dificuldade de sua implementação por “ter a sociedade piauiense sido calcada, essencialmente, na criação de gado *vacum* e no latifúndio. Isto gerava fenômenos como o da rarefação da população, além de uma não necessidade de educação escolar com relação às atividades produtivas e a fixação do homem na região”².

¹ SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

² LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **Beneméritos da instrução: a feminização do magistério primário piauiense**. Fortaleza-CE [Dissertação de Mestrado], 1996. p. 43.

Nas regiões com uma economia baseada no criatório, as experiências educacionais que floresceram ligavam-se, sobretudo, ao meio rural e a um saber prático, influenciando a história político-social dessas. No que se refere ao ensino durante os séculos XVIII e XIX, Costa Filho esclarece ainda que,

a análise do material historiográfico produzido permite observar que o sistema oficial de ensino tem sido o elemento prioritário de estudo, ficando à margem as formas alternativas de ensino. No geral, as abordagens voltam-se para análise do sistema desvinculado do contexto socioeconômico e concluem que, no século XIX, o referido sistema fracassou. Dentre os fatores responsáveis por esse insucesso, apontam: a falta ou ineficiência de escolas oficiais, a carência de recursos financeiros e a inabilidade do corpo docente³.

Nesse sentido, o processo educacional piauiense deve ser analisado de forma mais detida, observando algumas de suas peculiaridades, como a colonização de seu território, que possuía um modelo econômico próprio baseado na pecuária extensiva; o aspecto retardatário de implantação do sistema oficial de ensino em relação a outras regiões do Brasil, tendo ocorrido somente em meados do século XVIII e a convivência do sistema oficial com formas alternativas de ensino. Assim, compreender a importância e o caráter diferenciado de escolas, a exemplo da escola de Boa Esperança, bem como compreender a constituição da instrução formal no Piauí, não pode ser dissociado do contexto histórico-econômico dos mesmos nos séculos XVIII e XIX, pois o processo de constituição e desenvolvimento da instrução formal esteve diretamente vinculado ao seu processo colonizador.

A partir do final do século XVII e ao longo do século XVIII, o Piauí apresentou lenta transformação em sua estrutura econômica, o que influenciou na sua organização sócio-educacional. Assim, analisar seu processo colonizador faz-se necessário em razão de preconceitos constituídos por uma parcela da historiografia, no que se refere ao período

³ COSTA FILHO, op. cit., p.10.

colonial brasileiro, que tende a simplificar estruturas extremamente complexas, reduzindo o Brasil, em seu período colonial, a latifúndio, monocultura e trabalho escravo⁴.

Por muito tempo a historiografia convencionou que a expansão da pecuária nos sertões nordestinos teria se relacionado unicamente ao crescimento da empresa açucareira na zona da mata do Nordeste que, em um segundo momento, especializou-se, mantendo estreita relação com a produção do açúcar. Sob essa perspectiva, somente em um terceiro momento as fazendas de gado se desligariam dos engenhos⁵. O Piauí teria surgido nesse terceiro momento, em que “não resta dúvida de que coube à pecuária fazer ver ao colono o valor econômico dessa área, até então considerada desprovida de riquezas minerais, e pouco propícia à lavoura de exportação”⁶.

Dessa forma, “a colonização do Piauí coincidiu com o novo direcionamento da política colonial portuguesa, quando o caráter de litoraneidade dos anos quinhentistas foi atenuado”⁷, e Portugal buscava, naquele instante, uma maior integração de seus domínios, ao tempo em que combatia as penetrações estrangeiras em suas possessões⁸.

O território que compreende o atual Piauí teve o início de sua reocupação na segunda metade do século XVII, como passagem de expedições de exploração entre Pernambuco e o Maranhão, quando foram organizadas missões militares e religiosas, que tinham por objetivo conhecer e “pacificar” a área, que implicou no repovoamento e exploração econômica da região⁹.

⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. O trabalho na Colônia. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

⁵ PIAUÍ. CEPRO. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 1979. Deve ser destacado que este mesmo estudo aponta que a expansão do gado em solo piauiense não se liga ao crescimento da empresa açucareira e sim à sua crise. Assim, a empresa açucareira esteve mais ligada à expansão dos currais no instante que liberou mão-de-obra.

⁶ BRANDÃO, T. op. cit., 1999, p. 45.

⁷ Ibid., p. 46.

⁸ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Conquista e colonização da América portuguesa. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

⁹ BRANDÃO, T. op. cit. 1999.

Por volta de 1660, a região começou a ser objeto de penetrações de reconhecimento e exploração mais intensas, principalmente por bandeirantes paulistas apresadores de nativos¹⁰ e fazendeiros baianos que combatiam os nativos. Assim, “a primeira atração oferecida pelo Piauí é, pois, o índio (*sic*), objeto de caça, que se prestava não somente a servir como mão-de-obra escrava, mas que era peça fundamental como elemento militar”¹¹.

Ao longo do século XVIII, a região não possuía delimitações geográficas precisas, mas apresentava condições físicas excelentes para a criação de gado – pastos naturais, recursos hídricos e salubridade do clima – e relativa oferta de produtos coletáveis de caça, possibilitando melhor sobrevivência da população, fatos atestados pela grande quantidade de tribos indígenas fixadas na região¹² e a possibilidade de penetração linear do território que, diferente de facilitar a comunicação, facilitou sua exploração e fixação¹³.

No entanto, não se tem uma definição precisa dos motivos que levaram a pecuária a ser a responsável central pela colonização das terras piauienses, mas Tanya Brandão sugere algumas possibilidades, afirmando que na região,

[...] não se apresentaram muitas opções à valorização do território. O extrativismo vegetal e mineral tornava-se quase impossível em virtude das limitações quanto ao potencial natural das drogas e metais nobres. Também a inexistência de grandes extensões de solos agricultáveis e a distância a ser percorrida até os portos marítimos, inviabilizavam o cultivo da cana para a fabricação do açúcar. A escolha da pecuária como atividade principal talvez tenha resultado da observação aos caracteres físicos regionais e ao fato de os currais já virem adentrando o sertão. Mas é provável, ainda, que a capacidade da criação bovina de ocupar vasta área em tempo relativamente exíguo, com reduzido número de pessoas e pouco capital tenham influído na escolha¹⁴.

¹⁰ Deve ser salientado que as bandeiras paulistas, pelo seu próprio caráter apresador, não se fixaram em solo piauiense, o que ficou por responsabilidade dos fazendeiros vindos, sobretudo, da Bahia, sendo estes os primeiros agentes do povoamento do solo piauiense, estimulados pela abundância de terras que poderiam ser reivindicadas como sesmarias e pela presença de mão-de-obra que podia ser utilizada.

¹¹ PIAUÍ. CEPRO. op. cit., p.15.

¹² Também é importante lembrar que, mesmo com a presença das *secas*, fenômeno constante no Piauí, esta Província tinha uma capacidade maior de resistência a esse fenômeno, assim, seu gado era procurado para reconstruir os criatórios de outras áreas do nordeste após estiagens prolongadas.

¹³ PIAUÍ. CEPRO. op.cit.

¹⁴ BRANDÃO, T. op.cit. 1999, p. 46-7

O modelo econômico implantado exigia pouca especialização da mão-de-obra, sendo mínima a intervenção humana. A instalação das fazendas de gado exigia, no entanto, amplas áreas de terras, surgindo assim extensos latifúndios no Piauí, que viriam a ser uma de suas principais características¹⁵ – presença que ainda se faz sentir – e que para serem instaladas deveriam ser conquistadas dos povos indígenas que as habitavam. Observa-se, assim, a necessidade da formação de verdadeiros exércitos para implementarem o que denominavam guerra justa contra o indígena.

É importante salientar também que “o desenvolvimento da economia pecuária se faria a par com outra atividade, o apresamento de índios (*sic*)” e “a pecuária piauiense criou, para sobreviver e se consolidar, uma capacidade de infensibilidade às crises do mercado consumidor superior à capacidade de outras áreas da pecuária nordestina”¹⁶, com a exigência de pequenos investimentos e um sistema escravista adaptado às suas necessidades, marcada pela subsistência do mercado e luta pela posse da terra¹⁷.

Seu diferenciado formato de reocupação do território, associado ao reduzido número de estudos acerca das sociedades estabelecidas na região, contribuíram para a formação da concepção de que suas relações sociais seriam mais pacíficas e com pequena diferenciação, na qual o vaqueiro e o fazendeiro pouco se distinguiriam. Sem a intenção de aprofundar discussão tão complexa, sinaliza-se para a simplicidade do raciocínio, que desconsidera uma série de peculiaridades da sociedade piauiense no período colonial, que permaneceu por longo período entre cuidar do gado e combater os povos nativos, fazendo florescer uma sociedade

¹⁵ Ibid.

¹⁶ PIAUÍ. CEPRO. op. cit., p. 20-2.

¹⁷ É importante ser lembrado que o processo de devassamento do Piauí foi marcado por lutas pela posse do solo, e seus grandes proprietários, que tinham recursos para investir, depararam-se com a disputa de terras com vaqueiros, arrendatários e posseiros, marcando a expressão do valor desta para esta população, sinalizando no século XVIII para a vitória dos interesses locais desses vaqueiros, posseiros e arrendatários, dando início a toda uma oligarquia proprietária de terras verdadeiramente piauiense.

cujas funções militares de fazendeiros, vaqueiros e escravos faziam-se muito presentes, levando umas poucas centenas de homens a dizimarem dezenas de tribos indígenas¹⁸.

Surgiu, assim, uma sociedade que, em seu início, não tinha a educação escolar como uma de suas prioridades, dadas as próprias necessidades de produção e sobrevivência que prescindiam de um saber formal.

3.2 Os trôpegos passos

Diferente do que se poderia esperar de uma região na qual o saber formal ofertado em escolas não representava uma prioridade para a maior parte da população, a documentação consultada pôs em destaque a preocupação governamental com as chamadas *Aulas Públicas*¹⁹, algo que ganhou maior ressonância a partir do início do século XIX.

As ações desses governantes, no entanto, ficaram restritas aos discursos que às ações, freqüentemente suplicando escolas em suas falas, mas não oferecendo solução ao problema. As Cadeiras de Instrução, quando criadas, não eram providas ou, se providas, muitas vezes não funcionavam, resultado do modelo adotado de Instrução Pública inadequado aos interesses da maioria da população, tendo se desenvolvido “de modo lento, insuficiente para o

¹⁸ PIAUÍ. CEPRO. op. cit.

¹⁹ Após a expulsão dos Jesuítas, o termo *Escola* era utilizado com o mesmo sentido de *Cadeira* ou *Aula*. Cada *Aula*, de responsabilidade de um único professor, representava uma unidade escolar, uma *Escola* ou *Aula Pública*.

atendimento da população e permeada de criações e extinções de escolas, devido à própria organização da produção e do trabalho e ao modo como este vai se povoando”²⁰.

Todavia, ao se analisar o Piauí dos séculos XVIII e XIX e suas experiências educacionais, deve-se ter o cuidado em não estabelecer uma distinção dicotômica entre o urbano e o rural, posto que o mundo rural exerceu forte influência sobre os espaços e relações sociais neste período²¹. O caráter ruralista marcou seus quadros sociais, políticos e econômicos, como resultado de sua estrutura produtiva e de suas características demográficas²². Nesse sentido, a organização do ensino também resultou do diálogo com o mundo rural, no qual um sistema oficial, de reduzido alcance social²³ e pouco atraente ao cotidiano da população, impulsionou o surgimento de modelos alternativos de instrução sob responsabilidade familiar, que atendiam a vilas, cidades e, sobretudo, as fazendas, espaços em que se concentravam a maior parte da população²⁴.

Assim, no Piauí, e por todo o Brasil, frente à ineficiência das ações públicas, surgiram paralelamente formas alternativas de ensino, a exemplo das *escolas familiares*²⁵ ou

²⁰ LOPES, op.cit., p. 39.

²¹ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **História, literatura e sociabilidades**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

²² Cf. BRANDÃO, T. op. cit., 1995, a partir de meados do século XVIII, quando da instalação das vilas, a população da Capitania passou a residir nas zonas rural e urbana. No entanto, em decorrência de sua estrutura econômica, a maioria da população continuou a residir na zona rural. Além deste elemento, a população era dispersa e rarefeita, como consequência da agricultura e pecuária desenvolvidas que exigiam pouca mão-de-obra, extensas áreas de ocupação e grande espaçamento entre as unidades de produção. Elementos também componentes dizem respeito à concentração da propriedade fundiária e a necessidade de ocupá-la como garantia do domínio e a comercialização do gado que ocorria em lugares afastados de centros urbanos.

²³ A escola pública no Piauí dos séculos XVIII e XIX apresentou um reduzido alcance social em razão do seu descontínuo funcionamento e reduzido raio de atuação, limitando-se, sobretudo, às cidades, vilas e povoados mais populosos, deixando desguarnecida a zona rural, na qual habitava a maioria significativa da população, distribuída em pequenos núcleos distantes das escolas oficiais. As “escolas familiares” e particulares surgem, assim, para preencher a lacuna deixada pela falta de escolas oficiais, sejam nos sítios e fazendas, ou nas vilas, povoados e cidades. Neste sentido, educar os filhos em escolas das cidades ou vilas representava enorme sacrifício e sem um retorno visível ou imediato que somente uma parcela muito pequena da população podia financiar. Mas isso não significa dizer que os pais desconheciam a importância da escola na formação das novas gerações, o que pode ser observado com a existência das “escolas familiares”. No entanto, essas, além de um saber formal, de iniciação da criança ou do jovem no mundo das letras, aliavam paralelamente o ensino de conhecimentos úteis ao cotidiano rural, associando o ensino formal e informal na educação das crianças e jovens.

²⁴ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a república**: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

²⁵ Cf. COSTA FILHO, op. cit.

*domésticas*²⁶, modelo que perdurou para além do período colonial, no qual o ensino era ministrado no espaço doméstico por familiares letrados, religiosos ou mestres contratados²⁷. Nessas escolas, ministravam-se aulas ligadas a um saber formal, mas também ligadas a um saber prático, focado na lida diária da vida no campo, representando uma tentativa de preencher o vazio deixado pela escola pública e responder às necessidades locais. A educação doméstica, bem como outras experiências alternativas de ensino, apesar de informais, foram possíveis graças a uma legislação e fiscalização tolerante com as formas não oficiais de ensino, sobretudo após o Decreto das Cortes Constitucionais, de 21 de junho de 1821, que permitia a qualquer cidadão o ensino e a abertura de escolas de primeiras letras independente de exame ou licença²⁸, e inspirou no Brasil leis posteriores, a exemplo da lei 20 de setembro de 1823, que “permitia a todo cidadão abrir escola elementar, sem os trâmites legais de autorização prévia e sem licença e exame do requerente”²⁹. Desta forma, possibilitava-se aos egressos dessas escolas o avanço ou conclusão de estudos em escolas e academias oficiais, uma vez que a forma de passagem de um para outro nível do ensino consistia apenas na prestação de exame, não se exigindo a comprovação de conclusão do nível de ensino anterior.

Nesse sentido, conforme enuncia Alcebíades Costa Filho, “o ensino primário e secundário poderiam ser ministrados em qualquer espaço físico, reforçando assim a prática de criação das escolas familiares ou domésticas. Essas apresentavam uma série de conveniências, principalmente para as pessoas que residiam em locais distantes dos centros urbanos”³⁰.

²⁶ Cf. VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os mestres: a educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

²⁷ COSTA FILHO, op. cit. Entre professores e alunos das escolas familiares encontravam-se mesmo escravos, algo proibido pela legislação vigente à época.

²⁸ PORTUGAL. Constituição Portuguesa. Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. De 10 de março de 1821. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. A Constituição Portuguesa traz, em seu Art. 239, a seguinte redação: “É livre a todo cidadão abrir aulas para o ensino público, contando que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e pela forma que a lei determinar”.

²⁹ CHIZZOTTI, Antonio. A constituição de 1823 e a educação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. 2. ed. Rev. Ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p. 43-4.

³⁰ COSTA FILHO, op. cit., p. 83.

Mas deve ser lembrado que essas escolas não foram um fenômeno exclusivo piauiense, uma vez que em outras regiões brasileiras, frente às limitações do ensino público, a população também recorria a formas alternativas para suprir a ausência do Estado. As formas alternativas assumiam um espaço de atuação complementar, e muitas vezes substitutivos, à escola pública.

A importância das formas não oficiais ou alternativas de ensino destaca-se ainda mais quando se lembra a força que elas tiveram na formação dos grupos dirigentes no cenário piauiense. Isso é observado na narrativa de Queiroz, quando destaca que: “estudo que contemple a instrução primária na província está mais próximo da realidade, se considerar, como de maior peso, a instrução propiciada pelas próprias famílias, num círculo que não tem qualquer relação com o poder público”. Além disso, ainda salienta: “dezenas de biografias de homens cultos vindos do Império corroboram a irrelevância da ação do Estado no que se refere à instrução primária nas famílias de elite”³¹.

As iniciativas privadas foram muito relevantes na formação dos grupos dirigentes piauienses, considerando ainda que a ação educadora da família encontrou extensão nos internatos. A esse respeito, Queiroz destaca que estes eram “em geral ligados à ação de religiosos de que são exemplos, no Piauí, o colégio de Padre Marcos de Araújo Costa e, na província da Paraíba, o colégio de Padre Rolim”³².

Logo, Padre Marcos e sua Boa Esperança encontraram-se estreitamente ligados à instrução das famílias de elite e à formação dos corpos dirigentes da administração pública piauiense da primeira metade do século XIX. No entanto, para refletir sobre a atuação desse padre-mestre, torna-se necessária a análise sobre o espaço educacional em que atuou, conhecendo suas tensões e contradições.

³¹ QUEIROZ, 1994, p. 61.

³² Ibid., p. 61.

Nesse sentido, ao se olhar de forma mais detida a organização da Instrução Pública no Piauí, percebe-se que em seus primeiros séculos ela se caracterizou por sua condição precária, inconstante e pelo reduzido alcance social, como resultado de uma série de fatores que se interpenetraram, podendo ser destacadas as distâncias entre escolas e alunos, distâncias físicas e de interesses; a inadequação da estrutura do sistema de ensino em relação à estrutura socioeconômica; a falta de recursos a serem investidos e a carência de pessoal qualificado e interessado no exercício do magistério.

Em relação aos primeiros esforços para a criação de escolas no Piauí, Ferro nos informa que, após passar para a jurisdição eclesiástica do Maranhão, em 1730 o Padre Tomé de Carvalho ofereceu uma fazenda de gado avaliada em doze mil cruzados, como esteio econômico para a criação de um educandário a ser dirigido pelos padres da Companhia de Jesus³³. No entanto, esta iniciativa não floresceu devido às próprias circunstâncias sociais locais, entre as quais se destacaram a baixa densidade demográfica e principalmente o distanciamento entre os núcleos populacionais.

Em consonância com a historiografia da educação brasileira, o período compreendido entre meados do século XVI e meados do século XVIII, compreende no Brasil o período do ensino Jesuítico, cujo ensino ficou a cargo dos religiosos da Companhia de Jesus³⁴. No entanto, os jesuítas, de importante papel na educação e no ensino da população durante o período colonial, tiveram atuação muito discreta no território piauiense, limitando-se “a ensinar a doutrina cristã de viva voz, pela velha cartilha, e às manifestações externas do culto, isto é, sermões, procissões, missas, confissões, etc. [...] Não cogitaram nunca de fundar escolas ou colégios para o ensino das primeiras letras”³⁵.

³³ FERRO, op. cit., 1996.

³⁴ CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas Régias no Brasil. In.: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **História e memória da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, vol. I, 2004.

³⁵ CUNHA, Hygino. **História das religiões no Piauí**. Theresina: Papelaria Piauiense, 1924, p. 65. Cabe ressaltar que cf. NUNES, op. cit., 4 v., 1975, possui entendimento divergente, afirmando que os jesuítas

A educação no Brasil permaneceu sob o comando inaciano por duzentos e dez anos, até 1759, quando foram expulsos de todos os domínios portugueses³⁶. Por todo esse período, podem ser apontadas apenas duas iniciativas educacionais promovidas pelos jesuítas em solo piauiense, entretanto sem maiores repercussões. Em 1711, os inacianos receberam, em testamento, 39 fazendas de gado no Piauí, doadas por Domingos Afonso Mafrense, que logo se multiplicaram. A princípio, as fazendas ocupavam toda a atenção dos religiosos. Somente em 1733 estes passaram a se preocupar com a educação, conseguindo um alvará de funcionamento de um estabelecimento de ensino denominado *Externato Hospício*³⁷ da *Companhia de Jesus*, experiência que não logrou êxito em razão das dificuldades de instalação, tais como pobreza do meio, dispersão demográfica e empecilhos de comunicação pela distância dos núcleos populacionais. Das receitas provenientes das fazendas deixadas por Mafrense os jesuítas tiravam sustento para o Colégio da Bahia e para um noviciato em Jequitaiá, no entanto, não há registros de piauienses que tenham sido encaminhados para estas instituições³⁸.

Uma segunda iniciativa ocorreu em 1751, quando os padres do Maranhão organizaram o *Seminário do Rio Parnaíba*³⁹. Em três de fevereiro, o Padre Gabriel Malagrida recebeu autorização para construí-lo. Foi seu primeiro regente o Padre Miguel Inácio e depois o Padre Francisco Ribeiro. No entanto, as lutas pela posse da terra e pelo domínio das populações indígenas, além de contribuírem para a persistência das dificuldades já apontadas, motivaram a transferência do Seminário para Aldeias Altas, hoje cidade de Caxias (MA), apesar dos

desempenharam atividades pedagógicas em missão na Serra da Ibiapava, na região onde se encontra hoje a cidade de Viçosa (CE).

³⁶ Quando expulsos, em 1759, os jesuítas contavam no Brasil 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários. Além destes, contam-se seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus, à exceção do Piauí, onde não se localizou nenhuma atividade educacional em funcionamento naquele ano.

³⁷ O termo *hospício* emprega-se aqui no sentido de hospedagem, abrigo pertencente aos jesuítas.

³⁸ BASTOS, C. op. cit.

³⁹ Cf. BASTOS, C. op. cit., por muito tempo acreditou-se que este Seminário teria sido construído contíguo à Igreja do Rosário, em Oeiras. No entanto, segundo Pe. Cláudio Melo, este teria sido instalado em Buriti dos Lopes, ao norte da Capitania, e não em Oeiras. As ruínas em Oeiras apontadas como pertencentes ao Seminário seriam de um hospício de religiosos capuchos, cuja construção teria ocorrido após 1757.

gastos já feitos, deixando novamente o Piauí sem nenhuma escola⁴⁰. Em suas pesquisas Amparo Ferro enuncia que “este educandário para formação religiosa, que nem mesmo chegou a funcionar regularmente, deveria ter sido o primeiro estabelecimento de ensino do Piauí”⁴¹.

Os motivos que explicam a inexpressiva atuação dos jesuítas em solo piauiense foram:

a) a tardia fixação da Ordem em território piauiense. Havendo chegado ao Brasil em 1549, só na segunda década do século XVIII se estabelecem no Piauí, movidos por interesses pecuniários: as fazendas de gado, b) a reorientação da Ordem em relação às atividades desenvolvidas na Colônia⁴².

A fixação dos jesuítas no Piauí confunde-se com o momento em que eles concentravam esforços na criação de seminários, explicando assim a fundação do Seminário do Rio Parnaíba em lugar de escolas primárias e o fracasso desta iniciativa face às condições adversas da Capitania⁴³. Não foram localizados registros acerca de nenhuma outra iniciativa inaciana até 1759, ano em que D. José I expulsou os jesuítas do Reino e dos domínios portugueses, extinguindo também suas experiências escolares⁴⁴.

A expulsão fazia parte das reformas do Estado português levadas à frente pelo Ministro Sebastião de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, mais tarde Marquês de Pombal, simbolizando também uma ruptura do governo português com o pensamento escolástico⁴⁵, em um período marcado também pelo severo controle das palavras ditas e escritas⁴⁶.

⁴⁰ BRITO, I. op. cit. e NUNES, op. cit., aponta como o ano do início da edificação do Seminário o ano de 1749, com o que concorda BRITO, I. op. cit., 1996. Por outro lado, BASTOS, C. op. cit., localiza o início de sua edificação em 1751, ano em que é concedido o alvará de funcionamento.

⁴¹ FERRO, op. cit., 1996, p. 59.

⁴² BRITO, I. op. cit., p. 14.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Pelo Alvará de 19 de janeiro de 1757, foram os jesuítas declarados expulsos e proscritos de Portugal. Em 13 de setembro, foram declarados rebeldes, traidores, adversários e agressores, tidos como adversários do Rei, D. José I, e por isso declarados desnaturalizados, proscritos e exterminados. Já por meio do Alvará de 28 de junho de 1759, D. José determinou: “sou servido privar inteira e absolutamente os mesmos Religiosos em todos os meus Reinos e Domínios dos Estudos de que os tinha mandado suspender, para que do dia da publicação deste em diante se hajão, como efetivamente Hey, por extintos todas as classes e Escolas que com tão perniciosos e funestos efeitos lhes foram confiados aos opostos fins da instrução e da edificação dos meus fiéis vassallos”.

⁴⁵ CARDOSO, op. cit., 2004.

⁴⁶ SILVA, A. M. P. op. cit.

Referente à educação, as “Reformas Pombalinas”, como ficaram conhecidas, “tiveram como objetivo primaz nacionalizar e secularizar a administração da educação no Reino e no Ultramar – abolindo o monopólio inaciano, em vigor desde 1540 – e, principalmente, transformá-la num instrumento efetivamente a serviço do Estado português”⁴⁷, tomada como elemento precioso no fortalecimento das estruturas administrativas lusitanas. Com a expulsão dos jesuítas, destruía-se todo um sistema colonial do ensino. Logo em seguida, Portugal implanta um modelo escolar pautado em uma concepção iluminista de instrução, diretamente inspirada na obra de Luís António Verney⁴⁸, que propunha reformular a educação escolar portuguesa, conforme os anseios do despotismo esclarecido português.

Com o Estado português assumindo, pela primeira vez, a responsabilidade sobre o ensino, com a *Reforma dos Estudos Menores* de 1759⁴⁹, a educação no Brasil vivenciou uma grande ruptura em sua estrutura administrativa escolar baseada na educação religiosa jesuítica, instituindo, em seu lugar, *Aulas* de Primeiras Letras e *Aulas* de humanidades, que eram denominadas, de maneira geral, de *Aulas Régias*, modelo escolar fragmentado, de aulas isoladas e dispersas, que funcionou até 1834⁵⁰.

Deve-se ressaltar, no entanto, que a instituição das *Aulas Régias* representou um avanço em sua época por procurar contemplar novos referenciais dentro de uma perspectiva que seu tempo reclamava, no qual engajaram-se intelectuais comprometidos com novas idéias surgidas com o Iluminismo. Entretanto, as *Aulas Régias* encontraram “seus limites naqueles mesmos em que esbarrou o pensamento iluminista na cultura política portuguesa, que buscava

⁴⁷ Ibid., p.34.

⁴⁸ Um dos mais importantes ideólogos do Iluminismo português, autor do célebre *Verdadeiro método de estudar*.

⁴⁹ Cf. CARDOSO, op. cit., 2004, Portugal foi o pioneiro, em relação aos países do Ocidente, na implantação de um sistema escolar estatizado. Lembre-se ainda que a designação de *Estudos Menores*, comum na documentação do período, corresponde ao Ensino de Primeiras Letras e ao Ensino Secundário, sem distinção. As *Aulas* de Primeiras Letras, como ficaram conhecidas, correspondiam às *Aulas* de ler, escrever e contar. O ensino Secundário correspondia às *Aulas* de humanidades. Ao concluí-los, o aluno habilitava-se a concorrer a *Estudos Maiores*, ou seja, aqueles oferecidos em universidades.

⁵⁰ PINHEIRO, Antonio Carlo Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

absorver tais princípios filosóficos em seu funcionamento, sem alterar, porém, as formas tradicionais de dominação e de exploração”⁵¹. Esse iluminismo cristão católico português influenciou todas as esferas sociais da época, inclusive a educacional.

No plano político, a expulsão dos jesuítas “apressou” a criação da Capitania do Piauí. Conforme Alencastre, o Conde de Oeiras, sendo conhecedor da fortuna e influência dos jesuítas na região, entendia que com a criação da Capitania e a nomeação de um governo forte garantiriam o controle na região⁵².

Mesmo tendo sido instituído por Alvará de 18 de novembro de 1718, assinado por D. João V, ao desmembrar as terras do Piauí das do Maranhão e Grão-Pará, o ato real somente foi executado por força de Carta Régia de Dom José I, datada de 29 de julho de 1758, que determinou o cumprimento do Alvará de 1718, elevando o Piauí à condição de Capitania administrativamente independente⁵³.

Criada a Capitania por Carta Patente de 21 de agosto de 1758, foi nomeado João Pereira Caldas como governador⁵⁴. Após assumir o cargo em 20 de setembro de 1759, seu primeiro ato foi ordenar o seqüestro dos bens e prisão dos inacianos, que foram enviados à Bahia. Com a expulsão dos jesuítas, as atividades educacionais na colônia passaram a ser financiadas e totalmente administradas pelo governo metropolitano, que pouco se interessou em desenvolver um sistema educacional eficiente, reduzindo a educação colonial a algumas poucas escolas e aulas régias⁵⁵.

⁵¹ CARDOSO, op. cit., 2004, p. 190.

⁵² ALENCASTRE. op. cit.

⁵³ PIAUÍ. AHU. **Ofício do [secretario de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, ao [governador e capitão-general do Pará], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a criação da capitania do Piauí e da nomeação de João Pereira Caldas para o cargo de governador e de outras pessoas para cargos administrativos.** Cx. 05, doc. 359, D. 359, Lisboa, 2 de agosto de 1758.

⁵⁴ PIAUÍ. AHU. **Decreto do Rei D. José nomeando o sargento-mor de Infantaria do Pará, João Pereira Caldas, ao Cargo de Governador do Piauí.** Cx. 05, doc. 358, D. 358, Lisboa, 31 de julho de 1758.

⁵⁵ PINHEIRO, Antonio. op. cit., 2002.

Em relação às primeiras escolas públicas no Piauí, a historiografia não chega a um consenso acerca do momento da sua implantação, pois mesmo contando com “efêmeras tentativas de escolarização”⁵⁶, até o final do século XVIII praticamente não existiram escolas na Província do Piauí, sendo que a criação e fechamento de escolas – algumas existentes somente em seus decretos de criação – representaram uma constante no Piauí dos séculos XVIII e XIX⁵⁷.

Após as experiências iniciais, a primeira referência sobre escolarização pública no Piauí consta nos escritos do pernambucano Pereira da Costa, ao informar que, por meio de alvará de 3 de maio de 1757, criou-se na

vila da Mocha, hoje cidade de Oeiras, duas escolas de instrução primária, sendo uma para meninos, na qual deviam aprender a doutrina cristã, ler, escrever, e contar; e outra para meninas, na qual se lhes devia ensinar, além da doutrina cristã, a ler, escrever e contar, coser, fiar, fazer rendas etc. Foram estas as primeiras escolas criadas no Piauí⁵⁸.

A partir de então, teria se iniciado no Piauí, mesmo que de forma precária, um modelo de organização escolar caracterizado por Cadeiras de Instrução isoladas, que predominou nos períodos colonial e imperial.

No entanto, sobre o funcionamento destas primeiras escolas, não foram encontrados registros ou referências. Brito destaca que essas escolas tiveram uma curta existência, atribuída à “falta de recursos humanos para o exercício do magistério e a falta de recursos financeiros para manutenção das mesmas, pois os baixos salários não atraíam pessoas qualificadas para o exercício das funções docentes”⁵⁹.

Acredita-se que mais que uma “curta duração”, essas duas primeiras escolas tenham se resumido ao alvará de sua criação, uma vez que, como já dito, escolas que existiram somente

⁵⁶ LOPES, op. cit., p. 40.

⁵⁷ BASTOS, C. op. cit., e CHAVES, op. cit., 1998.

⁵⁸ COSTA, op. cit., vol. II, p. 126.

⁵⁹ BRITO, I. op. cit., p. 16.

em decretos de criação foram comuns na história piauiense. Isso contribuiu para ampliar o quadro deficitário na educação formal no Piauí do século XVIII, que pode ser bem ilustrado pela dificuldade enfrentada pelo primeiro governador do Piauí, João Pereira Caldas que, em 1759, não encontrou habitantes capazes de assumirem cargos no regimento de cavalaria, conforme Carta Régia de 29 de julho, o que o fez escrever ao Capitão-Mor do Pará e Maranhão, relatando sua decepção com o “estado de ignorância” em que vivia a população piauiense, sem nenhuma escola oficial⁶⁰.

Esse evento deixa transparecer uma preocupação do governo com a instrução no Piauí. Contudo, essa preocupação limitava-se à falta de pessoas qualificadas para preencherem cargos administrativos e militares da Capitania, que muito devia-se à vida efêmera das primeiras Cadeiras de Instrução que, se existiram, dois anos após sua criação já se encontravam extintas.

A existência dessas primeiras escolas é questionada ainda em razão do fato de que somente com a *Reforma dos Estudos Menores*, em 1759, o Estado português passou a assumir o controle sobre o ensino público em suas possessões, podendo ter sido estas escolas no Piauí uma antecipação do que já estava por acontecer no Reino e em seus domínios. Além de tudo, deve ser lembrado que data somente de 20 de março de 1760, em Recife, o primeiro concurso para professor público realizado no Brasil e o início oficial das *Aulas Régias* somente em 28 de junho de 1774, com a Aula de Filosofia Racional e Moral, ministrada pelo professor régio Francisco Rodrigues Xavier Prates, presbítero secular no Rio de Janeiro⁶¹. Nesse sentido, justifica-se não ter sido possível encontrar registros de atividades destas escolas no Piauí, ou por não terem existido, ou mesmo que tenham sido criadas, não terem conseguido provimento para manter seu funcionamento.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ CARDOSO, op. cit., 2004.

A *Reforma dos Estudos Menores*, no entanto, não atingiu os resultados esperados. O governo, reconhecendo o fracasso na implantação da primeira fase, propôs modificações em 1772⁶². Entre essas modificações, destacam-se a *Reforma dos Estudos Maiores*, a criação do Subsídio Literário e o relançamento das *Aulas Régias*, como uma forma de corrigir e incrementar a oferta escolar⁶³. Com essa nova reforma, realizou-se levantamento de necessidades, indicando a carência de 837 mestres e professores⁶⁴ para o Reino e seus domínios, dos quais 44 seriam para suprir as necessidades do Brasil. Desses, nenhum era previsto para o Piauí⁶⁵.

Tem-se ainda registro, em 1767, de uma escola de Primeiras Letras para meninos e uma para meninas no assentamento dos nativos jaicós. Não se conhece detalhes de suas atividades ou mesmo o período em que existiu, entretanto, conforme destacou o Governador da Capitania, João Pereira Caldas, seus professores recebiam seus pagamentos em “paneiros de farinha de pau” – cestos de farinha de mandioca – que, em sua falta, poderiam ainda ser substituídos por outros gêneros alimentícios⁶⁶.

Além das referências feitas por Costa⁶⁷, não se localizou nenhum outro registro de *Aulas* públicas no Piauí no século XVIII. A situação de paralisia em relação ao ensino público

⁶² Cf. SILVA, A. M. P. op. cit., as principais intenções do alvará de 1772 foram, “a submissão das práticas dos profissionais daquele nível de ensino à Censura Régia; o estabelecimento de concurso público para o provimento do cargo de professor; a ampliação do poder de certificação do Estado para todos os níveis de ensino (além dos que permitiam o acesso direto à Universidade de Coimbra também reformada pouco tempo antes) e para todas as instâncias do seu exercício, tanto público quanto particular, por meio da avaliação de listas anuais a respeito do desempenho do alunado; o estabelecimento de um currículo mínimo visando à uniformização das ações docentes e dos objetivos daquele nível (caligrafia; ortografia e noções de sintaxe; as quatro operações; catecismo e regras de civilidade); a criação da prática trimestral de inspeção escolar para o controle dos professores e alunos; o enquadramento profissional dos professores públicos e particulares por meio da exigência de licenças para o exercício do magistério e o estabelecimento de punições (multa, prisão e degredo) para os professores que teimassem em não se enquadrar. Não há, em nenhuma sessão do Alvará, nenhum tipo de especificação com relação a quem podia ou não freqüentar, como aluno, as escolas a serem criadas, bem como nada referente a quem podia ou não ser professor, a não ser a exigência da obtenção da licença profissional junto à Real Mesa Censória, que passou a fazer as vezes da extinta Diretoria Geral de Estudos”.

⁶³ CARDOSO, op. cit., 2004.

⁶⁴ Comumente chamavam-se mestres aos que ensinavam nas Cadeiras de Primeiras Letras e professores aos de todas as demais cadeiras.

⁶⁵ CARDOSO, op. cit., 2004.

⁶⁶ COSTA, op. cit.

⁶⁷ Ibid.

continuou persistindo em 1797, o que levou a Junta de Governo da Capitania – que entre seus membros contava com Marcos Francisco de Araújo Costa, pai de Padre Marcos – a dirigir-se ao soberano, “cobrando a criação de uma escola primária em Oeiras por não haver em toda a capitania uma só escola”, entendendo ser esta “a principal causa da rusticidade e ignorância em que se achava sepultada a capitania”⁶⁸.

O apelo feito pela Junta não foi ouvido, como também não o foi outra representação enviada em 06 de agosto de 1805, encaminhada pelo Governador Interino da Capitania, Coronel Luís Antônio Sarmento da Maia, que solicitava a criação de uma Cadeira de Gramática Latina em Oeiras, fundamentando-se nos seguintes argumentos:

sendo o Piauí habitado por bem estabelecidos lavradores, vivia quase tudo sepultado em total ignorância, não tendo a mocidade quem a estimulasse, e fugindo os pais de família da grande despesa a que se viam obrigados se mandassem seus filhos para outras capitanias⁶⁹.

Ao tratar a ignorância como sepultamento da população piauiense, Sarmento da Maia põe em evidência a inquietação sentida em relação à falta de investimentos públicos com instrução escolar, bem como põe em relevo os altos custos em manter filhos estudando em outras regiões, condição agravada pela inexistência das Cadeiras que viabilizariam o desenvolvimento do ensino no Piauí.

Antes disso, em 1803, já se encontrava requerimento do Padre Matias de Lima Taveira⁷⁰, solicitando seu provimento como professor de Gramática Latina na cidade de Oeiras, pedido que não obteve resposta, uma vez que não se achava criada a referida Cadeira que ele pleiteava.

⁶⁸ Ibid., p. 200.

⁶⁹ Ibid., p. 200.

⁷⁰ PIAUÍ. AHU. Aviso do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia [João Rodrigues de Sá e Melo], ao [conselheiro do Conselho Ultramarino], barão de Moçâmedes, [Manuel de Almeida e Vasconcelos Soveral de Carvalho Maia Soares de Albergaria], ordenando que o Conselho Ultramarino dê seu parecer sobre o requerimento de Matias de Lima Taveira, em que pede para ser nomeado professor de gramática latina para a cidade de Oeiras no Piauí. Cx. 20, doc. 25, D. 1353, Lisboa, 1 de julho de 1803.

Discutindo a respeito da educação formal no Piauí, Alencastre salienta que esta “foi a Província que mais tarde recebeu o benéfico favor da instrução. Até 1814 o que se chama instrução elementar lhe era dada empiricamente por particulares pouco habilitados, para exercerem tão importantes funções”⁷¹.

Não se registrou nenhuma outra representação encaminhada à Corte até o ano de 1815, quando novos reclames foram encaminhados e, enfim, o Piauí obtém resposta positiva à sua solicitação.

Somente por meio do Decreto de 4 de setembro de 1815⁷² são criadas três Cadeiras de Primeiras Letras, instaladas na cidade de Oeiras e nas vilas de Parnaíba e Campo Maior, e por meio do Decreto de 15 de julho de 1818⁷³, foi criada a primeira Cadeira de Gramática Latina, na cidade de Oeiras⁷⁴. Ainda assim, Neves destaca que as dificuldades continuaram, pois, “tamanha era a carência de pessoas idôneas, que ficaram vagas por muitos anos”⁷⁵.

A dificuldade de provimento das Cadeiras de Instrução também esteve diretamente relacionada com os ordenados oferecidos aos professores. Os baixos salários e o atraso nos pagamentos contribuíram para o ocaso no preenchimento das vagas disponíveis para professores, uma vez “que pessoas habilitadas, quase sempre abastadas, não se propunham a exercer a função. Assim, as cadeiras, se providas, em pouco tempo eram abandonadas, donde

⁷¹ ALENCASTRE, op. cit., p. 100.

⁷² Ibid.

⁷³ PIAUÍ. AHU. **Provisão do príncipe regente [D. João], criando na cidade de Oeiras do Piauí, uma cadeira de gramática latina**. Cx. 23, doc. 46, D. 1596, Rio de Janeiro, 3 Agosto de 1818. Este provimento, vem em resposta à representação encaminhada à Corte em 1º de abril de 1818. No entanto, encontramos registro solicitando a criação da Cadeira de Latinidade para Oeiras desde 1803, por meio de requerimento encaminhado à Corte, em 1º de julho de 1803, pelo Padre Matias de Lima Taveira, solicitava ser nomeado professor de Gramática Latina em Oeiras, pedido que não encontra resposta. Cf: PIAUÍ. AHU. **Aviso do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia [João Rodrigues de Sá e Melo], ao [conselheiro do Conselho Ultramarino], barão de Moçâmedes, [Manuel de Almeida e Vasconcelos Soveral de Carvalho Maia Soares de Albergaria], ordenando que o Conselho Ultramarino dê seu parecer sobre o requerimento de Matias de Lima Taveira, em que pede para ser nomeado professor de gramática latina para a cidade de Oeiras no Piauí**. Cx. 20, doc. 25, D. 1353, Lisboa, 1 de julho de 1803.

⁷⁴ Cf. ALENCASTRE, op. cit., a criação das Cadeiras de 1815 e 1818, somente foi possível em razão dos “reiterados esforços do reverendo padre Matias de Lima Tavares” (p.100).

⁷⁵ NEVES, op. cit., 1997, p. 42.

as contínuas vacâncias a oferecer oportunidade a professores sem habilitação⁷⁶, condição também encontrada em outras regiões.

Não bastasse isso, os professores públicos eram responsáveis ainda por financiar desempenho de seu ofício com o ordenado que recebiam, responsáveis pelos meios e os materiais necessários ao funcionamento das *Aulas*. A escola era em sua própria casa e a compra do material necessário às aulas também ficava a seu encargo, bem como as despesas com sua qualificação⁷⁷.

Dessa forma, não causa estranheza que essas primeiras escolas não tenham obtido êxito, tendo sua curta existência atribuída, entre outros fatores, à carência de professores habilitados para ministrarem as aulas e à limitação de recursos a serem empregados no pagamento dos poucos interessados.

A vacância das Cadeiras de Instrução torna-se, assim, problema rotineiro na história piauiense, sobretudo em virtude da falta de pessoas qualificadas para preencher as vagas disponíveis. É o que pode ser observado no ofício de 1821 do Governador da Capitania, Elias José Ribeiro de Carvalho, a respeito das Cadeiras de Gramática Latina e de Primeiras Letras da cidade de Oeiras, informando que estas se encontravam vagas, atribuindo a isso o motivo de que no Piauí não havia “uma pessoa que possua medianos conhecimentos para as ocupar⁷⁸”.

Em outro ofício encaminhado pela Junta Governativa do Piauí, em 25 de fevereiro de 1822, ao Secretário do Estado da Marinha e Ultramar, Inácio da Costa Quintela, “sobre a situação lastimosa da instrução pública na província”, encontra-se a informação de que para as Cadeiras de Primeiras Letras criadas em 1815, arbitrou-se como ordenado 120\$000 réis anuais para a oferecida em Oeiras, e 60\$000 réis para as de Parnaíba e Campo Maior.

⁷⁶ NUNES, op. cit., p. 56.

⁷⁷ CARDOSO, op. cit., 2004.

⁷⁸ apud NEVES, op. cit., 1997, p. 42.

Segundo a Junta, esses ordenados afastavam as pessoas do magistério, levando as Cadeiras a estarem sempre vagas ou mal providas. Nesse mesmo ofício, a Junta pede ainda melhores salários para a Cadeira de Gramática Latina de Parnaíba, criada em 16 de março de 1820, e para as Cadeiras de Primeiras Letras, para que possam ser providas por pessoas idôneas⁷⁹.

O relevo dado à necessidade de se prover as Cadeiras com pessoas idôneas vem confirmar os argumentos de Alencastre⁸⁰ sobre as Cadeiras de Instrução Pública no início da década de 1820, quando denunciou o mau provimento destas pela pouca habilitação dos professores ou por representarem apenas simples fonte de renda – muitas vezes complemento de renda – em uma Província de poucas oportunidades de emprego. A mesma denúncia ainda repetia-se em 1843, na correspondência do Presidente da Província sobre a Instrução Pública⁸¹.

Discutindo a respeito dessas *Aulas Públicas*, Neves informa que

[...] a da Parnaíba, que fora bem provida, vagou em 1821 porque o professor não pôde subsistir com 60\$ [sessenta mil réis] anuais. A de Campo Maior, com o mesmo ordenado, regia-a o professor nomeado, mas, por isso mesmo, pouco suficiente. A cadeira de latim, criada em 1818, para Oeiras, e a criada em 1820 para Parnaíba, não tinham sido providas. Somente funcionava, pois, em 1824, uma escola e esta mesma entregue a pessoa reconhecidamente inidônea⁸².

Os baixos ordenados pagos ao magistério não representaram problema exclusivo no Piauí, sendo motivo de lamento de deputados à Assembléia Constituinte de 1823, oriundos de diversas Províncias, a exemplo da Paraíba, Bahia, Ceará, Santa Catarina e Piauí, que chamavam a atenção para a insignificância do salário dos professores, “tão mesquinho que

⁷⁹ PIAUÍ. AHU. **Ofício do Junta Governativa do Piauí, ao secretário do estado da Marinha e Ultramar, [Inácio da Costa Quintela], sobre a situação lastimosa da instrução pública na província do Piauí, relatando a forma como foram criadas cadeiras de primeiras letras e de gramática latina e os baixos salários pagos aos seus mestres.** Cx. 24, doc. 28, D. 1619. Oeiras, 25 de fevereiro de 1822.

⁸⁰ ALENCASTRE, op. cit.

⁸¹ PIAUÍ. APEPI. **Fala que recitou o Excelentíssimo Senhor Visconde da Parnaíba, Presidente desta Província do Piauí, na ocasião da abertura da Assembléia Provincial em 7 de julho de 1843.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

⁸² NEVES, op. cit., 1997, p. 43.

ninguém se afoita a ser mestre de gramática latina, nem mesmo de primeiras letras”⁸³.

Para se ter um parâmetro acerca dos baixos salários pagos aos professores na época, Costa apresenta o preço cobrado, no ano de 1820, pelos principais gêneros alimentícios comercializados no Piauí: “carne, libra, 35 réis, arroz 80, toucinho 160, bolachas 480; açúcar 320; farinha, quarta, 320; sal 1\$920; milho 320, e feijão 480; vinagre, frasco, 640; vinho 960 e leite 80”⁸⁴. Assim, com um ordenado de cerca de 20\$000 réis ao quadrimestre⁸⁵, para Parnaíba e Campo Maior e 40\$000 réis ao quadrimestre para Oeiras, não é de se estranhar que o magistério atraísse poucos interessados, em uma Província que apenas o gasto com alimentação, sua e de sua família, comprometia parcela significativa ou mesmo toda a remuneração do professor.

Essa condição levou muitos professores públicos por todo o país a se dedicarem também a outros afazeres – entre estes o magistério particular – como forma de complementar suas rendas, a exemplo de José Torquato Baptista, professor de Primeiras Letras na vila de Jaicós, que ocupou, por muito tempo, também o cargo de Agente dos Correios da Vila⁸⁶. Além desse caso, é importante lembrar que era comum a nomeação de padres para assumirem Cadeiras de Instrução Pública, levando-os a dividirem-se entre o sacerdócio e o magistério⁸⁷, assim como ocorria em outras partes do Brasil, cujo,

[...] o magistério, além da agricultura e do comércio, foi uma das atividades enfrentadas pelos religiosos que não conseguiam, grosso modo, ter uma paróquia para si mesmos e, desta forma, não podiam sobreviver do ofício para o qual foram preparados. Em busca dos mesmos signos de poder e prestígio característicos do "bem viver" do Antigo Regime, os padres (ingressando no sacerdócio por vocação ou por imposição familiar, ou por

⁸³ MOACYR, apud, PINHEIRO, Antonio op. cit., 2002, p. 21.

⁸⁴ COSTA, op. cit., p. 251

⁸⁵ Em geral, os pagamentos dos professores eram realizados adiantados, em três parcelas anuais, que sofriam rotineiros atrasos, variando os ordenados quanto à localidade.

⁸⁶ PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Jaicós, à Assembléia Legislativa Provincial, informando a substituição do Agente dos Correios daquela Vila**. Sala do Poder Legislativo. Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 5 de outubro de 1835.

⁸⁷ PIAUÍ. APEPI. Livro de posses da capitania. Sala do Poder Executivo, 1814-1859. Cf. NOGUEIRA, op. cit., e SILVA, A. M. P. op. cit., em Pernambuco, nos séculos XVIII e XIX, muitos professores públicos e privados também exerceram outras profissões além da docência.

falta de uma alternativa formativa), ao que parece, sempre disputaram espaços profissionais distintos da sua formação⁸⁸.

A baixa remuneração aos docentes representa apenas um dentre tantos outros problemas enfrentados pela educação, fazendo parte de uma conjuntura política e econômica, na qual, com um discurso contraditório, os gestores da Instrução reconheciam a importância social do trabalho dos professores, mas, por outro lado, isso não correspondia a ações para melhor qualificá-los e remunerá-los.

No entanto, também é importante lembrar que não eram somente os professores que se queixavam de suas remunerações. Grosso modo, pode-se dizer que todos ganhavam mal na administração pública piauiense. Todavia, no caso dos professores, a carga de trabalho, os pré-requisitos necessários, a responsabilidade com os resultados dos alunos, aliados a um menor reconhecimento social em relação a outros ramos da administração pública e o pequeno retorno financeiro, faziam com que o magistério público não fosse o ramo do Estado que mais atraía habilitados interessados a preencher o cargo.

Mesmo assim, por todo o país, o magistério público, semelhantemente à prática de outras funções da administração pública, foram tomados como um dos instrumentos componentes das redes de clientela e mesmo como acesso ao governo e suas benesses⁸⁹. No Piauí, a exemplo do que acontecia também em Pernambuco, e apesar de suas dificuldades, o acesso ao magistério público,

[...] permitia àqueles que a ele se dedicassem o desfrute de um cargo público vitalício, independente do comando de uma chefia direta (conforme ocorria com funcionários de repartições, por exemplo); passível de ser exercido em toda a província; portador de um significativo prestígio social em meio às camadas mais modestas da sociedade, significativamente valorizado para o ingresso nas redes locais de clientela⁹⁰.

O ensino secundário, como já sinalizado, não se encontrava em melhores condições,

⁸⁸ Cf. SILVA, A. M. P. op. cit., p. 160.

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ Ibid., p. 174.

como é o caso da primeira Cadeira pública de Gramática Latina a funcionar no Piauí, criada por Decreto de D. João, de 15 de julho de 1818. Discutindo os motivos e a forma de criação dessa Cadeira de Instrução, o decreto de criação destacava o seguinte trecho:

atendendo a vossa Representação de primeiro de Abril deste ano, e ao que sobre ella se me expôs em Consulta da Mesa de Meu Desembargo do Paço, com cujo parecer Fui servido Conformar-me por Minha Imediata Resolução de quinze de julho do corrente: Hey por bem criar na cidade de Oeiras uma Cadeira de Gramática Latina com ordenado de trezentos mil réis para na conformidade das Minha Reais Ordens ser provida na Mesa do Meu Desembargo do Paço⁹¹.

O ordenado fixado em 300\$000 [trezentos mil réis] e a cláusula de provimento da Cadeira na Mesa de Desembargo do Paço, no Rio de Janeiro, criaram embaraços para o seu provimento, preenchida somente em 1822, o que pode ser observado no ofício da Junta Governativa do Piauí, encaminhada ao secretário da Marinha e Ultramar:

Esta cláusula [de provimento da Cadeira na Mesa de Desembargo do Paço] unida a mesma tenuidade de ordenado em uma Província central, onde tudo é caríssimo, foi um fortíssimo obstáculo, para que a Cadeira se conservasse sempre vaga: e pedindo o Ex-Governador em trinta de junho de mil oitocentos e dezenove ao Ministério do Rio de Janeiro insinuações a tal respeito, jamais se respondeu sobre este objeto, e nem mesmo se enviou o Professor para ocupar a Cadeira⁹².

Assim, diante da dificuldade de provimento da Cadeira, por decisão da Junta de Governo Provisório de 15 de janeiro de 1822, foi nomeado José Lobo Fróis para reger provisoriamente a referida Cadeira de Gramática Latina⁹³. No entanto, Fróis fez a exigência

⁹¹ PIAUÍ. AHU. **Provisão do príncipe regente [D. João], criando na cidade de Oeiras do Piauí, uma cadeira de gramática latina.** Cx. 23, doc. 46, D. 1596, Rio de Janeiro, 3 Agosto de 1818.

⁹² PIAUÍ. AHU. **Ofício da Junta Governativa do Piauí, ao secretário do estado da Marinha e Ultramar, [Inácio da Costa Quintela], sobre a situação lastimosa da instrução pública na província do Piauí, relatando a forma como foram criadas cadeiras de primeiras letras e de gramática latina e os baixos salários pagos aos seus mestres.** Cx. 24, doc. 28, D. 1619, Oeiras, 25 de fevereiro de 1822. Deste documento, a Junta Provisória denuncia que a Cadeira de Gramática Latina criada em Oeiras, em 15 de julho de 1818, não se conseguiu prover em virtude do baixo ordenado arbitrado pelo Decreto de criação (300\$000 réis), aliado à cláusula de que seu provimento se daria pela Mesa do Desembargo do Paço. Ver ainda: PIAUÍ. AHU. **Ofício do Junta Governativa do Piauí, ao secretário do estado da Marinha e Ultramar, [Inácio da Costa Quintela], sobre a situação lastimosa da instrução pública na província do Piauí, relatando a forma como foram criadas cadeiras de primeiras letras e de gramática latina e os baixos salários pagos aos seus mestres.** Cx. 24, doc. 28, D. 1619. Oeiras, 25 de fevereiro de 1822.

⁹³ PIAUÍ. AHU. **Provisão do Junta Governativa do Piauí, sobre o provimento de João Lobo Fróis, como professor da cadeira de gramática latina, criada na cidade de Oeiras do Piauí por ordem régia.** Cx. 24, doc. 2, D. 1612, Oeiras 15 de Janeiro de 1822.

de um ordenado de 400\$000 réis anuais para assumir o cargo, o que foi aceito pela Junta. Os argumentos da Junta Governativa, para atender à solicitação do professor, fornece uma série de informações que ajudam a compreender como estava a Instrução Pública no Piauí às vésperas da emancipação política em relação a Portugal.

Entre esses argumentos, tem-se a confirmação de que mesmo criadas em 1815 e 1818, as Cadeiras de Primeiras Letras, em Oeiras, Parnaíba e Campo Maior, e de Gramática Latina em Oeiras, permaneciam vagas, “acrescendo mais que ora não [havia] nesta cidade [Oeiras], nem mesmo em toda a província, uma só aula de instrução pública, qualquer que ela seja”⁹⁴, o que, conforme depoimento da Junta, resultava em graves danos ao serviço público devido à baixa qualificação da população no período.

A esse respeito, o documento informa que a vacância das Cadeiras ocorre em decorrência de “que as mais das vezes se não encontram pessoas hábeis para ocupar os empregos”, em decorrência de ser “muito tênue aquele ordenado de trezentos mil réis para a decente subsistência de um professor nesta província central, onde todos os gêneros de importação se vendem a muito alto preço pelas dificuldades do transporte”⁹⁵, confirmando a baixa remuneração recebida pelo magistério.

A Junta justificou ainda a contratação do professor de Gramática Latina de Oeiras considerando o estado lastimável em que se encontravam as Cadeiras de Instrução e pelo fato de ter aberto concurso às referidas cadeiras, ao qual apenas José Lobo Fróis apresentou-se como único candidato a se inscrever e ser aprovado em avaliação de conhecimentos e idoneidade, conforme destaca fonte do período, ao confirmar que ele:

⁹⁴PIAUI. AHU. **Provisão do Junta Governativa do Piauí, sobre o provimento de João Lobo Fróis, como professor da cadeira de gramática latina, criada na cidade de Oeiras do Piauí por ordem régia.** Cx. 24, doc. 2, D. 1612, Oeiras 15 de Janeiro de 1822.

⁹⁵PIAUI. AHU. **Provisão do Junta Governativa do Piauí, sobre o provimento de João Lobo Fróis, como professor da cadeira de gramática latina, criada na cidade de Oeiras do Piauí por ordem régia.** Cx. 24, doc. 2, D. 1612, Oeiras 15 de Janeiro de 1822.

compareceu, mostrado-se habilitado para exame, a que se procedeu por dois examinadores para isso nomeados, com assistência de um magistrado de letras, além de apresentar um título régio, e documentos com que prova ter ocupado outro igual emprego na Vila Nova da Rainha da província da Bahia, onde se mostra livre de culpas por meio de folha corrida; e sendo ouvido o reverendo vigário-geral forense, como primeira autoridade eclesiástica da província, com cujo parecer a Junta do Governo se conformou⁹⁶.

Consciente de que não podia arbitrar ordenado maior que 300\$000 réis, mesmo assim, a Junta Governativa nomeia Fróis para servir provisoriamente, com ordenado de 400\$000 réis. Seu caráter provisório refere-se à possibilidade de negativa da Corte. A documentação consultada silencia a respeito de tal negativa ao ordenado arbitrado pela Junta Governativa, isso muito provavelmente em decorrência da convulsão político-social que o Brasil iria mergulhar logo em seguida. Observa-se que aquele instante, de maneira geral, após o retorno de D. João VI para Portugal e por um longo período após a Independência, por todo o país a política prendeu a atenção de quase todos, restando pouco espaço para os problemas da Instrução Pública⁹⁷.

A mesma situação de carência é encontrada também na segunda Cadeira de Gramática Latina criada no Piauí que, segundo ofício da Junta de Governo, foi criada na “Vila da Parnaíba em dezesseis de Março de mil oitocentos e vinte, porém também ainda vaga se conserva[va em 1822] pela pequenez do ordenado”⁹⁸. A ausência de professores possuía outro agravante, pois mesmo entre aqueles que poderiam exercer o magistério, havia uma resistência, considerando que

o ofício de professor público de primeiras letras não atraía as pessoas da época, por conta do tipo de trabalho, do status do mesmo e do salário que recebia. Como consequência as escolas que eram criadas não funcionavam

⁹⁶PIAUI. AHU. **Provisão do Junta Governativa do Piauí, sobre o provimento de João Lobo Fróis, como professor da cadeira de gramática latina, criada na cidade de Oeiras do Piauí por ordem régia**. Cx. 24, doc. 2, D. 1612, Oeiras 15 de Janeiro de 1822.

⁹⁷ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Trad. Antonio Chizzotti. 2ª ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000.

⁹⁸PIAUI. AHU. **Ofício do Junta Governativa do Piauí, ao secretário do estado da Marinha e Ultramar, [Inácio da Costa Quintela], sobre a situação lastimosa da instrução pública na província do Piauí, relatando a forma como foram criadas cadeiras de primeiras letras e de gramática latina e os baixos salários pagos aos seus mestres**. Cx. 24, doc. 28, D. 1619. Oeiras, 25 de fevereiro de 1822.

ou funcionavam por pouco tempo dada à ausência de pessoas interessadas em ocupá-las⁹⁹.

Além da dificuldade de se encontrar na Província pessoas habilitadas ao exercício do magistério, acrescenta-se que as poucas que poderiam desempenhar a atividade geralmente eram aproveitadas em outros ramos da administração pública, assumindo outros cargos burocráticos. Essa condição, em última análise, denuncia a não prioridade da instrução pública, considerando que se esses eram aproveitados em outros ramos da administração, o ensino era, então, um ramo que podia ser posto em um segundo plano. Some-se a isso que, “atrair professores de outras províncias não era possível com os vencimentos estipulados”¹⁰⁰.

O discurso do então deputado piauiense Padre Domingos da Conceição às Cortes Constitucionais de Lisboa, em 2 de Setembro de 1822, ilustra, de forma até mesmo dramática, como se encontrava a instrução pública no Piauí:

Setenta mil portugueses, cidadãos pacíficos do Piauí, são setenta mil cegos que desejam a luz da Instrução pública, para que têm concorrido com seus irmãos de ambos os hemisférios, pagando o subsídio literário desde a sua origem e apenas conhecem três escolas de primeiras letras na distância de sessenta léguas cada uma, estas incertas, e quase sempre vagas, por não haver na província quem queira submeter-se ao peso da educação da mocidade pela triste quantia de 60\$ anuais – quando a um feitor de escravos, tendo cama e mesa, se arbitra no país a quantia de 200\$ anualmente¹⁰¹.

Ao comparar o ordenado de um professor com o de um feitor de escravos, o Padre Domingos expõe o quão desproporcional era a remuneração de cada um. Como forma de reverter esse quadro em que se encontrava a Instrução Pública na Província, o Padre propõe a criação de sete cadeiras de Primeiras Letras em diferentes localidades¹⁰², justificando a urgência imperativa dessa providência nas grandes distâncias entre as três escolas existentes.

⁹⁹ LOPES, op. cit. p. 52.

¹⁰⁰ NEVES, op. cit., 1997, p. 42.

¹⁰¹ CONCEIÇÃO, apud COSTA, op. cit., p.263-4.

¹⁰² Cf. COSTA, op. cit., p. 264, a respeito da criação de Cadeiras de Primeiras Letras no Piauí, Padre Domingos propôs, “1° – Que se mande criar sete escolas de primeiras letras, com o ordenado de 120\$ cada uma, anualmente, – a primeira na cidade de Oeiras, a segunda na vila de Parnaguá, a terceira na vila de Valença, a quarta na vila de Jerumenha, a quinta na de Marvão, a sexta na de Campo Maior e a última na de Parnaíba”.

A respeito da Instrução Secundária, Padre Domingos também propôs que se criassem:

2° - Três aulas de gramática latina, com o ordenado de 200\$ cada uma, sendo a primeira na cidade de Oeiras, a segunda na vila de Campo Maior, que dista daquela sessenta léguas e a terceira na Parnaíba, que dista desta outra sessenta léguas:

3° - Uma cadeira de filosofia racional, na cidade de Oeiras, outra de geometria plana e trigonometria retilínea na vila da Parnaíba, com o ordenado de 400\$ cada uma¹⁰³.

Considerando as dificuldades para o provimento das últimas Cadeiras propostas, esse clérigo sugeria alternativas para minimizar seus impasses e impactos, em virtude de que,

desgraçadamente, na província do Piauí não haja pessoas idôneas que possam e queiram encarregar-se deste magistério, devem pôr-se a concurso nesta capital [Lisboa], preferindo-se, em iguais merecimentos, presbíteros, assim seculares como egressos, por haver grande falta de sacerdotes na província¹⁰⁴.

Nessa última passagem, observam-se alguns problemas que preocupavam o representante piauiense nas Cortes Constitucionais, quais sejam, a carência de sacerdotes no Piauí, bem como a carência de recursos humanos e financeiros a serem aplicados na Instrução Pública.

A carência de escolas e de pessoas habilitadas ao magistério, apesar de não representar um problema exclusivo no Piauí, tinha por diferencial possuir uma economia baseada na pecuária, que não demandava formação de mão-de-obra por intermédio de ensino formal. Somente a administração pública necessitava desses quadros.

Não obstante, “o ensino, com os conteúdos de leitura e escrita, e até de latim, pouco interessava a uma população de vaqueiros e homens da terra. O ensino, dissociado da realidade, não oferecia atrativos ao povo, que não sentia a necessidade de tais conhecimentos”¹⁰⁵. Assim, de maneira geral, a população “não se interessava muito em que

¹⁰³ CONCEIÇÃO, apud COSTA, op. cit., p. 264. Em junho de 1822, o Padre Domingos da Conceição já havia encaminhado representação ao Congresso de Lisboa, suplicando medidas no que se refere a Instrução Pública no Piauí, que encaminhada à Comissão de Ultramar, também não surtiu efeito.

¹⁰⁴ CONCEIÇÃO, apud COSTA, op. cit., p. 264.

¹⁰⁵ FERRO, op. cit. 1996, p. 58.

seus filhos aprendessem a ler e a escrever. Por seu lado, os meninos temiam a escola, que não era absolutamente risonha e franca”¹⁰⁶, assustando ainda pelo uso corrente de castigos físicos¹⁰⁷.

Conforme Costa Filho, o interesse em relação ao ensino, quando existente, “era apenas desasnar as crianças e, nesse sentido, as “escolas familiares” atendiam muito bem”¹⁰⁸.

As dificuldades com a Instrução na Colônia e em outras partes do Reino levou as Cortes Constitucionais a permitir, por meio de Decreto de 30 de junho de 1821, a qualquer cidadão o ensino e a abertura de escolas particulares de Primeiras Letras. Por esse Decreto, as Cortes reconheciam que “não era possível desde já estabelecer, como convém, Escolas em todos os lugares deste Reino por conta da Fazenda Pública”, autorizando, assim, a existência de escolas particulares, “quer seja gratuitamente, quer por ajuste dos interessados, sem dependência de exame, ou de alguma licença”¹⁰⁹.

Surgiram, então, diversas escolas particulares ao longo de todo Brasil. Entretanto, no Piauí, a única escola particular que se tem referência, diz respeito à escola de Boa Esperança, que iniciou seus trabalhos já em 1820. Com efeito, pode-se afirmar que os resultados esperados com o referido decreto somente alcançaram a Província bem mais tarde ao lembrar-se que as escolas particulares passaram a ganhar maior visibilidade a partir das décadas de 1830 e 1840.

Em relação ao ensino no Piauí dos séculos XVIII e XIX, a literatura sinaliza para um caráter bastante pragmático, tendo o ensino escolar pouco espaço nessa organização social.

¹⁰⁶ CHAVES, op. cit., 1998, p. 33.

¹⁰⁷ O modelo pedagógico utilizado baseava-se na autoridade do professor, que se valia de métodos como o bê-á-bá cantado e do uso da palmatória, esta última sendo abolida oficialmente por meio da Reforma implantada pela Lei n. 537, de 2 de julho de 1864, mas de prática encontrada ainda no século XX. A esse respeito, ver: COSTA FILHO, op. cit.

¹⁰⁸ COSTA FILHO, op. cit., p. 127.

¹⁰⁹ PORTUGAL. Constituição Portuguesa. Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Decreto de 30 de junho de 1821. Permite a qualquer cidadão o ensino e a abertura de escola de primeiras letras, independente de exames ou licença. In: BONAVIDES, op. cit., 2002.

Nessa sociedade, o trabalho principal não exigia um saber escolar, mas um conhecimento prático. Assim, durante os primeiros anos do Império, o quadro da educação no Piauí pouco se modificou no que se refere à Instrução Pública, uma vez serem poucos os grupos sociais que dispunham de capacidade organizativa para pressionar o Estado, com o intento à obtenção de melhorias para a educação pública.

Nesse sentido, os condicionantes político-econômicos continuaram a exercer forte influência sobre o processo de organização da Instrução Pública, na qual a oferta das Cadeiras continuou a atender interesses localizados, sobretudo das elites locais, que necessitavam destas como um mecanismo de acesso à administração pública.

Esses mesmos condicionantes também eram encontrados em outras partes do país, em que as elites dirigentes, desde tempos coloniais, optaram por restringir ao limite de seus interesses a quantidade de aulas e de professores¹¹⁰. Como observa Adriana Silva, no concernente ao Brasil, “o problema do diminuto desenvolvimento das práticas públicas de escolarização deveu-se às opções políticas das elites locais”¹¹¹, submetendo a Instrução Pública ao “turbilhão da política”. No Piauí, observa-se também que a estrutura de ensino, seja ela pública ou privada, encontrava-se ancorada em interesses das elites locais que, conforme seus desejos, criavam ou extinguíam Cadeiras de Instrução.

O movimento de criação, provimento e extinção das Cadeiras, amplamente observado neste estudo, evidenciam as conveniências destas que atendiam, muitas vezes, a interesses particulares de pais e alunos que solucionavam ou criavam interdições locais ou legais para os problemas que a eles se opunham.

¹¹⁰ Ver. SILVA, A. M. P. op. cit.

¹¹¹ Ibid., p. 284.

Com o advento da Constituição de 1824 determinou-se a gratuidade do ensino, bem como a sua universalidade¹¹². Contudo, essas medidas mostraram-se limitadas, dadas às dificuldades de recursos a serem investidos e à falta de pessoal qualificado e interessado no exercício do magistério. Ressalte-se que em 1824, período em que todas as atenções voltavam-se para as lutas de Independência e seu desenrolar na Província, os gastos com a Instrução Pública foram de apenas 1:050\$000 réis (hum conto e cinquenta mil réis). Existiam, então, apenas três escolas de Primeiras Letras, instaladas em Oeiras, Campo Maior e Valença, e duas Cadeiras Secundárias de latim, uma em Oeiras e outra em Parnaíba¹¹³.

A condição da Instrução Pública foi mais agravada pela decisão do Imperador, por meio de Portaria de 22 de agosto de 1825, de adotar nas escolas das Províncias o método *Lancaster* ou de *ensino mútuo*, com o objetivo de atender a um maior número de alunos com baixos custos¹¹⁴. A adoção desse método representou uma tentativa simplista de solução para o problema complexo da educação. Por meio dele, pretendia-se que o professor atingisse o

¹¹²Nos parágrafos 32 e 33, do artigo 179, da Constituição Outorgada de 1824, encontra-se a seguinte redação: “§ 32 – a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos. § 33 – Colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes”. Estes mesmos princípios já se encontravam expostos no texto manuscrito de frei Francisco de Santa Tereza, que propunha, para a Constituição de 1823, instrução primária, gratuita a todas as classes de cidadãos; os elementos das Ciências, das Belas Artes, e Belas Letras que seriam ensinados nas Aulas, e Universidade; e a uniformidade do ensino público. Estes princípios foram literalmente transcritos como os artigos 32 e 33 do projeto de Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, sem qualquer modificação imperial, e, mais tarde, foram igualmente transcritos para a Constituição Portuguesa de 1826. Cf.: CHAZZOTI, Antonio. A Constituição de 1823 e a educação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas Constituintes brasileiras: 1823-1988**. 2. ed. rev e amp. Campinas, SP: Autores Associados, 2001 e BONAVIDES, op. cit.

¹¹³ COSTA, op. cit., p. 360. Vale ressaltar que cf. NEVES, op. cit., 1997, neste ano somente uma Cadeira de Instrução funcionava no Piauí, a qual acredita-se que estivesse se referindo a da cidade de Oeiras. No entanto, não foi possível confirmar essa informação. Para Neves, nesse período, o Piauí “não tinha nem cultura política, nem cultura literária. Uma afirmação diz tudo: em 1824 funcionava na província uma única escola de primeiras letras!” (p.40). Mas, considerando a precisão da informação dada por Costa sobre os gastos com Instrução Pública e lembrando que estes gastos resumiam-se ao pagamento dos professores, entende-se que o número de cadeiras em funcionamento apontado por este seja mais próximo da configuração histórica vivenciada no período.

¹¹⁴ Por decreto de 1º de março de 1825, criou-se no Rio de Janeiro a primeira Escola de Ensino Mútuo do país com o objetivo de propagar este sistema de instrução que, por meio de ordem ministerial de 29 de abril exigia que cada província do Império envia-se um soldado que seguiria as lições desta escola para em seguida propagá-la na província de origem. Essas medidas não foram dadas seguimento e jamais foi preparado um edifício para a realização dessas aulas. Cf. ALMEIDA, op. cit., p.57, “o sistema de ensino mútuo, devido ao celebre Joseph Lancaster, tinha sido trazido da Índia para a Inglaterra pelo Dr. André Bell. Este método era conhecido na Europa desde o século XVI e recomendado por Erasmo; a aplicação foi feita com grande sucesso em São Ciro pela Srª. Maintenon. No século XVIII, a cidade de Orleans as escolas anexas ao Hospício da Piedade também adotaram-no; a partir de 1814, o ensino mútuo se estendeu rapidamente na França, Suíça, Rússia e Estados Unidos, onde o próprio Lancaster o propagou”.

maior número de alunos por intermédio do uso de monitores, alunos com melhor desempenho, que orientariam colegas considerados mais atrasados. Esse método, contudo, era desconhecido dos poucos professores da Província, causando embaraços não só aos professores, que o ignoravam, como aos Presidentes, a quem cabia dar cumprimento à determinação imperial.

O uso do método mútuo nas Províncias foi ainda previsto pela Assembléia Geral por meio do Decreto das Escolas de Primeiras Letras, lei de 15 de outubro de 1827, ao determinar em seu art. 4º que, “as escolas serão de Ensino Mútuo nas capitais das províncias; e o serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas em que for possível estabelecerem-se”¹¹⁵.

Quanto à capacitação do corpo de professores dessas escolas, determinava em seu artigo 5º, que “os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se a curto prazo e à custa do seu ordenado nas escolas das capitais”¹¹⁶. No Piauí, entretanto, nem a capital possuía professores conhecedores do referido método que pudessem capacitar os demais. Essa condição levou o Presidente da Província, dirigindo-se ao Ministro dos Negócios do Império, a queixar-se de que não havia no Piauí indivíduos conhecedores do método de Lancaster, impossibilitando o provimento das escolas de ensino mútuo. Suplicava ainda ao Imperador o envio de um professor que pudesse ensinar o método aos professores da Província. Esse pedido não foi atendido. Assim, o método mútuo não resultou nos benefícios esperados, uma vez que “não tem podido obter os melhores sufrágios, ou pelo efeito lento que produz, ou talvez, por defeito no seu prático desenvolvimento”¹¹⁷.

¹¹⁵ BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Art. 4º. Coleção de Leis do Império. 1827. I Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p.71.

¹¹⁶ BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Art. 5º. Coleção de Leis do Império. 1827. I Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 71.

¹¹⁷ PIAUÍ. APEPI. **Fala do Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] à Assembléia [Legislativa Provincial], no ato de sua instalação, em 04 de maio de 1835**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

Entretanto, como observou Almeida, a má formação dos professores representou um dos grandes entraves no desenvolvimento da Instrução no Brasil e que, por muito tempo, o Estado nem sequer cogitou melhorar formação destes, resultando que “criaram-se muitas escolas – no papel – por leis e decretos, mas o benefício que poderia resultar destas iniciativas e o progresso que deveriam ser a sua conseqüência foram arruinados, obstados desde a origem, pela ausência de institutores, sobretudo institutores hábeis”¹¹⁸. A má capacitação dos docentes representou, conforme o autor, um dos graves problemas enfrentados pela Instrução Pública no Brasil, problema que também se fez sentir no que se refere ao ensino mútuo. As dificuldades enfrentadas pelas escolas de ensino mútuo do Império podem ainda ser observadas por meio de avaliação feita pelo Ministro Lino Coutinho, em 1832, que informava:

Muitas escolas se têm criado por todas as províncias do Império e aprovadas pelo governo central; algumas têm sido providas; porém, a maior parte delas ainda se acham vazias [...]. As escolas lancastrianas, tais como tem sido montadas, e na falta absoluta de método razoável e uniforme de ensino para todas as escolas do Império, sem cartas apropriadas nem compêndios escolhidos, bem pouco fruto nos tem dado até hoje; porque ainda com três anos de aturado ensino, os meninos não se acham capazes, e prontos para progredirem em outros maiores estudos ou se aplicarem aos diversos misteres e ocupações da vida¹¹⁹.

Desejavam os idealizadores e propugnadores do método no Brasil que a liberdade de abrir escolas sem maiores exames ou autorizações, aliado a um novo sistema de instrução seria capaz de difundir rapidamente e nos mais distantes pontos do Império a suficiente instrução das populações. Entretanto, “era uma grande ilusão, por que a falta de pessoal e o Estado tanto como as municipalidades não podiam fazer grandes sacrifícios orçamentários, no início da organização de um vasto império”¹²⁰.

O método mútuo esbarrava, assim, em uma série de obstáculos, destacando-se a falta de

¹¹⁸ ALMEIDA, op. cit., p. 65.

¹¹⁹ apud BASTOS, Maria Helena Câmara. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). In: STEPHANOU, op.cit., 2005, p. 41-2.

¹²⁰ ALMEIDA, op. cit, p. 58.

adequados prédios escolares e material necessários à sua adoção; o descontentamento dos mestres, pela falta de proteção dos poderes públicos e pela falta de recompensa pecuniária.

Essa condição resultou na adoção do método simples, mesmo nas Cadeiras criadas para serem providas pelo método mútuo, como forma de facilitar seu provimento. Exemplo dessa condição pode ser encontrada na Lei Provincial n. 86, de 20 de setembro de 1838. Por meio dessa, criava-se uma Cadeira de Primeiras Letras em Oeiras pelo método mútuo, mas em seu texto abria um precedente legal para que “enquanto não houverem candidatos para o mesmo método será interinamente provida pelo ensino simples”¹²¹.

As dificuldades para o provimento das Cadeiras pelo método mútuo persistiam ainda em 1843. Nesse ano, o Decreto de 06 de setembro determinava que a Cadeira de Primeiras Letras da cidade Oeiras, que deveria ser provida pelo método mútuo, seria “provida interinamente pelo método simples, enquanto não houver quem a ocupe pelo de Lancaster”¹²².

Naquele mesmo ano, a falta de professor habilitado ao método levou o Presidente da Província, o então Visconde da Parnaíba, a afirmar que “aquele método quando praticado aqui anteriormente, não produziu efeito que mostrasse ser preferível a outro; talvez isso nascesse de não ter o professor a habilitação necessária”¹²³.

Não foram apenas as Cadeiras de ensino mútuo que encontraram dificuldades em seu provimento. Nos primeiros anos do Império, um grande número de projetos dos Conselhos Gerais das províncias, convertidos em leis, criaram Cadeiras de primeiras letras e Cadeiras isoladas de instrução secundária, entretanto, a maior parte destas não foram instaladas por

¹²¹ PIAUÍ. APEPI. **Lei n. 86, de 20 de setembro de 1838**. Coleção de Leis da Província do Piauí. Oeiras: Tipographia Provincial, 1838.

¹²² PIAUÍ. APEPI. **Decreto de 06 de setembro de 1843**. Sala do Poder Executivo. Livro de Registro de Leis e Resoluções, 1843-1848.

¹²³ PIAUÍ. APEPI. **Fala, que recitou o Excelentíssimo Senhor Visconde da Parnaíba, Presidente desta Província do Piauí, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de julho de 1843**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

falta de pessoal interessados em assumi-las, afastados pelas reduzidos ordenados¹²⁴.

Os problemas por que passava a Instrução Pública na Província e as dificuldades de prover ao menos a Cadeira de Primeiras Letras da capital, levou o Conselho de Governo da Província, em 1826, a complementar o ordenado de quem se dispusesse a assumir a referida Cadeira em mais 150\$000 réis, por considerar “que nenhum indivíduo se quer sujeitar a ser Mestre de Primeiras Letras nesta cidade [Oeiras] pelo ténue ordenado estabelecido de cento e cinqüenta mil réis, e vendo que de semelhante falta tem sofrido a mocidade o maior atraso na indispensável educação”¹²⁵.

No entanto, tal resolução não representou manobra simples, considerando que “a Junta da Fazenda duvida[va] pagar mais que os 150\$000 réis”¹²⁶, arbitrados por Portaria de 03 de abril de 1822 e posteriormente ratificada por Decreto de 26 de junho de 1827. Assim, o Conselho resolveu retirar o complemento a ser pago ao professor dos recursos destinados às suas despesas de funcionamento. Essas receitas, destinadas ao Conselho, eram provenientes da oitava parte das sobras das rendas da Província, como determinado pela Carta de Lei Imperial de 20 de outubro de 1823.

Nesse sentido, resolveu o Conselho que,

dos rendimentos da Fazenda Pública se desprenda mais cento e cinquenta mil réis que ficando o ordenado do dito Mestre em trezentos mil réis se assim algum Cidadão o ocupe o dito emprego com a rigorosa obrigação de ensinar pelo método Lancastriano geralmente admitido em todas as Nações civilizadas, fornecendo-se pela Junta da Fazenda Pública dos livros necessários para seguir o método indicado¹²⁷.

¹²⁴ ALMEIDA, op. cit.

¹²⁵ PIAUÍ. APEPI. **Ata da 7ª Sessão do Conselho de Governo da Província do Piauí, de 30 de dezembro de 1826**. Sala do Poder Executivo. Província do Piauí – Actas, 1825-1831.

¹²⁶ PIAUÍ. APEPI. **Ata da Sessão Extraordinária do Conselho de Governo da Província do Piauí, de 28 de abril de 1828**. Sala do Poder Executivo. Província do Piauí – Actas, 1825-1831.

¹²⁷ PIAUÍ. APEPI. **Ata da 7ª Sessão do Conselho de Governo da Província do Piauí, de 30 de dezembro de 1826**. Sala do Poder Executivo. Província do Piauí – Actas, 1825-1831. Deve ser ressaltado que, entre os membros do Conselho que aprovaram a resolução, encontrava-se Padre Marcos, o que pode sugerir influência deste na proposição e aprovação da mesma em virtude de envolvimento com a Instrução piauiense. No entanto, não é possível identificar pelas Atas de quem partiu a proposta de aumento aos mestres de Primeiras Letras da Província.

Determinava ainda o Conselho que se concedesse aos “demais Mestres de Primeiras Letras das vilas desta Província cinqüenta mil réis para ficar o ordenado de duzentos mil réis, pondo-se editais para serem providas as Cadeiras em processo de conhecimento, e que ensinem pelo método indicado”¹²⁸.

A ênfase dada no texto da resolução à necessidade de processo de conhecimento, ou seja, concurso público, indica que poucas Cadeiras de Instrução deviam estar providas em 1826. A esse respeito, a documentação consultada silencia quanto ao número de Cadeiras ocupadas, mas refere-se a uma que teve que mudar de lugar para conseguir provimento.

Em requerimento encaminhado ao Conselho, pelo Frei Antonio do Coração de Jesus Maria Freire, solicitando a criação de uma Cadeira de Primeiras Letras na Capela das Barras – distrito de Campo Maior – e considerando, “que pouco fruto se tem visto da Cadeira da Vila de Campo Maior por falta de Mestre de inteligência”, resolveu o referido Conselho que “tendo aquela Capela igual população à da Vila e a maior comodidade e residindo ali o Padre Mestre, seja transferida a mencionada Cadeira de Primeiras Letras de Campo Maior para aquela povoação, e seja provida nela o Padre Mestre Frei Antonio”¹²⁹.

Observa-se assim que, diante da dificuldade de encontrar professor para ministrar aulas na vila de Campo Maior e havendo pessoa habilitada e, principalmente, disposta a ministrar aulas na Capela das Barras, o Conselho considerou mais conveniente mudar a Cadeira de local, o que denuncia que a oferta de ensino à população atendia também a interesses particulares de deslocamento dos professores como forma de encontrar alguém interessado em exercer o magistério.

Deve ainda ser destacado que, mesmo com a manobra realizada pelo Conselho de

¹²⁸ PIAUÍ. APEPI. **Ata da 7ª Sessão do Conselho de Governo da Província do Piauí, de 30 de dezembro de 1826**. Sala do Poder Executivo. Província do Piauí – Actas, 1825-1831.

¹²⁹ PIAUÍ. APEPI. **Ata da Sessão Extraordinária do Conselho de Governo da Província do Piauí, de 28 de abril de 1828**. Sala do Poder Executivo. Província do Piauí – Actas, 1825-1831.

Governo para minimamente melhorar os vencimentos dos professores da Província, esta produziu pouco efeito. Somente em 1828 a Cadeira de Primeiras Letras de Oeiras conseguiu provimento, quando “o Conselho, a quem compete promover a educação da mocidade, [...] concede ao Professor de 1^{as} Letras de Oeiras, Roberto Pereira Leite, vencimento de trezentos mil réis”¹³⁰, segundo o que determinava a resolução de 30 de dezembro de 1826.

Os vencimentos dos professores de Primeiras Letras da Província somente receberam um aumento proveniente dos Cofres da Fazenda Pública, em 1829, quando se fixou os ordenados dos professores de Instrução Secundária em 300\$000 réis anuais (em Oeiras, Campo Maior e Parnaíba); aos professores de Primeiras Letras de Oeiras fixado em 400\$000 réis anuais, de Jaicós em 220\$000, e aos professores das demais vilas e povoações em 200\$000 réis anuais¹³¹. Em 1836, por meio de Decreto de 20 de agosto, fixaram-se em 300\$000 réis os vencimentos dos professores de todas as vilas e povoações¹³².

Entretanto, a Instrução Pública continuava esbarrando em dois entraves já citados: falta de recursos financeiros e de pessoal qualificado para exercer o magistério, inibindo seu desenvolvimento.

O Decreto das Escolas de Primeiras Letras, lei de 15 de Outubro de 1827, ainda regulamenta outros pontos da Instrução Pública, a qual o Piauí também encontrava-se submetido. Por meio desse, o governo imperial sinalizava com uma preocupação em ampliar o acesso escolar ao tornar obrigatória a instalação de escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. No entanto, o ensino ainda não era

¹³⁰ PIAUÍ. APEPI. **Ata da Sessão Extraordinária do Conselho de Governo da Província do Piauí, de 28 de abril de 1828**. Sala do Poder Executivo. Província do Piauí – Actas, 1825-1831.

¹³¹ COSTA, op. cit. A Lei de 15 de outubro de 1827 já fixava, para todo o Império, valores máximos e mínimos para o pagamento dos ordenados dos professores de primeiras letras, os quais deveriam variar entre 200\$000 (duzentos mil réis) e 500\$000 (quinhentos mil réis), além de estabelecer a igualdade salarial entre mestres e mestradas.

¹³² PIAUÍ. APEPI. **Decreto de 20 de agosto de 1836**. Sala do Poder Executivo. Livro de Registro de Leis e Resoluções, 1843-1848. Vale ser observado que desde 1827, havia a previsão legal, por meio do Decreto de 15 de outubro, de vencimentos para os professores que poderiam ser arbitrados pelos Presidentes das Províncias, entre 200\$000 a 500\$000 anuais.

obrigatório e estava destinado apenas aos cidadãos livres.

Estabeleceu ainda, mesmo de maneira precária, um currículo a ser ofertado aos alunos, determinando que,

os professores ensinarão ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionadas à compreensão dos meninos; preferindo para o ensino da leitura a Constituição do Império e História do Brasil¹³³.

No caso da Instrução de meninas, o Decreto exclui as noções de geometria e limita a instrução aritmética às quatro operações, mas acrescentava o ensino de “prendas que servem à economia doméstica”¹³⁴, indicando projetos educacionais e sociais diferenciados de acordo como o gênero dos alunos.

A respeito do currículo destinado às meninas, deve ser observado, portanto, que ele deixa transparecer o lugar social que se destinava a elas, o espaço do privado, pois, a preocupação com o ensino feminino não se relaciona a uma proposta deliberada de manter as mulheres com um nível de instrução inferior ao dos homens, mas de oferecer-lhes a instrução necessária e conveniente ao espaço que lhes era destinado, levando-as a assumir suas funções de donas de casa, nos cuidados com esposos e filhos.

Ainda no que se refere ao currículo, como observa Silva em estudo sobre as práticas de escolarização em Pernambuco, “eram os professores que decidiam, na prática, o que ensinariam, a quem o fariam, aonde queriam ou podiam fazê-lo e quais matérias e recursos usariam para tais fins”¹³⁵. Semelhante condição também era encontrada no Piauí, possível graças a uma estrutura de acompanhamento e fiscalização frágil e, muitas vezes, conivente. O

¹³³ BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Art. 6º. Coleção de Leis do Império. 1827. I Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 72.

¹³⁴ BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. art. 12º. Coleção de Leis do Império. 1827. I Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 72.

¹³⁵ SILVA, A. M. P. op. cit., p.163.

Decreto previa ainda a disponibilização de edifícios, à custa da Fazenda Pública, para as atividades das aulas de ensino mútuo. No entanto, durante a maior parte do período provincial e por todo o Império, “a vinculação dos estudantes era com seus professores, e não com os espaços físicos no quais as aulas aconteciam”¹³⁶. Assim, as aulas de Primeiras Letras e Secundárias eram ministradas no local onde estivesse o próprio professor, preferencialmente em suas residências¹³⁷.

Assim, “salas de visita de casas particulares, salões de casas-grandes de engenho e alpendres de sítios eram alguns dos espaços em que meninos e meninas viviam suas experiências de escolarização”¹³⁸, acarretando problemas tanto de ordem administrativa como pedagógica, dadas as restrições que isso implicava.

A localização das aulas nas casas dos professores devia-se à idéia corrente na primeira metade do século XIX, apesar de críticas, de que as Províncias não deveriam destinar recursos com aluguel ou compra de “casas escolares”. Nesse sentido, não era preciso haver um edifício escolar para que a escola existisse. Assim, foi somente na década de 1870 que se construíram os primeiros edifícios para funcionarem especificamente como escolas públicas no Brasil. O primeiro deles no Rio de Janeiro¹³⁹.

No Piauí, a construção dos primeiros prédios escolares data do início do século XX¹⁴⁰, no entanto, em 1835, localizou-se referência ao início da construção de um edifício para abrigar as aulas de ensino mútuo. O edifício nunca ficou pronto. A respeito desse edifício informava o Presidente da Província que, “a casa de ensino mútuo desta Cidade [Oeiras] apenas tem para o começo de sua edificação algumas madeiras prontas”, cuja edificação “não

¹³⁶ Ibid., p.74.

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ GALVÃO, apud PINHEIRO, Antonio. op. cit., p. 21.

¹³⁹ CARDOSO, op. cit., 2004, p.188.

¹⁴⁰ SALES, Luís Carlos. **O valor simbólico do prédio escolar**. Teresina: EDUFPI, 2000.

tem podido ter o andamento conveniente [...] pela falta de dinheiro disponível e carência de obreiros”¹⁴¹.

Ainda sobre a disponibilização de edifícios para as *Aulas* públicas, na administração de Zacarias de Góis cogitou-se em converter a Cadeia Velha de Oeiras, primeiro em um Mercado Público, depois em sede do Liceu, mas, por fim a idéia foi abandonada¹⁴² e as aulas continuaram nas casas dos professores.

A paralisia que afetava o andamento das obras públicas na Província, além da carência de recursos disponíveis, ainda encontrava o entrave da falta de mão-de-obra especializada para a sua execução. No ano de 1835, além da escola de ensino mútuo, estavam previstas as construções em Oeiras de um cemitério, uma Casa de Misericórdia, uma ponte sobre o Riacho Pouca-vergonha, cadeias públicas nas vilas de Marvão e Jerumenha e as igrejas matrizes de São Gonçalo e Jaicós.

Como lamentava o Presidente, “no Piauí, não ha[via] um Engenheiro, um Pedreiro, um Carpina, um Canteiro”, para dar andamento “a tão necessárias obras”¹⁴³. Isso talvez se devesse à falta de escolas que preparassem a população para exercer tais ofícios, como tantos outros.

O Decreto das Escolas de Primeiras Letras ainda exigia exames públicos aos que desejassem ser providos em alguma Cadeira de Primeiras Letras. Esses provimentos seriam vitalícios, mas, como determinava o próprio Decreto, “os Presidentes, em Conselho, a quem pertence a fiscalização das escolas, os poderão suspender, e só por sentença serão

¹⁴¹ PIAUÍ. APEPI. **Fala do Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] à Assembléia [Legislativa Provincial], no ato de sua instalação, em 04 de maio de 1835.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁴² NUNES, op. cit.

¹⁴³ PIAUÍ. APEPI. **Fala do Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] à Assembléia [Legislativa Provincial], no ato de sua instalação, em 04 de maio de 1835.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

demitidos”¹⁴⁴. Conforme documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI), essas demissões, embora raras, aconteceram no Piauí, sobretudo após a instituição dos Diretores de Instrução Pública, em 1845.

Ainda em decorrência do Decreto, que em seu artigo 1º mandava criar escolas de Primeiras Letras nas cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, o Conselho de Governo da Província, por portarias de 15 de junho e de 18 de julho de 1829, criou duas Cadeiras de Primeiras Letras pelo método mútuo em Oeiras e, pelo método simples, em Jaicós, Poti, Campo Maior, Valença, Barras, São Gonçalo, Marvão, Piracuruca, Parnaíba, Jerumenha, Parnaguá e Piranhas. Criou ainda três Cadeiras de Latim em Oeiras, Parnaíba e Campo Maior¹⁴⁵.

Para o ano de 1832, as estatísticas da Instrução Pública mostravam existirem em todo o Império apenas 162 escolas para meninos e 18 para meninas – destas últimas somente 10 providas – estabelecidas no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará, Mato Grosso, Goiás, São Pedro do Rio Grande do Sul e Piauí, das quais pelo menos 40 destas estavam sem professores¹⁴⁶.

Das Cadeiras de Primeiras Letras no Piauí, apenas se achavam providas cinco delas; duas em Oeiras, uma em Valença, uma em Campo Maior e uma em Parnaíba, o que evidencia o quadro de carência da época. Ainda 1832, por meio da Resolução do Conselho de Governo, assinada em 28 de agosto, criaram-se em Oeiras as Cadeiras de filosofia racional e moral, retórica, geometria e francês. Postas em concurso, em 1834 ainda estavam por ser providas¹⁴⁷,

¹⁴⁴ BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. art. 14º. Coleção de Leis do Império. 1827. I Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 72.

¹⁴⁵ COSTA, op. cit., 1974. Encontra-se uma divergência de informações entre Costa, op. cit., 1974, e Alencastre op. cit., 2005, uma vez que segundo este as Cadeiras de Latim de Oeiras e Parnaíba foram extintas em 1829, por força de Ato do Conselho de Governo de 7 de julho. Não foi possível localizar documentação que sane a divergência. Ainda conforme Alencastre, a Cadeira de Oeiras foi novamente reaberta por Decreto de 25 de agosto de 1832, que criou também uma Cadeira de Retórica.

¹⁴⁶ ALMEIDA, op. cit.

¹⁴⁷ COSTA, op. cit., ALENCASTRE, op. cit.

continuando a Instrução Pública a conviver com dificuldades de provimento de professores e mesmo de alunos que as quisessem frequentar.

As Cadeiras de Retórica e de Francês foram requeridas, respectivamente, pelo Padre Joaquim Ferreira de Melo e pelo Dr. Francisco de Sousa Martins¹⁴⁸, mas eleito Sousa Martins deputado geral e optando Ferreira de Melo pela cadeira de Latim, em Campo Maior, a Cadeira de Retórica, ao que consta, jamais foi provida e a de Francês somente conseguiu professor em 1837¹⁴⁹. Entretanto, a Cadeira de Francês teve de contar com autorização da Assembléia Legislativa para funcionar com apenas quatro alunos, e assim começar suas atividades¹⁵⁰.

Após o Decreto das Escolas de Primeiras Letras, de 1827, a Instrução Pública não foi matéria de preocupação dos legisladores brasileiros, até o advento do Ato Adicional de 1834¹⁵¹, quando esta sofre severa modificação, mas, em termos gerais, não resulta em grandes avanços em relação ao período anterior¹⁵².

O Ato Adicional pôs fim ao modelo implantado com as *Aulas Régias*, substituídas por outro sistema de ensino, caracterizado pela descentralização, considerando que tanto o ensino de Primeiras Letras quanto o Ensino Secundário ficariam a cargo das Assembléias Legislativas provinciais. Por meio desse Ato, determinou-se que caberiam às Províncias os encargos relativos à Instrução Pública. Conforme seu artigo 10º, § 2:

Compete às mesmas Assembléias [Legislativas Provinciais] legislar (...) sobre instrução pública e estabelecimentos próprios e promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias

¹⁴⁸ NUNES, op. cit.

¹⁴⁹ PIAUÍ. APEPI. **Fala que o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Província abriu a sessão ordinária Assembléia Provincial em 13 de julho de 1837**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁵⁰ PIAUÍ. APEPI. **Ofício da Assembléia Legislativa da Província do Piauí ao Governo da Província, deliberando sobre o numero de alunos nas aulas de Francês na cidade de Oeiras, em 12 de setembro de 1937**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁵¹ O Ato Adicional estabeleceu as competências do Poder Central e das Províncias referentes à Instrução Pública, determinando a competência das Províncias em zelar pelo ensino de Primeiras Letras e Secundário, e ao Poder Central cuidar do ensino superior, além do ensino de Primeiras Letras e Secundário da Corte.

¹⁵² Cf. COSTA FILHO, op. cit., p. 81, “até o final do Império, a legislação provincial sobre a instrução pública guardou fidelidade às determinações da Lei Geral de 1827 e da Reforma Constitucional de 1834”.

atualmente existentes, e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral¹⁵³.

A descentralização propiciada pela normativa conferiu maiores poderes às Províncias, permitindo-lhes a gerência de seus próprios sistemas de ensino. Mas, se por um lado, representava uma maior autonomia às Províncias para legislarem sobre o que esperavam da educação, adequando-as às necessidades de cada uma, por outro lado acarretou prejuízos, uma vez que o governo central, que deveria concorrer com as Províncias para a oferta da Instrução, apenas transferiu atribuições, eximindo-se de responsabilidades e deixando a cargo dos grupos locais o exercício ou não da educação.

Em relatório de 1852 sobre a Instrução Pública em diversas províncias do Norte do Brasil, encaminhado ao Ministro do Império José da Costa Carvalho, o poeta Antonio Gonçalves Dias lamentava que a autonomia administrativa concedida às províncias e suas assembleias, por meio do Ato Adicional de 1834, não tenha sido algo positivo em relação à Instrução Pública, que ficou “sujeita a todos os entreveros decorrentes das disputas políticas locais, dentre eles, as decisões referentes aos orçamentos e gastos do governo provincial, aos serviços públicos e empregos a serem criados ou suprimidos e aos salários dos funcionários”¹⁵⁴.

Gonçalves Dias ainda destacou que:

A legislação provincial relativa à instrução, os seus efeitos até hoje, a previsão do que será no futuro pelo que tem sido no passado, dezessete anos enfim de experiências baldadas bastam, segundo penso, para nos convencerem que em matérias de instrução – nada, absolutamente nada se pode esperar das Assembleias Provinciais¹⁵⁵.

Assim, o Piauí e outras províncias que dispunham de um aporte menor de recursos, eram obrigadas a conviver com avanços e recuos da Instrução Pública, obedecendo às

¹⁵³ BRASIL. **Ato Adicional de Interpretação à Constituição de 1824**. Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834. Coleção de Leis do Império. 1834. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

¹⁵⁴ SILVA, A. M. P. op. cit., p.237.

¹⁵⁵ DIAS, Antonio Gonçalves. apud Ibid., p.235.

oscilações de suas rendas e à instabilidade do temperamento e prioridades de suas autoridades administrativas. Alencastre, ao se referir ao ano de 1834, esboça quadro não muito animador sobre a Instrução Pública piauiense, revelando que eram

providas as cadeiras com inábeis professores, porque homens inteligentes e ilustrados não se queriam sujeitar à sorte precária do magistério – como que a instrução corria à revelia, árida e improfícua. As cadeiras de instrução maior viviam em completo abandono, e os que as aceitavam, ou não eram habilitados, ou mal cumpriam com seus deveres¹⁵⁶.

O quadro de carência evidenciado por Alencastre é percebido também pelo fato de que nesse mesmo ano existia no Piauí um total de quatorze Cadeiras de Primeiras Letras, das quais duas Cadeiras pelo método mútuo na cidade de Oeiras. No entanto, desse total, sete encontravam-se sem professores¹⁵⁷, reafirmando um problema que acompanhava a história da Instrução Pública local.

Cabe destacar que em resposta à fala do Presidente da Província na abertura dos trabalhos da primeira legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, em 1835¹⁵⁸, Padre Marcos, como deputado, reconhecia esforços no sentido de criar e prover as Cadeiras de Instrução da Província, “para que, servidas de Mestres hábeis as Cadeiras nela criadas se difund[issem] com rapidez as luzes de que necessita[vam] seus habitantes”¹⁵⁹.

A essa época, destaca o Presidente, “acham-se criadas nesta província três Cadeiras de Gramática Latina, convêm a saber, uma na Capital, outra na Vila de Campo Maior, e outra na

¹⁵⁶ ALENCASTRE, op. cit., p. 101.

¹⁵⁷ COSTA, op. cit.

¹⁵⁸ O ano de 1835 marca o início dos trabalhos da Assembléia Provincial do Piauí, criada pela lei de 12 de agosto de 1834. Cf. COSTA, op. cit., em seu primeiro ano de funcionamento, foram decretadas vinte e seis leis provinciais, sendo que a primeira destas diz respeito às aulas de filosofia da Província, ao mandar que fosse adotado nas referidas aulas os “compêndios de lógica, metafísica e ética” de Ponelli e traduzidos por João Candido de Deus e Silva. Essa lei foi sancionada e publicada pelo Barão da Parnaíba sob o número 01, em 29 de maio de 1835. A respeito dessa lei, acredita-se que resultou de iniciativa de Padre Marcos, por ser, juntamente com José Monteiro de Sá Palácio, membro da Comissão de Instrução Pública que propôs o projeto de lei e por sua familiaridade com a temática.

¹⁵⁹ PIAUÍ. APEPI. **Resposta à fala do excelentíssimo Senhor Presidente da Província, na instalação da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de maio de 1835.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

de Parnaíba, e todas providas com ordenados de 600\$000 réis”¹⁶⁰ e mais quatro cadeiras, em Oeiras, de Retórica, Filosofia, Francês e Geometria, que se achavam vagas por falta de professores.

Quanto ao ensino de Primeiras Letras, em Oeiras existiam duas cadeiras pelo método mútuo, uma para meninos e outra para meninas, com ordenados de 400\$000 réis. Esta última encontrava-se vaga. Existiam ainda doze cadeiras de Primeiras Letras, pelo método simples, nas vilas de Jaicós, Valença, Príncipe Imperial, Jerumenha, Parnaguá e Capela das Barras, das quais três encontravam-se vagas.

No entanto, apesar da condição precária na qual ainda se encontrava, a documentação compulsada indica que o ano de 1837 foi de significava importância para a Instrução Pública piauiense em razão do provimento da maioria das Cadeiras de Primeiras Letras e Secundárias existentes. Isso talvez tenha se dado como resultado da melhoria nos vencimentos dos professores, que desde 1836 passaram a ser arbitrados em 300\$000 réis anuais¹⁶¹.

Nesse ano, com o juramento e posse de oito mestres e professores¹⁶², ocuparam-se algumas das Cadeiras de Instrução que se encontravam vagas, mesmo que criadas desde 1829, o que demonstra também que as aulas públicas de primeiras letras não se constituíram num privilégio da capital ou das vilas maiores, funcionando também em comunidades distanciadas de Oeiras e/ou pouco populosas.

¹⁶⁰ PIAUÍ. APEPI. **Fala do Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] à Assembléia [Legislativa Provincial], no ato de sua instalação, em 04 de maio de 1835.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁶¹PIAUÍ. APEPI. **Decreto de 20 de agosto de 1836.** Sala do Poder Executivo. Livro de Registro de Leis e Resoluções, 1843-1848. Por meio deste decreto, os vencimentos dos professores de Primeiras Letras da Província passaram de 150\$000 réis para 300\$000 em todas as vilas e povoações da Província.

¹⁶² Cf. PIAUÍ. APEPI. **Livro de posses da capitania.** Sala do Poder Executivo, 1814-1859. São estes: Antonio João Baptista Ferreira, professor de Gramática Latina em Oeiras; José Ferreira Guimarães, professor de Primeiras Letras na vila do Poti; Segundo Manoel da Rocha, professor de Primeiras Letras na vila de Jaicós; Padre Inácio Ribeiro de Melo, professor de Gramática Latina na vila de Príncipe Imperial; Maria Ferreira do Nascimento, professora de Primeiras Letras de meninas na vila de Campo Maior; Leocádio Costa Meirelles, professor de Primeiras Letras em Piracuruca; Carlos Irineu da França, professor de Gramática Latina em Parnaguá; Francisco Thomas da Silva, professor de Primeiras Letras em Príncipe Imperial.

Entre essas, verifica-se inclusive o provimento de uma cadeira de Primeiras Letras para meninas na vila de Campo Maior, pelo método mútuo, ocupada por Dona Maria Ferreira do Nascimento que, conforme indica a documentação consultada, foi a primeira professora a assumir o magistério público na Província do Piauí¹⁶³, um significativo passo na história da Instrução Pública piauiense

Mas o provimento dessas Cadeiras de Instrução, se por um lado representa um ganho quantitativo, por outro parece não ter sido acompanhado de uma melhora qualitativa no ensino ofertado, dadas as limitações que continuaram a se manifestar neste cenário.

Em mensagem do Presidente da Província à Assembléia Legislativa Provincial, no ano de 1838, o Barão da Parnaíba informava aos deputados das dificuldades experimentadas na Instrução Pública. Segundo destacava:

Não tomarei a conduta em geral dos Professores, que se acham na Província entregues do importante encargo de educar a Mocidade, e antes direi que alguns deles são pouco hábeis e capazes tanto por seus irregulares costumes, como pela fraqueza de seus conhecimentos; porém forçoso foi empregá-los, visto que foram os únicos a concorrerem ao Emprego do Magistério e em uma Província, a onde data de poucos anos a Instrução Pública, raros são os indivíduos dela que se possam apresentar com todos os requisitos próprios e necessários para dirigir a Juventude na carreira da Letras, e bons costumes, sendo preciso aproveitar os que vêm de fora, que seguramente não são os de melhor nota, e em tão apertada colisão não pode haver escolha que permita ao Governo usar da preferência¹⁶⁴.

Nesse fragmento, ressalta-se mais uma vez a carência de pessoal qualificado para ocupar as Cadeiras de Instrução, bem como a consciência do gestor quanto a relação entre nível salarial, a qualificação dos professores e a conseqüente qualidade do ensino. Ele reconhece que os baixos salários pagos afastavam aqueles mais qualificados ao exercício do magistério. Lembre-se ainda que, mais que uma opção, o provimento dos professores se fez imposto pela

¹⁶³ PIAUÍ. APEPI. **Termo de juramento e posse de Dona Maria Ferreira do Nascimento, professora de primeiras letras para meninas pelo método múltiplo na Vila de Campo Maior, em 13 de maio de 1837.** Sala do Poder Executivo. Livro de posses da capitania, 1814-1859.

¹⁶⁴PIAUÍ. APEPI. **Fala, que recitou o Excelentíssimo Senhor Barão da Parnaíba, Presidente da Província do Piauí, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no 9º de julho do corrente ano de 1838.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

própria legislação, o que tornava preferível tê-los em seus quadros, apesar do pouco preparo, que deixar as *Aulas* sem funcionar.

A Assembléia Provincial, em resposta a essa situação, apenas lamentava a pouca qualificação dos professores, não sinalizando com nenhuma medida ou ação a ser tomada de forma que resolvesse ou minimizasse o problema¹⁶⁵. A consciência do problema não significou a criação de ações que o combatesse, muito pelo contrário, revelou apenas que isso era tão evidente que não podia ser negado.

No ano anterior, 1837, os “irregulares costumes” de alguns professores já tinham sido alvo da atenção da Assembléia. Como dito, apesar da existência de regras a serem atendidas, os professores tinham grande autonomia na condução das aulas, decidindo seu calendário de festas, horários das aulas e seus intervalos, métodos de ensino e mesmo conteúdos. Essa autonomia do professor, fruto da incapacidade da administração pública de acompanhar o funcionamento das aulas, gerava muitas vezes reclamações contra estes. Dentre essas queixas, destaca-se a reclamação quanto à regularidade e o acompanhamento das aulas, o que motivou a Assembléia Provincial a aprovar lei estabelecendo que “os professores das escolas primárias, bem como de Latim e Francês, são obrigados a assistir pessoalmente as lições diárias dos alunos, não podendo ser substituídos sem licença do governo na cidade e dos prefeitos nas vilas”¹⁶⁶.

De maneira geral, os mecanismos de acompanhamento e fiscalização das Aulas Públicas eram muito frágeis em todo o Brasil da primeira metade do século XIX. Por mecanismos de acompanhamento e fiscalização das *Aulas*, até a Independência, a preocupação, em geral, era observar apenas a conduta pessoal do professor, no qual o Estado, por meio da Real Mesa

¹⁶⁵ PIAUÍ. APEPI. **Resposta à fala do Excelentíssimo Senhor Presidente da Província na instalação da Assembléia Legislativa Provincial, em 10 de agosto de 1838**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁶⁶ PIAUÍ. APEPI. Lei Provincial n. 75. Obriga os professores da Província a assistir pessoalmente as lições diárias dos alunos. Sala do Poder Legislativo. Série: Leis e Resoluções. Folha: 01 avulsa. 20 de setembro de 1837.

Censória, recorria a informações do pároco, do chefe de polícia e dos pais dos alunos para conferir o cumprimento das obrigações dos professores, que recaíam mais sobre suas práticas pessoais que sobre suas qualidades profissionais¹⁶⁷.

Após a Independência, os professores estavam sujeitos às Inspeções das Câmaras Municipais, de quem dependiam para obter os atestados que lhes garantiam receber seus ordenados, cuja conduta dos professores e a rede de relações em que se inseriam eram de grande importância para sua obtenção. Conforme relatório do Presidente da Província, no Piauí, os professores cumpriam com suas principais obrigações¹⁶⁸, apesar da existência de críticas à conduta pessoal e aos frágeis conhecimentos de alguns professores.

Para garantir o recebimento de seus atestados, em geral, bastava que nenhuma reclamação fosse feita contra o professor, considerado pela comunidade, dessa forma, como um bom professor. Nesse sentido, era importante para o professor manter os pais dos alunos satisfeitos com o seu trabalho e sua conduta pessoal, e assim preservar seus alunos e sua *Aula*. Destaque-se que em uma região em que os laços de solidariedade familiar eram muito estreitos, ter um pai de aluno insatisfeito com seu trabalho ou sua conduta implicava em séria ameaça à manutenção de seu trabalho.

Os professores da Província tornaram-se, assim, vulneráveis à opinião pública, ameaça permanente à continuidade de seu trabalho, considerando que a conduta moral do professor era item fundamental para o desempenho do magistério. Desta maneira, a necessidade de não chamar atenção sobre si, e assim não ferir interesses ou orgulho de algum poderoso local, fez surgir aulas despolitizadas e professores recatados, fórmula que ajudava a manter a *Aula*

¹⁶⁷ CARDOSO, op. cit., 2004.

¹⁶⁸ PIAUÍ. APEPI. **Fala do Excelentíssimo Senhor Presidente da Província na instalação da Assembléia Legislativa Provincial, em 10 de agosto de 1838**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

pública funcionando, modelo também encontrada em outras regiões do Brasil¹⁶⁹. Também dever ser destacado que a fiscalização do andamento das aulas era mais frágil do que o apresentado na mensagem de 1838, uma vez que o tom do discurso sobre a eficiência da fiscalização das *Aulas* públicas muda na mensagem de 1843, denunciando o descaso das instâncias fiscalizadoras. Segundo o mesmo Presidente,

A lei de 22 de setembro de 1837, no artigo 6º, encarregou os fiscais de vigiar se seus professores cumprem com suas obrigações e de darem parte à Câmara respectiva das omissões que observasse para esta as ter em vista na ocasião de eles passar os atestados para a cobrança dos ordenados; mas em alguns lugares esta incumbência não é satisfeita, e as Câmaras a respeito são condescendentes, do que resulta que muitos professores às vezes deixam de assistir pessoalmente as aulas, como expressamente lhes é determinado pelo artigo 1º da mesma lei, mandando que as dirijam os alunos mais adiantados, que certamente não podem manter a ordem nelas, outras vezes a seu arbítrio transformam em feriados dias úteis, em prejuízo do ensino da mocidade¹⁷⁰.

O fragmento acima denuncia a negligência de alguns professores no cumprimento de seu ofício, atribuindo a alunos suas responsabilidades ou deixando de ministrar as aulas previstas, o que agravava bastante a qualidade do ensino ministrado e a credibilidade atribuída aos professores envolvidos.

Esse quadro gerou tentativas de intervenções. O pouco empenho na fiscalização das atividades dos professores e de outros ramos do interesse público nas vilas fez com que Padre Marcos, na condição de Presidente da Câmara de Jaicós, com vistas a estimular um maior empenho do fiscal da Vila, solicitasse à Assembléia Legislativa Provincial uma gratificação especial ao fiscal. A gratificação tinha a intenção de “animá-lo a uma exata e rigorosa

¹⁶⁹ Cf. SILVA, A. M. P. op. cit., p. 205, considerando a Província de Pernambuco, “do ponto de vista das comunidades que demandaram e nas quais funcionaram as aulas públicas de primeiras letras, a possibilidade de tê-las e/ou mantê-las, dependia, em larga medida dos graus de imersão dos professores públicos no turbilhão da política, ou seja, se eles estavam ou não em harmonia com os potentados locais e provinciais”. Guardadas as devidas proporções, o exercício no magistério público na Província do Piauí, na primeira metade do século XIX, também dependia da harmonia dos professores com os grupos dirigentes locais.

¹⁷⁰ PIAUÍ. APEPI. **Fala, que recitou o Excelentíssimo Senhor Visconde da Parnaíba, Presidente desta Província do Piauí, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de julho de 1843.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

fiscalização das infrações das posturas e para a verificação das multas que deverão ser impostas”¹⁷¹.

Assim, apesar de algum avanço com o provimento de Cadeiras que tinham sido criadas e não ocupadas, observa-se a continuidade da precariedade da Instrução Pública. Conforme se encontra na mensagem de 1843, “a instrução acha-se em grande atraso nesta província, sendo disso principal causa a pouca aptidão dos professores, a quem está confiada importante tarefa de educar a mocidade”¹⁷² e a falta de recursos a serem destinados não somente ao ensino como nas mais diversas áreas de interesse público.

No entanto, mesmo considerando a educação como “a base da civilização dos povos e germe da moral”¹⁷³ e a “base manancial da felicidade dos Estados”, a administração piauiense entendia que as ações em favor da Instrução deveriam ser feitas “sem aumentar dispêndios”¹⁷⁴. Isso é ressaltado em diferentes registros oficiais consultados, evidenciando que não era falta de consciência que contribuía para a manutenção dessa precariedade, mas a falta de ações.

Mas, ao deter-se um pouco mais ao final da década de 1830 e primeiros anos da década seguinte, verifica-se que as recomendações em não se aumentar gastos com a administração, inclusive no que se refere à Instrução, possuía como motivador a severa crise política e financeira na qual o Piauí mergulhou, em virtude do combate travado pelo Governo contra os insurretos balaios. Por toda a primeira metade do século XIX, o Piauí foi marcado por uma

¹⁷¹ PIAUÍ. APEPI. **Ofício da Câmara de Jaicós à Assembléia Legislativa Provincial, solicitando gratificação especial ao fiscal da Vila**. Sala do Poder Legislativo. Correspondências da Assembléia Legislativa Provincial, 5ª Legislatura, Cx: 187, de 5 de julho de 1845.

¹⁷² PIAUÍ. APEPI. **Fala, que recitou o Excelentíssimo Senhor Visconde da Parnaíba, Presidente desta Província do Piauí, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de julho de 1843**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁷³ PIAUÍ. APEPI. **Fala que o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Província abriu a sessão ordinária Assembléia Provincial em 13 de julho de 1837**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁷⁴ PIAUÍ. APEPI. **Fala com que o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Província abriu a sessão ordinária da Assembléia Provincial de 1840**. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

série de conflitos sócio-políticos que se refletiram no andamento e organização da Instrução Pública, o que foi intensificado com a Balaiada.

Sobre esse período, a documentação disponível no APEPI indica nova crise na já frágil Instrução Pública da Província, resultado das dificuldades de provimento e mesmo o abandono de muitas Cadeiras de Instrução por parte de seus professores. Esse abandono resultou, por um lado, dos baixos salários que continuavam a ser pagos ao magistério; por outro, devido à convulsão provocada pela Balaiada, que se alastrava pela Província, difundindo temores e reações diversas.

Mesmo assim, para o ano de 1840, contava a Província com duas Cadeiras de Instrução Secundária (latim e francês) em Oeiras e cinco Cadeiras de Primeiras Letras, em Oeiras, Parnaíba, Parnaguá, Príncipe Imperial e São Gonçalo do Amarante¹⁷⁵, quadro afetado pelo clima tenso vivido no período. Ainda em 1840, o Presidente da Província, por meio de mensagem encaminhada à Assembléia, informava que o estado de agitação em que se encontrava a Província obrigou muitos professores a abandonarem suas Aulas e embrenharem-se na luta, trocando a palmatória pelo fuzil¹⁷⁶, em um período também marcado por um grande déficit fiscal, resultado da queda da arrecadação do dízimo cobrado sobre o gado *vacum* e *cavalar*, principal fonte de receita da Província, e as pesadas despesas de custeio para fazer funcionar sua força armada, em combate contra os rebeldes balaios.

Assim, frente à crise, o Barão da Parnaíba, ao alertar que “achando-se exauridos os cofres públicos desta Província pelas extraordinárias e avultadíssimas despesas pela diuturna luta” e sem saber como “preencher este vácuo [nas receitas]”¹⁷⁷, conclama a população a

¹⁷⁵ ALMEIDA, op. cit.

¹⁷⁶ PIAUÍ. APEPI. **Fala com que o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Província abriu a sessão ordinária da Assembléia Provincial de 1840.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁷⁷ PIAUÍ. APEPI. **Fala com que o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Província abriu a sessão ordinária da Assembléia Provincial de 1840.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

concorrer para as despesas da guerra de acordo com suas posses. Nesse sentido, não é de todo estranho que as preocupações e investimentos com a Instrução sejam renegados a um segundo plano, sobretudo por ser área da administração pública das mais suscetíveis à contenção de recursos quando de oscilações das receitas.

Ao fim das lutas de guerrilha que caracterizaram a Balaiada, a Província estava praticamente sem escolas, das quais, segundo Brito¹⁷⁸, resumiam-se apenas à existência de algumas escolas particulares. Entre essas, pode ser destacada a escola de Boa Esperança, consolidada como a maior e mais importante escola de Primeiras Letras e de Instrução Secundária da Província.

Sufocada a Balaiada, continuava a Instrução Pública a conviver com a falta de professores e carência de recursos, contando, no ano de 1842, com o registro de 268 alunos matriculados nas Cadeiras de Primeiras Letras¹⁷⁹. Em 1844, a situação pouco se tinha alterado. Contabilizavam-se na Província 21 Cadeiras de Primeiras Letras (18 do sexo masculino e três do feminino)¹⁸⁰. No ano seguinte, o número de Cadeiras cai para 19 e um total de 381 alunos matriculados (16 Cadeiras para o sexo masculino, com 340 alunos e 3 para o sexo feminino com 41 alunas)¹⁸¹.

¹⁷⁸ BRITO, I. op. cit. Em balanço de como se encontrava a Instrução na Província em 1844, NUNES, op. cit., faz menção ao aparecimento de um grande número de escolas particulares sob o amparo dos fazendeiros abastados, localizadas em maior número na zona rural que nas sedes municipais. Localiza o registro de 9 escolas particulares em Valença, 7 em Barras, 3 em Piracuruca, 2 em Príncipe Imperial, 7 em Parnaguá. Nunes acredita ainda que provavelmente todas as vilas possuíam escolas particulares. Cf.: COSTA FILHO, op. cit., o surgimento de colégios particulares, sejam de Primeiras Letras ou sejam Secundários, não representa um fenômeno restrito ao Piauí, mas uma tendência de todo o Império. No entanto, ainda segundo o autor, o ensino elementar permaneceu como uma tarefa própria das famílias, através das “escolas familiares”, mesmo entre famílias mais abastadas.

¹⁷⁹ PIAUÍ. APEPI. **Fala, que recitou o Excelentíssimo Senhor Visconde da Parnaíba, Presidente desta Província do Piauí, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 4 de outubro de 1842.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843. Por meio dos mapas de matrículas do ano de 1842, contam-se 268 matriculados. Cabe destacar que estes números não contemplam as vilas Campo Maior, Príncipe Imperial, Jaicós e Marvão. Considerando, no entanto, que os alunos matriculados por turma pouco ultrapassavam uma dúzia de alunos, acredita-se ser o número de 300 matriculados um número razoável para a época.

¹⁸⁰ Cf. COSTA, op. cit.

¹⁸¹ NUNES, op. cit.

As dificuldades por que passava a Instrução Pública, em especial a secundária, na qual “os alunos não recebem aquela instrução que era de se esperar”¹⁸², também podem ser ilustradas com a distribuição de Cadeiras de Ensino Secundário no ano de 1844, resumindo-se a sete Cadeiras de Latim, das quais uma desocupada, assim distribuídas: quatro em Oeiras, duas em Parnaguá e uma em Príncipe Imperial. Em 1845, foram extintas as cadeiras existentes nestas duas últimas, em uma época na qual a Instrução “não dispunha ainda de recursos suficientes para atender a todas as urgências do serviço público”¹⁸³.

O ano de 1845 também trouxe significativas mudanças para a Instrução Pública piauiense. Nesse ano, a Assembléia Provincial aprovou Decreto em 26 de setembro, que foi sancionado pelo Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos como a Lei n. 198, de 04 de outubro do mesmo ano. Por meio desta lei, realizou-se profunda reforma na Instrução Pública no Piauí. Segundo Zacarias de Góis, com essa nova reforma fortalecia-se a ação do Presidente sobre o ensino que ficava sujeito a uma direção uniforme, além de criar Cadeiras de Primeiras Letras apenas em lugares que oferecessem possibilidade de boa frequência e extinguir Cadeiras de ensino primário que não satisfizessem as condições exigidas pela legislação.

A exigência de boa frequência previa que somente existiriam Cadeiras de Instrução Primária “para meninos nas cidades, vilas e povoações da Província, onde as possam habitualmente freqüentar quinze alunos, e para meninas haverá naquela cidade e vilas em que possam ser habitualmente freqüentadas por dez alunas”¹⁸⁴. No ano seguinte à lei, “funcionavam 18 escolas públicas para o sexo masculino de ensino primário, com 598 alunos,

¹⁸² PIAUÍ. APEPI. **Fala, que recitou o Excelentíssimo Senhor Visconde da Parnaíba, Presidente desta Província do Piauí, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de julho de 1843.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁸³ COSTA, op. cit., p. 451.

¹⁸⁴ PIAUÍ. APEPI. **Lei n. 198, de 4 de outubro de 1845.** Institui o cargo de Diretor de Instrução Pública, cria na cidade de Oeiras um Liceu e dá outras providências. Art. 8º. Sala do Poder Executivo. Livro de Registro de Leis e Resoluções, 1843-1848.

e três do sexo feminino, com 59”¹⁸⁵.

Essa mesma lei ainda criou o primeiro estabelecimento público de Instrução Secundária da Província, o Liceu, na cidade de Oeiras¹⁸⁶. Conforme seu artigo 10º, “haverá também na Capital para instrução secundária um Liceu com as seguintes Cadeiras: 1ª Latim; 2ª Francês; 3ª Inglês; 4ª Geometria e Aritmética; 5ª Geografia e História; 6ª Retórica e Poética; 7ª Filosofia Racional e Moral”¹⁸⁷.

Mesmo criado o Liceu, o sistema de Cadeiras isoladas continuou a vigorar. Os alunos permaneceram a organizar seus estudos segundo interesses e conveniências, enquanto o ensino Secundário continuava a representar apenas preparatório para os exames de ingresso aos cursos superiores.

Mesmo assim, a criação do Liceu trouxe algumas modificações na estrutura de ensino da Província. Entre essas, a extinção de uma das cadeiras de Primeiras Letras de Oeiras e quatro cadeiras de Latim (em Parnaguá, Príncipe Imperial, Campo Maior e Parnaíba), ficando apenas uma em Oeiras, que passou a fazer parte do Liceu. Aos professores que tiveram suas Cadeiras extintas, como determinava a Lei em seu artigo 12, cabiam duas opções, escolher prover alguma Cadeira vaga ou a demissão.

Apesar de o Liceu ter sido criado na administração de Zacarias de Góis, este, no

¹⁸⁵ NUNES, op. cit.

¹⁸⁶ No Brasil, a partir de 1835, o ensino secundário passou a reunir as *Aulas* ou *Cadeiras* avulsas em estabelecimentos de Instrução Secundária denominados de liceus. No entanto, deve ser lembrado que desde 1825 havia uma proposta aprovada pelo governo de implantar um liceu em Pernambuco. A este respeito, ver: CARDOSO, op. cit., 2004. Cf. COSTA FILHO, op. cit., o Liceu somente ganhou maior regularidade de funcionamento a partir de 1850.

¹⁸⁷ PIAUÍ. APEPI. **Lei n. 198, de 4 de outubro de 1845**. Institui o cargo de Diretor de Instrução Pública, cria na cidade de Oeiras um Liceu e dá outras providências. Art. 10º. Sala do Poder Executivo. Livro de Registro de Leis e Resoluções, 1843-1848. Cf. NUNES, op. cit., a cadeira de História e Geografia somente foi provida no começo de 1848, pelo Dr. Cândido Gil Castelo Branco que se propusera compendiar, para uso de seus alunos nas aulas que lhes ministrava, as teorias e opiniões de Balbi, iniciativa imediatamente aprovada pelo governo provincial. Observa-se que o provimento das Cadeiras do Liceu não eram necessariamente supridas por meio de concurso público, como era obrigatório para o Ensino de Primeiras Letras, pois, conforme a Lei n. 198, de 04 de outubro de 1845, em seu art. 14, “as cadeiras de instrução secundária serão interinamente ou vitaliciamente providas pelo Presidente, independentemente de Concurso; as de instrução primária serão postas em concurso, publicado em toda a Província três meses antes, pelo menos, de seu provimento”. Lembre-se ainda que para o provimento das Cadeiras, os pareceres dos examinadores além do quesito aptidão, também contemplavam o quesito “moralidade” dos candidatos (art. 17).

entanto, “pouco fez para a sua efetivação”, o que pode ser verificado ao se observar que durante seu governo, que se estendeu de 28 de julho de 1845 a 07 de setembro de 1847, “funcionou apenas a cadeira de Latim que já encontrou provida e fez também a nomeação de professor para a de Francês, já em fins de seu governo, de forma a só entrar em exercício no ano imediato já noutra administração”¹⁸⁸.

A Lei n. 198 traz algumas outras novidades. Uma delas consta em seu artigo 1º, que diz respeito à instituição dos Diretores de Instrução Pública, a quem cabia executar as ordens previstas na lei, prestar contas ao Presidente da Província sobre o andamento das escolas, bem como zelar pela sua melhoria. O cargo era acumulado pelos juizes de direito de cada comarca, explicitando uma próxima relação entre as dimensões jurídico-administrativas e educacional.

Essa lei cria conjuntamente os cargos de vice-diretor e censores. A estes últimos caberia fiscalizar as escolas e acompanhar mais rigorosamente os professores, fazendo-lhes as devidas advertências, como estabelece seu artigo 38, bem como enviar aos Diretores mapas dos alunos matriculados nas escolas, apresentando sua assiduidade, seus progressos e talentos, como definiu o artigo 39. Sobre o regime das aulas, a Lei determinava ainda que as aulas aconteceriam nos dois turnos para o ensino primário e em apenas um turno para o ensino secundário, com feriados às quintas-feiras das semanas em que não houvesse dia santo ou feriado nacional e férias de 8 de dezembro a 6 de janeiro de cada ano.

Admitia-se também nas escolas de Instrução Primária “castigos físicos moderados”, como determinava o artigo 36, prática abolida oficialmente por meio da Reforma implantada pela Lei n. 537, de 2 de julho de 1864, embora seja possível encontrar variados registros de seu uso ainda no século XX.

Até então, as punições a alunos eram previstas, mas, como determinava o Decreto de 15 de outubro de 1827, elas deveriam ser aplicadas pelo método de Lancaster, que estabelecia

¹⁸⁸ NUNES, op. cit., p. 51.

uma hierarquia de recompensas e punições a serem aplicadas. Entre as recompensas, destacam-se a possibilidade de tornar-se monitor e a distribuição de prêmios. Entre as punições, estabelecia-se que o aluno infrator poderia ficar em quarentena em um banco, ou isolado em uma sala durante a aula; poderia ainda ser obrigado a permanecer em sala após o final dos exercícios, ou repetir por escrito ou em voz alta a infração cometida, bem como registrar seu nome em um *livro negro* e, a mais grave, a expulsão do aluno¹⁸⁹.

Nota-se que o método de Lancaster não faz referências ao uso de castigos físicos impostos aos alunos. O uso de punições pelo método de Lancaster não atingiu os resultados esperados, vindo a nova lei apenas a regular uma prática corriqueira nas *Aulas* públicas.

A Lei n. 198 ainda fixou novos ordenados ao magistério. 400\$000 réis anuais aos professores de Primeiras Letras da Capital e 350\$000 réis para os professores das demais escolas; 500\$000 réis aos professores de inglês e francês e 600\$000 réis aos demais professores de Instrução Secundária. Todos eles faziam jus gratificação por todo aluno aprovado em exame de aproveitamento, com 10\$000 réis por aluno de Primeiras Letras e 20\$000 por aluno de Instrução Secundária.

Outro ponto normatizado, refere-se às Câmaras Municipais, que deveriam fornecer recursos para aquisição de material de estudo (papel, pena e tinta) para alunos pobres. Anteriormente a esta lei, encontram-se medidas isoladas no sentido de auxiliar os estudos de alunos mais carentes, como por exemplo, a Resolução da Assembléia, sancionada como Carta Lei n. 81, de 17 de setembro de 1838, que determinava que o Presidente da Província forneceria anualmente ao professor de Primeiras Letras de Oeiras “6 resmas de papel almaço, 4 dúzias de lápis, quinhentas penas e 5 aparelhos de tinta para serem distribuídos à discrição

¹⁸⁹ BASTOS, Maria Helena Câmara. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). In: STEPHANOU, op.cit., 2005, p. 41-2.

do mesmo professor pelos meninos mais indigentes, que freqüentarem sua aula”¹⁹⁰.

Mas, ponto importante a ser ressaltado na Lei n. 198, refere-se ao capítulo 8. Sob título “das escolas particulares e pensões”, estabelece que “qualquer indivíduo pode, com licença do Diretor, abrir escola particular”, como determinava seu artigo 40, ou ainda casa ou pensão para alunos, a qual o Diretor “concederá depois de certificado da moralidade, aptidão do sujeito e conveniência do seu plano”, conforme o artigo 41. Essas casas, contando com mais de cinco alunos, recebia o administrador a gratificação de 20\$000 réis anuais por cada aluno, até o limite de vinte alunos e mais 10\$000 réis por cada aluno excedente, sendo que as “gratificações [eram] pagas pelos Cofres Públicos, a vista de atestados do Diretor”, como determinava seu artigo 42.

Nesse sentido, analisando o disposto pelo texto legal, observa-se que a escola de Boa Esperança encaixava-se bem no perfil que determinava a lei. Dado o lugar social ocupado por Padre Marcos, seguramente ele não teria dificuldades para comprovar sua aptidão e moralidade e obter autorização para o funcionamento de sua escola que, aliás, já funcionava desde 1820. Sua Escola preenchia os requisitos estabelecidos em lei, o que corroborou, sobremaneira, com o prestígio dessa e de seu proprietário no cenário educacional do século XIX.

Considerando ainda que em 1850 Boa Esperança contava com 40 alunos¹⁹¹, Padre Marcos faria jus, àquele ano, pelo menos 600\$000 (seiscentos mil réis) a serem pagos pelos Cofres Públicos. Contudo, o presente argumento fica posto como possibilidade, uma vez que não foram encontrados registros de recebimento de recursos públicos por parte de Padre Marcos, posto que as rubricas de despesas com Instrução obtidas durante esta pesquisa não

¹⁹⁰ PIAUÍ. APEPI. **Lei n. 31, de 17 de setembro de 1938**. Coleção de Leis da Província do Piauí. Oeiras: Tipographia Provincial, 1838.

¹⁹¹ PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. José Antonio Saraiva, à Assembléa Legislativa Provincial, em 3 de julho de 1851**. Oeiras: Typ. Saquarema, 1851.

fazem distinção dos destinos dos pagamentos feitos¹⁹². Ainda na administração de Zacarias de Góis foi iniciada a discussão propondo a criação do Estabelecimento dos Educandos Artífices, mas somente efetivada por seu sucessor, Marcos Antônio de Macedo, ex-aluno de Padre Marcos em Boa Esperança, por meio da Lei n. 220, de 24 de setembro de 1847.

De maneira geral, a criação e existência do Liceu piauiense exemplificam como se encontrava a Instrução Pública no Piauí da primeira metade do século XIX, já iniciando sua existência com problemas comuns à condição educacional da época, como a falta de recursos para a instalação do estabelecimento e carência crônica de professores, contando, em 1849, com trinta alunos matriculados nas *Aulas* de Latim, dos quais dezessete estavam também inscritos nas aulas de Francês, quatro em Filosofia, seis em Geometria¹⁹³. A matrícula simultânea em mais de uma Cadeira, representa concessão do artigo 10, da lei n. 198, ao permitir que “estas Cadeiras [poderiam] ser acumuladas”¹⁹⁴.

Ao se olhar esta breve, mas necessária exposição de como veio se constituindo a Instrução Pública no Piauí, percebe-se que, entre outros fatores, a falta de recursos, o despreparo e o descontentamento dos professores com suas remunerações, marcaram o trajeto educacional piauiense na primeira metade do século XIX, no qual se verifica também a considerável distância entre a estrutura legal e a estrutura real do ensino.

No entanto, não pode ser esquecido que a dispersão da população e sua concentração na zona rural, bem como as dificuldades de acesso às escolas – seja pela distância física, seja pela distância de objetivos – atuaram como fatores a serem considerados para o esvaziamento

¹⁹² Cf. SILVA. A. M. P. op. cit., p. 142, em estudo sobre o Pernambuco, “a prestação de contas do Subsídio Literário era bastante rigorosa no que diz respeito à declaração da arrecadação, mas não dos gastos”. Guardadas as devidas distâncias, pode-se afirmar que o mesmo aconteceu no Piauí.

¹⁹³ NUNES, op. cit.

¹⁹⁴ PIAUÍ. APEPI. **Lei n. 198, de 4 de outubro de 1845**. Institui o cargo de Diretor de Instrução Pública, cria na cidade de Oeiras um Liceu e dá outras providências. Art. 10º. Sala do Poder Executivo. Livro de Registro de Leis e Resoluções, 1843-1848.

do ensino público, contribuindo decisivamente para os resultados obtidos no período em estudo.

Ainda deve ser levado em conta que a legislação educacional contribuiu para o esvaziamento das *Aulas* públicas, ao dispensar a matrícula e a frequência dos alunos em uma escola oficial e possibilitar o acesso de um nível a outro do ensino sem a necessidade da apresentação de diplomas ou certificados de conclusão do nível antecedente, limitando a ação das escolas públicas. No último Relatório do período monárquico, apresentado em 1889, o Presidente Raimundo Vieira da Silva, afirmava:

As escolas públicas da Província, com exceção da Capital, são verdadeiros albergues. Nelas não existem os utensílios necessários que dão alegria aos alunos e vontade de ensinar ao professor. Em quase todas nota-se o desânimo, o indiferentismo, o atraso, o aniquilamento da instrução pública primária, devido à negligência do nosso governo que não tem sabido curar deste importante ramo do serviço público¹⁹⁵.

Verifica-se assim, já ao final do Império, que a Instrução Pública continuava em segundo plano e enfrentando graves problemas, uma vez que “o elemento de realidade estava posto pela situação financeira da Província e a não prioridade da educação (...). Este fato é responsável pelo lento espalhar-se da rede pública escolar e por suas idas e vindas, em termos de criação e fechamento de escolas”¹⁹⁶.

Todavia, além da inexistência de recursos financeiros e carência de professores qualificados – situação esta que perdurou e pouco se modificou ao longo da história piauiense – o que mais prejudicou a estruturação da Instrução Pública no Piauí foi a falta de vontade política de governantes em criar um sistema de ensino público conjugado com o processo de desenvolvimento da região.

Embora os documentos oficiais precisem ser investigados e tratados com parcimônia pelo pesquisador, eles contribuem bastante para que o historiador compreenda seu objeto de

¹⁹⁵ apud NUNES, p. 298.

¹⁹⁶ LOPES, op. cit., p. 54-5.

estudo, pois, “descrever o que se vê, ainda vá, o difícil é ver o que é preciso descrever”¹⁹⁷. Assim, sem perder de vista os ensinamentos de Lucien Febvre, entende-se que as imagens construídas na fala do Presidente José Antonio Saraiva são precisas ao que se deseja descrever neste estudo sobre a Instrução Pública no Piauí da primeira metade do século XIX. Em discurso presente em relatório datado de 1851, Saraiva dá conta de como se encontrava a Instrução Pública Secundária na Província:

nem uma só aula (exceção feita da língua latina e francesa) contava mais de 3 discípulos que iam ouvir as lições, quando bem lhes parecia. Pode-se dizer que o Liceu existia apenas na legislação, e que somente se sabia da existência, quando seus empregados iam receber os vencimentos, que percebiam¹⁹⁸.

Alencastre corrobora com esta idéia de fragilidade ao afirmar que o Liceu, “estabelecimento literário, de que tão belos frutos se esperavam, nenhum bem tem trazido à Província, também porque aqueles que a têm governado, depois da sua criação, nunca lhe deram a importância merecida, deixando-a sempre entregue à sua desorganização”¹⁹⁹. Mais uma vez, inscreve-se o descaso com a Instrução Pública à forma como se tratava as dimensões administrativas no cenário local.

Note-se, assim, que se a criação do Liceu representou passo importante ao desenvolvimento do ensino na Província, este ainda encontrava-se bastante limitado, frente às dificuldades enfrentadas pela Instrução Pública e pelo próprio quadro político que se apresentava.

Objetivando dar melhores condições de funcionamento ao Liceu, Saraiva aluga uma casa²⁰⁰ para suas atividades, mas transferida a Capital de Oeiras para Teresina, em 1852, as

¹⁹⁷ FEBVRE, op. cit., p. 24.

¹⁹⁸ PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. José Antonio Saraiva, à Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de julho de 1851**. Oeiras: Typ. Saquarema, 1851, p. 14.

¹⁹⁹ ALENCASTRE, op. cit., p. 101.

²⁰⁰ O funcionamento de Cadeiras Isoladas em casas alugadas pela administração pública representou fenômeno também presente no Piauí, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Grosso modo, os prédios escolares somente passaram a pertencer aos bens do patrimônio público, com a substituição do modelo das

aulas desta escola retornaram às casas dos professores. Logo em seguida, esse estabelecimento de ensino também foi transferido e “continuava sua débil vida em Teresina”²⁰¹, chegando a ser extinto em 1861. Em referência ao fechamento do Liceu e às “mutiladas” quatro cadeiras de ensino secundário existentes na Província, o então Presidente, Franklin Américo de Menezes Dória, em 1864, atribuía tal situação à prematuridade da instituição do ensino secundário no Piauí²⁰².

Mas um questionamento se pronuncia: tomando-se por referência o comentário do Presidente, como explicar a boa aceitação da Instrução Secundária oferecida em Boa Esperança, ainda na primeira metade do século XIX, garantindo-lhe o *status* na historiografia piauiense de importante instituição de Instrução de Primeiras Letras e de Instrução Secundária da Província²⁰³? Se a justificativa do Presidente procede, como explicar que Boa Esperança atraía um significativo número de alunos em um meio em que as turmas apresentavam um número reduzido²⁰⁴ e em uma sociedade que, na maioria, não demandava a instrução formal ofertada nas escolas oficiais? E por que, em 1850, ano de falecimento de seu idealizador, Boa Esperança ainda representava a maior escola particular²⁰⁵ e a maior escola da Província, com um número de alunos muito elevado para o período?

Tais questões pretendem mostrar que Boa Esperança distinguiu-se no cenário piauiense, atraindo o interesse de muitos pais e alunos, despertando uma forte demanda por vagas. Ao longo deste capítulo procurou-se traçar o caminho para algumas respostas, mas ainda se faz necessário analisar de forma detida a escola de Padre Marcos, Boa Esperança, objeto do

Cadeiras Isoladas pelo modelo dos Grupos Escolares.

²⁰¹ NUNES, op. cit., p. 54.

²⁰² PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. Franklin Américo de Menezes Dória, a Assembléia legislativa provincial, em 1º de julho**. Teresina: Typ. B. de Mattos. 1864.

²⁰³ PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. José Antonio Saraiva, à Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de julho de 1851**. Oeiras: Typ. Saquarema, 1851.

²⁰⁴ PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. Zacarias de Góes e Vasconcelos, a Assembléia legislativa provincial, em 11 de julho**. Oeiras: Typ. Provincial. 1846.

²⁰⁵ PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. Zacarias de Góes e Vasconcelos, a Assembléia legislativa provincial, em 11 de julho**. Oeiras: Typ. Provincial. 1846.

próximo capítulo.

CAPÍTULO 04
“MÃO DE FERRO EM LUVA DE PELICA”:
PADRE MARCOS E SUA ESCOLA

Em meio à precariedade da Instrução Pública, Padre Marcos iniciou um trabalho educacional em uma fazenda de sua propriedade, de nome Boa Esperança, situada a duas léguas da antiga aldeia de Cajueiro, região hoje pertencente ao município de Padre Marcos (PI).

A escola de Boa Esperança, como ficou conhecida, é considerada a primeira instituição de instrução formal a funcionar efetivamente no Piauí. Ofertava tanto o ensino de Primeiras Letras como o Secundário em uma região na qual o saber formal não representava uma prioridade, uma vez que, como resultado da própria natureza das atividades desenvolvidas, a maior parcela da população voltava suas atenções a atividades de subsistência, predominantemente manuais, que dispensavam um saber escolar.

Mesmo assim, Boa Esperança constituiu-se na mais importante e bem sucedida experiência educacional no Piauí, até a primeira metade do século XIX, tendo seus reflexos ultrapassado as fronteiras da Província e da própria educação, ajudando a formar boa parte de seu corpo dirigente e marcando significativamente a história local.

No entanto, discutir a escola de Boa Esperança implica em também discutir a figura de

seu idealizador, uma vez que, invariavelmente, as referências a este estabelecimento de ensino surgem em textos referentes a Padre Marcos, o que denota a força de sua presença nessa escola.

Pode-se, nesse sentido, afirmar que a história da Escola toca e se confunde com a história do Padre. Dessa forma, procurar discuti-lo em sua dimensão humana, de um homem que soube perturbar e transformar espaços, gravando sua presença no imaginário coletivo, representa também discutir sua Escola e a sociedade na qual ele viveu.

Assim, mais uma vez destaca-se a proximidade da relação entre o individual e o coletivo, superando a idéia de um suposto antagonismo¹. Com isso, observa-se que a narrativa sobre o indivíduo, ao mudar seu foco de análise e mergulhando-o na rede social em que viveu, pode também muito revelar sobre a sociedade que o possibilitou existir.

Como guisa norteadora, procurou-se aqui, por meio de Padre Marcos e sua trajetória pessoal, perceber a intercessão entre o indivíduo e a sociedade a qual pertencia, procurando reconhecer o que lhe é único e o que é comum ao coletivo social, para traçar tanto suas singularidades quanto regularidades.

Com esse entendimento, sua Escola é tomada como um dos pontos de contato e de troca entre o indivíduo e o coletivo, no qual o sucesso ou aceitação desta remete-se não a um caráter transformador, mas como mantenedora de uma ordem inserida em uma rede de relações e interesses familiares e políticos que, por meio da educação que ofertava, auxiliava a manutenção e transmissão de privilégios da rede social da qual fazia parte.

Quanto aos primeiros anos das atividades educacionais em Boa Esperança, os homens e o tempo não legaram nenhuma contribuição em forma de documentação primária que hoje seja disponível, sobretudo ao considerarmos que registros sobre professores e escolas privadas

¹ CARINO, J., apud BARROS, Francisca Argentina Góis. Pedro Américo de Figueredo e Melo: a construção do indivíduo e a sua ação educacional. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia e BEZERRA, José Arimatéa Barros (Org.). **Biografias, instituições, experiências e políticas educacionais**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

são ainda mais escassos se comparados a professores e escolas públicas. A escola de Boa Esperança, lamentavelmente, não foi diferente nesse aspecto.

Não se tem registro nem mesmo de anotações de Padre Marcos sobre o início das atividades educacionais em Boa Esperança. Mas, acredita-se que ele iniciou suas atividades nessa escola em 1820, quando o Padre fixou-se em definitivo na fazenda que pertencia a seus pais.

Na documentação consultada não há nenhuma indicação do início do trabalho educacional de Padre Marcos, no entanto, considera-se como fonte válida os escritos de Miguel Castelo Branco ao informar que ele “estabeleceu, em 1820, um importante colégio da fazenda denominada ‘Boa Esperança’ que ele possuía no termo de Jaicós”².

Miguel Castelo Branco, em 1879, é o primeiro entre os biógrafos do Padre a fazer referência ao início das atividades da Escola, que teria tido início quando este retornara para Boa Esperança, tudo levando a crer na relevância da informação, considerando ainda as dificuldades do exercício do sacerdócio na região e sua vocação ao magistério.

Assim, neste estudo, a data indicada por Miguel Castelo Branco é considerada verossímil, apesar de não haver nenhum outro registro documental que venha a assegurar isso, acreditando que ele a tenha colhido por meio de fontes ou depoimentos não mais disponíveis no presente. Contudo, a proximidade temporal entre o estudo e objeto da informação, contribuem para dar credibilidade às idéias de Castelo Branco.

Por outro lado, nenhum outro estudo sobre a vida e obra de Padre Marcos contesta o ano de 1820 como o ano em que se iniciam seus trabalhos educacionais em Boa Esperança, mesmo porque não o teriam como o fazer sem fontes que lhes autorizassem.

Em relação ao retorno do Padre à fazenda, resta ainda um questionamento. Por que ele

² CASTELO BRANCO, M. op. cit., p. 135.

deixa Oeiras, fixa-se em Boa Esperança e aos 42 anos de idade passa a se dedicar ao criatório, ao sacerdócio e às atividades como professor? Possivelmente a própria fazenda e seus vínculos familiares representem parte dessa chave explicativa.

Filho primogênito, coube a ele os cuidados com a mãe viúva e com a administração de Boa Esperança, deixada como espólio do pai. Assim, a fazenda necessitando da presença de um administrador, nada mais natural e conveniente que atraísse um de seus herdeiros para assumir tal posto³.

Aliado a isso, possivelmente o retorno à Boa Esperança motivou no Padre a tomada de consciência de que sua rica formação perderia o sentido ao dedicar-se exclusivamente ao sacerdócio e aos cuidados com suas terras. Os cuidados com uma escola materializaram-se como possíveis, sobretudo por representar a continuidade de uma tradição familiar ao dar prosseguimento a um trabalho que seu pai, Marcos Francisco, havia iniciado.

Boa Esperança representou também experiência que estimulou o surgimento de outras escolas criadas e mantidas pela iniciativa privada, não somente por clérigos, mas por proprietários rurais interessados em oferecer aos filhos pelo menos as Primeiras Letras. Surgem, assim, outras escolas privadas e mesmo professores ambulantes contratados para ministrar aulas nas próprias casas e fazendas de proprietários rurais ou em outros locais adaptados, com funcionamento precário e quase sempre temporário. Nesse ponto reside um dos diferenciais de Boa Esperança: o seu caráter permanente. Além disso, mesmo tendo como sede uma fazenda, contava com uma estrutura mínima de ensino que, dentre outras coisas, possuía uma biblioteca particular, algo raro na região, além de ser dirigida por um respeitado

³ Não se conhece as datas precisas de nascimento e falecimento dos pais de Padre Marcos. Sabe-se apenas que seu pai, Marcos Francisco, nasceu em outubro de 1743 e faleceu pouco antes de agosto de 1805, e que sua mãe, Maria Rodrigues de Santana, veio a falecer em 1837, após longo período de enfermidade. Cf. PIAUÍ. APEPI. **Carta ao senhor secretário da Assembléia Legislativa Provincial, justificando a ausência do deputado Padre Marcos de Araújo Costa, às sessões daquela Casa, de 25 de junho de 1837.** Sala do Poder Legislativo, cx: 125 (1ª legislatura), 1837; ARAÚJO COSTA, Sebastião Martins de; ROCHA, Moacyr Sipaúba da; REZENDE, José Ferreira de Sousa. **Dados genealógicos da família Rocha.** 3. ed. rev. e ampli. Teresina, 1999, e CASTELO BRANCO, H. op. cit.

professor. Esses fatores levaram a historiografia a considerar a escola de Boa Esperança como a primeira e mais relevante dessas iniciativas, sendo comparada até mesmo a “um oásis em meio do deserto”⁴, em virtude das atividades que desenvolvia.

Entre as iniciativas privadas surgidas posteriormente à de Boa Esperança, podem ser destacados os trabalhos do Padre Joaquim Damasceno Rodrigues, também em Jaicós, que em 1856 passou a ministrar aulas de Latim, Francês e Filosofia para 31 alunos; do Padre Sebastião Ribeiro Lima, em São Raimundo Nonato; do Padre Francisco Domingos de Freitas e Silva, que desde 1844 desenvolvia trabalhos educacionais em uma propriedade sua, onde se localiza atualmente o município de Piripiri (PI), fundando uma escola primária e curso de Latim; e ainda do Dr. João Cândido de Deus e Silva, na vila de Parnaíba⁵.

Como dito, a escola de Boa Esperança iniciou suas atividades em 1820, em uma época em que “nenhum colégio quer público, quer particular existia em todo o território do Piauí. Algumas escolas públicas primárias, que foram criadas pouco depois, existiram apenas nos decretos de sua criação, mas não funcionaram”⁶.

Discutindo ainda a respeito da importância da escola de Boa Esperança para a história da educação da região, a pesquisadora Amparo Ferro informa que ela:

teve funcionamento efetivo e ininterrupto por trinta anos, pois só fechou com a morte do seu idealizador e proprietário em 1850. Pode, portanto, ser considerada como a primeira escola a existir de fato e o Padre é considerado por muitos dos seus coestaduanos como o primeiro mestre-escola do Piauí⁷.

Mas o caráter ininterrupto de seu funcionamento deve ser tomado com cautela ao instante que muitos documentos, nesse intervalo de tempo, dão notícias de Padre Marcos em Oeiras ou em Jaicós, atuando distante de sua escola, o que sugere seu afastamento das atividades docentes nessas oportunidades.

⁴ COSTA, op. cit., p. 252.

⁵ NUNES, op. cit.

⁶ CHAVES, op. cit., 1994, p. 31.

⁷ FERRO, op. cit., 1996, p. 63.

A partir de 1824, quando toma assento como Vice-presidente da Província, Padre Marcos desempenhou papéis e funções na vida política pública piauiense cuja presença em Oeiras ou em Jaicós era indispensável, mesmo que por curtos períodos. Sua presença nesses espaços pode ser verificada em documentos preservados na APEPI, que dão conta de seu afastamento da Escola. Logo, é de se esperar que em suas ausências, as aulas em Boa Esperança sofriam alguma alteração.

Por outro lado, o caráter ininterrupto de funcionamento de Boa Esperança fica resguardado ao instante que, mesmo com as ausências de Padre Marcos, não houve a intenção de cessar a continuidade da Escola. Lembre-se ainda que a utilização de monitores – alunos mais adiantados nos estudos – poderia ser recurso utilizado nos momentos de suas viagens, o que asseguraria a continuidade das aulas ministradas aos alunos iniciantes e estabeleceria a continuidade do trabalho docente.

A predisposição de alguns de seus alunos ao magistério, que assumiram o cargo de monitores em Boa Esperança, pode ser notada pelo exemplo de Francisco de Sousa Martins, ex-aluno da Escola, que posteriormente tornou-se professor de francês em Oeiras, idioma ao qual Padre Marcos também estimava e conhecia muito bem, além do latim e do italiano, indicando como Boa Esperança representava um espaço de formação e de disseminação das formas de interpretar o mundo e de ensinar em diferentes espaços piauienses.

O formato de internato assumido por Boa Esperança permitia que, mesmo nas ausências do Padre, e ficando as *Aulas* em suspenso, outro ensino continuasse a ser ofertado: o ensino de uma saber prático, ligado ao cotidiano de uma fazenda de gado, uma vez que a Escola estava inserida em uma região de criatório, que tinha como marca a produção pecuarista.

A organização na forma de internato representou um dos fatores responsáveis pela boa aceitação da Escola na região, pois possibilitava a seus alunos adquirirem conhecimentos úteis ao trabalho no campo. Assim, como internato, não somente um ensino propedêutico era

oferecido, mas também um ensino prático, da lida com o gado e manejo de uma fazenda, aspectos fundamentais em uma sociedade baseada na pecuária.

Logo, não somente o ensino das letras e dos números era oferecido, mas também um saber que possibilitaria a alguns dos egressos de Boa Esperança o retorno aos seus locais de origem para lidarem com a administração de fazendas, associando a este um mínimo de saber formal que também lhes seria útil no seu cotidiano como herdeiros dos negócios de suas famílias.

Por outro lado, é importante lembrar que mesmo não sendo cobradas mensalidades ou taxas na Escola, aspecto ressaltado por boa parte daqueles que escreveram a seu respeito, os trabalhos desenvolvidos pelos alunos nas lidas da fazenda, possíveis graças à sua forma de internato, permitia algum retorno financeiro ao Padre que, como fazendeiro, também negociava seu gado em praças como a Bahia e o Pernambuco ou mesmo com compradores que se dirigiam à Boa Esperança e a outras fazendas piauienses para estabelecerem relações comerciais.

Suas práticas como educador inspiraram influências até em gestores públicos. Exemplo disso é a organização de sua Escola na forma de internato, que contribuiu para inspirar a proposta do Presidente José Antonio Saraiva para que o Liceu adotasse tal modelo. Em 1851, o Presidente Saraiva sugeriu à Assembléia Provincial a adoção desse modelo para o Liceu, como forma de se obter melhores resultados na Instrução Secundária da Província⁸. Muito dessa sugestão inspirava-se em modelos vistos em outras regiões, mas também possui relação com os resultados alcançados por Padre Marcos em sua Boa Esperança, que tendo adotado o modelo de internato desde sua fundação, em 1820, era visto como um dos elementos do reconhecido sucesso de sua instituição de ensino.

⁸ PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. José Antonio Saraiva, à Assembléia Legislativa Provincial, de julho de 1851**, Oeiras: Typ. Ssquarema, 1851.

Na Escola, eram mantidos, em média, 25 alunos, contando no ano de seu fechamento com 40 alunos matriculados, originários não apenas do Piauí, mas também de Províncias vizinhas, o que expressa o grau de abrangência e de prestígio da Escola para a região⁹.

Como ressaltado por um de seus biógrafos, a Escola ganhou tamanho prestígio que os certificados assinados pelo Padre eram aceitos incondicionalmente nas academias do Império¹⁰, entretanto, acredita-se que o crédito e o respaldo atribuídos aos certificados assinados pelo Padre eram ainda mais notórios quando do ingresso de seus ex-alunos em cargos da administração pública ou mesmo privada, uma vez que, conforme a legislação do período, para o ingresso nas academias do Império, esses certificados não eram indispensáveis. Sua influência, por outro lado, foi ainda decisiva na formação da burocracia que administrava o Piauí, indicando a força demonstrada pela herança burocrática recebida de Portugal. Segundo José Murilo de Carvalho¹¹, isso contribuiu para construir o prestígio assumido pelo funcionalismo público em território brasileiro, uma vez que possibilitava a formação de uma elite que passava a ocupar cargos estratégicos no comando da máquina administrativa.

Esse historiador defende também que a elite brasileira construía, por meio da instrução, sua homogeneidade ideológica, primeiro obtida em Portugal – sobretudo em Coimbra – depois concentrada em espaços de formação no Brasil – a exemplo das Faculdades de Direito e Medicina e do Seminário de Olinda – que possibilitavam seu “treinamento no funcionalismo público”¹², estabelecendo os comandos administrativos do país. Essa prática também se manifestou no cenário piauiense, que utilizou a formação escolar como instrumento para a construção do prestígio social e para ocupação de cargos burocráticos. Resultam disso o

⁹ PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. José Antonio Saraiva, à Assembléia Legislativa Provincial, de julho de 1851**, Oeiras: Typ. Saquarema, 1851.

¹⁰ CASTELO BRANCO, M. op. cit.

¹¹ CARVALHO, J. op. cit.

¹² Ibid., p. 39.

destaque assumido pelos estabelecimentos de ensino que possibilitavam tais conquistas.

No caso de Boa Esperança, os alunos recebiam gratuitamente¹³ casa, comida, ensino de Primeiras Letras, seguido de *Aulas* de Latim, Francês, Retórica, Filosofia, Lógica e Teologia¹⁴, que pela “ousadia do empreendimento, naquela época e naquelas brenhas”¹⁵, ajudou a formar gerações de piauienses e filhos de outras Províncias que receberam em Boa Esperança a instrução para poderem ingressar, alguns deles, nos estudos superiores fora do Piauí, outros, para assumirem cargos administrativos em seus locais de origem¹⁶.

Reconhecendo a credibilidade do ensino promovido na Escola de Padre Marcos e fazendo referência ao número de alunos que estudavam em Boa Esperança, o Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos, ao fazer crítica ao pequeno número de alunos matriculados nas *Aulas* Públicas da Província, comentou ser “sabido que em Jaicós o Rev. Padre Marcos de Araújo Costa, esse cidadão prestante, que tanta honra faz a sua Província, tem constantemente em sua fazenda Boa Esperança não pequeno número de moços, aos quais dá lições de Latim, Francês e Retórica”¹⁷.

Segundo a mesma mensagem, a Escola contava com 24 alunos no ano de 1845, número expressivo, sobretudo se lembrado que poucas vezes uma *Aula* pública contava com mais de uma dúzia de alunos até aquele ano, conforme registros da época. Somente a partir da Reforma introduzida pela Lei n. 198, de 1845, é que as *Aulas* de Primeiras Letras passaram a funcionar obrigatoriamente com no mínimo 15 alunos matriculados, no caso de escolas

¹³ Apesar de ser uma iniciativa privada, as fontes consultadas indicam que não era cobrado nenhum tipo de tributo ou taxas para a permanência dos alunos em Boa Esperança.

¹⁴ PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. José Antonio Saraiva, à Assembléia Legislativa Provincial, de julho de 1851**, Oeiras, 1851; PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, à Assembléia Legislativa da Província, em 11 de julho de 1846**. Oeiras: Typographia Provincial, 1846.; PIAUÍ. APEPI. **Fala com que o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Província, Anselmo Francisco Perreti, abriu a sessão ordinária da Assembléia Provincial em 09 de março de 1849**. Oeiras, 1849.

¹⁵ CHAVES, op. cit., 1994, p. 32

¹⁶ Ibid.

¹⁷ PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, à Assembléia Legislativa da Província, em 1 de agosto de 1845**. Oeiras: Typographia Provincial, 1845.

masculinas, ou 10 alunas, no caso de escolas femininas.

Há ainda algumas observações a serem feitas sobre o período de funcionamento de Boa Esperança, de 1820 a 1850, no que se refere ao seu reconhecimento ou importância social no período. Apesar de a literatura referente à Escola sinalizar para a sua criação remontando ao ano de 1820, em um momento que, conforme Alencastre, “a instrução pública era uma palavra sem significação”¹⁸, entende-se que esta, apesar da importância do ensino que ofertava, somente ganhou “visibilidade” ou reconhecimento social em toda a Província a partir de 1838/39, quando o início de uma tradição escolar, mesmo que ainda muito frágil, é rompido pela crise financeira e política na qual o Piauí mergulhara, em parte provocado pelas lutas da Balaiada.

Assim, uma limitada, mas já existente população interessada em ofertar aos seus filhos alguma instrução formal – sobretudo por ser esta uma das vias para ingressar na administração pública¹⁹ – viu bruscamente serem extintas muitas das Cadeiras de Instrução Pública, não por ação, mas por omissão do governo.

Nesse período, Boa Esperança passou a atrair sobre si os olhares daqueles interessados no ensino nela ofertado, em razão de seus bons resultados, sua distância das movimentações dos rebeldes balaios e por ser provida por um dos mais importantes e reconhecidos intelectuais da Província no século XIX.

No entanto, mais que a instrução ofertada, Boa Esperança também atraía interessados por possibilitar importantes alianças aos seus egressos, em virtude das redes sociais em que se inseria seu professor, estabelecendo, assim, um movimento de troca, no qual muitos pais de alunos buscavam a Escola na tentativa de serem contemplados pelo prestígio que gozava Padre Marcos entre a elite dirigente piauiense e, ao instante que a buscavam, ampliavam as

¹⁸ ALENCASTRE, op. cit., p. 101.

¹⁹ GRAHN, op. cit.

relações de prestígio que este e sua rede familiar usufruíam.

No que se refere ao reconhecimento ou à importância atribuída por seus contemporâneos ao trabalho desenvolvido em Boa Esperança, a documentação primária compulsada silencia quando o período analisado é anterior à Balaiada, conduzindo a presente análise a entender que a escola de Padre Marcos somente ganhou a “visibilidade” da população e das diversas redes familiares a partir de 1838/39, frente à paralisia da Instrução Pública, provocada pela aguda crise financeira e pelas movimentações balaias. A partir de então, a Escola passou a atrair alunos de toda a Província e de Províncias vizinhas, tornando-se referência no ensino de Primeiras Letras e Secundário.

No Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI) encontra-se significativa documentação a respeito da atuação política de Padre Marcos a partir de 1824²⁰. No entanto, referente à sua atuação como educador e de sua Escola, os primeiros registros datam de 1845, em mensagem do Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos²¹ que, fazendo alusão às escolas privadas da Província, destaca o trabalho realizado pelo reverendo Marcos de Araújo Costa em Boa Esperança. A partir de então, a Escola passa a ser referida em uma série de outros documentos da administração provincial.

Causa estranheza também não ser possível localizar referências à Escola na documentação da Câmara Municipal da vila de Jaicós²², onde estava sediada Boa Esperança, uma vez ter sido Padre Marcos – um dos responsáveis pela criação da Vila – Presidente da Câmara desde sua origem em 1834 a 1848, e mesmo quando tratando da Instrução Pública da

²⁰ Esta documentação concentra-se, sobretudo, nas salas dos Poderes Executivo e Legislativo da Província do Piauí, entre os anos de 1824 e 1850.

²¹ Cf. PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, a Assembléia Legislativa provincial, em 1º de agosto de 1845**. Oeiras: Typ. Provincial, 1845.

²² Torna-se oportuno salientar que a documentação localizada no Arquivo Público do Estado do Piauí a respeito da Vila de Jaicós consiste em documentos que foram preservados na capital Oeiras, e posteriormente encaminhados ao Arquivo, o que significa dizer que esta documentação representa apenas as respostas e encaminhamentos dirigidos à capital. Não foi possível localizar a documentação encaminhada à Vila e sua documentação interna no período em estudo, o que possivelmente ofereceria outras fontes e registros sobre a administração da Vila e sobre a escola de Boa Esperança.

Vila não fez referência à escola de Boa Esperança.

Apesar disso, muitos estudos sobre Padre Marcos e Boa Esperança costumam uniformizar a importância atribuída pela população contemporânea à Escola, como existindo e se estendendo de forma homogênea por todo o período de 1820 a 1850.

Entre seus biógrafos e cronistas, observa-se a preocupação em destacar a importância da Escola para a instrução piauiense, o que não é questionado neste estudo. Mas, discorda-se de que a população que viveu no período anterior à Balaiada atribuía ao trabalho desenvolvido nessa instituição de ensino a importância ou reconhecimento como apontado por suas biografias e crônicas.

Como já sinalizado, essa notoriedade somente foi alcançada frente ao colapso da Instrução Pública, motivada pela crise financeira e pelas lutas da Balaiada. O reconhecimento de Boa Esperança como referência de ensino na Província representa construção posterior a 1838/39. No entanto, muitos daqueles que escreveram sobre a Escola, reconhecendo o poder e prestígio que gozou Padre Marcos na vida política da Província, estenderam este prestígio também à sua Escola e por todo o período de sua existência. Isso se explica em parte porque não é possível localizar nenhuma referência dos contemporâneos à Escola que fizesse menção à sua importância em período anterior a 1838/39.

Entretanto, é importante frisar que o trabalho educacional desenvolvido por essa instituição educacional é bem anterior ao final da década de 1830, e anterior mesmo ao Padre, uma vez ter sido seu pai, Marcos Francisco de Araújo Costa, professor de Primeiras Letras em Boa Esperança, dentro do modelo de “escolas familiares”²³, tendo entre seus alunos o próprio Marcos de Araújo Costa.

²³ COSTA FILHO, op. cit. Deve ser feita a ressalva de que o ensino ofertado por Marcos Francisco era algo muito precário e esporádico, limitado a ensinar a ler e a contar aos filhos de parentes e amigos.

Em parte da literatura consultada, existe a indicação de que Manoel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba, teria estudado em Boa Esperança. Pelas fontes consultadas, no entanto, isso é improvável, pois mesmo que Sousa Martins tenha recebido lições do tio Marcos Francisco, estas, se existiram, aconteceram enquanto Marcos Francisco ainda residia em Oeiras, pois, Sousa Martins, órfão de pai em 1783, assumiu os negócios paternos, ajudando a mãe e os irmãos menores, tendo pouco tempo a se dedicar aos estudos. À época contava 16 anos. Marcos Francisco e sua família mudam-se para Boa Esperança somente três anos depois, em 1786. Assim, com mais de 19 anos, dificilmente Sousa Martins continuaria a ter lições com o tio em Boa Esperança. Essa observação remete a outra. Mesmo que Padre Marcos e Sousa Martins tenham sido alunos de Marcos Francisco, a diferença de idade entre os dois, 11 anos, fez com que estes dificilmente tenham sido companheiros de lições, como fazem crer alguns escritos encontrados durante a pesquisa.

Nesse sentido, entende-se que no momento anterior à Balaiada o trabalho desenvolvido em Boa Esperança possuía um interesse de âmbito local, pouco atraindo alunos para além da vila de Jaicós e restringindo-se, sobremaneira, aos membros mais próximos da família de Padre Marcos, o que foi sofrendo alterações no decorrer do tempo.

Mas também deve ser destacado que essas reflexões em instante algum negam ou minimizam a importância da Escola para a história da educação e para a história política piauiense da primeira metade do século XIX. Procura-se dessa forma refletir acerca da tradição historiográfica que se criou sobre a Escola, por discordar da tese de que a população piauiense do período lhe atribuía um mesmo grau de importância ao longo de toda a sua existência, como é deixado transparecer em boa parte dos escritos a seu respeito.

Um questionamento pode ajudar a visualizar melhor o que se afirma. Se a instrução formal não atraía o interesse de uma população de vaqueiros, na qual somente a administração pública necessitava deste saber, por que esta mesma população reconheceria a importância do

trabalho desenvolvido em Boa Esperança?

Por meio das falas e do silêncio que se estabeleceram sobre Padre Marcos, observa-se que a Escola era, em seus primeiros anos, vista pela população como um espaço diletante de um rico fazendeiro e poderoso político, que se punha a ensinar lições que muitas vezes não faziam sentido a uma população dedicada à vida em fazendas de gado. Sua boa aceitação somente foi possível por também aliar ao ensino formal que ofertava um saber prático da vida cotidiana em uma fazenda, conhecimentos necessários a muitos daqueles educandos. Por meio dessas práticas, mesmo visto com admiração pelo exotismo da empreitada, Padre Marcos pôde estabelecer ao cotidiano piauiense uma tradição de ensino formal, não somente de Primeiras Letras, mas também Secundário, construída em seus trinta anos de atividades.

Essa tradição escolar fortaleceu-se em toda Província à medida que a Instrução Pública, mesmo em meio a avanços e retrocessos, começou a fazer parte das expectativas e planos da população, que voltavam seus olhares à Boa Esperança quando esta tradição, mesmo que incipiente, foi rompida pelos conflitos derivados da Balaiada. Isso indica uma mudança de postura de parcela da sociedade perante a formação obtida em instituições escolares, o que representa algo significativo na forma de interpretar esse momento histórico.

É importante salientar que a escola de Boa Esperança também representou a primeira escola de Ensino Secundário da Província a funcionar de maneira regular que, apesar de não ofertar um curso seriado, oferecia, como já mencionado, as cadeiras de Latim, Francês, Retórica, Filosofia, Lógica e Teologia. A escassez de fontes em relação ao início de suas atividades educacionais estende-se também ao Ensino Secundário. Todavia, isso não inviabiliza a análise a seu respeito.

Apesar de se acreditar que a Escola de Padre Marcos tenha iniciado suas atividades com a fixação deste na Fazenda de Boa Esperança, no ano de 1820, o primeiro registro de atividades ligadas ao Ensino Secundário data de 1839 com o depoimento de Gardner ao

lembrar que aos alunos de Boa Esperança eram ensinados “conhecimento de latim, e elementos de Filosofia e Matemática”²⁴.

Neste sentido, é possível afirmar que o Ensino Secundário em Boa Esperança é anterior a 1839, porém, discordando da interpretação corrente, entende-se que dificilmente este nível de ensino teria se iniciado já em 1820 pela carência de alunos habilitados. Era necessário primeiro gerar uma demanda para esse nível de ensino.

Boa Esperança teve que primeiro formar uma clientela para o ensino de estudos mais avançados, iniciando primeiro o trabalho com o Ensino de Primeiras Letras para depois ofertar Cadeiras Secundárias. Assim, acredita-se que o Ensino Secundário em Boa Esperança somente teria condições de se estabelecer a partir dos anos de 1823/1824.

Não se quer dizer com isso que seja impossível que Padre Marcos tenha ofertado *Aulas* de Ensino Secundário anteriormente a 1823/1824, mas sim que somente a partir de então Boa Esperança apresentou uma clientela regular interessada nestas *Aulas*, formada a partir de seus quadros discentes.

Quanto à forma de ingresso na Escola, também há um ocaso nos registros encontrados. De acordo com Chaves²⁵, como já mencionado, o estudo dessas Cadeiras isoladas possibilitava aos alunos de Boa Esperança prestarem seleção nas Academias do Império ou retornarem aos seus locais de origem e assumirem cargos na administração pública. Essa observação de Chaves remete ao caráter elitista da Escola ao instante que naturaliza os locais de atuação de seus egressos que assumiam espaços de mando dentro das hierarquias locais de onde eram pinçados para receberem a formação necessária em Boa Esperança e depois passavam a compor parte do quadro dirigente local, fortalecendo os argumentos defendidos

²⁴ GARDNER, op. cit., p. 117.

²⁵ CHAVES, op. cit., 1998.

por Carvalho²⁶ de que havia uma elite no Brasil que obtinha formação ideológica e treinamento em determinadas instituições de ensino. No Piauí, a escola de Boa Esperança funcionou como um desses locais institucionais.

Quando se lembra ainda que a Escola representou por muito tempo a principal instituição de ensino de Primeiras Letras e de ensino Secundário da Província e que mesmo assim contava apenas com uma média de 25 alunos matriculados anualmente e, considerando ainda a carência da população local, acredita-se que esta população, mesmo não se interessando pelo ensino formal oferecido, interessava-se pelo ensino prático e pelas oportunidades criadas aos egressos de Boa Esperança.

Mas é importante destacar a existência de critérios de seleção de novos alunos, que não a mera caridade, e que essa escolha encontrava-se alicerçada em critérios familiares e políticos. Ao se verificar que Boa Esperança compunha seus quadros de alunos com “filhos do Piauí e doutras províncias”²⁷, entende-se que poucos pais de lugares distantes se interessariam em arcar com os custos de enviar seus filhos para estudarem longe de casa, perdendo mão-de-obra, além de correrem o risco de terem seus filhos rejeitados pelo Padre em sua escola, caso não houvesse elementos suficientes para justificar os riscos ou a certeza da aceitação. Logo, laços anteriores de relacionamento eram estabelecidos com o Padre para se obter tais matrículas, haja vista o peso desses laços em uma região na qual as redes de amizade entre as famílias de elite eram de grande significado²⁸.

Cabe aqui mais uma vez destacar que, durante o período colonial, a estratificação da sociedade brasileira, em especial a família de elite, deu-se a partir da estrutura familiar, e que sua relação com o poder político passava pelo exercício de cargos públicos, o que não foi diferente no Piauí, que alicerça suas relações de poder também a partir da estrutura familiar,

²⁶ CARVALHO, J. op. cit.

²⁷ CASTELO BRANCO, M. op. cit.

²⁸ BRANDÃO, T. op. cit., 1995.

baseado em três elementos fundamentais: propriedade rural, estrutura familiar e engajamento no aparelho burocrático estatal²⁹. Essas condições não só foram mantidas como foram intensificadas após o Brasil constituir-se como Nação Independente. Nesse sentido, Padre Marcos, membro da elite familiar dirigente do Centro-Sul piauiense, tendo convivido com os dois momentos históricos e modelos políticos, assume significativa importância na formação desse corpo burocrático por meio de sua Escola, marcando sua história de vida e a história da Província.

Faz-se importante lembrar ainda que registros de funcionamento de escolas no Brasil no século XIX são escassos, e raros no que se refere a escolas particulares. O mesmo pode ser observado sobre Boa Esperança. Nesse sentido, não foi possível localizar listas de alunos da Escola. Entretanto, por meio de cruzamento de dados e esparsas informações foi possível elaborar uma listagem provisória que indicam alguns egressos da Escola, tomados aqui não pela sua quantidade, mas pelos espaços sócio-políticos ocupados durante o Império.

Antonio de Sousa Martins	Bacharel em Direito (Olinda - 1853). Promotor de Justiça em Jaicós. Juiz nas Províncias do Piauí, São Paulo, Rio Grande do Sul, Maranhão, Espírito Santo e Minas Gerais. Desembargador nas relações de Cuiabá, Ouro Preto e Porto Alegre. Presidente da Província do Rio Grande do Sul (1882/90). Chefe de polícia no Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Ministro do Conselho Supremo Militar. Membro do Conselho da Magistratura do Império. Juiz da Corte de Apelação do Distrito Federal. Procurador Geral da República (1894/6) e de Ministro do Supremo Tribunal Federal de Justiça.
Francisco de Sousa Martins	Bacharel em Direito (iniciado em Coimbra e concluído em Olinda). Professor de Francês. Procurador da Tesouraria da Fazenda. Juiz de direito em Oeiras e Niterói (RJ). Juiz dos feitos da Fazenda da Corte (1847). Convidado para assumir o Ministério da Fazenda, recusou o convite. Presidente de Província da Bahia (1834/5) e Ceará (1840). Chefe de polícia da Corte. Deputado Geral pelo Piauí (1838/41) e pelo Ceará (1843/7). Membro do IHGB.
Francisco José de Araújo Costa	Coronel. Comendador da Ordem de Cristo. Vice-Presidente da Província do Piauí (1878).
Jesuíno de Sousa Martins	Bacharel em Direito (1844 - Olinda). Deputado provincial em duas legislaturas (1846/7, 1848/9). Juiz em Teresina. Desembargador na Bahia.
João de Sousa Martins	Cônego. Vigário colado em Oeiras. Vigário Geral do Piauí. Deputado Provincial (1842/3-1844/5).
José de Araújo Costa	Coronel. Comandante Superior da Guarda Nacional. Deputado Provincial (1866/7, 1868/9). Vice-Presidente da Província. Presidente da Província (1878). Juiz em Teresina.
José de Sousa Martins	Tenente Coronel. Combateu a Balaiada.
José Rodrigues Coelho	Comendador.

²⁹ Ibid.

Marcos de Antonio de Macedo	Bacharel em Direito (1836 - Olinda). Especialista em Ciências Naturais (França). Juiz no Piauí e Ceará. Deputado Geral pelo Piauí (1848/50). Deputado Provincial pelo Ceará. Presidente do Piauí (1847/8). Colaborador do Grande Dicionário Larousse. Escritor.
-----------------------------	---

TABELA 01³⁰ – **Lista de alguns ex-alunos da escola de Boa Esperança.** Fonte: SOUSA NETO, Marcelo de. Tabela construída a partir de informações de: ARAÚJO COSTA, op. cit.; BASTOS, op. cit.; CARVALHO, op. cit.; CASTELO BRANCO, H. op. cit.; CASTELO BRANCO, M. op. cit.; CHAVES, op. cit.; GARDNER, op. cit.; GONÇALVES, op. cit.; LOPES SOBRINHO, op. cit.; RÊGO, op. cit.; REZENDE, op. cit., e TITO FILHO, op. cit.

Os espaços ocupados pelos ex-alunos de Boa Esperança apontados na tabela acima sinalizam para importância de Padre Marcos na formação de parte do corpo burocrático do Império, sobretudo no Piauí. Ressalte-se ainda que sua influência tornou-se ainda mais presente na formação dos escalões menores da administração pública, ajudando a formar homens letrados para assumir o cotidiano da máquina administrativa pública, homens estes que ajudaram a dar sustentação a seu núcleo familiar por meio dos postos que assumiram.

Restaram ainda aqueles que não se engajaram na administração pública, mas que retornaram para as regiões de atuação de suas famílias, dedicando-se aos cuidados de suas terras e negócios, mas reforçando os laços de solidariedade com a rede familiar a qual fazia parte Padre Marcos.

Como descendente de uma das famílias dirigentes do Piauí colonial, Padre Marcos, mais que uma influência pontual ou localizada, assumiu a condição de figura de destaque nas redes sociais em que se inseriu, cuja atuação como educador também perpassava por sua atuação como político, ajudando a formar e influenciar, como visto, boa parte do corpo de dirigentes da Província e mesmo de outras regiões do Império. Sua atuação, dessa forma, foi sentida por muito tempo e mesmo após sua morte, ao ajudar a compor o cenário político piauiense do

³⁰ Os indícios encontrados levam a crer que também foram alunos de Padre Marcos: Cassimiro José de Moraes Sarmiento, bacharel em Direito (Olinda - 1836) e Doutor (Olinda - 1840). Jornalista. Secretário da Província, diretor da Instrução Pública e inspetor da tesouraria provincial do Maranhão. Presidente das Províncias do Rio Grande do Norte (1845/7) e do Ceará (1847). Por duas vezes Deputado Geral pelo Rio Grande do Norte. Professor catedrático de direito das gentes na Escola Militar e de Aplicação do Rio de Janeiro; Enéias José Nogueira, bacharel em Direito (Olinda). Promotor Público em Valença. Juiz de Direito em Príncipe Imperial, São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Oeiras, Alto Longá e Castelo do Piauí. Desembargador e Chefe de Polícia em Goiás. Deputado Geral (1871/2). Deputado Provincial (1860/1, 1864/5, 1870/1, 1874/5). Presidente da Assembléia Provincial do Piauí (1870/1), e Joaquim Augusto de Holanda Costa Freire, bacharel em Direito (1839 - Olinda). Procurador-fiscal do Tesouro da Fazenda Pública (1840). Juiz em São Gonçalo, Oeiras (1844), Jaguarão - RS (1848) e Nova Iguaçu - RJ (1850).

período, pelos quadros que formava em sua Escola e pelas idéias que difundia em suas aulas.

No tocante à estrutura pedagógica de Boa Esperança, não foram encontrados registros na literatura ou documentação consultada. A análise a seu respeito resulta do enlace com as práticas educacionais do período aliadas às particularidades locais, o que não difere de outras experiências educacionais vigentes no Brasil da época, das quais registraram-se, sobretudo, a existência, mas não a forma em que eram desenvolvidas suas atividades.

É certo que a escola de Boa Esperança funcionou na “casa-de-telha” ou “casa-grande da fazenda”³¹ – como se costumava chamar as sedes das propriedades rurais – não sendo diferente do formato comum a outras sedes de fazendas do Sertão piauiense.

No Piauí, a “casa-grande da fazenda” caracterizava-se pela simplicidade das construções que, diferente da “casa-grande do engenho”, deveriam ser funcionais, uma vez que a riqueza e o poder dos proprietários eram demonstrados por outros meios, sobretudo com a posse da terra.

As áreas das fazendas constituíam-se em grandes porções de terras, raramente divididas ou vendidas, transmitidas de geração a geração como um patrimônio familiar³². Ao centro da propriedade a “casa-de-telha” ou “casa-grande da fazenda”, residência do fazendeiro e de sua família, “morada de largas dimensões, porém despida de ornatos raros, e mobília singela”³³. Contudo, salienta Costa Filho, “apesar da vida modesta das famílias mais abastadas do Piauí, seu prestígio social, político e econômico era incontestável, como acontecia com as demais elites do Império”³⁴.

³¹ BRANDÃO, W. Os primeiros tempos (1674-1759): fixação do homem no espaço piauiense. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Piauí: formação – desenvolvimento – perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

³² BRANDÃO, T. op. cit., 1995.

³³ BRANDÃO, W. op. cit., 1995, p. 26.

³⁴ COSTA FILHO, op. cit., p. 54.

Wilson Brandão tece ainda comentário corroborando com a idéia da força econômica e social assumida pela casa de telha nas zonas de criatório, apesar de suas singelas construções.

Segundo o pesquisador,

a magnificência da casa-grande de engenho, traço característico de uma economia opulenta e de vida social ativa, não encontra réplica na sobriedade da casa-de-telha da fazenda. Por outro lado, os interiores da primeira, que encantaram viajantes ilustres, contrastam com a singeleza dos interiores da casa-de-telha. Todavia, em um ponto ambas se igualam: na força e no poder econômico, social e político que têm, como representação da aristocracia rural do litoral agrário e do sertão³⁵.

Em linhas gerais, a casa-grande de fazenda constituía-se em casa de telha, térrea, paredes construídas de pedras, tijolos crus ou cozidos e piso de ladrilhos. Possuía ainda como uma de suas marcas, serem construções amplas, com muitos cômodos e varandas³⁶.

A sede de Boa Esperança adequou-se a esse modelo. Casa de adobos³⁷, teto de carnaúba amarrado com o couro, coberta de telhas, paredes internas rebocadas de barro e caiadas de tabatinga³⁸, chão de ladrilhos cozidos. Era um “vastíssimo prédio”³⁹, que ocupava uma área de aproximadamente 450 m² de construção⁴⁰.

³⁵ BRANDÃO, W. op. cit., 1995, p. 25.

³⁶ COSTA FILHO, op. cit.

³⁷ Tijolo grande de argila, seco ou cozido ao sol, às vezes acrescido de palha ou capim, para torná-lo mais resistente.

³⁸ Espécie de argamassa feita de argila, usada para caiar e revestir construções populares.

³⁹ BRITO, A. op. cit., p. 51.

⁴⁰ SOARES FILHO, op. cit., 1994.



FOTO 3 – Ruínas da casa de Padre Marcos na fazenda de Boa Esperança. Padre Marcos (PI), s/d.
Fonte: FERRO, Maria do Amparo Borges. op. cit., 1996, p. 64.

Construída numa pequena elevação, tinha próxima uma capela onde Padre Marcos celebrava missas⁴¹ e possuía ainda aos fundos cerca de trinta casas menores pertencentes aos escravos, dando ao lugar a feição de uma pequena vila, onde “achava-se remédio para todos os males, ali se encontrava alimento, conforto, dinheiro e instrução”⁴².

Sobre o número e o tratamento dispensado aos escravos em Boa Esperança não foram encontrados maiores registros. Localizou-se apenas um documento dando conta de um ex-escravo de Padre Marcos preso em Salvador, do qual o chefe de polícia daquela capital solicitava informações a seu respeito. Esse ex-escravo, de nome Vicente, fora alforriado ainda criança pelo próprio Padre pouco antes de sua morte, o que mais uma vez comprova que a prática escravocrata existiu em Boa Esperança, mas que não estava dissociada dos ares que percorriam o Brasil e questionavam sua existência. Alforriado, Vicente seguiu de Jaicós para

⁴¹ GARDNER, op. cit.

⁴² CASTELO BRANCO, M. op. cit.

o termo de Picos e de lá para Salvador como “Voluntário da Pátria”, quando foi preso no ano de 1866⁴³.

Como salienta Costa Filho⁴⁴, informações sobre senzalas no Piauí são raríssimas, o que leva a supor que os escravos tinham habitações individuais. Assim, não representa surpresa o fato da presença de casas pertencentes a famílias escravas em Boa Esperança.

Deve ser feita ainda a ressalva que na primeira metade do século XIX residiram diversas famílias em Boa Esperança. Por meio do cruzamento da literatura consultada é possível indicar que por algum período residiram em Boa Esperança as famílias do Comendador José Rodrigues Coelho e Maria Raimunda de São José; José Raimundo Coelho Filho e Antonia Rodrigues de Santana; e Francisco Lopes dos Reis e Josefa Rodrigues de Santana, entretanto, não se pôde precisar se todos viveram na sede da fazenda ou em construções próximas.

Esses eram os espaços que compunham Boa Esperança e nos quais eram ministradas suas aulas. Possivelmente as salas de aula serviam também de dormitório para alguns alunos, onde armavam suas redes, uma vez que não se encontram registros de modificações ou ampliações da estrutura da fazenda para o recebimento dos alunos e funcionamento das aulas, que como já dito aconteciam em formato de internato. Essas informações revelam uma Boa Esperança que conjugava o ensino com todas as práticas sociais vigentes na fazenda, inclusive dividindo os espaços educativos com as relações domésticas diárias.

Não foram encontradas informações mais detalhadas quanto à construção da sede de Boa Esperança, apenas que ela remonta à segunda metade do século XVIII e que Marcos Francisco de Araújo Costa fixa residência na fazenda, com sua família, em 1786⁴⁵.

⁴³ PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado ao Chefe de Polícia de Salvador, pelo Chefe de Polícia de Oeiras, prestando informações sobre o foro Vicente, preso naquela capital.** Sala do Poder Executivo, cx: 668-669, 5 de setembro de 1866.

⁴⁴ COSTA FILHO, op. cit.

⁴⁵ CASTELO BRANCO, M. op. cit.; SOARES FILHO, op. cit., 1994. Cf. BRASIL. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. **Carta Geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacências – 1761.** Disponível em,

A sede de Boa Esperança, mesmo abandonada, permaneceu em pé até o ano de 1993, quando foi “posta abaixo aquela quase bicentenária casa”⁴⁶. Essa ação gerou algumas resistências e protestos de autores do presente, o que indica a força da Escola na memória social do Piauí. Soares Filho é um desses escritores que contestam a demolição dessa construção recorrendo à sua importância para a História do Estado. Segundo o autor,

[...] ela que fora até pouco tempo respeitada, sucumbiu à insanidade de pequenos, à ganância de poucos, afrontando e destruindo um patrimônio da história do Piauí. Ela foi traída pelos seus. No local, apenas uma porção de tijolos jogados a esmo e ainda duas paredes deixadas para o próximo inverno destruir⁴⁷.

A indignação do escritor revela o quanto a Escola de Boa Esperança resiste à erosão do tempo, pois, embora sua construção arquitetônica tenha sido demolida, permaneceram os protestos que expõem a sua valiosa contribuição para a história da educação piauiense e, ao promover isso, estes protestos reafirmam sua vitalidade no presente. Contudo, como previa Soares Filho, mesmo as duas últimas paredes de Boa Esperança foram ao chão. Resistem da casa da fazenda de Boa Esperança apenas três forquilhas de aroeira que, como solitárias testemunhas, apontam para os céus e lembram os dias de glória da fazenda e de seu proprietário⁴⁸.

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart249898.jpg> acessado em: 14/10/2008; a fazenda de Boa Esperança já existia no ano de 1761, no entanto, não foi possível saber se a casa da fazenda permaneceu a mesma após a chegada de Marcos Francisco e no período em que morou Padre Marcos.

⁴⁶ SOARES FILHO, op. cit., 1994, p. 13.

⁴⁷ Ibid., p. 13.

⁴⁸ À época da pesquisa, entre os anos de 2006 e 2008, restavam seis forquilhas ainda em pé, mas três foram cortadas e iniciou-se o corte da quarta no ano de 2008. O corte foi interrompido, não se sabe por quanto tempo.



FOTO 4 – Local onde existiu a casa de Padre Marcos na fazenda de Boa Esperança. Padre Marcos (PI), 2008. Autor: Marcelo de SOUSA NETO. Fonte: arquivo pessoal do autor.

Além da construção da Escola, a Marcos Francisco também é atribuída a construção de uma represa na fazenda, que lhe possibilitava ter água mesmo em períodos de longa estiagem. A construção da represa, feita em pedra, foi outro elemento que causou admiração a Gardner, pela qualidade e eficiência da obra. Conforme suas palavras, a admiração advinha do fato de que esta construção contrastava com o cenário geral brasileiro, segundo o qual “obras desta natureza [eram] geralmente mal executadas”⁴⁹. Esse comentário do visitante tanto revela o grau de desenvolvimento técnico empregado nessa construção, quanto subestima a capacidade

⁴⁹ GARDNER, op. cit., p. 117.

de serem realizadas boas obras em território brasileiro. Crítica travestida de elogio, ainda assim, permite ver o domínio técnico utilizado na represa, demonstrando o nível de conhecimento que possuía o pai de Padre Marcos e é certo que a herança da represa possibilitou uma maior comodidade ao Padre, que em tempo de pouca chuva não era obrigado a ver seu gado definhar por falta de água.

Essa fala demonstra ainda outro aspecto da história local: se havia quem engendrasse um projeto de bom nível técnico, havia também quem a executasse, revelando uma população capaz de executar ou mesmo de planejar projetos dessa envergadura, contrariando o prognóstico do visitante estrangeiro.

A barragem permaneceu inalterada até a década de 1970, quando a prefeitura do município substituiu a antiga barragem por outra com maior capacidade de captação d'água, mas, preservando os princípios da construção original. Parte das pedras para a construção da nova barragem foram retiradas da antiga, outra parte ficou submersa pelas águas, restando amostra apenas pequenas partes da antiga construção como provas materiais de sua própria história.



FOTO 5 – Vestígios da extremidade esquerda da antiga barragem da Fazenda de Boa Esperança. Padre Marcos (PI), 2008. Autor: Marcelo de SOUSA NETO. Fonte: arquivo pessoal do autor.

É provável que a sede de Boa Esperança, construção ampla e funcional, tenha permanecido a mesma com o retorno de Padre Marcos. A ele, atribui-se a construção da capela no ano de 1820, dedicada a Santo Antonio, período que teria marcando também o início de seu trabalho como educador. No entanto, não há indicação mais precisa desse acontecimento, levando o presente estudo a concordar com essa data indicada por Miguel Castelo Branco⁵⁰, que certamente teve acesso, se não ao Padre, àqueles que com ele conviveram ou à documentação que a isso fazia referência, dada a proximidade temporal de sua pesquisa com as fontes históricas.

⁵⁰ CASTELO BRANCO, M. op. cit.

Também na dimensão estrutural, Boa Esperança contava com um diferencial em relação a muitas outras fazendas e mesmo escolas: a existência de uma “vasta biblioteca de clássicos e filósofos”⁵¹. Em um meio em que compêndios para o uso nas aulas era material raro, os alunos de Boa Esperança possuíam acesso a razoável literatura, que mesmo não acessível a alunos iniciantes, por seu conteúdo, foram fundamentais para o ensino das *Aulas* mais avançadas.

A biblioteca de Boa Esperança provavelmente não passou de um escritório de trabalho pertencente inicialmente a Marcos Francisco e que ganhou continuidade e melhorias com Padre Marcos. Entretanto, os elogios tecidos por Gardner ao acervo da biblioteca de Boa Esperança, indicam que ela não era tão simples e rústica quanto se possa supor, haja vista o viajante reconhecer parte de seu acervo. Assim, como um espaço de trabalho, o seu acesso não seria irrestrito aos alunos da Escola, mas contribuiu significativamente para a formação daqueles que puderam manusear tal bibliografia.

O acesso hoje ao acervo que constituía a biblioteca de Padre Marcos representaria, sem dúvida, precioso núcleo documental para estudá-lo e estudar o período histórico no qual estava circunscrito. Poder analisar o que ele lia e o que escrevia, ajudaria a compor um esboço mais próximo de suas idéias e práticas pedagógicas, políticas e religiosas. No entanto, essa biblioteca desapareceu como vários outros registros sobre Boa Esperança. Não há, até o presente, maiores referências quanto ao seu acervo ou a seu destino.

O que há são esparsos registros deixados por Gardner ao indicar ser rica em livros clássicos e filosóficos, e entre estes “quase todas as obras de Lineu⁵², as de Brotero⁵³, e uma

⁵¹ GARDNER, op. cit., p. 117.

⁵² Carl von Linné (ou, em português, Carlos Lineu), nasceu em 1707 em Stenbrohult (Suécia) e faleceu em 1778. Foi o fundador do sistema moderno de classificação científica dos organismos.

⁵³ Félix de Avelar Brotero, botânico português, nasceu em Loures, em 1744 e faleceu em Lisboa em 1828. Estudou medicina pela Universidade de Reims, França. Nomeado professor de Botânica e Agricultura na Universidade de Coimbra em 1791, e nessa qualidade passou a dirigir o Jardim botânico.

de Vandelli⁵⁴, muito rara sobre plantas de Portugal e do Brasil, obra que ele depois me presenteou bondosamente⁵⁵. Ao menos o destino desta última obra tem-se conhecimento; a bagagem de Gardner. Essa doação deixou um pouco mais pobre o acervo do clérigo, mas indica a raridade de algumas de suas obras que despertava o interesse até mesmo em um experiente viajante europeu.

A descrição do viajante inglês ganha ainda maior significado ao ser lembrado que o objeto livro, no Brasil de então, representava objeto de luxo raro e caro e entre estes o Padre possuía pelo menos um que de tão raro causava admiração até em Gardner, o que indica o grau de envolvimento de Padre Marcos com as letras e com o conhecimento produzido em sua contemporaneidade, sobretudo no campo da Botânica, algo que impressionou sobremaneira o viajante a ponto de constar em seus registros escritos.

Esse envolvimento de Padre Marcos com livros raros em sua época possibilita ver que a leitura desse clérigo revelava mais do que o mero interesse por livros. Isso remete às idéias de Roger Chartier quando este enuncia três pólos necessários para entender como uma obra ganha significado em sua época, que seriam “o próprio texto, o objeto que comunica o texto e o ato que o apreende⁵⁶”, uma vez que os textos criam expectativas de leituras e perspectivas de entendimento de mundo, associando o lido a outras leituras e vivências. Entende-se, assim, que se Padre Marcos lia textos de grande reconhecimento científico é porque possuía uma formação que o habilitava a entendê-los ou, pelo menos, sabia de sua importância no cenário do saber.

⁵⁴ Domenico Agostino Vandelli, naturalista italiano, nasceu em Pádua, em 1735, e faleceu em Lisboa, em 1816. Em 1772 foi nomeado lente de História Natural e Química na Universidade de Coimbra, onde fundou o jardim botânico. Seu trabalho foi muito importante para o desenvolvimento da história natural e da química em Portugal nos finais do século XVIII e princípios do século XIX. A obra a qual Padre Marcos presenteou Gardner foi: VANDELLI, Domenico Agostino. **Florae lusitanicae et brasiliensis specimen ... et epistolae ab erudits viris. Conimbricae: Ex Typ. Academico-Regia, 1788.**

⁵⁵ GARDNER, op. cit., p. 117.

⁵⁶ CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 220-1.

Essa inclinação de Padre Marcos ao estudo das ciências naturais não era uma exclusividade sua, considerando que José Murilo de Carvalho, ao discutir a respeito da formação das elites brasileiras durante o Império, salienta que elas foram educadas seguindo o modelo do iluminismo lusitano – cristão, católico e conservador – que teve Coimbra como principal centro irradiador de suas idéias, entre as quais apresentou, após a Reforma Universitária de 1772, ênfase nas ciências naturais, sobretudo a mineralogia e botânica. Delas “se esperava contribuições no sentido de renovar ou inovar a exploração dos recursos naturais das colônias, especialmente o Brasil”⁵⁷. Essas leituras integravam um modelo social que as reclamava e valorizava. Compreendê-las possibilitava se ganhar visibilidade social, sobretudo entre aqueles que se fizeram notórios pelas letras, como é o caso do padre-mestre piauiense.

O interesse de Padre Marcos por obras de ciências naturais, de forma especial a botânica, estava circunscrito, portanto, em um cenário que estimulava tal interesse pelas necessidades e carências que a época reclamava, bem como por compreender os recursos naturais disponíveis em seu cenário histórico. Mas é importante também perceber que essas leituras representaram um elemento distintivo da sociedade em que esse clérigo viveu, uma vez que elas geravam uma forma de distanciamento e diferenciação no interior da sociedade, ao tempo que contribuía, conforme Chartier, para consolidar sociabilidades e determinar comportamentos, atravessando tanto a esfera pública quanto a privada⁵⁸.

O ato de ler em si já indicava um diferencial em uma sociedade com alto percentual da população de analfabetos. Dominar a uma leitura especializada, então, era uma diferenciação que indicava o abismo educacional existente entre a elite e a maioria da população no período, e mesmo entre os membros da elite, posto que poucos disponham dessas leituras.

⁵⁷ CARVALHO, J. op. cit., p. 67.

⁵⁸ CHARTIER, op. cit., 2001.

Essa distinção assegurava mais prestígio e poder para Padre Marcos e sua Boa Esperança, que assumiu papel de centro promotor de acessibilidade a esses códigos de sociabilidades e de comportamento tão desejados e disputados por uma parcela da sociedade à época. Entende-se que a posse de livros e o domínio da leitura e da leitura especializada – científica e religiosa – representaram matrizes de diferenciação e hierarquização social de Padre Marcos, diferenciação esta que se estendeu à sua Escola e a seus egressos.

A leitura especializada criava outra hierarquização, estabelecendo a distinção entre aqueles que dispunham do acesso ao livro. Como observa Chartier, “quando o livro tornou-se um objeto mais comum e menos distintivo pelo simples fato de ser possuído, as formas de leitura assumiram a tarefa de mostrar variações e evidenciar as diferenças existentes na hierarquia social”⁵⁹. Padre Marcos não apenas dispunha de livros, como possuía livros raros e os lia dentro de especificidades valorizadas no cenário histórico em que viveu, ampliando ainda mais o prestígio que usufruía e despertando em muitos integrantes dessa sociedade o interesse de também trilhar esses caminhos, fortalecendo a sedução despertada pela instituição de ensino que mantinha.

No Piauí do século XIX, tanto a posse do livro quanto o teor das leituras, constituíram-se em elementos promotores de distinções. Estar matriculado em Boa Esperança e ser um dos interlocutores de Padre Marcos indicava um valioso mecanismo de diferenciação social.

Mais do que significar o temor da perda irremediável da palavra, a escrita representa uma forma de interpretar o mundo, talvez por isso tenha sido tão prestigiada por Padre Marcos. Há outra semelhança entre esse clérigo e as considerações feitas por Chartier quando este historiador associa as lições do ensino aos sermões clericais. Segundo ele,

o caso das lições, para empregar um termo antigo, não é fundamentalmente distinto da dos sermões ou do teatro. De um lado, há a necessidade de tornar público um trabalho, para além da circunstância particular em que fora

⁵⁹ Ibid., p. 237.

transmitido; de outro a forte consciência de uma perda irremediável: a palavra – a do pregador, *a fortiore*, a do ator dizendo um texto – mesmo a do ensino, é uma palavra que se inscreve num lugar, num gestual, em modos de comunicação com o auditório que são irremediavelmente perdidos pela fixação escrita⁶⁰.

Sermão, ensino e lição, Padre Marcos percorreu a todos e com todos conviveu. Era padre, educador e pregador, seja em sua igreja, em sua Escola ou nos palcos próprios da vida política. Interessava-se por pessoas, por religiosidade, por educação, por política. Relacionando-se com seu tempo por meio dessas interlocuções, tornou-se pela leitura, a exemplo da imagem construída por Michael de Certeau⁶¹, um caçador que percorre terras alheias. Delas quis apropriar-se, ora subvertendo suas mensagens, ora a elas submetendo-se. Mais do que inscrever seus ensinamentos em um tempo, inscreveu seu tempo na história da sociedade piauiense por meio do espaço da fixação da escrita, que também trazia consigo a oralidade e as concepções e práticas de seu tempo.

Em Boa Esperança, conservou-se a tradição colonial da instrução escolar oferecida em colégios de padres. Nesses colégios, a exemplo do que afirma Nelson Werneck Sodré, “havia bibliotecas de livros vindos da Europa”⁶². É importante notar que Boa Esperança assemelhava-se a outros colégios de formação das elites da época, pois, como enuncia Sodré, “aí se refugiavam o saber e o gosto pelos estudos. Aí se formavam os sabedores do tempo”⁶³.

Entre os livros de Padre Marcos, sabe-se que contava ainda com um exemplar do *Mapa topográfico da Comarca do Crato*, de Marcos Antonio de Macedo, obra que o deixou muito impressionado também quanto ao potencial de aproveitamento da bacia hidrográfica do São

⁶⁰ CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999, p. 28.

⁶¹ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

⁶² SODRÉ, op. cit., p. 113.

⁶³ *Ibid.*, p. 113.

Francisco⁶⁴, mais uma demonstração do interesse do sacerdote pelos potenciais naturais de sua região e dos estudos teóricos a seu respeito.

Padre Marcos não deixou descendentes legítimos, mas Macedo, cujas inclinações para as ciências eram bastante conhecidas e amplamente registradas⁶⁵, era considerado pelo Padre como filho e foi um dos mais destacados alunos de Boa Esperança. Muito de sua erudição e de seu interesse por estudos no ramo das ciências naturais podem ser atribuídos a seu convívio com Padre Marcos em sua escola.

Filho biológico de Antônio de Macedo Pimentel e de uma índia acoroaz, Marcos de Macedo nasceu em Jaicós e ainda muito jovem foi acolhido por Padre Marcos em sua fazenda. Macedo percorreu a trajetória que Carvalho⁶⁶ diz ter sido a marca da unificação das elites no Brasil. De Boa Esperança seguiu para Olinda, onde se formou bacharel em Direito. O curso de Direito, conforme Carvalho⁶⁷ é visto como um dos elos unificadores da elite brasileira. A princípio, restrito apenas à metrópole, passa a existir no Brasil apenas após a proclamação da Independência, seguindo o direcionamento da criação de escolas superiores após a vinda da Corte Portuguesa, que começam a ser criadas no país, a exemplo da Real Academia dos Guardas-Marinhas e da Academia Real Militar – erigidas em 1808 e 1810 – seguidas das Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador – em 1813 e 1815 – e da Academia de Belas-Artes, em 1820. O curso de Direito só veio a ser criado em 1827 e a funcionar em 1828 nas cidades de São Paulo e em Olinda – este sendo transferido em 1854 para Recife.

⁶⁴ PIAUÍ. APEPI. **Carta de Padre Marcos ao Presidente da Província, Marcos Antonio de Macedo**. Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 28 de Janeiro de 1835.

⁶⁵ Marcos Antonio de Macedo fez diversas excursões científicas na Europa, Ásia e África. Cf. BASTOS, op. cit., 1994, p. 353, Macedo “foi colaborador do Grande Dicionário Internacional de Larousse. Escreveu ‘Mapa Topográfico da Comarca do Crato’, onde demonstra possibilidade de intervir e interligar se as bacias do São Francisco e do Jaguaribe, ‘Notice sur la palmier Carnahube’ (1867), ‘Pelerinage aux-Lieux-Saints, suivi d’une excursion dans le Basse Egypte, em Syrie et a Constantinople’, ‘O Enigma Comercial do Café Moka’ (1868), ‘Observações sobre as secas do Ceará e Meio de Aumentar o Volume das Águas nas Correntes do Cariri’, ‘Descrição dos Terrenos Carboníferos da Comarca do Crato’ e outros”.

⁶⁶ CARVALHO, J. op. cit.

⁶⁷ Ibid.

Discutindo a respeito do perfil e dos interesses dos cursos de Direito no Brasil, Carvalho explica que:

Os cursos de direito foram criados à imagem do predecessor coimbrão. Os primeiros professores eram ex-alunos de Coimbra e alguns dos primeiros alunos vieram de lá transferidos. (...) A idéia dos legisladores brasileiros era a de formar não apenas juristas, mas também advogados, deputados, senadores, diplomatas e os mais altos empregados do Estado, como está expresso nos Estatutos feitos pelo visconde de Cachoeira adotados no início dos cursos”⁶⁸.

Macedo segue, assim, uma das trilhas apontadas por Carvalho como característica das elites brasileiras após a independência: a magistratura. Segundo esse historiador, “essa elite se reproduziu em condições muito semelhantes após a Independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-los passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias”⁶⁹.

Mas antes disso, Macedo teria se destacado no estudo da Matemática, da Mecânica e das Ciências Naturais. Mudou-se para a França, onde estudou química industrial. Endossando o argumento de Carvalho, em sua longa carreira pública, foi eleito deputado várias vezes à Assembléia Provincial do Ceará e Deputado à Assembléia Geral pelo Piauí. Foi ainda presidente da Província do Piauí, tomando posse em 7 de Setembro de 1847 e deixou o cargo em 14 de Março de 1848.

Macedo também ganhou destaque na fala de Gardner, quando este menciona tê-lo conhecido em 1839, na cidade do Crato (CE), quando este “acabara de regressar de uma visita à França e à Inglaterra, aonde fora a expensas do governo para estudar a manufatura da porcelana”⁷⁰, evidenciando tanto sua ampla formação, quanto seus fortes laços com a administração pública, haja vista ter sua viagem e estudos custeados pelo governo da Província.

⁶⁸ Ibid., p.76.

⁶⁹ Ibid., p. 39.

⁷⁰ GARDNER, op. cit., p. 116.

À época do falecimento do Padre, Macedo ainda se encontrava no Brasil, como deputado do Piauí na Assembléia Geral, antes de se mudar em definitivo para o Ceará e de lá viajar para a Europa, aonde veio a falecer em 1872, na cidade de Stuttgart (Alemanha), um dos prováveis destinos de parte do acervo da biblioteca de Padre Marcos.

Apenas o inventário de Padre Marcos poderia indicar o destino certo dado aos seus bens e livros. No entanto, até o presente, seu inventário não foi localizado entre a documentação pertencente à Jaicós que permaneceu na cidade ou que foi arquivada no APEPI.

As informações deixadas por Gardner sobre a biblioteca de Boa Esperança deixam transparecer uma das principais características do padre-mestre: o seu apreço e conhecimentos sobre botânica.

Lineu, Brotero e Vandelli foram reconhecidos estudiosos das ciências naturais, sobretudo a botânica, nos séculos XVIII e XIX. Esses pesquisadores, por meio de suas obras, exerceram influência sobre Padre Marcos, também reconhecido por seus conhecimentos sobre as plantas, especialmente sobre plantas medicinais, das quais fazia uso para o preparo de medicamentos. Entre essas, possuía grande entusiasmo pelo mamão, fruto ao qual reconhecia largo emprego⁷¹.

Os registros deixados por Gardner sugerem que Padre Marcos tenha entrado em contato não apenas com os livros, mas com os próprios autores. Seu interesse pelos estudos de Brotero e Vandelli provavelmente venha de seu contato com os pesquisadores em sua passagem pela Universidade de Coimbra, na qual ambos foram professores no período em que o Padre realizava seus estudos.

No caso de Lineu, apesar de não ter sido professor em Coimbra, manteve prolongada correspondência com Vandelli, cuja influência de Lineu sobre seus estudos é bastante

⁷¹ CASTELO BRANCO, H. op. cit.

conhecida. A influência de Coimbra na formação de Padre Marcos contribui para perceber a força desse espaço na formação dos grupos dirigentes no Piauí, assim como ocorria no resto do Brasil, semeando seus ensinamentos e colhendo como principal fruto a tendência dos grupos dirigentes que assumiram cargos burocráticos de manterem em suas práticas alguma unidade de pensamento e de posturas, embora não se ignore as divergências e conflitos existentes entre elas, mas dentro de uma formação comum.

O encantamento de Padre Marcos pelas plantas penetrava inclusive suas crônicas, nelas inspirando-se para compor alguns de seus sermões, relacionando seu amor à botânica às palavras bíblicas. Escrevia ele no ano 1838:

Neste momento, através da janela do aposento em que escrevo esta crônica, contemplo uma videira que plantei e que agora está frondosa e ensombrando toda a área do jardim lateral a nossa casa. A videira está carregada de abundantes cachos de uvas. É que meu sacristão tem o cuidado de podá-la vez por outra, em determinadas fases da lua, o que concorre para a maior produção de frutos.

Jesus se compara a uma videira, à qual estamos unidos como ramos. O agricultor que é o Pai Celeste, diz-nos o Evangelho: “limpa todo ramo que produz fruto para que dê mais fruto ainda”, dando-nos a entender que precisamos receber os golpes dos sofrimentos, para praticarmos muitas obras valiosas para o céu⁷².

Esse fragmento permite notar outra característica da sede de Boa Esperança, a presença de um jardim, no qual o sacerdote afirmava que experimentava, e com sucesso, o plantio de uma espécie desconhecida, àquela época, do Sertão piauiense, a videira, permitindo considerar que seus conhecimentos técnicos o auxiliavam na confrontação das limitações oferecidas pelo meio natural piauiense, muitas vezes superando-as ou reformulando suas regras. Todavia, mesmo sendo um estudioso das plantas, Padre Marcos não nutria maior entusiasmo pela agricultura na região. Reconhecia que o gado, *vacum* e *cavalar*, eram as grandes riquezas de sua terra e considerava ainda que “tornar-se-ão improfícuos todos e quaisquer melhoramentos que se estendam sobre a lavoura” na qual “a inconstância, e mesmo

⁷² Ibid., p. 45.

escassez de invernos punham a perder os trabalhos e diligências dos lavradores”⁷³. A sociedade pecuarista existente no Piauí é evidenciada nesse pronunciamento de Padre Marcos, mostrando que a importância e força do criatório estendiam-se até o citado período, mostrado mesmo por um forte conhecedor da botânica.

Questionado, em 1844, pelo Presidente da Província, José Idelfonso de Sousa Ramos, sobre a viabilidade do plantio de chá na região de Jaicós, Padre Marcos responde que não se tem realizado experiências com o plantio do chá na região em razão de “seu meio seco”⁷⁴. Entretanto, em sua fala, o Padre não demonstra nenhuma censura, tristeza ou a tentativa de oferecer alternativas à condição em que se encontrava a agricultura no Piauí, o que se poderia esperar de um estudioso das plantas. Antes disso, demonstra o reconhecimento de outra vocação da região, a pecuária, que dizia ser a principal riqueza de seu município. O amor à botânica parece ter sido freado perante as circunstâncias geográficas, econômicas e sociais nas quais estava inserido.

Além dos desafios de entender essa circunscrição social, o cotidiano da Escola ainda representa outro grande desafio àqueles que se prestam a investigar a trajetória percorrida por Padre Marcos, sobretudo em razão da carência de registros, seja do cotidiano da fazenda, seja quanto às estratégias e métodos utilizados pelo padre-mestre em suas aulas, desafio também encontrado por todo o país em outras experiências de ensino privado, em razão da escassez de fontes.

Entretanto, a literatura representa uma grande aliada na leitura dos indícios deixados, pois possibilita a construção de imagens preciosas que ajudam a fornecer referências importantes sobre Boa Esperança. Expedito Rego, em sua obra *Vaqueiro e Visconde*, faz uma bela descrição de Boa Esperança à época em que Marcos Francisco ainda ensinava as

⁷³ PIAUÍ. APEPI. **Ofício da Câmara Municipal da Vila de Jaicós, ao Presidente da Província, Dr. José Idelfonso de Sousa Ramos**. Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 12 de abril de 1844.

⁷⁴ PIAUÍ. APEPI. **Ofício da Câmara Municipal da Vila de Jaicós, ao Presidente da Província, Dr. José Idelfonso de Sousa Ramos**. Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 12 de abril de 1844.

primeiras lições ao filho Marcos, construindo imagem muito próxima do que se acredita ter existido nesta fazenda à época das aulas ministradas pelo Padre.

Segundo ele, em Boa Esperança,

[...] ministravam-se aulas numa sala ampla, com duas janelas abertas para o pátio da fazenda, onde um pé de jatobá sombreava as tardes de agosto. (...) Os alunos sentavam-se em dois bancos enormes, um de cada lado de um mesão comprido. O professor ficava à cabeceira. Na hora da lição de aritmética, todos se levantavam e permaneciam de pé, em volta do mestre. Isso porque só havia um pequeno quadro de madeira e pintado de preto, onde o professor riscava os números com a pedra de tauá⁷⁵.

Essa descrição aproxima-se da elaborada sobre outras escolas do período, no qual, em geral, espaços adaptados serviam as atividades das *Aulas*, o mesmo ocorrendo no cenário piauiense.

De maneira geral, por todo o país, os professores tinham que enfrentar a escassez, ou mesmo total ausência, de material didático a serem utilizados em suas aulas. Valiam-se de quaisquer livros que pudessem ser adquiridos e mesmo cartas pessoais ou qualquer material que pudesse ser utilizado nas aulas. Reminiscências de ex-alunos de Boa Esperança também ajudam na tessitura de imagens do que foi aquele educandário e seu cotidiano, permitindo enxergar a sociedade da época pelas dobras que oferecem.

Como lembra o Cônego João de Sousa Martins, um dos ex-alunos de Padre Marcos, vigário colado em Oeiras e Vigário Geral do Piauí, que foi por duas legislaturas Deputado Provincial (1842-1845), em Boa Esperança,

[...] à noite, após o jantar, a conversa girava em torno de contos morais, com objetivo de alegrar e de dá uma lição, a narrativa se desenvolve geralmente numa longa intriga, rica de lances e de surpresas, de perigos e coragem e ousadia e terminam, inevitavelmente, com um ensinamento, já aguardado. Vêm as lendas religiosas, as vidas de santos, e estórias singelas que mostram a força da fé, o valor da oração, do arrependimento e da intenção pura, capazes de salvar os miseráveis pecadores nas situações mais angustiantes – e o culto à Virgem Maria se desenvolve amplamente.

⁷⁵ RÊGO, José Expedito. **Vaqueiro e visconde**. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986, p. 22. Tauá é uma argila tingida por óxido de ferro, encontrada em terrenos erodidos por água corrente.

São exemplos, com profundo sentido do sobrenatural, do maravilhoso, mostrando que todos os que, nas horas difíceis, possuídos de verdadeira fé e de grande confiança, se valiam da Virgem Maria, não eram por ELA desamparados⁷⁶.

Nessa passagem torna-se visível o caráter missionário religioso assumido pela Escola, na qual além de um saber formal e prático, seguia-se uma formação religiosa fortemente pautada em ensinamentos católicos. Deve ser observado, no entanto, que por todo o país a vida social era permeada por simbolismos cristãos e os espaços públicos e privados encontravam-se impregnados pelo *sagrado*, sendo que a Igreja estava presente por toda parte. Logo, não era estranho para a sociedade da época que o ensino escolar também estivesse impregnado pelos símbolos cristãos e o ensino religioso. Como observa Paiva, “não havia, pois, como a educação do colégio não ser religiosa: ela explicitava o sentir comum”⁷⁷.

Na citação do Cônego Sousa Martins mais uma vez as qualidades intelectuais de Padre Marcos são destacadas ao apresentar que somente um homem conhecedor de um rico repertório literário poderia construir uma narrativa “rica de lances e de surpresas, de perigos e coragem e ousadia” e associá-las a um fim moral-educativo.

Nesse ponto percebe-se também outro diferencial de Boa Esperança. Em suas passagens por Olinda e Coimbra, Padre Marcos entrou em contato com novas idéias educacionais que circulavam naqueles espaços em uma época de relativa hegemonia de ideais iluministas, o que certamente não passou despercebido de seus olhares e práticas.

Conhecedor das idéias de Luís Antonio Verney e sob influência ainda das propostas educacionais de Dom Azeredo Coutinho, em Olinda, e de Dom frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas⁷⁸, em Coimbra, Padre Marcos rompeu com a educação jesuítica, da qual se dizia à época

⁷⁶ MARTINS, João de Sousa. apud CASTELO BRANCO, H. op. cit., p. 31-2.

⁷⁷ PAIVA, José Maria de. Igreja e educação no Brasil colonial. In: STEPHANOU, op. cit., p. 89.

⁷⁸ Dom frei Manoel do Cenáculo Villas Boas (1724-1817), bispo em Beia, em Portugal, procurou aproximar a Igreja da corrente iluminista leiga portuguesa. Arcebispo de Évora entre 1770 e 1814, Cf. HOORNAERT, Eduardo. Perspectivas históricas da obra educacional do Padre-mestre Rolim. In: SILVA, Severino Vicente da (Org.) **A Igreja e o controle social nos sertões nordestinos**. São Paulo: Paulinas, 1988; “Dom Cenáculo

que as letras entravam com sangue⁷⁹, praticando em sua Escola uma forma de ensinar até então desconhecida no Piauí, ao estimular também a reflexão em seus alunos. Assim, para além de uma escola, Padre Marcos trouxe novas práticas de ensino alinhadas ao iluminismo português, inserindo o Piauí também na modernidade educacional. Modernidade conservadora, assim como o era na proposta pombalina, mas que enfatizava o ensino das Ciências Naturais.

Essa forma nova de ensinar promovida pelo padre-mestre no Piauí é também destacada por Marcos Antonio de Macedo, que fornece informações preciosas acerca das atuações do Padre e suas práticas educacionais, ao informar que,

[...] ninguém se lembra de o ter visto irado, ninguém o surpreendeu no momento de cólera, ninguém notou jamais na sua voz quente e robusta uma tonalidade marcada de mau humor ou de azedume. Esta constante serenidade, baseada, é claro, num temperamento plácido e numa índole propensa ao otimismo, aparece, todavia, aos olhos dos que bem o conhecem, como fruto de um longo aprendizado de virtude, como resultado de sua disciplina interna, como um encontro feliz de uma vivíssima inteligência e de um coração ardente como a vontade tenaz e um caráter equilibrado⁸⁰.

É importante lembrar que o uso de castigos físicos aos alunos representou prática corriqueira nas *Aulas* dos séculos XVIII e XIX. Porém, a descrição anterior descarta seu uso em Boa Esperança em razão da índole e métodos utilizados por seu professor, conforme a fala de um de seus ex-alunos, embora se reconheça que os elogios são oriundos não de um ex-aluno qualquer, mas de aluno a quem o clérigo considerava como filho e que mantinha com ele próximos laços de solidariedade.

Mas o depoimento de Macedo encontra ressonância em outras falas de ex-alunos de Boa Esperança que com ele concordam em suas narrativas acerca da Escola e de seu mestre.

publicou uma pastoral ‘sobre os estudos físicos do seu clero’ (1786) na qual defende o estudo das ciências físicas na formação sacerdotal. ... Isso era novo para a época e influenciou profundamente a reforma dos estatutos da faculdade de teologia de Coimbra, onde estudou outro bispo, dom Azeredo Coutinho, que trouxe a nova orientação para o nordeste através da fundação do seminário de Olinda, em 1800, baseado nos pressupostos da “teologia da ilustração”. [Com isso] dom Cenáculo quer que os futuros sacerdotes estudem a partir da realidade e com isso sejam úteis à religião e ao estado (p. 112-3). As propostas Dom Cenáculo exerceram forte influência sobre Dom Azeredo Coutinho que as implantou no Brasil, por meio do Seminário de Olinda.

⁷⁹ HOORNAERT, op. cit., 1988.

⁸⁰ MACEDO, Marcos Antonio de. apud CASTELO BRANCO, H. op. cit., p. 34-5.

Nesse mesmo sentido presta-se o depoimento de Jesuíno de Sousa Martins ao informar que “as suas aulas eram acompanhadas com grande interesse, por causa da sua forma e do caráter do professor. Nunca esquecerei a sua delicadeza e amabilidade para ensinar. A sua conversa era sempre agradabilíssima e atraente”⁸¹. Mais uma vez destaca-se um comportamento mais tolerante e afetivo na forma como esse clérigo conduzia sua prática docente, contrariando muito das práticas vigentes no período.

Jesuíno Martins, bacharel em Direito por Olinda, representa outro ex-aluno de significativa notoriedade na sociedade da época. Deputado provincial em duas legislaturas (1846-1849) foi ainda Juiz de Direito em Teresina e desembargador na Bahia. Isso corrobora para indicar a força que teve Boa Esperança na formação de quadros para ocupar os cargos públicos disponíveis não apenas no Piauí, mas em todo o Brasil, fortalecendo a tese de seu papel como centro promotor de uma formação não apenas acadêmica, mas onde eram construídas sólidas redes de relações que permitiam a constituição de uma burocracia e de uma elite política na época.

Outro ex-aluno de Boa Esperança de reconhecido prestígio político, intelectual e social que ocupou diferentes cargos de comando no Piauí e no Brasil, Francisco de Sousa Martins, ressalta aspectos ligados à índole do padre-mestre, revelando também traços do cotidiano da escola, permitindo reconhecer alguns de seus métodos de ensino e do refinamento de sua formação humanística, a exemplo do gosto artístico realçado em suas práticas, revelando o quanto esse clérigo sabia como poucos associar delicadeza, erudição e firmeza à prática docente.

Ao lembrar-se de seu mestre, dizia:

[...] um profundíssimo senso de humanidade sincera e cordial, a serviço de uma alma nobre dotada de requintado gosto artístico, de um inato tacto senhoril e de uma espontânea finura de educação, abriam-lhe naturalmente

⁸¹ MARTINS, Jesuíno de Sousa. apud CASTELO BRANCO, H. op. cit., p. 31.

o coração de todo aquele que até ele chegasse... inclusive para receber alguma merecida censura, que ele sabia fazer com tanta delicadeza, que quem o escutava não podia desgostar-se. Não se confunda tudo isto com fraqueza, indulgência exagerada ou perdão passivo. Se preciso, ele sabia mostrar-se decidido, forte e tenaz, embora preferindo ao tom violento e a voz entrecortada uma fala longa e envolvente que, pelos caminhos mais impensados, levava aonde ele queria: em suma, *mão de ferro em luva de pelica*⁸².

Magistrado, financista e político de prestígio, Francisco Martins foi diversas vezes deputado na Assembléia Geral e presidente das províncias da Bahia e do Ceará, além de ocupar disputados cargos públicos. Como conceituado financista, foi convidado para ser Ministro da Fazenda, não aceitando o cargo. Os espaços que ocupou revelam um pouco do grau do prestígio e do reconhecimento alcançados pelos egressos de Boa Esperança.

Além disso, o depoimento de Francisco Martins mais do que ser a fala de um ex-aluno, revela o discurso de um membro do IHGB, portanto, um discurso autorizado de alguém que reconhece a importância da memória na construção de uma identidade, seja local, seja nacional. Por isso oferece alguns tons importantes às cores que compuseram as imagens de Padre Marcos, ao ressaltar que a sua polidez representava também ferramenta de seu jogo de

⁸² MARTINS, Francisco de Sousa. apud CASTELO BRANCO, H. op. cit., p. 32. Filho do coronel Joaquim de Sousa Martins e Tereza de Jesus Maria, nasceu a 5 de Janeiro de 1805, em Jaicós. Após sua passagem por Boa Esperança, foi mandado para o Rio onde devia continuar o curso no seminário de São José, onde ainda permaneceu dois anos. Abandona o Seminário e matricula-se no curso de Direito, em Coimbra, em 1827, concluindo o curso em Olinda, em 1831. Retorna a Oeiras, onde foi nomeado procurador fiscal. Político de prestígio foi eleito à Assembléia Geral para várias legislaturas. Em 1835, ocupou durante seis meses a presidência da Bahia; em 1839, durante oito meses ocupou a do Ceará. Foi nomeado juiz de direito de Oeiras, em 1833. Transferido para o Rio em 1842, e para Minas em 1845, retornando para o Rio, em 1847, como juiz dos Feitos da Fazenda. Ocupou o cargo pouco tempo, pois, adoeceu gravemente e ausentou-se para a Europa à procura de recursos médicos. Membro do IHGB. Conceituado financista, foi convidado para ser Ministro da Fazenda, mas declinou da função. “O eclipse de sua estrela começa com o casamento. Enamorado apaixonadamente de uma graciosa donzela carioca, desposou-a. Meses depois fugia à convivência dos amigos, tornava-se taciturno, pálido e doente. Tomado de profundo esgotamento nervoso, quase cego, foi para a França, ficando em Paris mais de dois anos sem proveito algum, partindo então para Portugal. Em Lisboa, ainda que com esforço e fadiga, melhorando da vista, pode entregar-se às suas leituras prediletas. Saudoso do berço natal veio para o Piauí. Agravando-se-lhe, porém, o estado de neurastenia, recolheu-se a uma fazenda, passando a ser tido como louco. Em 1854, cansado de viver, tentou suicidar-se, ficando mal ferido. Ainda resistiu três anos, falecendo em 1º de Fevereiro de 1857. Dele dizia o Dr. J. M. de Macedo, no "Suplemento" do Ano biográfico: ‘Inteligência ilustrada por sérios e profundos estudos, caráter nobre, severo e de probidade experimentada, Francisco de Sousa Martins foi muito menos do que devia e podia ter sido’. Sua especialidade fora o estudo das questões financeiras, econômicas e administrativas. Seus discursos na Câmara, sobre assuntos dessa natureza, são verdadeiros primores” Cf. NEVES, Abdias, Homens notáveis. In: **O estado do Piauí**. Disponível em: <http://www.historiasdopiaui.com/arquivos/Estado_do_Piauí_fonte.pdf>, acessado em 17 de março de 2007, p. 157-8. Grifo do autor.

convencimento, posto que em uma fala “envolvente” conduzia os outros “aonde ele queria”. Substituía a força física pela delicadeza, a coerção pelo consentimento, numa demonstração de forte inteligência e conhecimento da alma humana.

Essa perspectiva aproxima-se das idéias de Sodré, quando este, ao analisar a força dos padres durante o Segundo Reinado, afirma que “a ação religiosa do clero devia ceder lugar em várias circunstâncias a uma ação política, para a qual estavam aptos e armados”, e conclui: “o padre é mais do que um guia, é o chefe dos seus fiéis”⁸³.

Como homem das idéias, da política e do sagrado, conduzia seu ‘rebanho’ aonde queria e, como um bom pastor, possuía também um pesado cajado a seu serviço ao ser lembrado que, como citado anteriormente, “se preciso, ele sabia mostrar-se decidido, forte e tenaz, embora preferindo ao tom violento e a voz entrecortada uma fala longa e envolvente”. É importante notar que essa força não é constituída isoladamente, mas nas relações de poder assumidas pelo Padre. Portanto, ele não pode ser considerado à parte do enredo que compõe e com o qual se articula.

A utilização semântica da palavra “violento” na citação anterior, tomada aqui como o uso de força física, podia muito bem assumir uma forma mais concreta nos espaços aos quais Francisco Martins se refere. No entanto, compulsadas as fontes disponíveis, não se pode afirmar que Padre Marcos fez uso da violência nos espaços em que atuou. Mas, a possibilidade de seu uso torna-se também elemento de seu jogo de convencimento, uma vez que ele possuía, em algum grau, meios financeiros, políticos e religiosos para tanto e, até onde foi possível investigar, não o fez, pois, o uso da força abre também a possibilidade do exercício da benevolência e da gratidão quando de sua suspensão.

As pessoas à sua volta sabiam que ele podia utilizá-la para punir o mau cidadão, corrigir o aluno desatento ou encaminhar o cristão que se perdeu. No entanto, como ressalta Graham,

⁸³ SODRÉ, op. cit., p. 116.

“como todo poder de coerção, seu verdadeiro uso está em isentar aqueles que se demonstraram leais e obedientes”⁸⁴ e Padre Marcos soube bem fazer uso desse poder, renovando e fortalecendo os laços de solidariedade com seus aliados.

A influência que Padre Marcos exercia sobre a população piauiense, e de forma especial sobre seus alunos, pode ser observada na fala de outro ex-aluno de Boa Esperança, Antônio de Sousa Martins:

Enquanto viveu, o Padre Marcos exerceu um domínio quase absoluto, domínio por certo suportável, porque, varão ilustrado e naturalmente beneficente e reto, procurava conciliar os homens, e decidir suas questões pela maneira que lhe parecia razoável⁸⁵.

Pelo depoimento de Antonio Martins, percebe-se que a capacidade de Padre Marcos de promover conciliações e conduzir pessoas em suas diferenças não se restringia à sua atuação docente, extrapolando essas fronteiras e revelando mais um traço da força e do prestígio do padre-mestre.

Também sobrinho do Padre e bacharel em direito por Olinda, Antonio Martins ilustra bem a força e prestígio dos egressos de Boa Esperança nos espaços de poder da Província e do Brasil. Antonio Martins foi Presidente da Província do Rio Grande do Sul (1882/90). Como magistrado, foi juiz nas Províncias do Piauí, São Paulo, Rio Grande do Sul, Maranhão, Espírito Santo e Minas Gerais e desembargador nas relações de Cuiabá, Ouro Preto e Porto Alegre. Foi ainda chefe de polícia no Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; Ministro do Conselho Supremo Militar e Membro do Conselho da Magistratura do Império. Posteriormente assumiu o cargo de Procurador da República e de Ministro do Supremo Tribunal Federal de Justiça.

As idéias da citação anterior vêm endossar o entendimento de Chaves, ao afirmar que em Boa Esperança, Padre Marcos, “além de alimento, conforto, dinheiro, instrução, até justiça

⁸⁴ GRAHAN, op. cit., p. 130.

⁸⁵ MARTINS, Antônio de Sousa. apud CHAVES, op. cit., 1998, p. 440.

ele distribuiu gratuitamente. [...] Muitas contendas foram por ele dirimidas sem precisão de recursos a tribunais”⁸⁶. Dessa forma, Marcos assumia também a função de conciliador de pendências e de tensões sociais. Embora não tivesse formação jurídica, assumia muitas vezes suas atribuições, como revela a citação referida.

O alcance da instrução oferecida em Boa Esperança não era irrestrito, uma vez que esta se encontrava interdita às mulheres. O caráter sexista de Boa Esperança representou outra de suas marcas, uma vez que na Escola somente eram recebidos em seus quadros alunos do sexo masculino, não sendo encontrada nessa pesquisa nenhuma exceção.

Isso não significa dizer que era proibida a presença de mulheres na fazenda. Registre-se, por exemplo, a presença por muito tempo de sua mãe, Maria Rodrigues de Santana e, mesmo depois de casadas, de suas irmãs, Josefa Rodrigues de Santana e Antonia Rodrigues de Santana, e de uma sobrinha, Maria Raimunda de São José⁸⁷. Contudo, sua presença restringia-se às atuações relativas ao cotidiano da fazenda, não havendo registro de que participavam de suas aulas.

A restrição quanto ao acesso de alunas à Boa Esperança relacionam-se com as convicções morais de Padre Marcos, que recomendava às mulheres, a exemplo da Mãe de Jesus, que “dev[iam] regular vossa conduta nos cuidados domésticos e interiores de vossa casa. Tendes, enfim, nela [Maria] o espelho da paciência, em que vos deveis mirar, para melhor sofrerdes quaisquer incômodos”⁸⁸.

Lembre-se, no entanto, que, de maneira geral, o acesso ao ensino formal assumiu um caráter sexista ao longo dos séculos XVIII e XIX, no qual às mulheres reservavam-se, quando

⁸⁶ CHAVES, op. cit., 1994, p. 34.

⁸⁷ ARAÚJO COSTA, op. cit., 1999; e ARAÚJO COSTA, Marcos de. Carta ao Comendador José Rodrigues Coelho. apud. LOPES SOBRINHO, op. cit., 1955.

⁸⁸ ARAÚJO COSTA, Marcos de. apud. LOPES SOBRINHO, op. cit., 1955, p. 15.

ofertado, rudimentares noções de escrita e cálculo e, sobretudo, o ensino de prendas domésticas, como costura e bordados.

Mas a citação referida diz respeito a uma mulher específica, Maria Raimunda de São José⁸⁹, esposa do comendador José Rodrigues Coelho, ambos sobrinhos e afilhados do Padre, em carta endereçada ao casal⁹⁰. Nessa carta, os fortes vínculos familiares que possuía Padre Marcos também são deixados transparecer, cujo apego e defesa à família ditam a tônica de todo o texto, como dito, junto à convicção de que é na família que se encontram respostas para todas as fadigas e amarguras da vida.

A amizade e gratidão à Maria Raimunda também ficam patentes, sobretudo em razão de seus préstimos no zelo pela mãe enferma do padre-mestre e que continuou, lembra ele, “tomando sobre seus débeis ombros o peso enorme da minha crescida e pensionada família ainda mais sobrecarregada de tantos alunos: serviço este que a poucos ânimos é dado sabê-los avaliar”⁹¹.

Mas se a Escola restringia seu acesso às mulheres, por outro lado, oferecia aos seus alunos ensinamentos de práticas necessárias à sobrevivência em uma sociedade como a piauiense, condição importante face ao ruralismo predominante e em uma sociedade cujo conhecimento formal e próprio da cultura letrada possuía pouca importância e funcionalidade no dia-a-dia de muitos de seus egressos.

Nesse sentido, de forma consciente ou não, aos alunos de Boa Esperança eram oferecidos saberes nos quais o ensino formal e informal fundiam-se em um mesmo movimento.

⁸⁹ Filha do Tte-Cel. Francisco Manuel de Araújo Costa e D. Ana (Donana). Prima em primeiro grau com seu esposo.

⁹⁰ Apesar da carta não ser datada, por comparação e cruzamento com outras fontes, é possível afirmar ser posterior a 1837.

⁹¹ ARAÚJO COSTA, Marcos de. apud LOPES SOBRINHO, op. cit., 1955, p. 14.

A relevância do trabalho desenvolvido em Boa Esperança ganha ainda maior destaque quando relacionado a outras experiências de ensino. Como observa Costa Filho, em geral, em outras iniciativas educacionais particulares, sobretudo o trabalho dos mestres ambulantes, os professores “dominavam de forma sofrível a leitura, a escrita e as noções básicas de cálculo”⁹². Mas, esses mesmos mestres possuíam conhecimentos suficientes para as necessidades imediatas da maioria da população, que não se importavam se estes tinham maiores conhecimentos e técnicas, “o importante era ler, escrever e contar e isso os mestres ambulantes faziam satisfatoriamente”⁹³.

No caso de Boa Esperança, esta não se limitava a rudimentares ensinamentos de leitura, escrita e cálculo. O conhecimento livresco e a formação sistematizada de Padre Marcos possibilitaram a oferta de um ensino formal de melhor qualidade em relação ao que normalmente ofertava-se nas escolas familiares e *Aulas* públicas, guardando ressonância, inclusive, com a boa qualidade das redações de documentos e correspondências produzidas na região, atribuída a conhecimentos adquiridos naquele educandário⁹⁴.

Conforme Anísio Brito, o trabalho desenvolvido em Boa Esperança “se fez sentir profundo no centro do Piauí, onde não rareavam indivíduos de esmeradas instrução suficiente – velhos discípulos do egrégio preceptor”⁹⁵.

Entretanto, Padre Marcos foi mais que educador. Como visto, exerceu grande influência sobre a formação de parte da massa crítica piauiense, moldadas a partir de interesses, conscientes ou não, da rede social a qual fazia parte. Lembre-se ainda que sua influência não se encerrou com sua morte, pois, sua marca “perdurou por longos anos na vida da Província, através de ex-alunos”⁹⁶, que atuaram nos mais diversos espaços, sejam públicos ou privados.

⁹² COSTA FILHO, op. cit., p. 146.

⁹³ Ibid., p. 146.

⁹⁴ FERRO, op. cit., 1999, e NUNES, op. cit.

⁹⁵ BRITO, A. op. cit., p. 51.

⁹⁶ Ibid., p. 24.

Mais que isso, seus egressos atuaram em diferentes espaços sociais e em outras Províncias, ocupando cargos de comando e de prestígio social, como demonstrado.

Alguns de seus alunos seguiram seus passos, pois para além de ‘homem das letras’, Padre Marcos atuou em diferentes redes sociais, tanto no cenário educacional, quanto político e religioso, reafirmando sua influência e de sua rede familiar sobre o cenário local.

Sua influência se fez marcante até o seu falecimento, momento em que mais uma vez ocupava a vice-presidência da Província. Em ofício a José Antonio Saraiva, Presidente da Província, o juiz municipal de Jaicós, Raimundo José de Carvalho e Sousa, dando conta do falecimento do Padre, dizia:

Julgo de meu dever comunicar a V. Ex^a. que a 4 do corrente mês [novembro] faleceu de hum forte ataque apoplético o Exm^o. Sr. Padre Marcos de Araújo Costa, 1^o vice-presidente da Província; esse grande homem que no longo período de 72 anos viveu somente para beneficiar, já desprendendo liberalmente sua fortuna com o ensino e educação da mocidade, e já com outras obras não menos dignas de admiração e louvor⁹⁷.

Não menos cheia de pesar é a resposta do Presidente que traz significativas informações sobre a atuação política do Padre. Em seu pronunciamento, Saraiva dizia:

Com pesar profundo respondo ao ofício de 7 de novembro em que me comunica a sentidíssima morte do reverendíssimo Padre Marcos de Araújo Costa, 1^o vice-presidente desta Província. Tão logo não pode deixar de entristar os bons habitantes desta Província, que, no Revm. Padre Marcos, viam o mais firme sustentáculo da monarquia e das instituições de paz, o mais carinhoso e prestimoso mestre da mocidade piauiense; que sábio inspirava os nobres sentimentos de que precisa, e as virtudes de que deu mostras em longa idade, toda ao serviço do Piauí, com que teve a fortuna de nascer⁹⁸.

A força e influência de Padre Marcos sobre a sociedade piauiense ficaram marcadas nas palavras de Saraiva, influência não somente como educador e político, mas também como

⁹⁷ PIAUÍ. APEPI. **Ofício do Juiz Municipal da Vila de Jaicós, Raimundo José de Carvalho e Sousa, ao Presidente da Província, José Antonio Saraiva, dando conta do falecimento de Padre Marcos de Araújo Costa.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 92, 7 de novembro de 1850.

⁹⁸ PIAUÍ. APEPI. **Resposta ao ofício do Juiz Municipal da Vila de Jaicós, Raimundo José de Carvalho e Sousa, dada pelo Presidente da Província, José Antonio Saraiva, sobre o falecimento de Padre Marcos de Araújo Costa.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 92, 16 de dezembro de 1850.

religioso. Saraiva, um dos mais eminentes defensores da monarquia brasileira, destacou o trabalho e a importância de Padre Marcos como “sustentáculo” do Império, fato consolidado pelo representante maior do Império em terras piauienses.

Saraiva também destacou a força que dispunha a rede familiar de Padre Marcos no cenário local, revelando que essa era uma condição que lhe dera notoriedade, ampliada por meio de suas práticas como educador, cujas ações resultaram em grande prestígio a si e a seus alunos, evidenciando ainda o caráter afetivo das maneiras de ensinar do clérigo com o modo “carinhoso e prestimoso” desse “mestre da mocidade piauiense”.

Agraciado com as distinções imperiais de Comendador e Cavaleiro da Ordem de Cristo, como ressalta Melo, “o Padre Marcos [foi] uma das maiores figuras do clero piauiense do século passado [século XIX]. Foi um homem completo para a sua época. Sacerdote dedicado à Igreja a quem serviu com dignidade”⁹⁹.

Aqui são bem recebidas as palavras de Sodré, que mesmo não analisando especificamente o Piauí, o contempla na análise feita acerca do Brasil Imperial ao afirmar que “em toda a profundidade e em toda a latitude da sociedade brasileira a ação do clero se exerceu”¹⁰⁰. Padre Marcos é um exemplo pulsante disso. Se é verdade que “no Brasil imperial [...] a educação era a marca distintiva da elite política”¹⁰¹ por ser este uma “ilha de letrados num mar de analfabetos”¹⁰², no Piauí, Boa Esperança funcionou como uma dessas “pequenas ilhas de letrados” por constituir-se como espaço privilegiado desta formação. Essa “ilha”, todavia, relacionava-se com o “mar”, com ele mesclando-se, influenciado e recebendo influências, no entanto, decididamente marcando a história do Piauí e do Império com os movimentos que fazia, ora preservando, ora transformando paisagens sociais e políticas.

⁹⁹ MELO, Cláudio. **Fé e civilização**. Teresina, 1991, p. 123.

¹⁰⁰ SODRÉ, op. cit., p. 117.

¹⁰¹ CARVALHO, J. op. cit., p. 79.

¹⁰² Ibid., p. 65.

Todavia, como visto, as ações de Padre Marcos como sacerdote são, indubitavelmente, as menos discutidas e estudadas em razão dos poucos registros preservados pela erosão do tempo e pelo reflexo da ênfase atribuída a seu trabalho como educador. A imagem do educador é tão significativa na historiografia que trata a seu respeito que afeta os registros acerca da atuação de Marcos como religioso, bem como político. A atuação política desse clérigo norteia a discussão de que trata a parte seguinte desta pesquisa.

PARTE III
NOS BASTIDORES DO PODER:
POLÍTICA E FAMÍLIA NO PIAUÍ DO SÉCULO XIX

CAPÍTULO 05
ASSUNTO DE ESTADO, ASSUNTO DE FAMÍLIA:
PODER POLÍTICO E RELAÇÕES FAMILIARES NO PIAUÍ DO SÉCULO XIX

Clérigo, fazendeiro, intelectual, educador, político, Marcos de Araújo Costa representa personagem de muitas faces que não se deixa apreender em uma única definição, escondido por trás de paredes de luzes e sombras, ora construídas, ora demolidas por seus biógrafos e cronistas.

Mais uma vez, Padre Marcos foge a definições, esquivando-se pelos caminhos do (re)criado e do esquecido. No entanto, instigado pelo ofício do historiador, procura-se aqui aproximar-se desse personagem, na busca de fazer aparecer por trás da tendência geral mais visível deixada pela historiografia as estratégias sociais nas quais se encontrava imerso e os diferentes espaços que ocupou, em uma região marcada por tensões, contradições e intensa efervescência política.

Padre Marcos fora herdeiro político da elite dirigente do Centro-Sul piauiense, constituída a partir de redes familiares, que se alicerçavam, “moldado no parentesco, na solidariedade mútua e no manejo com o poder”¹. Assim, discutir os espaços por ele percorridos é, em certa medida, discutir a história de sua família, das redes de poder em que

¹ BRANDÃO, T. op. cit., 1995, p.275.

se inseriu, espaços estes nos quais a relação entre família e poder representam uma constante² e o Padre um de seus artífices.

A família, como campo de investigação histórica, representa objeto constante nas produções recentes e se relaciona a vários outros temas analisados pela historiografia, a exemplo de pesquisas sobre a mulher, a infância, a educação, o cotidiano, as sensibilidades, o indivíduo, o amor, o casamento, etc. No entanto, mesmo estando presente de maneira significativa em uma variedade de pesquisas no âmbito da história social, a individualização da família enquanto objeto de estudo remonta apenas a meados do século XX.

Assim, tomando como inspiração as provocações de Capistrano de Abreu³, que já alertava sobre a importância do estudo da família para a história do Brasil, este capítulo propõe debruçar-se um pouco mais sobre a história da família piauiense e suas práticas, como forma de delimitar os espaços nos quais se desenvolve o presente estudo, seguindo as trilhas deixadas por Tanya Brandão⁴, que frisa em seus escritos a carência e as dificuldades de pesquisas sobre a estrutura familiar piauiense.

Ao se discutir família como campo de investigação histórica, torna-se importante lembrar que, no seio da história, por um longo período procurou-se uma definição de família que funcionasse como um conceito universal. No entanto, verificou-se a impossibilidade dessa tarefa, uma vez ser o termo polissêmico e que contém mudanças históricas importantes,

² Ibid.

³ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

⁴ Os textos referidos são: BRANDÃO, T. op. cit., 1995; BRANDÃO, T. op. cit., 1999; BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Matrimônio: legalidade e sagração da família no Piauí colonial. In: Silva, Maria Beatriz Nizza (Org.). **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil**. Lisboa: livros horizonte, 2001; BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Antigas lutas, novos cenários: a elite piauiense e a independência. In: **CLIO**. Revista de pesquisa histórica. N. 20, 2002. Recife. Universidade federal de Pernambuco. Programa de pós-graduação em história. Centro de filosofia e ciências humanas. Recife: Universitária da UFPE, 2004; e BRANDÃO, T. op. cit., 2006. Ao se localizar a importância da família e suas relações de poder para a construção do objeto de pesquisa deste estudo, estes escritos assumem maior importância ao instante que localizam o papel da família nas relações de poder no Piauí, tomados como referencial capaz de localizar o espaço familiar em que se insere Padre Marcos, discutindo como estas relações atuaram na conquista e manutenção da hegemonia do poder político, por entenderem que o Piauí, como grande parte do país, alicerçou suas relações político-econômicas também a partir da estrutura familiar, na qual a supremacia política consolidou-se quando seus membros passaram a ter a posse da terra e a ocupar os cargos da burocracia estatal.

reconhecendo-se, assim, que ao se estabelecer uma única definição de família, excluem-se experiências familiares outras, que são diversas no tempo e singulares no espaço.

Com esse entendimento, na produção historiográfica recente o conceito de família passou a ser entendido como uma construção social e que qualquer tentativa de defini-la como uma instituição delimitada, com características universais, incorrerá em incompletude⁵, entretanto, isso não significa dizer que o tema não seja merecedor de atenção, nem tampouco que dispense aprofundamento na análise.

O interesse pelo estudo da família manifestou-se mais cedo entre sociólogos e antropólogos, uma vez que desde o século XIX a família constituiu-se em campo de pesquisa sociológica e antropológica ao acreditarem que por meio do estudo dos núcleos familiares seria possível observar relações sociais mais amplas que se encontrariam resumidas nas relações familiares.

Mesmo não representando território novo para os historiadores, os estudos históricos sobre a família foram considerados durante muito tempo um setor secundário, voltado à erudição nostálgica e reacionária, na qual as fontes disponíveis pareciam justificar o elitismo dessas histórias familiares, visto que apenas as grandes famílias, em razão da riqueza e do acesso à cultura escrita que possuíam, haviam deixado rastros que possibilitavam reconstituir, por meio da narrativa, suas histórias. Mas foi “a exploração de um novo tipo de fonte de caráter serial, na década de 1950, os registros paroquiais, que permitiu ampliar a história da família ao maior número e a tornou um objeto mais amplo de pesquisa”⁶. Os registros paroquiais deram, assim, maior visibilidade aos estudos sobre a família no campo da História, estimulando seu

⁵ CARBONARI, Maria Rosa. **População, fronteira e família**: a região de Rio Cuarto no período colonial tardio. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001.

⁶ BRUGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das ciências históricas**. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993, p.317.

interesse.

Para além do formalismo de uma abordagem puramente estatística das estruturas familiares, a história da família tomou a direção do estudo das estratégias familiares – estratégias de significativa importância no presente estudo. Por meio da pesquisa demográfica, o olhar sobre as estratégias familiares tenciona acrescentar a trajetória social e a maneira pela qual as opções dos indivíduos (lazer, trabalho, religião, matrimônio, etc.) articulam-se às tensões dos diversos grupos sociais, possibilitando, por meio do estudo das estratégias, o enriquecimento do conhecimento do lugar e do papel que cabem à instância familiar, em diferentes momentos e sociedades⁷.

Mesmo também não sendo nenhuma novidade no Brasil, somente ao longo das últimas décadas os estudos sobre a família têm ganho significativo espaço dentro do meio acadêmico. Esses estudos procuram destacar o papel da família na História Social brasileira, por desempenhar diversas funções e possuir uma diversidade de estruturas e especificidades, resultando em importantes trabalhos ligados à história da vida privada, ao cotidiano material e a seus aspectos simbólicos, revelando a pluralidade das concepções de família, o que sugere a pluralização do título em histórias das famílias⁸ ou história de grupos familiares⁹.

Esses trabalhos ganharam maior atenção, sobretudo, ao longo da década de 1970, campo anteriormente limitado praticamente a trabalhos de antropólogos e sociólogos, e que manteve estreita relação com a demografia histórica¹⁰. Assim, a família passa a ser estudada como instituição social fundamental, que se modifica no tempo e no espaço, apresentando formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, e articulando-se a outras esferas sociais¹¹.

⁷Ibid.

⁸ FARIA, Sheila de Castro. História da Família e demográfica histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁹ PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

¹⁰ FARIA, op. cit.

¹¹ SAMARA, Eni Mesquita de. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986; e 1986 e PRADO, op. cit.

Em relação ao desenvolvimento de pesquisas, e mesmo reconhecendo uma produção crescente, ainda há muito a conhecer sobre a história e a estrutura da família brasileira, pois mesmo possuindo valorosos trabalhos, sobretudo ligados à família colonial, muito ainda falta a ser pesquisado, especialmente com estudos sobre capitâneas periféricas da empresa colonial portuguesa¹².

Quanto à historiografia piauiense, os estudos sobre família também não representam tema deserto. Destacam-se, nessa perspectiva, os estudos pioneiros de Moysés Castelo Branco Filho, e mais recentes, os escritos de Tanya Maria Pires Brandão, Pedro Vilarinho Castelo Branco e Ana Regina Rêgo¹³. No entanto, considera-se lacunares os estudos sobre as estratégias de poder das famílias da elite política e econômica na Província¹⁴, nos quais a temática família aparece diluída em abordagens e descrições mais gerais¹⁵ ou ainda em obras de genealogia¹⁶.

¹² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹³ CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. **O povoamento do Piauí**. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1982; CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. **A família rural do Piauí**. Teresina; Companhia Editora do Piauí, 1983; BRANDÃO, T. op. cit., 1995; BRANDÃO, T. op. cit., 2001; BRANDÃO, T. op. cit., 2004; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República**. Teresina: F.C.M.C., 1996; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Famílias e escritas: a prática discursiva dos literatos e as relações familiares em Teresina nas primeiras décadas do século XX**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFPE. Recife, 2005; e RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense: atuação política no século XIX**. – Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001. Apesar de não ser o centro da discussão de sua pesquisa, Rêgo dedica boa parte de suas análises a relação entre família e política no Piauí. Ao que se refere à estrutura familiar piauiense e sua história, os escritos de Brandão ganham capital importância na presente pesquisa pela aproximação de recortes e por também discutir as redes familiares em que se inseriu Padre Marcos.

¹⁴ Apesar das análises de BRANDÃO, T. op. cit., 1995, reportarem-se até primeiros anos da década de 1830, o cerne de sua discussão volta-se período colonial.

¹⁵ São exemplos destas obras: NUNES, op. cit., vol. I, II, III e IV; COSTA, op. cit., vol. I e II; CHAVES, op. cit., 1998; ALENCASTRE. op. cit.; NEVES, op. cit., 1974; NEVES, op. cit., 1997; SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro. **Piauí: formação – desenvolvimento - perspectivas**. Teresina: Harley, 1995; TITO FILHO, op. cit., 1973. A referida obra corresponde a uma republicação comentada, ampliada e acrescida de escritos inéditos de: SOUSA, Esmaraldo de Freitas. **O Visconde da Parnaíba**. Rio de Janeiro: Ed. Jornal do Comércio, 1947; obra a qual acrescenta estudos sobre Manuel Clementino e O Padre Marcos; e QUEIROZ, T. op. cit., 1994.

¹⁶ Por exemplo: CARVALHO, Abimael Clementino de. **Família Coelho Rodrigues: passado e presente**. Fortaleza: Imprensa oficial do Ceará, 1988; ARAÚJO COSTA, op. cit., 1999.

Referente à produção acerca da família brasileira, observa-se a frequência de estudos de revisões aos textos clássicos que convergem para a crítica ao conceito de patriarcalismo¹⁷, entendendo este como modelo rígido e genérico que não dá conta da complexidade do instituto, e seguindo em direção de uma família marcada pela pluralidade e dispersão de experiências.

O modelo patriarcal serviu de base para caracterizar a família brasileira e por muito tempo foi aceito pela historiografia como representativo de toda a sociedade. Nele a família era percebida como estática e praticamente única forma para caracterizar toda sociedade brasileira, desconsiderando, assim, as variações que ocorreriam na estrutura das famílias em decorrência do tempo, do espaço e das redes sociais. Por um longo período, essa família foi retratada através de um quadro que apresentava um núcleo centralizado na figura do chefe de família, acompanhado por esposa, seus filhos legítimos e um grande número de agregados, dentre eles os filhos ilegítimos, noras, genros, escravos, afilhados e amigos, no qual todos os dependentes deveriam prestar fidelidade àquele que lhes “garantia” a sobrevivência¹⁸.

Mas o modelo patriarcal de família como modelo único passou a ser questionado na historiografia e, embora não o negue como possibilidade, passou-se a perceber situações diversas que inviabilizam generalizações no sentido de concebê-lo como única manifestação possível, considerando outras manifestações que não se enquadravam neste modelo rígido e pré-estabelecido como único.

Por meio desses estudos, por exemplo, passou-se a apontar para outras formas de arranjos familiares, bem como a sinalizar para a importância do feminino nestes arranjos.

¹⁷ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 1991. Por Patriarcalismo, partiu-se da conceituação típico-ideal weberiana, na qual “chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas.” (p.184).

¹⁸ CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. **Negócios de família, gerência de viúvas**. Senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800). Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 2002.

Exemplo disto é percebido nos estudos sobre os diferentes papéis ocupados pelas mulheres paulistas, escrito pela historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias¹⁹, observando que a organização familiar paulista do século XIX apresentava peculiaridades, a exemplo do papel das mulheres que circulavam nos espaços públicos urbanos, numa luta diária pela sobrevivência, buscando ocupações econômicas que eram menos prestigiadas pelos homens. Destaca também que muitas famílias paulistas eram chefiadas por mulheres que tinham sob o seu domínio filhos, netos, agregados e escravos, exercendo com propriedade seu poder e dando uma configuração matriarcal a estes núcleos.

Ainda entre os trabalhos que procuram desmontar o exclusivismo patriarcal nas relações familiares e sociais, encontramos os escritos de Eni Mesquita Samara²⁰, que também, ao estudar a sociedade paulista do século XIX, observa que a multiplicidade dos arranjos domésticos impede que se aplique unicamente o modelo de família patriarcal nessa região. Nesse trabalho, a pesquisadora localiza em apenas 27% dos “fogos” (residências) a presença de indivíduos brancos, proprietários, chefes de famílias legítimas e com vários membros sob o seu comando, relacionados no recenseamento de 1836. Ressalta ainda a grande quantidade de residências que eram habitadas por indivíduos solitários, tanto do sexo masculino como do feminino, bem como o número reduzido de escravos nos “fogos”, evidenciando a heterogeneidade familiar no cenário social de sua pesquisa.

Maria Beatriz Nizza da Silva²¹, com seus estudos sobre o sistema de casamento no Brasil colonial, apresenta uma pesquisa de grande relevância para se entender a história das famílias no Brasil, uma vez que, partindo das inquietações de historiadores estrangeiros e da noção complexa de família durante todo o período colonial, toma o casamento como fio

¹⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

²⁰ SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: ed. Marco Zero & Secretaria de Estado e Cultura de São Paulo, 1989.

²¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: T.A. Queiroz: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

condutor de suas análises, como ponto de partida para a construção de sua narrativa a respeito da história da família colonial brasileira, apresentando uma família mais complexa.

A pluralidade de arranjos familiares e dos papéis femininos também foi percebida por pesquisadores que estudaram a sociedade mineira. Destacam-se, nesse contexto, os trabalhos de Raquel Mendes Pinto Chequer²² e Sílvia Maria Jardim Brügger²³, que propõem uma releitura de nossos primeiros ensaístas da família brasileira, afastando-se do conceito de família patriarcal.

No Piauí, Tanya Maria Pires Brandão²⁴, em estudos sobre família e poder na Capitania, também apresenta uma família patriarcal mais complexa, localizando o papel desta no exercício do poder político, bem como sua atuação em diversos espaços da vida social de então, discutindo como estas relações familiares atuaram na conquista e manutenção do poder da elite piauiense e deslocando o indivíduo em suas análises, valorizando as estratégias e relações possibilitadas a partir da inserção destes em redes familiares.

Mas em que aspectos consistem as críticas tecidas aos primeiros pesquisadores da família brasileira? De início deve-se ter sempre em vista que esses pioneiros dos estudos sobre a família brasileira escreveram o que lhes era possível do local social que ocupavam e da época em que estavam circunscritos, pois, como salienta José Carlos Reis, não há autores superados quando lidos em sua época²⁵. Mesmo assim, as críticas a eles guiaram-se pelo entendimento da existência de uma rede social e econômica no Brasil muito mais ampla e complexa²⁶, diferente da apresentada por nossos primeiros estudiosos da família brasileira,

²² CHEQUER, op. cit.

²³ BRÜGUER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal** – família e sociedade (São João Del Rei - Século XVIII e XIX). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

²⁴ BRANDÃO, T. op. cit., 1995.

²⁵ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagem a FHC. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

²⁶ CARDOSO. Ciro Flamarion Santana. O trabalho na Colônia. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

lembrando a existência de uma diversidade de famílias que variavam no tempo e no espaço.

Exemplo disso é o apresentado por Maria Beatriz Nizza da Silva ao afirmar que:

[...] as famílias dos senhores de engenho possuíam características distintas das famílias dos negociantes de grosso trato, que fazendeiros de gado, sitianteiros, chacareiros e roceiros e os que habitavam as zonas de mineração possuíam também estruturas patrimoniais específicas²⁷.

Assim, a reorientação dos estudos sobre a família brasileira fez-se em contraponto às análises de estudos pioneiros – que enfatizam a família patriarcal – indicando que as famílias extensas do tipo patriarcal não foram únicas ou predominantes, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simplificadas e de menor número de integrantes, significando que a descrição da família brasileira apresentada por ensaístas representam uma tipologia localizada, tendo sido utilizada erroneamente como representativa de todo o Brasil²⁸.

De acordo com Candice Souza e Tarcísio Botelho²⁹, de forma rotineira, os estudos de revisão sinalizam como clássicos fundadores do modelo de família patriarcal no Brasil, os escritos de Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Antonio Cândido e Sérgio Buarque de Holanda³⁰, e que se reconhece às idéias de Freyre como decisivas na configuração do modelo patriarcal da família brasileira. Esses ensaios representam tipologias localizadas – no caso de Freyre as áreas de lavoura de cana do nordeste – e que foram impropriamente utilizadas para identificar a família brasileira de modo geral³¹, desconsiderando que mesmo esta família patriarcal assumiu configurações regionalmente diferentes e mudou com o tempo.

²⁷ SILVA, op. cit., 1998, p. 07.

²⁸ SAMARA, op. cit., 1986; SOUZA, Candice Vidal; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro**. Disponível em: <http://www.icml9.org/?lang=es>, acessado em 17 de Janeiro de 2006.

²⁹ Ibid.

³⁰ FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978 (obra de 1933); VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. São Paulo: s/e, 1920; CANDIDO, Antônio. **The Brazilian Family**. Em *Brazil: Portrait of Half a Continent*, organizado por T. Lynn Smith ; Alexandre Marchant, p. 291-312. Nova York, The Press, 1951 e HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995. (obra de 1936).

³¹ SAMARA, op. cit., 1986.

Nas análises feitas nesses primeiros estudos, surge um modelo homogêneo e hegemônico da família brasileira, pensados a partir das grandes unidades agrárias de produção, sobretudo dos engenhos de açúcar. Assim, “o que seria uma situação localizada no tempo e no espaço é convertida em matriz para a sociedade colonial inteira, no período que se estende do século XVI ao XIX”³², no qual largos cortes temporais e reduzidos espaços são tomados como representativos de uma complexa e imbricada rede social, que se alteram em diversos tempos e espaços.

Ao se tomar, por exemplo, os escritos de Freyre e sua “família brasileira sob o regime da economia patriarcal”, as críticas que se interpõe à sua produção têm por base a restrição feita por este à zona açucareira nordestina e a rigidez do modelo, minimizando a multiplicidade de experiências ao longo do tempo e espaços brasileiros³³, bem como de restringir relações de miscigenação diversificadas, importantes para outras regiões que não a zona açucareira³⁴, como a ocorrida no Piauí.

Como alternativa à família patriarcal (estática, homogênea e hegemônica) consagrada nos escritos dos primeiros pesquisadores sobre a família brasileira, surgem pesquisas que contestam a existência de uma organização única de família aplicável aos vários segmentos sociais, propondo a existência de outros tipos de relações entre grupos sociais e o distanciamento de valores ético-morais entre o “ser” e o “dever ser” da família patriarcal. Em boa medida, coloca-se em dúvida a validade desse modelo de família patriarcal mesmo que localizado histórica e regionalmente, desmontando, assim, a primazia da moralidade patriarcal que os estudos clássicos acreditavam existir para todo o Brasil e sinalizando para atitudes e valores que divergem do ideal concebido no modelo de família patriarcal³⁵.

³² SOUZA; BOTELHO, op. cit., 2006, p. 03.

³³ FARIA, op. cit., 1997; SAMARA, 1986.

³⁴ SOUZA; BOTELHO, op. cit., 2006.

³⁵ Ibid.

No entanto, diferente de desconsiderar qualquer análise, deve-se ter em vista que somente a pesquisa documental, no estudo de caso específico, pode vir a confirmar ou contestar a presença e a forma da família patriarcal a dado grupo social, sobretudo, por se considerar o modelo patriarcal admissível no Brasil, mesmo que restrito a casos particulares ou ainda enquanto idéia, restringindo-se a valores éticos e morais desejados, mas que se desviam das práticas cotidianas desses grupos sociais. Seria o distanciamento entre o “ser” e o “dever ser”, no qual o modelo ético-moral da família patriarcal diluiu-se em boa parte das formas de organização familiar brasileira³⁶.

Com esse mesmo entendimento a historiadora Sylvia Maria Jardim Brüguer³⁷, em estudos sobre a família mineira, alargou o conceito de família patriarcal por considerar que esta não se relacionava apenas com o tamanho e com a chefia das unidades domésticas. Para a pesquisadora, o conceito de patriarcalismo liga-se mais à representação do poder que tinha a família na sociedade da época. Dessa forma, entende que mesmo que o comando familiar pudesse estar fragmentado, no imaginário mineiro setecentista havia a predominância de valores patriarcais, refletidos em práticas que colocavam a família no centro da ação social, devendo ser visto como uma manifestação de um poder familiar que fazia com que as pessoas se vissem mais como membros de um grupo do que como indivíduos.

Como frisa Lewin³⁸, o conceito convencional de família patriarcal de elite destacou, sobretudo, a autoridade absoluta, e mesmo brutal, que o pai exercia sobre o grupo familiar. No entanto, a conceituação ideal de chefe familiar desconsidera a existência de outros modelos e variações da organização e exercício do poder no interior das famílias de elite no Brasil. Desconsidera ainda que o chefe familiar muitas vezes não punia os infratores de seu código ideal de comportamento ou mesmo sofria concorrência feminina ou abdicava de decisão nos

³⁶ Ibid., e LEWIN, op. cit.

³⁷ BRÜGUER, op. cit.

³⁸ LEWIN, op. cit.

negócios e interesses da família, denunciando, assim, que o poder patriarcal nunca foi absoluto.

Importante, ainda, é ter em vista que o modelo de família patriarcal proposto pelos primeiros ensaístas, não correspondem a propostas únicas, mas sim propostas que se destacaram em meio a outras. Um clássico não é, assim, uma construção voluntarista, mas uma construção que se destaca em meio ao conflito³⁹, e a obra de Freyre, por exemplo, representa escrito que se firma em meio a vários de seu tempo.

A qualidade de pesquisas no nível das de Freyre não impediu que os críticos ao modelo patriarcal da família brasileira fundamentassem suas observações tendo por liame a contraposição documental, propondo alternativas de representação e vivências de famílias extraídas de ampla massa de dados, que muitos de nossos primeiros estudiosos não puderam ter à sua disposição. Sugerem, assim, modelos plurais de família, resultado de seus contornos particulares e irredutíveis a um único padrão, apresentando uma sociedade multifacetada e flexível, que rompe com a descrição tradicional, estreita de personagens e de relações.

No Piauí, a família patriarcal, entendida aqui como uma família de contornos particulares e multifacetados, irredutível a formas pré-determinadas, deixou marcas muito profundas na organização sócio-político da Província. Nesta pesquisa, o estudo sobre essa instituição ganha espaço privilegiado quando se observa a estreita relação entre família e poder na Colônia e, posteriormente, na Província, na qual seus membros – entre estes Padre Marcos de Araújo Costa – por meio de uma estreita rede familiar, assumem espaços de poder político e econômico que permitem sua atuação nas mais diversas esferas sociais.

Nesse sentido, entende-se a família piauiense como um corpo em constante movimento, desenraizado, portador de formas diversas, que não se reduz a conceitos estáticos, mas com algumas características identificáveis pelas atuações de seus membros. Assim, a imagem que

³⁹ REIS, op. cit.

ora se apresenta sobre a família piauiense representa um esforço de aproximação com algumas concepções já discutidas. Famílias que não se deixam prender pelo tempo ou espaços da pesquisa, mas que envolvem e instiga o presente, convidando-o a mergulhar nas marcas que elas cravaram na sociedade contemporânea. No caso em análise, entender as ressonâncias das ações sociais nas relações familiares e as repercussões das decisões tomadas no seio das famílias na esfera social tornam-se questões recorrentes nesta pesquisa.

5.1 Entre Parentes: redes familiares, Estado e patrimônio no Piauí do século XIX

No Brasil, a formação das famílias constituiu-se em um espaço permeado por disputas. Segundo Luiz Pinto⁴⁰, essas disputas surgem da importância e da forma organizacional familiar, frente à fraqueza da organização do Estado, fenômeno presente em todo o Brasil colonial, sobretudo nas regiões não-exportadoras, estendendo-se por boa parte no Império e deixando ainda reflexos no início da República.

Essas disputas também se fizeram presentes no Piauí que, como em outras regiões periféricas da empresa colonial portuguesa, buscava impor seus interesses locais em relação à influência das regiões exportadoras⁴¹. Se essas disputas não se fizeram sentir pelo derramamento de sangue⁴², ficaram marcadas por disputas econômicas e políticas, cujos grupos de origem familiar comum impuseram-se como elite dirigente. Diferente de ser caracterizada pelo sangue derramado, provocado pelas tensões e disputas, caracterizou-se pela mistura desse sangue via matrimônio.

⁴⁰ PINTO, op. cit.

⁴¹ CARDOSO, op. cit., 1996.

⁴² PINTO, op. cit. As lutas entre famílias que resultaram em derramamento de sangue foram uma constante durante todo o período colonial, deixando também suas marcas durante Império.

Em geral, a historiografia apresenta a relação entre Estado e família a partir da idéia de distanciamento, da dicotomia entre as duas esferas, circunscrevendo o primeiro na esfera pública e a segunda na esfera privada. No Brasil, entretanto, essa separação não era tão visível assim, pois, os espaços públicos e privados muitas vezes se confundiam⁴³, relação importante durante o Império, no qual o poder do Estado era impregnado por relações familiares⁴⁴, onde, geralmente, eram feitas as alianças e de onde partiam as decisões que marcariam a vida pública.

Essas famílias, que muitas vezes se confundiam com o Estado, constituíram-se em instituição central da vida social, política e econômica de boa parte do Brasil. Sociedades nas quais a formação do extrato de elite deu-se pela utilização de mecanismos que propiciaram a estes grupos legitimarem e ampliarem seu prestígio e poder. Entre eles, a posse da terra e o engajamento no aparelho burocrático do Estado, que aliado com uma “linhagem de prestígio”, conferia o direito ao domínio local⁴⁵, fenômeno que também se faz presente no Piauí.

A diferenciação dessas famílias inicia-se a partir da ocupação e da conquista do território, montado como empreendimentos militares familiares, esquadrinhando o desenho da base política da Capitania, cuja relativa autonomia local, resultante da distância em relação à autoridade da Coroa, concorreu para a conquista de prestígio e poder das famílias mais abastardas. Nesse período, o casamento surge como mecanismo utilizado pelas famílias para se aglutinarem, ampliando os laços econômicos, políticos e de solidariedade entre si. Entretanto, já no século XIX, outro mecanismo de aliança entrava em cena, os partidos políticos⁴⁶, que refletiam, mesmo com distorções, os arranjos familiares da Província, no qual se destacam dois poderosos núcleos familiares, um no Centro-Sul da Província, liderados

⁴³ NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

⁴⁴ MARIANO, op. cit.

⁴⁵ LEWIN, op. cit.

⁴⁶ Sobre o engajamento familiar nos partidos políticos ver: MARIANO, op. cit., RÊGO, op. cit., e BRANDÃO, T. op. cit., 2004.

pelos Sousa Martins, mais afeitos ao Partido Conservador e outro núcleo ao Norte, mais Liberais, capitaneados pelos Castelo Branco.

Nesse sentido, entende-se que a melhor maneira de compreender os arranjos e alianças políticas na Província, resultam em promover a investigação dos laços de parentesco, mecanismo pelo qual as redes familiares vão se incorporando à estrutura política⁴⁷.

Assim, mais uma vez justifica-se a relevância de se tentar compreender o papel das relações de parentesco na organização e distribuição de poder no Piauí, que lança suas bases ainda no final do século XVII, tendo continuidade na vida política durante o Império. Exemplo do que se afirma, pode ser ilustrado com a figura Manuel de Sousa Martins, herdeiro das primeiras famílias de elite a reocupar o Piauí, assumiu funções na administração pública ainda em 1804, como militar. Em 1821 assume o cargo de Vice-Presidente da Junta Governativa e, em 1843, ainda se encontrava no poder, enquanto Presidente da Província⁴⁸.

Esse mesmo exemplo serve para ilustrar que as posições tomadas pelos líderes da política local se alicerçavam mais em seus interesses privados e familiares que em suas convicções políticas ou partidárias, observado com a adesão de Sousa Martins à causa da Independência por ter tido seus interesses contrariados na eleição para a Junta Governativa de 1822, da qual saiu derrotado. A esse respeito Abdias Neves é bastante esclarecedor. Segundo ele,

⁴⁷ KUZNESOF, Elizabeth. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 9, 1988/89. Em estudo sobre o impacto causado pela família sobre o desenvolvimento econômico e político em São Paulo dos séculos XVI ao XIX, a autora observa que por meio da estrutura de parentesco e da família as redes informais da política passaram a se fixar e ser mantidas no poder. Essa mesma condição é observada por BRANDÃO, T. op. cit., 1995, no que se refere à sociedade piauiense dos séculos XVII ao XIX. Lembre-se ainda que Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe. Modelos da História e da historiografia imperial. In: NOVAIS, op. cit., os modos de vida do Império brasileiro tiveram por fundamento a continuidade dos modos de vida herdados da América portuguesa.

⁴⁸ A relação de Sousa Martins com a administração pública piauiense remonta a 1804, quando ingressa nas forças militares, reformando-se em 1820 no posto de Brigadeiro. Foi ainda Comandante das Armas no Piauí durante o ano de 1822. No ano de 1821 ganha maior visibilidade no cenário político piauiense, quando assume o cargo de Vice-Presidente da Junta Governativa do Piauí (26/10/1821 à 07/04/1822). Posteriormente, após ter proclamando a adesão de Oeiras à Independência do Brasil (24/01/1823), assume a Presidência da Junta Governativa de 1823 e mantém-se no poder, com raros e rápidos interstícios, até 30/12/1843.

o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que tomara à frente da conspiração, não por patriotismo, nem por amor à independência, mas por despeito por ser vencido nas eleições de 7 de abril de 1822, não quis que outro tivesse a glória da proclamação. Compreendeu que não havia mais perigo em aderir ao movimento. Tratou, então, de reunir com urgência os conjurados, que, ao cair da noite 23 de janeiro, foram, um a um, chegando à sua casa⁴⁹.

Como ainda ressalta Pinto⁵⁰, a força da família, enquanto instância de poder, fez-se maior nos locais em que a presença do Estado apresentou-se de forma limitada, no caso em análise, o Piauí colonial, que tinha no grupo familiar a base de sua estrutura de poder, mantendo-a ao longo da primeira metade do século XIX⁵¹. Assim, a família como unidade básica, toma para si boa parte do controle social, inclusive o seu caráter político e jurídico⁵², elementos decisivos na estrutura administrativa local.

Essa estrutura de poder de base familiar somente passou a sofrer desgaste a partir de meados do XIX, quando o *pater familias* torna-se um arquétipo em decadência ao instante que “novos canais de mobilidade social tinham sido abertos no Brasil, pelo menos para os homens”⁵³. Entre esses canais, pode-se exemplificar com a expansão das oportunidades na educação, pois, “com a fundação das faculdades de direito e de medicina, na década de 1820, os filhos de fazendeiros adquiriram as qualificações formais e o apetite por carreiras profissionais que os libertariam da terra e afrouxariam consideravelmente os laços do controle patriarcal”⁵⁴.

Os efeitos desses novos canais de mobilidade social somente se fizeram sentir mais tarde no Piauí. Canais esses que Padre Marcos teve significativa participação ao preparar alunos para essas faculdades e para os cargos burocráticos criados no período.

⁴⁹ NEVES, op. cit., 1974, p. 84.

⁵⁰ PINTO, op. cit.

⁵¹ BRANDÃO, T. op. cit., 1995.

⁵² PINTO, op.cit. Segundo o autor, a comunidade de ‘sangue’ precede a comunidade territorial, na qual a família surge como um “pequeno Estado”, assumindo inclusive seu caráter jurídico de promover a justiça, e na ausência de um poder suprafamiliar, a vingança privada surge como forma normal e permanente de repressão e defesa do grupo familiar.

⁵³ LEWIN, op. cit., p. 173.

⁵⁴ Ibid., p. 173.

No Piauí, as fazendas constituíram-se em núcleos efetivos de povoamento, produzindo e consumindo bens e produtos, bem como socializando novos membros em seus valores e normas sociais. Nessas, a endogamia entre as famílias de elite constituiu-se em elemento de fortalecimento político e econômico, preservado através da seleção dos cônjuges⁵⁵. A família era, então, tomada como um instrumento de controle social. Para ela convergiam a vida econômica, social e política. Essa condição, por vezes, a colocava em oposição ao Estado, por ter assumido uma série de suas funções sociais. No entanto, ao tempo em que os grupos familiares começaram a se engajar no corpo burocrático, e o Estado a retomar para si parte de suas atribuições que lhe eram comuns – ao que muitos interpretaram como redução do poder familiar – a família ampliou suas áreas de influência, fenômeno que se percebe, sobretudo no Império, cuja administração recrutava seus membros no interior dos grupos familiares⁵⁶.

Ao se analisar, por exemplo, o posto de Delegado de Polícia da cidade de Jaicós entre as décadas de 1840 e 1860, verifica-se a predominância das famílias Sousa Martins, Viera de Carvalho e Araújo Costa entre aqueles que assumiram este cargo. Essas famílias fazem parte do rol de famílias que compuseram a elite colonial piauiense que mantiveram sua hegemonia do poder político por meio de estratégias de mandonismo, entre elas, a indicação de Delegados e Chefes de Polícia.

A importância dessa constatação amplia-se ao se lembrar que os delegados eram os principais agentes dos Presidentes no controle das Províncias. Eles mantinham abertos os canais de comunicação e de reconhecimento da influência e importância dos chefes e famílias locais.

O delegado representava ainda o centro de decisões para o cidadão comum, muitas vezes único agente do Estado com que entrava em contato. O poder local dos delegados

⁵⁵ BRANDÃO, T. op cit., 1995.

⁵⁶ GRAHAN, op. cit.

originava-se de seu direito do uso da força e armas dos corpos policiais, além do poder de recrutamento das forças policiais, instrumento manejado por estas autoridades locais, em geral homens de posse. Cabe lembrar ainda que durante o recrutamento abria-se a possibilidade da gratidão pela dispensa, expediente muito usado por delegados em épocas de eleições.

Os delegados, embora nomeados pelo Governo da Província, por extensão pelo Imperador, provinham em geral da classe dos proprietários rurais membros das redes de poder local. Os titulares desses cargos passaram, assim, a deter autoridade sobre a sina dos mais pobres, instrumento poderoso nas mãos dessas redes familiares.

Destaque-se também que os governantes não podiam prescindir da nomeação das forças policiais, que possuíam como uma de suas missões garantirem a tranqüilidade dos pleitos eleitorais e, por sua vez, empenhavam-se com entusiasmo, inclusive na promoção de fraudes.

De maneira geral, o recrutamento era uma prática arbitrária utilizada desde os tempos coloniais, que perdurou pelas primeiras décadas do século XIX. Representou, inclusive, uma das causas mais importantes para a eclosão da Balaiada, um dos movimentos mais violentos do período regencial.

No Piauí, o fenômeno da ampliação das áreas de influência das famílias tornou-se mais visível com o surgimento da vida municipal a partir da segunda metade do século XVIII. Como destaca Tanya Brandão, “o prestígio e poder do grupo familiar foram garantidos através do controle do poder do estado, exercido através da ocupação de cargos e funções político-administrativos”⁵⁷.

Desde a instalação do governo, os grupos familiares de elite – proprietários de terras, gado e de escravos – organizaram-se de forma a atuar politicamente através das câmaras e demais instâncias burocráticas, observando-se um maior engajamento das famílias por meio

⁵⁷ BRANDÃO, T. op. cit., 1995, p. 97.

de seus membros no aparelho burocrático. Assim, a presença do Estado, se por um lado, enfraqueceu a força dos grupos familiares, reavendo espaços tomados pelas famílias, por outro, ofertou a estes grupos novos espaços de atuação, novas frentes, sobretudo espaços de embates políticos e econômicos, estreitando ainda mais suas redes de poder, que possuíam por amálgama laços a partir do núcleo familiar.

Assim, na Colônia, o mesmo podendo ser dito sobre o Império, a família constituiu-se como forma de um grupo se perpetuar no poder⁵⁸, fortalecendo-se por meio das alianças entre os grupos, formando redes familiares através do casamento, nas quais a união dos cônjuges, mais que a união de pessoas, representava também a união de famílias, pois,

[...] para a elite do Piauí colonial a decisão de constituir família passava pelo desejo e necessidade de gerar filhos continuadores do nome da família e herdeiros legítimos do patrimônio privado. Entre as pessoas dessa camada social o casamento apresentava-se ainda, como instrumento de vinculação entre famílias. A prole de um casal era prova concreta desse tipo de união e liame para novas alianças. Adivinha daí a importância do casamento na formação da família de elite piauiense, espinha dorsal da estrutura social e base da estrutura de poder na capitania⁵⁹.

Revisando a literatura, observa-se que, mesmo com a predominância do sexo masculino e adulto, a família colonial começou a existir no Piauí na segunda metade do século XVII, com a instalação da pecuária e o repovoamento do território conquistado dos povos nativos. No entanto, a ampliação do quadro familiar ganhou impulso somente ao longo do século XVIII, após a fase da conquista do território, quando houve um favorecimento ao crescimento da população já estabelecida e a entrada de novos habitantes, entre os quais se encontrava grande número de mulheres⁶⁰.

Conforme alerta Luis Mott⁶¹, em meados do século XVIII, no Piauí existia um considerável número de domicílios cujas pessoas neles residentes não apresentavam relações

⁵⁸ DEL PRIORE, Mary. **A família no Brasil colonial**. São Paulo: Moderna, 1999.

⁵⁹ BRANDÃO, T. op. cit., 1995, p. 139.

⁶⁰ MOTT, Luis. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: COMEPI, 1985.

⁶¹ Ibid.

de parentesco, atribuindo a pecuária extensiva o incremento desse tipo de organização domiciliar, indicando que, no Piauí colonial, em 22,8% das casas viviam pessoas sem nenhum vínculo consanguíneo. Já ao que se refere ao crescimento populacional, entre os anos de 1697 e 1822, a população piauiense saltou de 438 pessoas para aproximadamente 100.000 habitantes. Essa condição foi possibilitada basicamente em razão de intenso movimento migratório para o Piauí no século XVIII, sobretudo de colonos do sexo masculino⁶².

No Piauí colonial a família conjugal ganhou especial importância, visto que o casamento, em particular para as famílias da elite, representava ato social com implicações econômicas e políticas, desempenhando destacado papel na sociedade como dispositivo de articulação, cujo sentido era a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Dessa forma, o sacramento do casamento para a sociedade representava mais que a união de dois cristãos diante de Deus, era também rito social que marcava ao mesmo tempo a união de famílias, instrumento fundamental na composição das redes familiares.

Apesar das ações da Igreja no sentido de encaminhar a população colonial brasileira ao matrimônio, esta não conseguiu impor a união matrimonial como única forma de relacionamento sexual, apesar da celebração do matrimônio representar objeto de muita atenção, por envolver muitos interesses. Durante a Colônia, muitas uniões podem ser classificadas como consensuais ou clandestinas – ilegítimas pelas leis canônicas e civis do Estado – encontrando alto índice no Piauí, sobretudo se considerar que no Brasil o casamento oficial não se generalizou durante o período colonial⁶³.

O casamento oficial encontrou maior espaço apenas entre os grupos de maiores posses, nos quais o mesmo representava, além da união de pessoas, a união de bens e de famílias. No entanto, por meio do sacramento do matrimônio imprimia-se um caráter divino e legal às

⁶² BRANDÃO, T. op. cit., 2001.

⁶³ Ibid., e BRANDÃO, T. op. cit., 1995.

famílias. O “ser casado” representava uma condição almejada, um “dever ser”, símbolo de reconhecimento e respeito social.

A grande presença de casais ilegítimos no Piauí, no entanto, não significa que essa seria uma população pouco afeita ao religioso. Como observa Tanya Brandão, apesar de ser tema pouco estudado na historiografia piauiense, deve-se destacar as dificuldades de uma assistência religiosa mais presente em tão amplos espaços e reduzido número de sacerdotes. A religiosidade e o temor a Deus ficam demonstrados no uso freqüente de objetos pessoais, em ouro e prata, em forma de medalhas com imagens de santos e a declaração expressa em testamentos determinando missas a serem celebradas em intenção da alma do testador, a indicação da preferência pelo enterro nas igrejas, prática comum entre as pessoas de posses na Colônia, e do hábito do santo como mortalha. Por meio dessas informações, “constata-se o temor do inferno e o reconhecimento público da crença de que era pela via da igreja e da religião cristã que poderiam obter a salvação da alma”⁶⁴.

A importância da família conjugal ainda se faz sentir pela legitimidade que conferia aos seus herdeiros, “nomeando os controladores do nome da família e herdeiros natos do patrimônio dos pais”⁶⁵. Um patrimônio material que servia de base ao patrimônio político-social da família.

Em face disso, o casamento representava instrumento de manutenção e ampliação do patrimônio privado e para evitar a dispersão dos bens. As gerações mais novas herdavam os bens materiais, prestígio e poder de seus ascendentes com a tarefa de mantê-los e/ou ampliá-los por meio das alianças matrimoniais.

⁶⁴ BRANDÃO, T. op. cit., 1995, p. 138.

⁶⁵ Id., 2001, p. 184.

Nesses casamentos, pouco significado teria o amor entre os nubentes, “seus interesses pessoais em termos de atração física e afetividade eram marginalizados”⁶⁶. A escolha do cônjuge deveria atender a critérios, sobretudo políticos e econômicos. Fazia-se, em geral, dentro de um ciclo limitado de sujeitos que atendiam aos padrões e normas determinados. Eram observadas a origem e posição sócio-econômica dos candidatos a nubentes e a aquiescência de suas famílias.

Como o número de pessoas de projeção social⁶⁷ manteve-se sempre reduzido, até o século XIX, o mercado nupcial interno também se apresentou limitado para a elite local. Como a escolha de cônjuge deveria ocorrer entre “iguais”, nesse grupo da sociedade piauiense, predominaram os casamentos entre pessoas de um pequeno conjunto de famílias. A partir disso, formaram-se estreitas redes familiares de natureza endogâmica, que predominaram no exercício do controle do poder político no Piauí.

Além do vínculo matrimonial e consangüíneo, essas redes mantinham-se unidas por laços de solidariedade e de dependência material, moral e política que caracterizaram o relacionamento entre seus membros. Assim, o fato de nascer dentro dessas redes familiares representava condição natural que possibilitava inserção em espaços de mando. Competia a esse novo membro ampliar o patrimônio e o prestígio pessoal e familiar. A contínua reprodução dessa ordem familiar gerou o que se pode chamar de uma “elite de primos”.

A consolidação dessas famílias como elite ocorreu a partir da instalação da Capitania, quando a população local sofreu reestruturações em face do redirecionamento das concessões de sesmarias, privilegiando os habitantes da região, e do engajamento destes no aparelho administrativo.

⁶⁶ Id., 1995, p. 148.

⁶⁷ Na sociedade do Piauí oitocentista, representavam pessoas de projeção social os proprietários de bens como terra, gado e escravos, os membros da administração, bem como portugueses que no Piauí se estabeleceram. Durante o século XVIII, formaram-se ali os primeiros grupos familiares. Esses tiveram a seu favor a possibilidade de se estruturar e formar patrimônio constituído de terras, gado e escravos, o que lhes garantiram domínio e prestígio no conjunto da sociedade local no século seguinte.

Torna-se pertinente também assinalar que, entre os casais troncos das redes familiares no Piauí, nem todos eram constituídos por proprietários de terra, sobretudo os reinóis que na região se estabeleceram. No entanto, “verifica-se que no período entre 1762 e 1822 as famílias originárias dessas pessoas compunham a elite local. Nesse período, elas, além de adquirirem a condição de proprietários de terra, gado e escravos, conseguiram manter-se hegemônicas no campo político”⁶⁸.

Marcos de Araújo Costa foi um dos membros dessa elite. Herda bens materiais, prestígio social e poder político, e aprende a multiplicá-los. Valendo-se da condição de “homem de idéias” e “homem do Sagrado”, atua em diferentes redes de poder social, o que levou à consolidação e à ampliação do patrimônio político, econômico e social de seu grupo familiar.

Descendente dos primeiros troncos colonizadores que se instalaram no Piauí, sua família, os Araújo Costa, já em 1697, possuía representantes entre os primeiros fazendeiros radicados, originários do casal constituído pelos portugueses Manoel de Araújo Costa e Ana Oliveira, curraleiros proprietários de escravos que em 1697 residiam na fazenda Suçuapara, às margens do rio Piauí, afluente do Canindé.

Desse casal-tronco descenderam dois filhos, um ordenado padre, Domingos de Araújo Costa, e uma filha, de nome Antônia do Espírito Santo. Essa casou-se ainda na primeira metade do século XVIII com o Capitão-Mor João Francisco de Paiva, português que fixa residência no Piauí e, em pouco tempo, talvez incentivado pelo sogro, transforma-se num grande proprietário de terras, chegando a possuir 14 fazendas, entre elas Paulista (atual cidade de Paulistana), lugar em que mais tarde nasceu Padre Marcos.

Por descendente, esse casal deixou como único filho Marcos Francisco de Araújo Costa, que se casa com Maria Rodrigues de Santana, gerando entre seus descendentes Padre Marcos.

⁶⁸ BRANDÃO, T. op. cit., 1995, p. 150.

Marcos Francisco, nascido no Piauí em outubro de 1743, foi um homem culto, que apesar de não possuir formação superior, foi Juiz ordinário e de órfãos de Jerumenha e juiz ordinário em Oeiras. Foi ainda Sargento-Mor e Ouvidor Geral em Oeiras e membro da Junta Governativa da Capitania (1784/1786). Não se conhece a dimensão total de seu patrimônio, sabe-se apenas que recebeu em herança do tio e padrinho, Padre Domingos de Araújo Costa, a quantia de 400\$000 (quatrocentos mil réis)⁶⁹.

A atuação de seu pai como magistrado influenciou o interesse de Padre Marcos por assuntos jurídicos. Ao se compulsar os documentos produzidos por ele, na condição de Presidente da Câmara de Jaicós, observa-se um forte apego à legislação, doutrina e jurisprudência imperial como fundamento de seus pedidos e providências. Apesar de uma profunda vivência política, acredita-se que seu apego às leis tem direta relação com as experiências vividas na casa paterna. Seu pai, como magistrado, provavelmente legou ao jovem Marcos experiências e literatura que se refletiram em sua postura como administrador público.

As fontes sobre Maria Rodrigues são bastante escassas. Falecida em Boa Esperança em 1837 após longo período de enfermidade. Pelo casamento com Marcos Francisco, Maria Rodrigues vincula a família Araújo Costa aos Sousa Martins por ser irmã de Ana Rodrigues de Santana, esta casada com Manoel de Sousa Martins (pais do futuro Visconde da Parnaíba). Vincula ainda os Araújo Costa aos Coelho Rodrigues e aos Vieira de Carvalho, por ser filha de Valério Coelho Rodrigues e neta de José Vieira de Carvalho. Essas famílias, como muitas outras, estruturaram-se a partir de portugueses que buscaram fixar residência no Piauí entre o final do século XVII e século XVIII onde casaram-se com mulheres locais.

Assim, do casamento entre Marcos Francisco de Araújo Costa e Maria Rodrigues de Santana, deriva uma importante aliança entre famílias que assumiram cargos de prestígio

⁶⁹ Cf. ARAÚJO COSTA, op. cit., 1999.

social no cenário piauiense. Por esse casamento uniram-se as famílias Araújo Costa, Vieira de Carvalho⁷⁰ e Coelho Rodrigues⁷¹, uma vez que, como dito, Maria era filha do fazendeiro português Valério Coelho Rodrigues com sua esposa Domiciana Vieira de Carvalho. Essa por seu turno era filha de um dos casais pioneiros da colonização piauiense, José Vieira de Carvalho e Maria Freire da Silva.

Da união entre Marcos Francisco e Maria Rodrigues, descendem o tenente-coronel Inácio Francisco de Araújo Costa⁷², Antônia Rodrigues de Santana, Francisco Manoel de Araújo Costa⁷³, Josefa Maria da Purificação, Maria Rodrigues de Santana, Ana Rodrigues de Santana e Marcos de Araújo Costa.

Na passagem do século XVIII para o XIX, a malha familiar em que se inseriam os Araújo Costa torna-se ainda mais extensa e com grande influência na Colônia. Compunha-se basicamente de primos, graças a alianças celebradas pelos casamentos consangüíneos e parentes por afinidade.

Desse modo, no Centro-Sul formou-se um influente e extenso núcleo familiar, a qual Padre Marcos se filia de forma direta, originado a partir do tronco Valério Coelho

⁷⁰ Do casal Valério Coelho Rodrigues e Domiciana Vieira de Carvalho descendem 16 filhos que deram origem a muitas famílias piauienses, as quais se vinculam políticos piauienses e maranhenses. Nessa mesma geração a família Coelho Rodrigues, já vinculada aos Vieira de Carvalho, liga-se aos Sousa Martins, uma vez que Ana Rodrigues de Santana, também filha de Valério, casa-se com o português Manoel de Sousa Martins, fixado na região de Oeiras. Os Araújo Costa se ligam ainda aos Sousa Martins e aos Pereira da Silva, pelo casamento de Teresa Maria de Jesus, (neta de Antônio Pereira da Silva) com Joaquim de Sousa Martins (filho do casal Manoel de Sousa Martins e Ana Rodrigues de Santana) e o casamento de Isabel Brígida da Purificação (também neta de Antônio Pereira da Silva) com Inácio Francisco de Araújo Costa (filho de Marcos Francisco de Araújo Costa e sobrinho-neto do casal Manoel de Sousa Martins e Ana Rodrigues de Santana).

⁷¹ De acordo Carvalho, op. cit., 1988, a família Coelho descende de fidalgos que remontam a D. Egas Moniz, em Portugal. O nome Coelho teria sido usado por seu bisneto, Soeiro Veigas Coelho, tomado de seu avô materno João Vasques Coelho. No entanto, deve-se observar que o nome Coelho era muito comum e possui, como ainda hoje, inúmeras ramificações. Desta feita, não há como assegurar descendência nobre dessa família no Piauí. Independente de sua origem fidalga deve-se destacar que no Piauí esta família vem fazer parte de uma rede familiar que se estabelece como elite mandatária.

⁷² Tenente Coronel, Comandante de Polícia, Membro da Junta Governativa (1823-24), Membro da Junta Defensiva piauiense na Confederação do Equador, Membro do Conselho do Governo e do Conselho Geral da Província. Presidente da Província. Deputado Provincial. Abolicionista. Barão do Estreito. Apesar de ser irmão de Padre Marcos e a localização de alforrias concedidas pelo Padre ao longo de sua vida, a documentação disponível não permite fazer enlances a respeito de uma possível influência abolicionista de Inácio sobre o irmão ou de este ter recebido esta influência do Padre.

⁷³ Tenente Coronel.

Rodrigues/Domiciana Vieira de Carvalho, que controlaram a vida política da Província por grande parte do século XIX. Como destaca Tanya Brandão, “nesse conjunto de primos não se pode isolar os Coelho Rodrigues, os Alves da Rocha, os Araújo Costa, os Pereira da Silva, os Santos, os Sousa Martins, os Mendes, os Paiva, os Ferreira Gomes, dentre outros nomes que figuram na genealogia Vieira de Carvalho”⁷⁴. Essas famílias compuseram a elite colonial piauiense, na qual “esta rede familiar mantém a hegemonia do poder político e, utilizando estratégias políticas de mandonismo local, garantem tal hegemonia até a República”⁷⁵.

Por outro lado, ao Norte da Província, formou-se, com já frisado, outro importante núcleo familiar para a vida sócio-política do Império. Esse núcleo encontra na família Castelo Branco seus principais representantes. Sua origem remonta ao português D. Francisco da Cunha Castelo Branco, Capitão de Infantaria em Portugal, casado com Maria Eugenia de Mesquita e irmão do Conde de Pombeiro, que chegou ao Brasil em 1693. Após um tempo no Pernambuco, decide mudar-se para o Maranhão, mas naufraga em sua transferência e decide fixar-se em Santo Antonio de Serubim de Campo Maior. Desse tronco familiar do Norte da Província, originou-se extensa família, que se espalhou por todo o Brasil, e que entrou em choque com interesses do núcleo familiar do Centro-Sul, liderados pelos Sousa Martins.

Por descendentes, D. Francisco deixou três filhas em seu primeiro casamento e um filho do segundo. De suas filhas ampliou-se sua descendência, quando Anna Castelo Branco de Mesquita e Maria Monte Serrate Castelo Branco casaram-se com João Gomes do Rêgo Barros, em primeira e segunda núpcias, com sete descendentes, e Clara da Cunha e Silva Castelo Branco casou-se com o nobre português Manuel Carvalho de Almeida, deixando nove descendentes. De seus filhos, originam-se numerosa descendência familiar cujos ramos diretos colidem com os Castelo Branco, Borges Leal, Pereira Ferraz, Burlamaqui, Pereira da Silva, Rêgo Barros, Rêgo Monteiro, e em seus ramos colaterais os Sousa Silva, Silva Moura,

⁷⁴ BRANDÃO, T. op. cit., 1995, p. 174.

⁷⁵ Ibid., 1995, p. 313.

Gonçalves Rodrigues, Borges de Carvalho, Fortes Rêgo, Almendra Freitas, Pires Ferreira, Lages, Resende e Tito⁷⁶.

Segundo Rêgo⁷⁷, entre as famílias que atuaram junto à administração da Província na condição de Presidentes, Vice-Presidentes e de deputados provinciais, destacam-se as famílias Vieira de Carvalho, Coelho Rodrigues, Sousa Martins, Pereira da Silva, Ferreira de Carvalho, Coelho e Sousa Mendes, famílias estas vinculadas em ramos diretos aos Araújo Costa. Vinculam-se, ainda, por ramos colaterais, às famílias Pereira Ferraz, Soares da Silva, Ribeiro Gonçalves, Silva Moura, Pereira Carvalho, Albuquerque Cavalcanti, Rocha, Nogueira, Madeira, Aguiar e Ferreira.

Essas famílias compunham uma rede de famílias do Centro-Sul piauiense que tiveram forte influência sobre a administração provincial, influência que se estende à República. Sua influência sobre a administração provincial pode ser observada por meio das cadeiras ocupadas por seus representantes na Assembléia Provincial durante o Império, no qual, durante o período da Regência, observa-se uma confortável posição no legislativo provincial, liderados pelos Sousa Martins e aparentados. Dentre os 39 deputados que assumiram suas funções à Assembléia Provincial para as legislaturas de 1835/7 e 1838/9, 22 deputados (56,41%) guardavam afinidade com o núcleo familiar do Centro-Sul, ao instante que apenas seis deputados (15,38%) vinculam-se ao núcleo familiar do Norte, representados pela família Castelo Branco e aparentados. Apesar de não ser possível precisar a vinculação política ou familiar de 11 dos deputados (28,2%) – alguns por não serem de famílias piauienses – é certo que se vincularam a um dos dois núcleos familiares sem, no entanto, modificar a hegemonia do núcleo do Centro-Sul.

⁷⁶ RÊGO, op. cit.

⁷⁷ Ibid.

Entre os anos de 1840 e 1852, período de organização do II Império, dos 70 eleitos, 31 deputados (44%) vinculavam-se ao núcleo Centro-Sul, 11 deputados (16%) ao núcleo Norte e 28 deputados (40%) não possuíam vínculos familiares diretos a nenhum dos dois grupos, mas, possivelmente ligaram-se a um dos dois. Para o período de 1852 a 1870, período de apogeu do reinado de D. Pedro II, a relação de força entre as famílias pouco se alterou. Dos 123 cargos de deputados, 51 destes (42%) ligavam-se ao núcleo do Centro-Sul, 25 (21%) ligavam-se ao núcleo Norte e 47 deputados (37%) não possuíam ligações familiares diretas com nenhum dos dois grupos.

Para o último período do II Império, entre os anos de 1870 e 1889, assiste-se a um enfraquecimento no Núcleo Centro-Sul, mas que ainda mantinha-se forte. Das 243 cadeiras, 24% dos deputados vinculavam-se ao núcleo Centro-Sul, 14% ao núcleo Norte. 62% dos deputados não se vinculavam diretamente a nenhum dos grupos, entretanto, aliavam-se a um ou outro grupo⁷⁸.

A representatividade política das famílias do Centro-Sul pode ainda ser observada por meio da origem familiar dos vice-presidentes da Província que assumiram interinamente a Presidência durante o Império. Dos 27 vice-presidentes que assumiram interinamente a presidência, nove (33,4%) pertenciam ao núcleo familiar do Centro-Sul, quatro (14,8%) vinculavam-se ao núcleo Norte e 14 (51,9%), alguns oriundos de outras províncias, não possuíam vinculação familiar direta a nenhum dos dois núcleos.

A forte presença de representantes de núcleos familiares específicos na administração pública sinaliza para a importância das famílias na organização do poder local, entre as quais, sobressaem-se, para os objetivos desta pesquisa, a rede familiar do Centro-Sul, na qual os Sousa Martins foram seus principais representantes, e a rede familiar do Norte da Província, dentre as quais os membros da família Castelo Branco foram seus principais representantes.

⁷⁸ Ibid.

Padre Marcos nasceu, assim, em meio à disputa política entre famílias e no seio de um importante entroncamento familiar que vai lhe permitir percorrer os mais diversos espaços e esferas de poder da Província. Sua atuação no cenário social piauiense foi das mais significativas, seja como clérigo, seja como educador ou engajado na administração pública. Sua formação intelectual e a condição de herdeiro das elites políticas do Centro-Sul do Piauí foram as bases para constituir-se também em ideólogo político de seu grupo de poder⁷⁹, sobretudo nos quase vinte anos da administração de Manuel de Sousa Martins, do qual era primo em primeiro grau.

Assim, o estudo de sua trajetória organiza-se sob a perspectiva das relações entre o individual e o social, no qual se observam, a partir de Padre Marcos, as estratégias utilizadas pelas redes familiares, na capital e vilas da Província, para manterem-se no poder em um período de profundas modificações sociais e políticas, a exemplo das lutas, em solo piauiense, pela emancipação do Brasil e seus rearranjos posteriores durante o Império.

É importante lembrar que, no Piauí, a propriedade rural firmou-se desde cedo como um dos elementos definidores dos grupos dominantes, tendo como elemento de unificação o vínculo familiar. Os laços de parentesco deram forma a extensos grupos familiares, cuja força política se fazia sentir, para além de suas propriedades. Detinham o poder na Província, face ao controle político exercido por membros dessas famílias, engajados na administração pública.

Nessas relações de força, Padre Marcos apresentou atuação decisiva em seu grupo. Além de ações como sacerdote, foi membro da administração provincial e assumiu significativa importância no cenário político piauiense ao promover a formação, em sua escola, de parte dos membros da administração da Província. Muitos desses haviam estudado na escola custeada e dirigida por ele, em uma sociedade em que somente a administração

⁷⁹ NUNES, op. cit.

pública necessitava de quadros com educação escolar. Assim, a escola de Boa Esperança, considerada pela historiografia a maior instituição de ensino de Primeiras Letras e de Instrução Secundária da Província até meados do século XIX, assumiu o encargo de formar parte significativa dos quadros administrativos da burocracia piauiense e mesmo de outras regiões do Império. Em Boa Esperança, parte das novas gerações eram preparadas conforme interesses, conscientes ou não, da rede de poder de que fazia parte Padre Marcos, fortalecendo-os e criando elos de alianças entre seus integrantes.

Nesse período, de acordo com Rêgo, “[...] fora das classes privilegiadas, poucos conseguem diploma de Doutor. Por conseguinte, fora dela, poucos alcançam os degraus mais altos da carreira política”⁸⁰. Padre Marcos, por meio de sua Escola, ofertava a instrução básica necessária a alguns de seus alunos que pretendiam ingressar nas academias do Império. Entre os ex-alunos do Padre, a formação mais freqüente, possivelmente por influência das tradições ibéricas e pela configuração histórica do período, era a jurídica, ligada, sobretudo, à faculdade de direito do Pernambuco, destino de alguns dos egressos de sua escola.

Entre os piauienses, os poucos “escolhidos” a continuarem seus estudos fora da Província, possuíam o amparo de suas famílias. Isso porque, na época, as academias superiores concentravam-se em somente quatro Províncias⁸¹, todas muito distantes. Além do deslocamento, os custos com curso e com a manutenção do aluno por cinco a seis anos, impediam os pais com menores posses enviassem seus filhos para estudarem nessas academias.

Essa centralização das academias superiores resultou no convívio obrigatório de estudantes de diferentes regiões que, submetidos a uma ideologia homogênea, saíam de seus

⁸⁰ RÊGO, op. cit., p. 184.

⁸¹ São estas as faculdades de Medicina nas Províncias da Bahia e de São Paulo e Direito no Pernambuco e no Rio de Janeiro.

cursos com concepções políticas e jurídicas parecidas, o que se refletiu nos perfis dos partidos políticos do Segundo Reinado, que mantinham diferenças estruturais insignificantes⁸².

É certo que no Brasil oitocentista, os membros das famílias com menor poder aquisitivo completavam a educação secundária em escolas militares ou em seminários. No caso do Piauí, o acesso à instrução era ainda mais restrito devido ao número limitado de instituições escolares existentes em seu território. Em face disso, para muitos, a educação somente ocorria em escolas “familiares” ou “domésticas”, destinadas ao ensino das Primeiras Letras.

Durante o Império, em um Piauí de raras escolas, era grande a concentração de renda e riquezas e poucos tinham acesso à instrução formal. Por sua vez, a instrução formal constituiu-se em pré-requisito para a ocupação de cargos no serviço público e acesso à política, dado o impedimento de analfabetos participarem da vida política, seja na condição de candidatos ou de eleitores. Dessa forma, a instrução formal serviu à manutenção da elite no aparelho estatal. O engajamento na burocracia representava a possibilidade de construir uma carreira política, assegurando potenciais fontes de renda em um momento de oportunidades escassas⁸³ e, sobretudo, atuar de forma a garantir a hegemonia do grupo familiar.

Padre Marcos representou, assim, sujeito dos mais importantes nas relações de poder no Norte do Império, expressivo representante das redes familiares do Centro-Sul piauiense. Além de membro de importante família, era “homem do Sagrado”, mediador da relação entre os homens e Deus, e “homem do Estado”, atuando junto à administração pública como membro e articulador político. Era ainda “homem das idéias”, de notório saber, condição importante ao lembrar-se que a instrução de um membro do grupo familiar de elite representava via de acesso ou de fortalecimento de posição dentro do grupo⁸⁴, o que ainda lhe

⁸² RÊGO, op. cit., 2001.

⁸³ Ibid.

⁸⁴ QUEIROZ, M. op. cit., 1976.

possibilitou o acesso a diversas outras famílias da elite piauiense e de outras províncias, por meio dos alunos e egressos de sua escola.

O sucesso da escola de Boa Esperança deveu-se, em muito, ao prestígio desfrutado por seu idealizador e à sua condição de mantenedora da ordem social vigente, ao oferecer aos jovens uma educação apropriada aos interesses dos grupos familiares de elite da época. Os egressos dessa escola, alguns deles, engajaram-se no corpo burocrático estatal e se tornaram os continuadores da ordem social local. Assim, inserido em uma rede de poder familiar e político, Padre Marcos, por meio da educação oferecida em Boa Esperança, ajudou a garantir a transmissão do poder político e dos privilégios sociais⁸⁵ às novas gerações do grupo social ao qual fazia parte.

Padre Marcos, assim, mais que uma influência pontual ou localizada, assumiu papel de destaque na rede de poder social e político em que se inseriu, revelando muito da sociedade na qual viveu. No entanto, como visto anteriormente, a historiografia por meio de seus escritos criou uma memória sobre o Padre de “benemérito educador” que não dá conta da complexidade de relações nas quais se inseriu⁸⁶.

Alargando-se o campo de investigação do quadro político-social oitocentista, percebe-se que a atuação de Padre Marcos no Império brasileiro na primeira metade do século XIX perpassou por seu trabalho em Boa Esperança e que, em parte por razão desta, o Padre

⁸⁵Sobre a escola como reprodutora social ver: BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A reprodução – elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975; e FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. 4. ed. rev. São Paulo: Moraes, 1980.

⁸⁶ Com visto, acredita-se que a memória que se criou sobre Padre Marcos representa uma “memória herdada” dos primeiros escritos sobre ele, memória que tem uma estreita ligação com o sentimento de identidade. Entre seus biógrafos, apenas o botânico inglês George Gardner, op. cit., 1975 – seu primeiro biógrafo – conviveu com o Padre e, em seus escritos, minimiza a atuação do mesmo como artífice político e como religioso, destacando sua importância como educador. Gardner valoriza o “Padre Educador” por ter conhecido apenas este. Sua passagem por Boa Esperança foi demasiadamente curta e em um momento no qual Padre Marcos, prendia sua atenção em sua escola, mesmo sem, contudo, encontrar-se alheio à vida política da Província. Após os escritos de Gardner, em outras obras sobre Padre Marcos, observa-se uma continuidade dos argumentos no qual somente o “Padre Educador” é ressaltado. Cria-se, assim, uma memória sobre o mesmo, reproduzida em muitos dos escritos a seu respeito. Sobre “memória herdada”, ver: POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 5 (109), 1992, p.200-12.

constituiu-se em uma das mais influentes lideranças políticas do Norte do Brasil. Deixou, assim, profundas marcas na vida política, educacional e religiosa no Piauí e no Império, graças ao prestígio que gozava entre os grupos dirigentes e ao fato dessa influência perdurar após a sua morte, por meio da atuação de seus ex-alunos egressos de Boa Esperança, discípulos do Padre e propagadores das idéias com ele aprendidas.

Dessa forma, pesa sobre ele o entendimento de que foi um dos grandes responsáveis pelas permanências nas relações de poder na sociedade piauiense do século XIX. Contudo, não se trata aqui de condená-lo ou beatificá-lo. Não se procurou nos diversos fragmentos encontrados das imagens construídas sobre Padre Marcos um ser único, que apresentasse apenas virtudes, nem tampouco que apresentasse apenas defeitos, mas um ser múltiplo, formado por diferentes interesses, cujas atuações também eram múltiplas em razão dos variados espaços que percorreu, por meio da qual apreende-se muito da sociedade do período.

Procura-se, com diria Le Goff⁸⁷, um homem renascido nas narrativas de seus biógrafos, que viveu intensamente seu tempo, nele atuando e dele recebendo influências. Assim, por meio das reminiscências de sua trajetória, busca-se recriar, na narrativa histórica, fragmentos da história do Piauí e do Brasil em um período de grandes turbulências.

Para tanto, necessita-se de uma maior aproximação das diversas faces assumidas e dos espaços percorridos por Marcos de Araújo Costa – como educador, político e religioso – dimensões bastante imbricadas com suas relações familiares, que foram enfocadas neste capítulo, numa demonstração do quanto os elementos históricos dialogam, convergindo ou conflitando entre si, contribuindo para que a trama da história seja enredada e tecida pelo tempo, desafiando o presente a compreendê-la por meio da investigação e da narrativa.

A dimensão política desse personagem marcou-se por sua atuação como articulador entre os diversos interesses em conflito na Província. Analisar de forma mais detida a

⁸⁷ LE GOFF, op. cit., 2001.

configuração histórica vivida no Piauí e no Brasil na primeira metade do século XIX, assim como a atuação de Padre Marcos como político, é o objeto de interesse do capítulo que se inicia a seguir.

CAPÍTULO 06

TEMPO DE SEMEAR; TEMPO DE COLHER

6.1 TEMPO DE SEMEAR: O Piauí e a unidade nacional

Ao longo das primeiras décadas do século XIX, no Brasil, o clima de tensão social acumulado assumiu contornos mais políticos, influenciado pela propagação de ideais liberais, que se espalhavam por toda a colônia. No Piauí, por ocasião da Insurreição de 1817, mesmo que ainda de forma discreta, ocorreram as primeiras manifestações a favor da Independência, nas quais as vilas de Parnaíba e Oeiras constituíam-se em seus principais centros¹.

Entretanto, logo criou-se um eficiente sistema de defesa na Capitania, impedindo a difusão dos ideais insurretos, barrados pelo controle de informações, pela restrição do comércio do gado e pela reorganização e fortalecimento militar.

Iniciado o movimento em Pernambuco, este rapidamente espalhou-se pelas capitanias da Bahia, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, além do Ceará e Maranhão, atingindo também o Piauí, com quem Pernambuco mantinha estreitas relações comerciais. No entanto, na maioria dos estudos a respeito do movimento de 1817, o envolvimento do Piauí tem sido

¹ NUNES, op. cit., e DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da História: o processo de independência no Brasil, visto pelas lutas no Piauí (1789/1850)**. Rio de Janeiro, PPGHIS/IFCS/UFRJ, 1999.

minimizado.

Claudete Dias, entretanto, discorda de tal postura e esclarece que

o Piauí é citado apenas vagamente em algumas notas de pé de página, o que não deixa de ser estranho, uma vez que havia um intenso comércio de gado entre o Piauí e Pernambuco, de onde chegavam notícias, emissários e insurgentes, obrigando as autoridades a tomarem medidas de caráter repressivo para impedir a propagação das idéias nessa Capitania².

As ressonâncias geradas pela Insurreição de 1817 ficam mais evidentes quando se percebe que ela explicitou interesses e contradições na Capitania, ensejando manifestações sociais e políticas de grupos familiares que compunham a elite local, desejosos de uma maior participação no controle político do Piauí, ações que se aprofundaram ao longo do processo de lutas pela Independência, prolongando-se até meados do século XIX.

Os ecos gerados pela Insurreição, em solo piauiense, também são percebidos em ações posteriores, evidenciando bem mais que a simples adesão. Isso contribuiu para Dias defender que “sua dimensão ou amplitude influenciou os episódios de 1821, 22, 23 e na Balaiada no Piauí”³, endossando sua repercussão em solo piauiense.

As relações econômico-sociais entre Piauí e Pernambuco eram intensas. Iniciado o movimento em Pernambuco, em 6 de março, logo circulavam em Oeiras e Parnaíba as primeiras notícias. Desde os primeiros rumores e informações desconstruídas sobre as movimentações no território pernambucano o governador do Piauí, Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos, em comum acordo com o governo da Bahia, adotou medidas para impedir manifestações internas e enfraquecer o movimento em seu nascedouro.

Mesmo antes da confirmação enviada pelo governador da Bahia sobre os acontecimentos em Pernambuco, o governo da capitania do Piauí adotou medidas para enfraquecer, ou ao menos causar embaraços aos insurgentes, ao suspender o comércio de

² Ibid., p. 181.

³ Ibid., p. 183.

gado, prejudicando o abastecimento de carne fresca para a alimentação da população, uma vez ser o Piauí, à época, o maior fornecedor de carne à capitania do Pernambuco. Buscava-se, dessa maneira, atingir o abastecimento como um dos mecanismos para minar o movimento.

Essa medida do governo piauiense assume ainda outro significado. O gado, conduzido em boiadas por vaqueiros e escravos pelos sertões, transportava também algo muito importante ao movimento: informações. Informações essas que o governo entendia que precisavam ser freadas, dado os riscos que abrigavam.

Vaqueiros e padres constituíram-se nos principais emissários ou canais de penetração das idéias do movimento pernambucano de 1817, divulgando seus ideais pelas vilas por onde passavam. Muitos levavam e distribuíam manifestos da Insurreição e, por isso, vários foram delatados e presos pela repressão.

Sustado o trânsito de gado e de pessoas sem autorização expressa, a circulação de informações entre as duas capitanias via-se, em parte, obstruído, prejudicando seriamente os planos dos insurgentes, considerando que notícias e idéias circulavam pelos mesmos caminhos em que transitava o gado, o que fez Dias ratificar: “A suspensão do comércio do gado objetivava da mesma maneira impedir que esses homens entrassem em contato com os ‘revolucionários pernambucanos’”⁴. Tal temor indica que o contato com idéias insurretas em solo piauiense não eram tão insignificantes como por muito tempo se acreditou.

A intensa correspondência entre o governador Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos com os governadores de outras capitanias é outro forte indício disso e, como defende Carlo Ginzburg⁵, o historiador não pode ignorar os indícios, mas transformá-los em seus aliados na pesquisa. Dessa forma, a intensa troca de correspondências entre os governos sinaliza para a preocupação de que o movimento se expandisse no Piauí. Contudo, a

⁴ Ibid., p. 185.

⁵ GINZBURG, op. cit.

repercussão imediata desse movimento em terras piauienses resumiu-se a “tentativas de divulgação das idéias por ‘mensageiros’ enviados de Pernambuco” e a “eficiente repressão do governo do Piauí em comum acordo com as autoridades das outras províncias nordestinas”⁶, demonstrando um alinhamento e aliança entre os governantes dessas regiões.

Isso confirma que não se ignorava no Piauí o movimento iniciado em Pernambuco, nem tampouco que ele ganhava apoio em outras capitanias. As notícias que chegavam, mesmo que a princípio confusas e imprecisas, logo se confirmavam. O governo da capitania, então, receoso da propagação do movimento, tomou medidas preventivas. Além de proibir a exportação de gado para aquela capitania, suspendeu quaisquer relações comerciais com sublevados, estabeleceu sistemas de segurança nas fronteiras, mobilizando os corpos milicianos e as tropas de linha, assumindo uma postura defensiva perante o cenário que se configurava.

A ordem interna encontrava-se abalada e frente à notícia de que o movimento atingia o sertão cearense e ao receio de que transpusesse suas fronteiras em direção à vila da Parnaíba, fez com que o governo reforçasse o destacamento da tropa de linha da Vila e deixasse de prontidão dois regimentos milicianos, de cavalaria e infantaria, para abafar qualquer movimentação em Parnaíba, vila que recebia muita influência dos insurgentes cearenses.

Após os levantes nas vilas do Crato e Jardim (CE), enviou-se ainda destacamento sob o comando de dois oficiais portugueses a fim de ocuparem a Serra Grande, limite entre as duas províncias, e determinou-se aos comandantes dos corpos militares das vilas de Marvão e Jerumenha que convocassem seus membros e que se pusessem em armas⁷.

O Piauí preparou-se para o confronto contra os insurgentes, porém, a sedição não alcançou a capitania, pois, “nunca chegaram aqueles padres, que viriam segundo aviso do

⁶ DIAS, C. op. cit., 1999, p. 188.

⁷ COSTA, op. cit.

governo do Maranhão, espalhar a péssima seita da revolta”⁸. Nem padres, nem a Insurreição. Qual o preço de tal alívio?

A capitania mantinha-se “livre”, por meio de um conjunto de “medidas coercitivas, como prender, seqüestrar bens, manter vigilância cerrada nas fronteiras com tropas armadas, suspender o comércio de gado, além dos ‘impressos’ distribuídos amplamente”⁹, resultando no enfraquecimento do movimento em solo piauiense¹⁰.

Assim, a reduzida repercussão que os ideais republicanos tiveram no Piauí nesse primeiro momento, resultaram de medidas repressivas, sobretudo, do rígido controle das informações pelas autoridades, perseguições e prisões dos “emissários”, suspensão do comércio com Pernambuco e reforço militar das fronteiras.

Conforme Dias,

as autoridades trataram de impedir que houvesse repercussão, controlando as informações e tomando medidas repressivas, justificando essas medidas como de ‘defesa contra as ondas de desordeiros, perturbadores da tranqüilidade e da ordem, de idéias e práticas que ameaçavam as famílias de bem’¹¹.

As medidas adotadas pelo governo piauiense eram proporcionais aos temores sentidos em relação à propagação da Insurreição, impelindo ações enérgicas, sobretudo por representar o Piauí, àquele instante, um elo importante para o movimento. Maior fornecedor de gado da região, alimento básico de significativa parcela da população, mantinha estreita relação comercial com Pernambuco. Interrompida a comercialização entre essas capitânicas, o movimento enfraquecia-se na difusão de idéias, pela falta do contato, e prejudicava o abastecimento da região.

⁸ BRANDÃO, W. op. cit., 1972, p. 57.

⁹ DIAS, C. op. cit., 1999, p. 188.

¹⁰ BRANDÃO, W. op. cit., 1972, p. 58.

¹¹ DIAS, C. op. cit., 1999, p. 76.

O Piauí representava ainda caminho para a propagação do movimento para a região amazônica, rota interrompida pela forte repressão. Mesmo assim, recebeu significativo número de rebeldes pernambucanos que fugiam da repressão¹².

O movimento de 1817, nesse sentido, não ganhou maiores contornos nem firmou raízes no Piauí¹³. No entanto, deve ser levado em conta que o elevado número de prisões ocorridas, aproximadamente sessenta pessoas entre os anos de 1817 e 1821, sinaliza para a existência de um envolvimento concreto de uma parcela da população piauiense no movimento nordestino, embora a repressão em Recife tenha “restaurado a ordem”¹⁴.

Barrado o movimento, o governador da Capitania noticiou ao governador cearense, Manoel Inácio de Sampaio, como se encontrava o Piauí e sua vitória sobre os insurgentes. Em ofício de 03 de julho, informou que:

Esta capitania do Piauí tem perseverado totalmente livre da fatal peste da seita revolucionária, em quem tenho observado constantes sentimentos de lealdade, ou pela minha muita fortuna com a coadjuvação das reiteradas providências que tenho dado¹⁵.

Observa-se nesse trecho a versão do vencedor, do representante do Estado, noticiando o trabalho e o cumprimento de uma tarefa a ele determinada. Era vitória do governo sobre os ideais rebeldes e por isso comemorada.

Em comentário a esse mesmo ofício e a manuscritos sobre o evento, Abdias Neves acrescenta que na cidade de Oeiras, “mais de um espírito liberal ia, também, revelando-se, sob as cautelas que o perigo de tais revelações aconselhava”. E ratifica, “continha-os, aliás, a desconfiança e o receio que inspiravam, já a esse tempo, o caráter e o valimento de Manoel de Sousa Martins”¹⁶, que mantinha-se leal a Portugal e a D. João, uma vez que ainda não

¹² DIAS, C. op. cit., 1999.

¹³ COSTA, op. cit., e NUNES, op. cit.

¹⁴ DIAS, C. op. cit., 1999, p. 200.

¹⁵ COSTA, op. cit., p. 243.

¹⁶ NEVES, op. cit., 1997, p. 21.

controlava o cenário político local e não viu ameaçados seus interesses pessoais e de sua rede familiar.

A esse momento, Padre Marcos manteve-se afastado do movimento, entendendo não ser possível ou não ser interesse de seu grupo familiar aderir à Insurreição, uma vez que, formado dentro da tradição do Iluminismo português, essencialmente cristão e católico, não questionava a autoridade do monarca, que por sua vez, não ameaçava a estrutura de poder doméstico. Segundo José Murilo de Carvalho, o iluminismo português aproximou-se ao Iluminismo italiano, distanciando-se do Iluminismo francês. Essencialmente reformista e pedagógico, “seu espírito não era revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso, como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista”¹⁷.

De maneira geral, não havia entre os grupos familiares que compunham a elite piauiense, o desejo de ruptura com Portugal. Apesar de cada grupo familiar desejar uma maior participação e controle da Capitania, o equilíbrio e divisão de poder entre estes grupos estavam preservados¹⁸. O ponto de ruptura somente ocorreu mais adiante.

Entretanto, o significado da Insurreição de 1817 estendeu-se por sua repressão e marcas deixadas¹⁹, também deixando frutos no Piauí, visto que o movimento extrapolou Pernambuco, espalhando-se pelos sertões “ampliando as fronteiras do movimento, pelo interior do Nordeste, em locais onde ‘o poder central não penetrava’”²⁰.

Seu alcance e limites ainda não foram suficientemente estudados, mas é certo terem explicitado contradições e descontentamentos que ressurgiram nas décadas seguintes, propiciado pelo estado de instabilidade social, econômica e política, em um Piauí “dividido,

¹⁷ CARVALHO, J. op. cit., p. 67.

¹⁸ BRANDÃO, T. op. cit., 2004.

¹⁹ BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não união. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil, formação do estado nação**. São Paulo-Ijuí: Editora Hucitec, 2003.

²⁰ DIAS, C. op. cit., 1999, p. 191.

em um abandono clamoroso, entre quatro ou cinco famílias”²¹.

A influência da Insurreição foi seriamente sentida em período posterior, com a chegada ao Brasil das notícias da Revolução do Porto, em 1820. Em um momento de grande instabilidade, despertou um “espírito constitucionalista” em boa parte do Brasil, na defesa de uma Constituição única. O retorno da família real para Portugal intensificou ainda mais o clima de instabilidade e fortaleceu os ideais liberais no Brasil.

O Piauí, entretanto, encontrava-se imerso em um conformismo sob o ponto de vista político. As manifestações políticas possuíam caráter e objetivos regionais, sendo que estavam “em jogo antes de tudo, senão exclusivamente, interesses individuais ou de famílias, a colimar quando muito estabelecer domínio de ordem oligárquica”²². As disputas entre os grupos familiares, sobretudo daqueles já inseridas no aparelho administrativo, possuíam por escopo o desejo em ampliar sua participação e controle da administração provincial.

Ao longo do ano de 1821 a agitação social inquietava as autoridades lusas em Oeiras. A intranqüilidade também era sentida nas vilas de Parnaíba e Campo Maior. Nessas vilas circulavam os primeiros pasquins em favor da emancipação, incitando a população a rebelar-se contra os portugueses, apoiados pelas autoridades brasileiras integrantes da administração pública.

As manifestações a favor da emancipação, em meio à luta interna entre as famílias de elite que disputavam o controle político da Província, significavam ameaças cada vez maiores à dominação portuguesa. O governo, preocupado com essas manifestações e com a repercussão dos pasquins “sediciosos”, determinou a realização de uma devassa para apurar sua autoria. O Juiz de Fora de Parnaíba e Campo Maior, João Candido de Deus e Silva,

²¹ NEVES, op. cit., 1997, p. 21.

²² Ibid., p. 29.

“habilitoso semeador das idéias libertárias do norte da província”²³, recusou-se em cumprir tal determinação.

No Piauí, as primeiras manifestações sediciosas possuíam também como bandeira de luta o constitucionalismo e a defesa de uma Constituição única para Brasil e Portugal, colocando pela primeira vez os portugueses e brasileiros em lados diferentes. Estes queriam eleições para a escolha do governo local e deputados, buscando uma participação mais efetiva na administração pública, ocupada, sobretudo, pelos emissários do Rei²⁴.

Todavia, a figura de D. João como monarca, não era questionada. Lembre-se que, de maneira geral, a Revolução do Porto não foi um movimento antimonárquico, uma vez que reduziu o poder do Rei, mas não eliminou seu símbolo e como outros movimentos, não eliminou a monarquia²⁵.

No Piauí, o mesmo fenômeno podia ser observado. As disputas de poder entre as famílias de elite e suas reações contrárias a qualquer autoridade externa limitavam-se a pessoas, representantes da Coroa ou da Igreja, sem atingir a figura do Rei ou do Papa. A estrutura de poder doméstico “não ameaçava o poder do soberano, nem os donos do poder local questionavam as relações entre colônia e metrópole”²⁶.

Nesse período, entre as manifestações ocorridas no Piauí ganhou destaque, em maio de 1821, o plano que objetivava depor o governador Elias José Ribeiro de Carvalho e instalar uma Junta de Governo Provisória, a exemplo de Juntas instaladas no Pará e na Bahia. Esse movimento representou, no Piauí, “o primeiro ‘ensaio de sedição’ a exemplo do que aconteceu no final do século XVIII em outras partes do Brasil, principalmente em Minas

²³ BRANDÃO, W. op. cit., 1972, p. 67.

²⁴ DIAS, C. op. cit., 1999.

²⁵ BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822.** São Paulo: HUCITEC: Fapesp; Recife, PE:UFPE, 2006.

²⁶ BRANDÃO, T. op. cit., 2004, p. 137.

Gerais e Bahia, com as conjurações”²⁷.

Como pretexto para mudar a administração da Capitania, o movimento conspiratório criticava o não juramento da Constituição a ser elaborada em Portugal. Pouco antes, no Rio de Janeiro, por meio do Decreto de 24 de fevereiro de 1821, após grande turbulência e sem mais alternativa, Dom João VI aceitou a Constituição a ser elaborada em Lisboa, jurando-a em 26 de fevereiro, o que deveria também ser feito em todo o Brasil.

O governo piauiense foi notificado por Decreto em quatro de maio, tomando imediatas providências em relação à sua divulgação ao ouvidor interino na Capital, Dr. Bernardino José de Melo, e a todas as câmaras municipais. O Decreto foi interpretado por muitos como “a queda do absolutismo, secularmente implantado, e a instauração do regime constitucional”²⁸. Em um estado de euforia, a cidade de Oeiras enchia-se de alegria pelas festas ordenadas e luminárias acesas durante três dias em comemoração a uma lei cujo alcance sequer compreendia²⁹, o que demonstra o grau de distanciamento entre o que era proposto e seu alcance na esfera social piauiense.

Àquele instante, o governo da Província entendia que o juramento à Constituição deveria ser feito em momento posterior, após o recebimento de determinações específicas. No entanto, na Capital, existiam aqueles desejosos de que a Constituição fosse jurada desde logo. Não se fez protesto quanto à atitude governamental, mas iniciaram-se conspirações que pretendiam derrubar o governador e instituir uma Junta de Governo Provisória.

O não juramento à Constituição surgiu, assim, como pretexto ao desejo de se depor o governo, acusado também de interceptar cartas vindas do Ministério para a Câmara e ocultar

²⁷ DIAS, C. op. cit., 1999, p. 215-6.

²⁸ BRANDÃO, W. op. cit., 1972, p. 62.

²⁹ NEVES, op. cit., 1997, p. 52, e NEVES, op. cit., 1974.

ordens recebidas. Essas acusações rapidamente se espalharam pela Capital e suscitaram questionamentos³⁰.

Antes que pudesse ser deflagrada qualquer tentativa de golpe, em seis de maio, o plano sedicioso fora denunciado ao governador pelo brigadeiro Manuel de Sousa Martins, Tesoureiro da Fazenda, e pelo capitão Manuel Pimenta de Sampaio, comandante da guarnição de Oeiras. No mesmo dia da denúncia, descobriu-se que Antonio Maria Caú, escrivão da Junta da Fazenda, liderava o movimento, apoiado pelo Tenente de milícias, Egídio Costa Alvarenga, pelo Almoxarife José de Sousa Coelho de Faria, assim como pelo ex-escriturário da Junta da Fazenda, Manoel Henrique de Paiva.

Mesmo antes de deflagrado o movimento para a derrubada do governo de Elias Carvalho, o novo governo já estava previamente composto. Deveria ser presidido pelo cirurgião Francisco José Furtado, tendo como membros Antonio Maria Caú e Egídio da Costa Alvarenga³¹.

Àquela época, o Brigadeiro Sousa Martins encontrava-se entre os homens de confiança do governador Elias Carvalho e já exercia influência no cotidiano sócio-econômico da capitania, fruto de sua riqueza pessoal e de seu trabalho junto à Fazenda Pública³², inclusive influenciando ações dessa administração.

Como salienta Neves, o governador Elias Carvalho “era um homem fraco, sem tino administrativo, entregue à vontade e aos caprichos do Brigadeiro”³³. A proximidade de Sousa Martins com o governador o habilitou a denunciar Antônio Maria Caú, um dos muitos desafetos que cultivou ao longo de sua vida.

³⁰ NEVES, op. cit., 1974.

³¹ Ibid.

³² BRANDÃO, W. op. cit., 1972.

³³ NEVES, op. cit., 1974, p. 52.

Elias Carvalho considerava que Oeiras pertencia aos ‘Fazendeiros’, que formavam uma força social irresistível. Por suas limitações político-administrativas, procurou aliar-se a esses como forma de viabilizar seu governo e “entregou-se, assim, à absorvente aristocracia rural do Piauí, que tinha nos Sousa Martins os mais altos representantes”³⁴.

A participação desses “Fazendeiros”, chefes de grupos familiares locais, no controle do Piauí legitimou-se socialmente ao longo do processo de formação da sociedade colonial e adquiriu caráter legal com a participação desses e de sua clientela no aparelho político-administrativo da capitania, constituindo uma sólida e duradoura estrutura de poder³⁵. Novamente torna-se importante destacar o lugar social da atuação desses personagens: o aparelho burocrático da administração pública, local privilegiado de conquista e manutenção do poder político-social local.

Uma vez tornadas autoridades pelo exercício do cargo público essas pessoas passaram a deter o controle da política local e, “a partir daí, empenharam-se na utilização da máquina administrativa para garantir uma política que atendessem aos interesses de seu grupo”³⁶.

Na defesa de seus objetivos e interesses o confronto entre os grupos locais e emissários da Coroa tornou-se uma prática constante até a Independência, evidenciando a fragilidade das autoridades governamentais frente ao poder local. O governador Elias Carvalho tinha consciência de sua vulnerabilidade e, frente à ameaça ao seu governo, designou o dia sete de maio para a solenidade de juramento à Constituição. Na data marcada, na Câmara de Oeiras, realizou-se a solenidade de juramento, adiantando-se a seus opositores, visando minar suas justificativas. No entanto, o governador não tomou nenhuma medida repressiva contra os sediciosos, deixando-os livres³⁷.

³⁴ BRANDÃO, W. op. cit., 1972, p. 67.

³⁵ BRANDÃO, T. op. cit., 2004, p. 135.

³⁶ Ibid., p. 136.

³⁷ NEVES, op. cit., 1974, e NUNES, op. cit.

Esses, por sua vez, passaram a atacar o governo de forma aberta. Antonio Maria Caú, por exemplo, atacava a administração pública e mesmo a vida privada do governador. Utilizando-se do cargo que ocupava, mandou sequestrar escravos do fisco e suspender pagamentos de servidores.

Em resposta à ameaça que representava a ação de seus opositores e o comprometimento da ordem política e social, o governador, em 12 de maio, convocou um Conselho de Cidadãos da Capital, que acordaram medidas sobre a situação.

Resultou das decisões tomadas pelo Conselho uma rigorosa perseguição aos rebeldes, entre estes, Antonio Maria Caú, que logo foi suspenso das funções que exercia na Junta da Fazenda, conduzido à prisão e em seguida transferido para Parnaíba³⁸. Tomadas essas providências, desarticularam-se os conspiradores e por alguns meses o Piauí retomou sua estabilidade administrativa. As movimentações que ocorriam fora de suas fronteiras chegavam por meio de desencontradas descrições³⁹, mesmo assim crescia a insatisfação com a administração portuguesa.

Wilson Brandão destaca que àquele período, “[...] as idéias constitucionais, dentro dos limites dessa fase difícil de sua eclosão, começaram a formar uma consciência nova”⁴⁰. Idéias que sedimentavam o desejo de uma maior participação na administração da Província, desejo partilhado e ponto de tensão entre famílias do Norte e do Centro-Sul do Piauí.

Ainda conforme Wilson Brandão⁴¹, a insubordinação de Caú tinha aberto o caminho das transformações. As informações sobre o que acontecia em outras partes do país, mesmo obstruídas, começavam a envolver o Piauí e a semear a convicção de que a continuidade de

³⁸ NEVES, op. cit., 1974.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ BRANDÃO, W. op. cit., 1972, p. 66.

⁴¹ Ibid.

Elias José Ribeiro de Carvalho no poder feria o sistema de governo instaurado pelas Cortes de Lisboa.

Buscava-se uma nova ordem que contemplasse os diversos interesses e vaidades em jogo, na qual famílias do Norte e do Centro-Sul lutavam por maiores espaços. No entanto, em meio à disputa, não se questionava a pessoa do governador, que foi inclusive convidado a presidir a Junta Governativa que se formava. Questionava-se sim o que ele representava, a continuidade do absolutismo e, sobretudo, a obstrução de interesses.

Mesmo sufocado, o movimento liderado por Caú reverberou socialmente, fazendo crescer o número dos que não se conformavam com o descompasso político no Piauí em relação às outras Províncias. O governador Elias Carvalho sentia a fragilidade de seu cargo, questionado em sua legitimidade perante as Cortes, logo cedendo às pressões para eleger deputados às Cortes de Lisboa e formar uma Junta de Governo Provisória para substituí-lo.

A administração de Elias Carvalho encontrava-se obstruída pelos mesmos agentes que antes o apoiavam e o louvavam em praça pública, entre eles o Brigadeiro Sousa Martins, seduzido pelas promessas do ouvidor-geral, Francisco Zuzarte Mendes Barreto, de ocupar a vice-presidência em uma futura Junta de Governo.

Sem prestígio e sem autoridade, e sob ameaça de uma deposição acintosa, entendeu o Governador que deveria fazer concessões para buscar estabilidade. Resolveu então, nomear um Conselho Consultivo, assumindo sua presidência, dando novos moldes à administração provincial. Propunha uma administração colegiada, a exemplo do que ocorria em outras Províncias. No entanto, “a concessão feita, em lugar de impedir o avanço dessa tendência, promoveu-a”⁴².

⁴² NEVES, op. cit., 1997, p. 67.

O clima de tensão para a deposição do governador tomara vulto e frente às movimentações na Capital, oficiou ao ouvidor-geral com cópia de seu pedido de demissão encaminhada ao Imperador e denunciando que se tramava a eleição de um governo temporário em desacordo com o decreto das Cortes de 24 de fevereiro de 1821⁴³.

O descontentamento com a administração colonial atingia significativa parcela das famílias de elite e diante a dificuldade de permanecer à frente do governo, Elias Carvalho pede demissão, acirrando os ânimos das grandes famílias, nas quais “ambições de estreita politiquice chocaram-se”⁴⁴ na eleição dos deputados e da Junta Provisória de Governo.

Abdias Neves destaca que “em dois partidos opostos se colocaram os representantes das famílias de maior prestígio, fazendo pressão sobre o Governador”⁴⁵ e em um clima de tensão, em 24 de outubro de 1821, ocorreu a eleição de uma Junta de Governo para substituir o governador Elias Carvalho, depois de acirrada disputa entre os grupos familiares, dentre os quais se destacavam poderosos comerciantes, proprietários rurais, clérigos e militares, representantes das famílias do Norte e do Centro-Sul da Província.

Ao fim do pleito, elegeram-se presidente, ouvidor-geral Francisco Zuzarte; vice-presidente, Brigadeiro Manoel de Sousa Martins; secretário, capitão Francisco de Sousa Mandes, além dos representantes da força militar, capitão Agostinho Pires; da agricultura, capitão Miguel Pereira de Araújo; do clero, o vigário geral Matias Pereira da Costa; da magistratura, o juiz de fora Dr. Bernardino José de Mello, e do comércio, Caetano Vaz Portella, Junta que manteve fidelidade às Cortes Portuguesas⁴⁶.

Eleita a Junta, assume o governo em 26 de outubro. No entanto, “quem de fato vai exercer a presidência é o brigadeiro Manoel de Sousa Martins, no cargo de vice-presidente,

⁴³ O decreto de 24 de fevereiro de 1821 estabelecia que as juntas governamentais somente poderiam ser criadas com a autorização do Imperador ou das Cortes

⁴⁴ NEVES, op. cit., 1974, p. 53.

⁴⁵ Ibid., p. 53.

⁴⁶ NUNES, op. cit.

permanecendo ocupado formalmente por Dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto⁴⁷, direção a qual, “nenhum ato proveitoso a distinguiu, pois perdeu meses inteiros satisfazendo ódios, entregue ao desperdício dos dinheiros públicos”⁴⁸.

Os interesses dos grupos familiares e o continuísmo da Junta podem ser observados com a manutenção da estrutura administrativa da Província, que permaneceu ocupada pelos mesmos agentes de administrações anteriores. Se a Revolução do Porto deslegitimou as estruturas de poder nos moldes do Antigo Regime, uma reforma administrativa, com a mudança de seus pressupostos, seria decorrência das próprias mudanças ocorridas⁴⁹. Entretanto, o discurso de ruptura e de quebra do Antigo Regime significou, no Piauí, apenas um rearranjo de forças entre grupos familiares locais cujo questionamento da legalidade do governo de Elias Carvalho e a necessidade da composição de uma Junta de Governo representou, antes de tudo, “argumento e estratégia política da luta pelo poder no âmbito local”⁵⁰.

Conforme Tanya Brandão, esses grupos,

[...] engajados no processo de transformação, subjugaram o aspecto macro do processo que dizia respeito ao ideário que fundamentava a definição do modelo político a ser adotado, à disputa pelo controle da província; disputa esta cujos contornos foram traçados bem antes do movimento emancipacionista, em que cada movimento representava um golpe em direção ao controle da Província⁵¹.

Em meio a esse processo de disputa pelo controle político no Piauí, a eleição da Junta de Governo Provisório, que substituiu Elias Carvalho no governo, sinaliza para o descompasso político e a ruptura entre os grupos familiares do Norte e do Centro-Sul da Província. Essas famílias formaram, durante o período colonial, grupos de poder que não rivalizavam entre si por existir entre elas afinidade de interesse e proporcionalidade na divisão do poder interno.

⁴⁷ DIAS, C. op. cit., 1999, p. 222.

⁴⁸ NEVES, op. cit., 1974, p. 55.

⁴⁹ BERDARDES, op. cit., 2006.

⁵⁰ BRANDÃO, T. op. cit., 2004, p. 139.

⁵¹ Ibid., p. 134.

Entretanto, com a reorganização política do Brasil na década de 1820, esses grupos familiares passaram a disputar o controle político da Província⁵².

Apesar do delicado momento político – o Brasil ameaçado de perder o *status* de Reino, o que implicaria na perda de suas liberdades econômicas – a elite política piauiense parecia não partilhar dessas preocupações, uma vez que as manifestações de ordem política possuíam por escopo interesses meramente locais⁵³, no qual os grupos familiares do Norte e do Centro-Sul “aproveitaram a eleição dos membros da Junta Governativa para definir suas posições de domínio no contexto interno da Província e preservá-las na nova ordem política a ser instaurada”⁵⁴. Nessa eleição, os grupos familiares do Norte e Centro-Sul evidenciaram-se como opositores, e nesse primeiro embate o grupo do Centro-Sul saiu-se melhor ao eleger três importantes membros da junta de governo⁵⁵.

Posteriormente, configurando-se a separação como inevitável, a adesão à Independência representou para os grupos familiares em conflito “mais uma episódio de uma luta, não entre o poder local e o poder externo, mas entre as famílias que compunham essa mesma elite”. Essa luta interna ganhou “nova roupagem, cujos adereços eram retirados do ideário modernistas, porém manteve sua essência básica: o controle do poder”⁵⁶.

O ano de 1822 começou no Piauí envolto em um clima de antagonismos e desconfianças que se agravaram com a chegada em Oeiras, em quatro de fevereiro de 1822, de portaria do Ministério de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. Por meio dessa, determinava-se o cumprimento do Decreto das Cortes de 27 de setembro de 1821, e mandado executar pala

⁵² Ibid.

⁵³ NUNES, op. cit., p. 163.

⁵⁴ BRANDÃO, T. op. cit., 2004, p. 139.

⁵⁵ Cf. COSTA, op. cit., p. 257; as famílias do Centro-Sul elegeram o vice-presidente, brigadeiro Manoel de Sousa Martins; o secretário, capital Francisco de Sousa Mendes e o representante dos produtores rurais, capitão Miguel Pereira de Araújo.

⁵⁶ BRANDÃO, T. op. cit., 2004, p. 140.

Carta Lei n. 124 de 1º de outubro de 1821, para que fosse eleita a Junta Provisória de Governo, desta vez autorizada pelas Cortes.

Parecia apenas uma formalidade para legitimar a Junta há pouco eleita e logo tratou-se de despachar correios avisando os eleitores das paróquias sobre a nova eleição que seria realizada a cinco de abril, mas transferida para o dia sete para não coincidir com uma Sexta-Feira Santa. O Brigadeiro Sousa Martins, como esperado, apresentou-se como candidato a uma das vagas na nova Junta.

No entanto, o Brigadeiro não considerou a reação de seus opositores, que passaram a divulgar pasquins contrários à sua candidatura. Tinha contra si a desconfiança do meio político, que se agravou nos poucos meses de existência do governo provisório, quando tomou para si atribuições do presidente e de outros membros do governo⁵⁷. Depois de acirrada campanha e apesar do apoio dos familiares e aliados de Sousa Martins, o resultado lhe foi negativo, sendo o Brigadeiro excluído da formação da nova Junta. Segundo Neves, “começou, daí, a sua desarmonia com o governo”⁵⁸.

Elegeram-se para a nova Junta, presidente, Padre Matias Pereira da Costa; secretário capitão Francisco de Sousa Mendes e membros, Sargento-mor José Antonio Ferreira, capitão Miguel Pereira de Araújo e sargento-mor Caetano Vaz Portela. Apenas o Brigadeiro e o ouvidor-geral foram excluídos do novo governo⁵⁹.

Os opositores ao Brigadeiro e ao seu grupo familiar valeram-se de recursos extremos para excluí-lo da composição da nova Junta e chegaram mesmo a tirá-lo da vida política da Província por um curto período. A desarmonia dos membros da Junta Provisória de Governo com o Brigadeiro pode ser observada de forma inequívoca ao lembrar-se que a Carta de Lei n. 124, de 1º de outubro de 1821, determinava também que não chegando oficial Comandante

⁵⁷ NEVES, op. cit., 1974.

⁵⁸ Ibid., p. 56.

⁵⁹ COSTA, op. cit.

das Armas esta deveria ser entregue o comando à patente maior e mais antiga da Província⁶⁰, no caso, ao brigadeiro Manoel de Sousa Martins. Entretanto, a Junta oficiou ao tenente-coronel Joaquim de Sousa Martins convidando-o a assumir o comando das Armas da Província, sob o fundamento de que o Brigadeiro não podia exercer o cargo por ter sido reformado no posto.

Por todo o ano de 1822, no Piauí, prolongou-se o estado de agitação. Ao Norte da Província, em Parnaíba e Campo Maior, espalhava-se propaganda em favor da Independência, por meio de pasquins. Parnaíba, a exemplo de protestos em outras Províncias, exaltava-se contra os decretos de 29 de setembro e seu caráter recolonizador. Os protestos da Vila chegaram mesmo a São Luís, na província do Maranhão, na qual as autoridades maranhenses solicitavam maior vigilância sobre Parnaíba e “seus excessos” ao espalhar pasquins com propaganda separatista⁶¹.

Em setembro 1822, a Câmara de Parnaíba recebeu ofício de José Bonifácio, já ministro do Reino, Justiça e Estrangeiros, ordenando a eleição de deputados à Assembléia Geral Constituinte, conforme Decreto de 3 de junho de 1822. Parnaíba, ciente do que acontecia em outras Províncias e no Rio de Janeiro, em relação às cartas e proclamações de D. Pedro até julho, encontrava-se propensa a aderir ao movimento que em pouco conduziria a quebra de relações com Portugal. O mesmo ofício foi repassado a Junta de Governo, que logo determinou “que o mesmo [fosse] mantido em silêncio”⁶².

Sob a influência da vila de Granja (CE), representantes da vila de Parnaíba encaminharam requerimento ao Juiz de Fora, João Cândido de Deus e Silva, no qual se manifestavam a favor da causa brasileira, pedindo o cumprimento das ordens reais para realizar eleições de deputados. O Juiz oficiou à Junta de Governo, em 30 de setembro de

⁶⁰ Para o Piauí foram nomeados Governador das Armas o major João José da Cunha Fidié e como vigário de Oeiras o Padre José Joaquim Monteiro de Carvalho Oliveira. Cf. Dias, op.cit., 1999, “o governo português busca fortalecer-se através da Igreja e do aparato militar, dois setores de fundamental importância para garantir a conturbada ordem monárquica” p. 223.

⁶¹ NUNES, op. cit.

⁶² Ibid.

1822, dando conta dos acontecimentos na Vila e da proclamação, na vila de Granja, de D. Pedro como Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil e de que a vila de Parnaíba estava propensa às idéias de separação⁶³, mesmo que em forma confederada a Portugal.

Esse ofício traz informações importantes de como encontrava-se Parnaíba às vésperas de sua adesão à Independência:

O governo da província do Ceará mandou consultar os povos, fazendo-os reunir nas câmaras de seus distritos para elegerem seus Deputados, no caso que quisessem, prática esta que eu acho muito conforme ao princípio da Justiça proclamada nas Cortes. Se o Brasil quer ser independente, declarava-se. Se o Brasil quer desunir, desuna-se: prática que não traz responsabilidade alguma aos governos, porque, ou os povos querem e ninguém lhes pode resistir sem riscos, ou não querem e, então, assim o declaram.

A vila de Granja, limítrofe a esta da Parnaíba, proclamou, solenemente, e com o maior entusiasmo, há poucos dias, a Sua Alteza Real, Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil, e todos os prudentes esperam que será imitada pelas outras; bem como aqui tenho grandes fundamentos para dizer que não deixarão de imitar aquele exemplo⁶⁴.

O fragmento anterior deixa transparecer o estado de agitação que tomou conta de Parnaíba ao final de setembro. Faltava muito pouco para proclamar sua adesão a D. Pedro, o que aconteceu em 19 de outubro, quando a Câmara da Parnaíba reconheceu o Príncipe Herdeiro como Regente e Defensor Perpétuo do Brasil e proclama “a Regência de Sua Alteza Real, a independência do Brasil e sua união com Portugal e as futuras Cortes Constituintes do Brasil”⁶⁵, terminando sua proclamação com vivas a D. João VI⁶⁶.

A declaração de Parnaíba sinalizava para a independência do Brasil, mas mantendo vínculo a Portugal como Reino Unido. O mesmo não deve ser visto como uma contradição dos parnaibanos, uma vez que essa mesma condição era defendida em boa parte do Brasil por acreditar-se, até o último instante, que este poderia ter seus interesses atendidos dentro de uma união com Portugal.

⁶³ BRANDÃO, W. op. cit., 1972.

⁶⁴ NEVES, op. cit., 1997, p. 75.

⁶⁵ BRANDÃO, W. op. cit., 1972, p. 114.

⁶⁶ NUNES, op. cit.

Em 24 de outubro o senado da Câmara realiza as eleições da paróquia e o continuísmo deixa-se transparecer, uma vez que pouco havia mudado. A configuração histórica foi alterada, mas os personagens mantiveram-se os mesmos. Como observa Wilson Brandão, em Parnaíba continuou “a Câmara, a mesma, o mesmo presidente, os mesmos vereadores. O poder judiciário, ainda com o Dr. João Cândido. O comando da vila continua nas mãos do Coronel Simplício. Enfim, tudo como antes, pois foi o próprio governo local que fez a revolução”⁶⁷.

No Piauí, o que se observa é que o projeto vitorioso de Independência foi o das elites locais, formadas a partir de influentes grupos familiares e que já faziam parte da administração provincial. Para essas elites, transformações político-sociais representavam uma pré-dica, com vistas na manutenção de seus interesses no novo arranjo político do Brasil. Com a precipitação dos acontecimentos, marcado pelo “grito do Ipiranga”, a separação com Portugal comandada por D. Pedro, garantia uma Independência afinada com os interesses dessas elites proprietárias, desejosas de mudanças que lhes fossem favoráveis. Contudo, no Piauí, o processo se deu de maneira árdua e prolongada, marcado por combates, alianças e contradições internas de diversos setores da sociedade.

Não se pode negar, no entanto, que a população pobre da Província uniu-se às elites em uma luta comum contra a Coroa portuguesa, àquela instante apresentada como a responsável por todos os seus males e mágoas.

No entanto, ao instante em que os grupos dirigentes buscavam a manutenção de seus interesses, as camadas populares lutavam por sua inserção na nova ordem. Lutavam em nome de uma causa que lhes era apresentada como também sua e lutavam pela Independência como representativa de um horizonte de liberdade que, em última análise, consistia em se tornarem também donos dessa terra, ou ao menos de um pedacinho de terra que pudessem dizer ser seu.

⁶⁷ BRANDÃO, W. op. cit., 1972, p. 114.

A participação dos grupos populares nas lutas pela Independência no Piauí é destacada em boa parte dos estudos que se ocuparam com o tema. Entretanto, questiona-se o grau de consciência dessa participação, a exemplo dos escritos de Bernardo de Sá Filho, ao ressaltar que,

as idéias emancipacionistas não eram suficientes para formar uma consciência crítica da realidade sócio-econômica, cuja estrutura baseava-se no latifúndio, no escravismo e nas oligarquias representadas pelas famílias abastardas das principais vilas ou cidades⁶⁸.

A participação popular, nesse sentido, é entendida como a serviço dos grupos dirigentes da Província, resultado de um forte processo de aliciamento, persuadindo-os a “defender uma causa que, em princípio, é de todos, mas que não apresenta um projeto político que contemple interesses que não sejam dos setores dirigentes”⁶⁹.

Entretanto, considerar a participação popular nas lutas pela Independência no Piauí apenas pela ótica do aliciamento, que conduziu e deturpou o entendimento e os interesses destes, é mutilar um conjunto complexo de relações, empobrecendo-o e não permitindo uma compreensão de outras possibilidades de desmembramentos sócio-histórico do evento.

A consciência das transformações que se operavam no Brasil manifestou-se em graus diferentes entre os diversos grupos sociais e mesmo no interior de cada um destes. No entanto, todos possuíam ciência de seus interesses.

Ao instante que a população empobrecida alia-se aos grupos dirigentes, essa possui, em maior ou menor grau, consciência de seus atos dentro de uma lógica própria, em uma complexa relação de favor e retribuição, na qual havia a expectativa do retorno material das escolhas feitas. Mais que o medo das sanções, existia o cálculo dos benefícios ao final das lutas, em uma época em que os representantes da Coroa portuguesa tinham pouco a oferecer.

⁶⁸ SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. A participação popular questionada no processo de Independência no Piauí. In: **Revista Cadernos de Teresina**: Teresina, Agosto, 1993, p. 46.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 48.

Assim, essa população, ao aliar-se às elites dirigentes em nome da separação do Brasil de Portugal, dá prova não de encontrar-se alheia ao processo, mas, de ter feito as escolhas que lhes convinham, aliando-se àqueles de quem já haviam recebido algo ou de quem esperavam receber.

Essa população, “era uma população massacrada pelo sistema de produção escravista, e a perspectiva de melhorar as condições de vida, daria uma certa autonomia”⁷⁰ e estímulo à luta. Além disso, barganha e coerção operavam em um mesmo espaço. Onde a oferta de recompensa não era suficiente, o uso da violência, abstrata ou concreta, estimulava as escolhas.

Mas ao longo do processo, as diferenças de interesses tornaram-se agudas e os grupos populares reagiram à sua exclusão da nova ordem que se iniciava, muitas vezes de forma violenta em defesa de seus interesses. Essa reação popular, retratada na documentação da época, foi entendida pelos novos dirigentes como indisciplina e desordem camponesa⁷¹.

A exemplo do restante do país, as idéias de emancipação manifestaram-se, a princípio, naqueles grupos ou setores sociais que mantinham maior contato com o exterior. No Piauí, a litorânea vila de Parnaíba foi um importante ponto nesse aspecto, por seu maior contato com outras regiões da Colônia e da Europa.

A situação favorável à separação em Parnaíba, por exemplo, motivou um grupo de onze portugueses residentes na Vila, em 25 de setembro de 1822, a se dirigirem à Câmara e pedirem a remoção do comandante do destacamento, tenente Joaquim Timóteo de Brito, por considerarem que este não oferecia as devidas garantias de segurança em face dos pronunciamentos em favor da Independência. Não atendidos, encaminharam protesto acusando o juiz João Cândido de Deus e Silva de não punir os sediciosos, afirmando que se

⁷⁰ DIAS, C. op. cit., 1999, p. 362.

⁷¹ Ibid.

julgavam ameaçados enquanto as autoridades fossem brasileiras⁷². Esse episódio demonstra o quão abertas eram as manifestações em Parnaíba em favor da Independência.

Como uma das vilas mais importantes do Piauí, porto fluvial e marítimo que recebia diversas embarcações européias e brasileiras, aparentemente a circulação de idéias foi maior em relação a outras vilas, resultando em ter sido a primeira vila a aderir à Independência, pouco mais de um mês da proclamação ocorrida em São Paulo.

Segundo Dias, em Parnaíba, “havia de fato um movimento da população favorável à independência”⁷³. Seus líderes buscavam, então, antecipar-se aos acontecimentos como forma de garantir espaços de poder na nova ordem. A Revolução do Porto, em 1820, e o juramento à Constituição que ainda seria elaborada, em 1821, acenderam no Piauí interesses e ambições e o desejo da separação de Portugal⁷⁴.

Ao Norte da Província, com o apoio do Comandante da Vila, coronel Simplício Dias da Silva, tratava João Cândido de Deus e Silva em divulgar as idéias de Independência, sendo um de seus maiores defensores no norte da Província.

Ao Centro-Sul, assistia-se ao trabalho de Padre Marcos em defesa da causa separatista. Defesa que buscava atender aos interesses da rede familiar da qual fazia parte. Após a Independência, esse clérigo, “pertencendo ao grupo de Manoel de Sousa Martins, tornar-se-ia seu mais lúcido assessor nos momentos de decisão política”⁷⁵. O próprio Sousa Martins reconhecia “seus fracos conhecimentos [...] que procedem não da vontade, mas da carência de luzes suficientes”⁷⁶, e recorria a Padre Marcos, homem letrado, na busca das “luzes” que julgava não ter.

⁷² COSTA, op. cit.

⁷³ DIAS, C. op. cit., 1999, p. 224-5.

⁷⁴ Ibid.

⁷⁵ NUNES, op. cit., p. 19.

⁷⁶ PIAUÍ. APEPI. **Fala que recitou o Exm^o Sr. Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] Presidente desta Província do Piauí na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no 09^o de julho do**

Odilon Nunes ressalta ainda que:

a ação desses homens [João Cândido e Padre Marcos] em pouco far-se-ia notável. Esses valores intelectuais incendiariam o ânimo de patriotas que promoveriam a emancipação política da nação brasileira, revigorando sua riqueza e criando uma consciência cívica⁷⁷.

Esses homens, cada um a seu modo e espaços próprios, pregavam uma nova ordem que muito coadunava com o interesse de poderosas famílias interessadas no controle da Província. Cada um representava, grosso modo, duas poderosas “casas familiares” que ajudaram com seus recursos a financiar as lutas da Independência. Conforme Bugyja Britto são essas casas, “a de Oeiras ou dos Sousa Martins, que teve por chefe o Visconde da Parnaíba ou Manoel de Sousa Martins [...], e aquela chamada Casa Grande da Parnaíba, representada por Simplício Dias da Silva, um dos homens mais ricos do Brasil, naqueles tempos”⁷⁸.

Diante da adesão de Parnaíba à Independência do Brasil, com o movimento de 19 de outubro, logo se inicia a repressão comandada pelo governador das Armas do Piauí, o major português João José da Cunha Fidié, que marchou para Parnaíba para restabelecer a ordem da administração portuguesa na Vila.

Fidié, a princípio, desejava partir em uma pequena comitiva para restabelecer a ordem em Parnaíba. Com a chegada do correio do Maranhão, em cinco de novembro e uma participação de Parnaíba, no dia 6, dirigida ao Governador das Armas dando conta dos acontecimentos na Vila, muda de planos e começa a aprontar o batalhão de primeira linha e a tropa de segunda linha para marcharem sobre Campo Maior e de lá para Parnaíba⁷⁹.

A notícia da marcha de Fidié em direção a Parnaíba com o plano de ocupar a Vila e prender os independentes, fez com que as principais lideranças retirassem-se para o Ceará,

ano de 1838. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

⁷⁷ NUNES, op. cit., p. 19.

⁷⁸ BRITTO, Bugyja. **O Piauí e a unidade nacional**. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora S.A., 1976, p. 36.

⁷⁹ COSTA, op. cit.

que já havia declarado sua adesão à Independência, a fim de escaparem da repressão e buscar apoio. Entre essas lideranças, encontravam-se o coronel Simplício Dias da Silva e o juiz João Cândido de Deus e Silva.

O apoio cearense, no entanto, não chegou. Parnaíba, no dia 18 de dezembro, foi ocupada pelas tropas de Fidié, reforçadas por tropas vindas do Maranhão, sem nenhuma resistência. O Governador da Armas restaurou o domínio português na Vila por meio de novo juramento à Constituição portuguesa, ao rei e à religião em uma celebração pública.

As lideranças parnaibanas, antes disso, ainda tentaram convencer Fidié a não invadir a Vila. Reuniram-se em sessão da Câmara e encaminharam ofícios ao comandante português, justificando que os acontecimentos em 19 de outubro obedeciam às ordens das Cortes no Rio de Janeiro e que as lideranças da Vila cederam à vontade da população a fim de evitar uma guerra civil⁸⁰.

A atitude de retirada dos líderes do movimento de 19 de outubro, conforme Dias⁸¹, possui diversos significados, podendo representar uma retirada estratégica em busca de apoio no Ceará, ou mesmo fuga das forças portuguesas, como forma de evitar derramamento de sangue em um confronto em total desvantagem. Mas é certo que a Vila foi totalmente saqueada pelas tropas, permanecendo ocupada até fevereiro de 1823, quando as tropas de Fidié retiraram-se para combater os independentes em Campo Maior, Piracuruca e Oeiras.

Com a partida de Fidié em direção ao norte da Província, o estado de aparente tranquilidade da Capital modifica-se. Em Oeiras, começam a aparecer os primeiros pasquins denunciando conspiração para derrubar a Junta de Governo e proclamar a Independência. Apesar das precauções tomadas pelo governo, entre elas a censura da correspondência postal,

⁸⁰ DIAS, C. op. cit., 1999.

⁸¹ Ibid.

a causa brasileira ganhava novos adeptos que partilhavam o desejo de separação de Portugal, iniciando manifestações a favor da Independência⁸².

As idéias emancipacionistas, apesar da vigilância das autoridades, eram divulgadas por meio de cartas e de pasquins, e mesmo proclamações remetidas de Parnaíba. Essas cartas e pasquins perturbaram a ordem, estimulando a expansão de manifestações a favor da Independência pelas principais Vilas.

Na vila de Parnaíba atribuiu-se a autoria de alguns pasquins ao próprio Tenente Joaquim Timóteo de Brito, comandante do destacamento da Vila. Em Campo Maior, sua autoria era atribuída ao rábula Lourenço de Araújo Barbosa.

Lourenço também era acusado de fabricar pólvora e discursar abertamente em Campo Maior sobre a separação do Brasil. Essas acusações levaram a Junta de governo a determinar a realização de uma devassa para apurar a fabricação de pólvora em Campo Maior e a convocá-lo preso para prestar esclarecimentos em Oeiras, sendo posteriormente enviado para Portugal⁸³.

Mas os pasquins representavam apenas uma forma de circulação de informações. Apesar de um forte aparato de controle, em razão da pequena população da capital e vilas, a população mantinha-se informada dos acontecimentos por meio de suas estreitas relações de parentesco ou de trabalho. Na capital, vilas e povoados,

as notícias, avisos, proclamações, cartas, informações, boatos, falatórios, rumores circulavam entre as pessoas, “boca em boca” e, mesmo sendo uma população analfabeta, fatos dessa natureza tinham repercussão, considerando que era uma diminuta população vivendo em pequenas vilas onde ocorriam muito poucos acontecimentos que chamassem a atenção⁸⁴.

⁸² NUNES, op. cit.

⁸³ Ibid.

⁸⁴ DIAS, C. op. cit., 1999, p. 249.

O ano de 1823 inicia-se ainda mais tenso na capital da Província, uma vez que, àquele instante, mostrava-se favorável à Independência. No entanto, a Junta de Governo tentava, a todo custo, manter a ordem e a união com Portugal.

Essa tomada de posição em favor da Coroa Portuguesa deve ser entendida dentro da configuração de sua composição. Representou um gesto de coerência com os princípios que a elegeu, de defesa da unidade entre Brasil e Portugal sob uma única Constituição. Lembre-se que até pouco tempo antes da declaração de Independência, “todos ou quase todos deste lado do Atlântico, inclusive o príncipe e seus ministros, ainda acreditavam garantir os interesses do Reino do Brasil, no interior da união com Portugal”⁸⁵. O movimento de 19 de outubro em Parnaíba, por exemplo, proclamou a independência do Reino do Brasil e sua união com Portugal⁸⁶.

Ao final de 1822, as ameaças continuavam a vir do Ceará. Nas vilas de Marvão e Crateús, próximas às fronteiras da província vizinha, separatistas organizavam forças para a invasão.

Oeiras já sabia, por informação de Valença, que Crateús havia levantado armas contra a Junta de Governo. Na Capital, as autoridades estavam informadas dos acontecimentos no restante da Província e, em meio a essas, encontravam-se muitos dos conspiradores, a exemplo do comandante da forças da cidade, Joaquim de Sousa Martins, e o comandante do policiamento, Inácio Francisco de Araújo Costa.

Ainda em dezembro de 1822, o general Pedro Labatut, comandante das tropas brasileiras na Bahia, encaminhou ofício à Junta de Governo conclamando o Piauí a se levantar pela causa da Independência, “que unidos deve[riam] libertar-se dos tiranos”⁸⁷.

⁸⁵ BERNARDES, op. cit., 2006.

⁸⁶ BRANDÃO, W. op. cit., 1972.

⁸⁷ COSTA, op. cit., p. 276.

Em resposta, a Junta renova seus votos de fidelidade e apoio a Portugal, argumentando que, para o Piauí e para as províncias do norte do Brasil, a união com Portugal era mais sólida e vantajosa, inclusive em termos de comunicação e comércio.

A Junta ainda provocava:

V. Exa. diz que está sitiando a Bahia para libertá-la da opressão das baionetas de Portugal. Seja assim. Porém que baionetas portuguesas oprimem o Piauí para que V. Exa. queira mandar em socorro dele baionetas do seu comando? Se o Piauí quisesse aderir à causa das províncias do sul só tinha que a declarar. Dentro dele não estão baionetas de Portugal que embarace a declaração, e é consequentemente manifesto que se não declara porque não lhe convém, porque não quer.
[V. Exa.] não venha e nem mande baionetas suas a essa sossegada província, a pretexto de socorrê-la, que ela declara a face das nações que nem precisa, nem quer ser socorrida⁸⁸.

Para os membros da Junta, a defesa da unidade com Portugal deveria ser defendida. Mesmo D. Pedro, meses antes do sete de setembro, negava a possibilidade de separação e dizia:

À independência tem-se querido cobrir comigo e com a tropa, como nenhum conseguiu, nem conseguirá; porque a minha honra e a dela é maior que todo o Brasil, e dizem que me querem aclamar imperador; protesto a V. M. que nunca serei perjuro, e que nunca lhe serei falso; e que eles farão essa loucura, mas será depois de eu e de todos os portugueses estarmos feitos em postas, é o que juro a V. M., escrevendo nesta com o meu sangue estas palavras: – Juros ser sempre fiel a V. M., à Nação e à Constituição Portuguesa (D. Pedro, 4 de outubro de 1821)⁸⁹.

Em setembro de 1822, essas e muitas outras palavras de D. Pedro nada valiam ou foram resignificadas. Novas palavras foram ditas e novos interesses estabelecidos. No entanto, para a Junta piauiense, os interesses permaneciam os mesmos e era preciso manter a unidade para se manter no poder. Não perceberam ser tarde demais.

A Capital inquietava-se e “Padre Marcos concertou com Manoel de Sousa Martins, futuro visconde da Parnaíba, a conspiração”⁹⁰. Em 24 de janeiro de 1823, com a maior parte

⁸⁸ apud NUNES, op. cit., p. 52.

⁸⁹ apud BERNARDES, op. cit., 2006, p. 334.

⁹⁰ COSTA, op. cit., p. 253.

das baionetas portuguesas ao norte da Província, a Junta era deposta e Oeiras declarava seu apoio à Independência.

Nesse período, Padre Marcos firmou-se como o grande articulador dos grupos familiares do Centro-Sul piauiense e da adesão da capital à Independência do Brasil⁹¹, marcando, assim, o início de uma longa trajetória na vida política da Província. Seu trabalho e influência estenderam-se por boa parte da primeira metade do século XIX, ajudando, sobremaneira, na manutenção do Império em solo piauiense, por meio do prestígio que gozava entre a elite dirigente⁹².

Às vésperas da adesão de Oeiras à Independência o descontentamento com o governo português dentro da Província era maior do que se pode apreender das declarações feitas pela Junta de Governo. Com o Governador das Armas em Parnaíba e com a Independência consolidando-se em outras províncias, e mesmo dentro do Piauí, a ocasião demonstrou-se favorável a um levante na capital e posteriormente no restante da Província.

No entanto, até vésperas do levante do dia 24 de janeiro, não havia em Oeiras uma figura capaz de agregar os diversos interesses em disputa. Mesmo o brigadeiro Manuel de Sousa Martins, apesar de alijado do poder com sua exclusão da nova Junta de Governo, estava temeroso das conseqüências do ato.

Um novo cenário político forma-se em Oeiras e Padre Marcos saiu em defesa da causa da Independência, buscando apoio na Capital, entre estes, de seu primo Manoel de Sousa Martins que, mesmo contrariado, mantinha fidelidade às Cortes.

Como em 1817, o Brigadeiro mantinha seu apoio à Coroa portuguesa. No entanto, após longas discussões com Padre Marcos, nas quais foram avaliadas as conseqüências dos atos

⁹¹ CHAVES, op. cit., 1998; MELO, op. cit., 1991, e NEVES, op. cit., 1997.

⁹² CHAVES, op. cit., 1998; NUNES, op. cit., e PIAUÍ. APEPI. **Resposta ao ofício do Juiz Municipal da Vila de Jaicós, Raimundo José de Carvalho e Sousa, dada pelo Presidente da Província, José Antonio Saraiva, sobre o falecimento de Padre Marcos de Araújo Costa.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 92, 16 de dezembro de 1850.

que se seguiram, o Padre convenceu-o a tomar à frente do movimento em Oeiras, aderindo à causa da Independência, o que marca também o retorno de Sousa Martins ao poder no Piauí.

Assim, como bem sintetiza Monsenhor Chaves,

[...] na madrugada de 24 de janeiro de 1823 levantou-se Oeiras, à frente o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, proclamando a adesão do Piauí à independência do Brasil. O que se seguiu depois foi, em parte, consequência daquele dia e daquela decisão do Brigadeiro aliciado pelo Padre Marcos.

Dali por diante, enquanto ele viveu, nada de sério e importante se fez na Província sem que ele fosse ouvido⁹³.

A tomada de decisão do Brigadeiro possuiu por escopo interesses privados e familiares que, em primeira análise, representavam a vingança contra aqueles que lhe haviam tirado o controle da Província. Como sinalizado, sua adesão à Independência tem como uma de suas causas não o patriotismo ou o amor à causa, mas o rancor de ter sido vencido nas eleições de sete de abril de 1822. O patriotismo do Brigadeiro representou apenas uma fina camada de verniz a qual Padre Marcos soube explorar na busca de sustentação a um novo governo que se formava.

Coube a Padre Marcos, sobretudo, por sua condição de membro de um importante grupo familiar, além intelectual e sacerdote, empenhar apoio ao Brigadeiro e lhe mostrar que a Independência era um caminho sem volta, representando uma oportunidade de controle da Província, como assim demonstrou ser. Como ressalta Wilson Brandão, acerca da atuação de Padre Marcos no processo de separação, “a Independência, em Oeiras, não se fez sem ele”⁹⁴, confirmando o papel decisivo por ele assumido nos caminhos seguidos no período.

Com o apoio de diferentes famílias do Centro-Sul piauiense, o brigadeiro Sousa Martins assume o comando do levante em Oeiras, e na madrugada do dia 24 de janeiro, distribuiu estrategicamente pela cidade forças militares, mas não encontrou resistência.

⁹³ CHAVES, op. cit., 1994, p. 33.

⁹⁴ BRANDÃO, W. op. cit., 1997, p. 64.

Logo pela manhã Sousa Martins proclama “entusiásticas saudações à Independência do Brasil, a S. M. o Imperador D. Pedro I, e o povo, espectador dessa cena”⁹⁵, antecipando-se ao inevitável e tornando-se candidato ao cargo de presidente da Província.

Em seguida procedeu-se a uma eleição na qual o Brigadeiro foi eleito presidente de uma nova Junta Governativa⁹⁶. A família Araújo Costa foi representada pelo tenente-coronel Inácio Francisco de Araújo Costa, irmão de Padre Marcos. Inácio Francisco presidiu interinamente a mesma Junta de julho a outubro de 1823⁹⁷.

O brigadeiro Sousa Martins, com o apoio e trabalho de Padre Marcos, pôde, àquele instante, aglutinar boa parte das famílias do Centro-Sul piauiense por meio de sua fortuna e prestígio, mas também por representar os interesses dos grupos familiares desejosos de maior espaço na estrutura de poder local. A queda do Brigadeiro, por outro lado, representaria também a queda de muitos outros chefes familiares da região que, sabendo avaliar o perigo de uma represália portuguesa, empenharam seu mais absoluto apoio ao novo governo⁹⁸ e foram bem recompensados na nova administração.

A adesão de Oeiras, no entanto, marca apenas o início de novas convulsões no Norte do Brasil. A Junta recém eleita encaminha ofícios ao Governador das Armas, o major Fidié, para que entregue seu comando e se retire do Piauí. Encaminha ainda ofícios às autoridades do Maranhão, recomendando a neutralidade em relação aos acontecimentos ocorridos na vizinha província, ameaçando suspender o comércio e comunicações caso o governo maranhense se aliasse às forças portuguesas comandadas pelo major Fidié.

⁹⁵ NEVES, op. cit., 1974, p. 85.

⁹⁶ Foram eleitos: Presidente, Manoel de Sousa Martins; Secretário, Manuel Pinheiro de Miranda Osório; membros, Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Moraes Rego.

⁹⁷ TITO FILHO, Arimatéia. **Governadores do Piauí**: 1978. 3. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1978.

⁹⁸ NEVES, op. cit., 1974.

Com a proclamação em Oeiras, os ânimos se acirram ainda mais na Província. O major Fidié não se intimidou com os acontecimentos e reuniu forças para logo marcharem em direção a Oeiras com o objetivo de derrotar os independentes.

A Junta inicia os preparativos para o confronto devido à resistência de Fidié e logo toda a Província põe-se em movimento. O governo logo comprometeu-se a pagar ao Ceará todas as tropas e ajudas que lhe forem enviados em defesa da Independência, bem como ressarcir, com recursos da Fazenda, aos particulares que com seus gados e dinheiro ajudassem na manutenção das tropas.

Ao final do mês de fevereiro, o major Fidié inicia marcha em direção à Piracuruca, seguindo posteriormente em direção a Oeiras, acompanhado de cerca de um mil e trezentos homens e pesada munição⁹⁹. Mesmo com a formação de um governo independente, o comandante português resistia e organizava a repressão, mantendo-se imbuído do desejo de depor a Junta independente e assegurar o regime português na capital.

Próximo à Parnaíba, organizou-se uma Junta Militar em Piracuruca, composta por oficiais cearenses, para comandar parte das movimentações e que logo solicitou armamentos ao Ceará para a defesa da Vila. Mas foi a vila de Campo Maior que se tornou o principal centro de operações dos independentes.

O mês de março inicia-se com intensa movimentação de tropas entre a capital e as vilas, com a prisão de independentes em Parnaíba, entre eles Leonardo Castelo Branco, e com a proclamação da independência na vila de Jerumenha. No entanto, março apenas começava.

Como ressalta Dias,

[...] toda essa movimentação desembocou no maior, mais violento e sangrento combate, considerado pela historiografia, como o mais importante ou o mais notável entre todos que houve durante a guerra pela independência do Brasil, no Piauí, a famosa e conhecida batalha ou combate

⁹⁹ COSTA, op. cit., p. 299.

do Jenipapo. Um numeroso grupo de sertanejos, vindos de várias partes do Piauí e do Ceará se engajaram nesta batalha, um dos mais importantes marcos das lutas pela independência no Piauí, em 13 de março de 1823¹⁰⁰.

A Batalha do Jenipapo representou episódio na história do Brasil em que a população mais humilde teve ativa participação na luta contra as tropas portuguesas e seu comandante, o major Fidié, àquele instante apresentado como fonte e representação de todos os males e amarguras da Província. Vencê-lo tornava-se necessário para a defesa da pátria, tão apregoada pelos líderes do movimento, entendida por aquela população como o direito de ter vez e voz em um novo governo. Era entendido como poder ver divididos latifúndios e que receberiam o que lhes cabiam em uma nova ordem. A pátria, grosso modo, era sentida como a possibilidade de ter uma vida mesmo dura.

Se a noção de pátria apresentava-se como uma abstração muito distante e pouco prática para a maioria da população, esta recebeu o forte apelo da promessa de recompensa ao final das lutas. O soldo a alguns, a terra a outros, ou mesmo o direito de fazer parte da parentela de algum poderoso local.

Assim, contra tropas portuguesas treinadas e bem municadas, levantaram-se forças piauienses e cearenses compostas, em sua maioria, de vaqueiros e homens do campo, armados com precárias ferramentas, motivados por interesses que lhes eram próprios e à espera da recompensa que nunca veio.

As forças portuguesas, por sua superioridade militar, saíram vitoriosas da batalha de 13 de março. No entanto, perderam a maior parte de sua bagagem de guerra¹⁰¹, tomada de assalto pelas forças independentes, o que deu um novo direcionamento aos eventos que se seguiram, por impedir novas ações das forças portuguesas e mesmo a marcha para Oeiras. Isso

¹⁰⁰ DIAS, C. op. cit., 1999, p. 290.

¹⁰¹ A bagagem de guerra das tropas portuguesas foi apreendida por alguns soldados das tropas do Capitão Alexandre Pereira Nereu. Era composta de munições, armas, dinheiro e despojos de guerra da Vila de Parnaíba, e foi conduzida para a Vila de Sobral (CE), apreendida por autoridades locais e postas em hasta pública e arrematada.

evidencia como o sublunar sofre influências do imprevisto, bafejado pelo acaso, como defende o historiador Paul Veyne¹⁰².

O comandante português, diante das baixas sofridas de soldados, recursos financeiros e equipamentos, além de ameaçado pela intensa movimentação de tropas em Campo Maior, foi obrigado a reagrupar forças e buscar reforços. Desistiu de invadir a Vila e iniciou marcha com suas tropas para Estanhado, às margens do rio Parnaíba, e de lá refugiou-se no Maranhão que se mantinha fiel a Portugal, montando acampamento em Caxias.

No entanto, somente em 19 de março chegaram notícias em Oeiras da Batalha em Campo Maior, por meio de ofício encaminhado pelo tenente-coronel Francisco Manoel de Araújo Costa, também irmão de Padre Marcos, dirigido à Junta de Governo, dando conta do desastre do combate.

A população, sem saber que Fidié marchava em outra direção, logo entrou em pânico com a notícia da vitória das forças portuguesas, acreditando que as tropas portuguesas logo marchariam sobre a capital.

Imediatamente a Junta de Governo recorre ao comandante do Crato, Leandro Bezerra Monteiro, pedindo com urgência reforços para o Piauí sem o qual a Independência estaria ameaçada. Somente em 25 de março chegaram notícias de que as tropas portuguesas seguiam em outra direção.

Com a população de Oeiras um pouco mais aliviada com a notícia de que as tropas portuguesas marchavam em direção ao Maranhão, o governo piauiense tomou uma série de medidas para proteger a capital da ameaça que poderia vir da província vizinha, ainda aliada a Portugal.

A Junta de Governo prontamente encaminhou pedido de ajuda aos Governadores das

¹⁰² VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

Armas de Pernambuco, da Paraíba e da Bahia, solicitando o envio de tropas bem armadas para guarnecer as margens do rio Paraíba, a capital e para dar combate às tropas portuguesas no Maranhão. Comprometeu-se ainda em arcar com todas as despesas das tropas enviadas.

Com a saída das tropas portuguesas e com a Independência assegurada na Província, as tropas independentes do Piauí e Ceará iniciaram marcha em direção ao Maranhão, dando combate às forças que se mantinham aliadas à Coroa portuguesa. Essas forças independentes, acrescidas de forças enviadas do Pernambuco, foram também de grande importância para a adesão do Maranhão à Independência¹⁰³.

O governo maranhense mobilizou tropas para defender-se, posicionando-as em pontos estratégicos ao longo da fronteira. Isso foi entendido pelo governo piauiense como uma ameaça de invasão. Cria-se, assim, um estado de tensão paradoxal, no qual ambas as províncias agiam defensivamente, temendo “ser invadidas por diferentes motivos e distintos interesses ao mesmo tempo estratégicos e opostos”¹⁰⁴, revelando como os conflitos também se processam na esfera do emocional.

Em 15 de junho chegaram a Oeiras tropas cearenses comandadas pelo Governador da Armas do Ceará, o brigadeiro José Pereira Filgueiras e pelo coronel Tristão Gonçalves Pereira de Alencar. As tropas eram formadas por cerca de 2.000 homens mal armados e em péssimas condições, conduzindo apenas três peças de campanha de pequeno calibre.

O próprio Presidente da Província foi responsável por recepcionar as forças cearenses e no dia 26 de junho repassou a Filgueiras a quantia de 26:000\$000 (vinte e seis contos de réis) dos cofres da Fazenda da Província, para o pagamento das tropas e custos de viagem.

O pagamento feito pela Junta piauiense às tropas cearenses deixa transparecer como a opção pela participação nas lutas pela Independência representou também uma opção de

¹⁰³ SILVA, Luís Antonio Vieira da. **História da Independência da Província do Maranhão** (1822-1828). 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

¹⁰⁴ DIAS, C. op. cit., 1999, p. 319.

sobrevivência ou de emprego de parte dessa população que enxergava nas tropas a esperança de uma vida melhor, mesmo tendo que pôr em risco suas vidas em combate.

As forças cearenses, assim como boa parte das forças piauienses, eram compostas por uns poucos militares e muitos homens simples, sobretudo vaqueiros e homens do campo com pouco ou nenhum conhecimento militar. Muitos deles se engajaram nas tropas independentes em troca de pagamento.

Mesmo com muitos piauienses e cearenses compondo as forças independentes por acreditarem na causa brasileira; para muitos outros, fazer parte destas forças representava uma oportunidade de trabalho, em uma região de poucas oportunidades, aliado à esperança de recompensas maiores ao final das lutas.

Em 04 de julho, as forças cearenses acampadas em Oeiras partiram para o Maranhão para reunirem-se com as tropas que já se encontravam nas imediações de Caxias, formando um só corpo militar para “desalojarem o inimigo daquela praça e constringer os reacionários do Maranhão a proclamarem a independência nacional”¹⁰⁵. À frente dessas forças, estavam dois comandantes piauienses, o Presidente Manoel de Sousa Martins e seu irmão, o Governador das Armas, Joaquim de Sousa Martins, além de dois comandantes cearenses, o coronel Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e o brigadeiro José Pereira Filgueiras, este eleito comandante-chefe das tropas.

Ao longo do mês de julho, as vilas maranhenses renderam-se às tropas independentes e aclamaram a Independência. A capital, São Luís, aclamou a Independência em 28 de julho. No entanto, o cerco a Caxias continuava. As tropas comandadas por Fidié resistiram o quanto puderam. Mas, frente às adversidades, Fidié decidiu baixar armas encaminhando aos comandantes brasileiros os termos da capitulação. Caxias rendeu-se, assim, em 31 de julho de 1823, “vencida pela fome, pela sede, pela impotência de suas armas contra as tropas

¹⁰⁵ COSTA, op. cit., p. 328.

sitiantes”¹⁰⁶.

A notícia da capitulação de Caxias chegou a Oeiras apenas em 18 de agosto. A Junta de Governo, àquele instante presidida interinamente por Inácio Francisco de Araújo Costa, dirige proclamação, parabenizando os piauienses pela vitória sobre as forças portuguesas, dando vivas à independência do Brasil e conclamando a população para celebrar¹⁰⁷.

No entanto, após o final das lutas, para a população pobre que compunha a maior parcela das tropas independentes restava pouco a comemorar.

Aos comandantes militares prestavam-se todas as honras e glórias. Ao brigadeiro Sousa Martins, por exemplo, a Junta de Governo encaminhou ofício ao Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho, pedindo sua promoção ao posto de Marechal-de-Campo, por seus serviços prestados ao Maranhão e por ter feito “ressoar nesta cidade [Oeiras] as vozes da independência do Brasil, que estavam abafadas, e aclamar o senhor dom Pedro I por nosso imperador, no memorável dia de 24 de janeiro”¹⁰⁸.

Encaminhou ainda em 22 de dezembro uma relação de pessoas que mais se distinguiram por seus serviços nas lutas pela Independência na Província. Nessa lista destacam-se membros das famílias Sousa Martins e Araújo Costa¹⁰⁹, indicando não somente a presença, mas sua influência na Província. Deve-se ressaltar que não consta na lista nenhum nome da Vila de Parnaíba.

Aos combatentes restavam todos os lamentos e o esquecimento. Seus nomes não figuraram em listas de heróis. Em muitos casos, “ao contrário seus nomes estão em outras relações, a de criminosos, ladrões e facinorosos”¹¹⁰, revelando, além do silêncio de seus destinos, o esquecimento de seu trabalho.

¹⁰⁶ NEVES, op. cit., 1974, p. 242.

¹⁰⁷ COSTA, op. cit.

¹⁰⁸ Ibid., p. 336.

¹⁰⁹ COSTA, op. cit.

¹¹⁰ DIAS, C. op. cit., 1999, p. 347.

Como ressalta Dias,

[...] depois de assegurada a independência com o imperador as tropas são deixadas à sua própria sorte, perdendo totalmente o controle em atos de violência 'de maldade, insultos e latrocínios' destruindo fazendas, roubando cavalos, gado e o armamento. (...) Uma vez que sabendo da importância de sua participação na guerra teriam que obter algum benefício e como ele não viera viram-se na necessidade de atacar fazendas para se alimentar e roubar cavalos para montaria¹¹¹.

O governo ignorou as tropas. Ignorou a gente humilde que atendeu o chamado das poderosas famílias da Província, fazendo aflorar profundas mágoas e ressentimentos. Convocados para lutar pela causa brasileira, os combatentes esperavam o justo reconhecimento do trabalho feito e que não veio. Assim, os roubos e atos de violência ao final das lutas demonstram que as opções feitas por aquela população pautavam-se na espera da retribuição. Era hora, então, de minimizar os prejuízos. A guerra continuava, mas agora com inimigos não declarados.

A Junta de Governo, diante dos atos de revolta de muitos dos combatentes, decidiu tomar medidas para prender aqueles que cometiam excessos. Esquecidos pelas autoridades,

[...] os soldados piauienses e cearenses tinham razões suficientes para agirem com violência, considerando que foram abandonados em condições subumanas, longe de seus locais de origem, esfomeados, esfarrapados e sem recursos financeiros, tendo à frente as ricas fazendas de gado¹¹².

As diferenças de significado das lutas ficaram mais visíveis ao final dos combates, visto que os soldados não viram atendidas as promessas que lhes foram feitas. Decidiram, então, ir ao encontro delas e vê-las atendidas, mesmo que parcialmente, pelo uso da força.

Sobre as ações promovidas por membros das tropas independentes, a Junta de Governo do Piauí apresentou denúncias variadas, indicando a tensão vivida no período:

Toda esta província geme e chora pelas muitas desenvolturas e insubordinações das tropas auxiliaadoras, de forma que as estradas estão desertas, com grande dissabor desta junta, que não tem cessado de requerer

¹¹¹ Ibid., p. 342.

¹¹² Ibid., p. 343.

dos respectivos chefes as precisas providências para evitar a continuação de tantas maldades, insultos e latrocínios; mas, tudo há sido baldado¹¹³.

Em ofício encaminhado ao coronel Simplício Dias da Silva, a Junta de Governo ainda presta alguns esclarecimentos sobre os atos de insubordinação cometidos pelas tropas, sobre as exigências feitas pelas tropas cearenses e sobre as condições da Província. Escrevia a Junta:

V. S. não pode ajuizar, ao longe, que calamidade, que destroços e irreparáveis males têm causado as tropas que se retiram de Caxias. As fazendas estão de todo destruídas, o cavalariço esse foi conduzido quase tudo. Desgraçada fica nossa província.

Roubaram grande parte de nosso armamento e ainda tem a província de pagar uma avultada soma de despesas feitas com as diferentes expedições de tropas que mandaram, algumas delas inúteis, e a conta que acaba de nos apresentar é de 19:356\$068, afora as que ficaram de remeter.

As tropas que vieram com o senhor Figueiras receberam 26:000\$000 e diz [o coronel] Tristão que ainda se lhes devem 3:000\$000; finalmente, não haverá no Piauí com que se pague a despesa feita pelo Ceará. Os seus soldos em Caxias montaram a cem contos, e dizem que ainda com 3:000\$000 não se lhes pagava.¹¹⁴

Criou-se, assim, uma melindrosa situação entre o governo piauiense e as forças cearenses, que exigiam conduzir os prisioneiros de guerra para o Ceará, como uma forma de realçar os triunfos de Figueiras, que já havia regressado para assumir a presidência da Junta cearense, e o pagamento de 3:000\$000 que reclamavam como soldo às tropas.

Em audiência com a Junta piauiense, o coronel Tristão, representante das forças cearenses em Oeiras, informou que se não fossem atendidas as reivindicações feitas, deslocaria suas tropas estacionadas em Campo Maior e montaria acampamento em Oeiras, afirmando “que não trazia intenções hostis; vinha apenas amparar as pretensões cearenses”¹¹⁵.

Em 1º de dezembro, prazo marcado para a entrega dos valores exigidos pelas forças cearenses, os cofres da Fazenda Pública em Oeiras continham apenas 1\$920 réis. Em precária situação financeira e militar, o governo piauiense sabia ser difícil encontrar solução, uma vez

¹¹³ COSTA, op. cit., p. 335.

¹¹⁴ PIAUÍ. Ofício encaminhado pela Junta Governativa do Piauí, ao coronel Simplício Dias da Silva. apud COSTA, op. cit., p. 335.

¹¹⁵ Ibid., p. 343.

que não possuía forças suficientes para reagir e aceitar a luta, mas também não podia render-se à humilhação passiva. A solução tomada foi a de tentar ganhar tempo, prometendo resolver a questão a contento para as forças cearenses e pedindo que não fossem mandadas tropas para Oeiras¹¹⁶.

Ao longo de conturbadas negociações, em que se espalhavam boatos de invasão de Oeiras por tropas cearenses, o coronel Tristão comunica que estava disposto a deixar com suas tropas o Piauí desde que lhe fossem pagos os 3:000\$000 exigidos anteriormente.

A Junta de Governo submete-se à exigência feita, ficando com os vinte e quatro prisioneiros portugueses, entre eles o major Fidié. No entanto, sem recursos para arcar com o pagamento, a Junta recorre a empréstimo particular para encerrar o impasse com as forças cearenses.

Ao final da lutas pela Independência, as dificuldades com as tropas representavam apenas parte dos problemas enfrentados pelo Piauí. A economia ficou arrasada. A maioria de suas fazendas de gado, base econômica, estavam destruídas. A guerra tinha deixado uma herança difícil de administrar e logo novos desafios apresentaram-se.

Com a dissolução da Constituinte de 1823 e a outorga da Constituição de 1824, com sua excessiva concentração de poderes nas mãos de D. Pedro I, novas contradições afloraram e explodiram por meio da Confederação do Equador, movimento republicano iniciado em Pernambuco, que logo recebeu apoio das províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

A Confederação, mais que desarticulação ou desordem do Império, significava também a perda de território. Mais que isso, representava uma experiência ligada às fronteiras do

¹¹⁶ Ibid.

Brasil, de importante posição econômica e geográfica, que questionava a monarquia. A existência de outro projeto político era algo inaceitável ao Império brasileiro de então¹¹⁷.

No Piauí, ainda não recuperado das lutas pela Independência, os ideais da Confederação começaram a ganhar espaço e a exaltar os ânimos. “Nessas agitações pioneiras surgiram republicanos, e surgiram também liberais monarquistas”¹¹⁸, onde Parnaíba e Campo Maior foram os principais centros dessas agitações.

Na vila de Parnaíba, João Cândido de Deus e Silva constituiu-se em um dos principais defensores da Confederação na Província, enquanto os líderes do Centro-Sul mantinham-se fiéis a D. Pedro e combatiam os insurretos. A atuação de Padre Marcos foi decisiva em relação ao desmembramento desse movimento no Piauí. Como destaca Odilon Nunes, “Padre Marcos de Araújo Costa e Manoel de Sousa Martins, representantes da corrente monarquista, [foram] os instrumentos da repressão”¹¹⁹ da Confederação no Piauí, posicionando-se como principais aliados do projeto monarquista no cenário piauiense, contribuindo para sua consolidação.

Para Parnaíba, foi enviado como emissário da Confederação o padre Francisco de Paula Barros, um dos líderes do movimento, que chegou à Vila em 31 de julho, com o pretexto de estar de passagem ao Maranhão, a serviço de Sua Majestade Imperial. Demora-se mais tempo, hospedado pelo coronel Simplício Dias da Silva, “pregando e promovendo o sistema democrático”¹²⁰.

Com a orientação Imperial para se jurar a Constituição outorgada em todo o País, as determinações foram cumpridas na capital e demais vilas da Província. Porém, Parnaíba e Campo Maior negaram-se a jurar a Constituição, assumindo explicitamente o papel de

¹¹⁷ BERNARDES, op. cit., 2003.

¹¹⁸ NUNES, op. cit., p. 20.

¹¹⁹ Ibid., p. 21.

¹²⁰ COSTA, op. cit., p. 350.

oposição não apenas à concentração de poder na figura do Imperador, mas ao próprio projeto monárquico, defendendo e propagando os ideais republicanos. Vislumbra-se mais uma vez a disputa entre os membros do Norte e do Centro-Sul em mais este antagônico posicionamento.

O movimento republicano recebeu o apoio, entre outros, de João Cândido de Deus e Silva, então presidente da Câmara Municipal de Parnaíba e ouvidor da comarca, do major José Francisco de Miranda Osório e dos comandantes dos corpos milicianos da Vila, o major Bernardo Saraiva e o tenente-coronel Domingos Dias da Silva Henriques. Esses encaminharam uma representação à Câmara de Parnaíba solicitando que não fosse jurada a Constituição e que a Vila aderisse ao movimento republicano.

A Câmara de Parnaíba oficiou ao Presidente da Junta de Governo sua adesão à Confederação do Equador em 26 de agosto de 1824. Oeiras, cidade na qual os ideais republicanos da Confederação tiveram pouca penetração, mantinha seu apoio ao Imperador, muito em razão do posicionamento assumido pelo grupo que a administrava. O Presidente da Junta de Governo, Manoel de Sousa Martins, recebendo a notícia do que ocorria ao norte, repudia o movimento e toma medidas para a defesa da Província e para abortar a propagação de suas idéias, sobretudo em Parnaíba. No entanto, apesar das medidas repressoras, o movimento continuava a ganhar forças nas vilas de Parnaíba e de Campo Maior.

Ao tempo em que os ideais republicanos fortaleciam-se ao norte da Província e frente à necessidade do governo de reprimi-los em Parnaíba e Campo Maior, o momento mostrou-se conveniente para a execução do Decreto de 20 de outubro de 1823, que regulava a forma de governo nas províncias. Por meio desse organizou-se nova forma aos governos das províncias, extinguindo as Juntas Provisórias e criando para cada uma das províncias o cargo de Presidente de Província e um Conselho de Governo, responsáveis pela administração. O Piauí era, àquela data, a única província ainda governada por Junta Provisória de Governo.

Como o coronel Simplício Dias da Silva, indicado Presidente por D. Pedro I, não assumiu a nomeação Imperial, a Junta de Governo convocou uma eleição para Presidente Temporário, realizada em 19 de setembro, da qual saiu eleito Presidente da Província e Presidente do Conselho de Governo, o brigadeiro Manoel de Sousa Martins, reafirmando e consolidando seu prestígio e força política. Dom Pedro I nomeou Sousa Martins como Presidente da Província do Piauí, por meio de Carta Imperial de 1º de dezembro de 1824, tomando posse este em 1º de maio de 1825, continuando a administração que estava à frente como Presidente Provisório.

O Conselho de Governo foi eleito no mesmo pleito. Elegeram-se Conselheiros: Padre Marcos de Araújo Costa, tenente-coronel Inácio Francisco de Araújo Costa, capitão-mor João Nepomuceno Castelo Branco, sargento-mor Inácio Madeira de Jesus, sargento-mor Joaquim de Santana Ferreira e o tenente-coronel Raimundo de Sousa Martins.

Os Conselhos de Governo foram criados no Brasil por meio de Lei Imperial de 20 de outubro de 1823. Possuíam por competências, conforme seu artigo 72, “discutir e deliberar sobre os negócios da Província, podendo elaborar projetos de leis peculiares e acomodados às suas localidades e urgências”. Seus membros eram escolhidos através de eleições indiretas nas quais votavam os membros das Assembléias Paroquiais.

Padre Marcos permaneceu no Conselho de Governo até dezembro de 1828, quando se licencia, alegando motivos de saúde, em episódio que rejeitou assumir o cargo de Presidente da Província, por afastamento de Sousa Martins, declinando do cargo em favor de seu irmão, Inácio Francisco de Araújo Costa. É substituído então por José Pereira da Silva Mascarenhas.

Seu afastamento representa episódio ainda não esclarecido, uma vez que não se tem registro de causas que tenham motivado seu afastamento, apenas a sua negativa ao cargo e a alegação do motivo de saúde. No entanto, em novembro do ano seguinte, Padre Marcos

assume assento como vice-presidente do Conselho Geral da Província, presidindo o mesmo entre os anos de 1831 e 1832.

O Decreto de 20 de outubro de 1823 criou ainda o cargo de vice-presidente de província, que deveria ser exercido pelo Conselheiro mais votado. Foi nessa condição que Padre Marcos assumiu o cargo de vice-presidente da Província e vice-presidente do Conselho de Governo, deixando transparecer seu prestígio político, sendo mais votado inclusive que seu irmão, Inácio Francisco, com o qual dividia a preferência dos votos em uma mesma região. Ao clérigo cabia também comandar o grupo familiar a que pertencia, consolidando-se no cenário político local.

Logo após a posse do Presidente Temporário e do Conselho de Governo, criou-se uma Junta Defensiva da Província, que iniciou seus trabalhos de imediato para “auxiliar a presidência e lembrar-lhe o que parecesse conveniente à defesa da província, ameaçada pela revolução de Pernambuco e Ceará”¹²¹.

Compunham a Junta Defensiva, Padre Marcos de Araújo Costa, vigário João da Rocha Vale, tenente-coronel Inácio Francisco de Araújo Costa, sargento-mor José Inácio Madeira de Jesus, capitão Inácio de Lóiola Mendes Vieira e o tenente-coronel Manuel Pinheiro de Miranda Osório¹²². Percebe-se novamente a presença de Padre Marcos como figura importante no cenário político local.

O governo determinou, então, um conjunto de medidas para combater o movimento republicano na Província. Entre essas medidas, determinou a suspensão das Câmaras de Campo Maior e Parnaíba e ordenou a prisão de João Cândido de Deus e Silva. Mandou fortificar as fronteiras com o Ceará, convocando tropas para a guarnição dos pontos mais sujeitos a invasões, recebendo as tropas soldo em dobro. Encaminhou ainda tropas para

¹²¹ Ibid., p. 354.

¹²² Ibid.

Parnaíba e Campo Maior. Solicitou ajuda de armamentos às províncias de Sergipe e Bahia e fez recolher aos cofres públicos todas as dívidas e pagamentos vencidos para custear despesas com as operações.

Ainda entre as medidas adotadas, o governo encaminhou Padre Marcos e seu irmão, o tenente-coronel Inácio Francisco, em missão à vila de Valença para conter os insurretos da Vila, última barreira antes da Capital, contra a influência do movimento que se propagava ao norte. O prestígio e o poder de persuasão do clérigo e de sua família ficam novamente evidenciados por essa medida.

São enviados, assim, “para livrá-la [Valença] da péssima doutrina ideal, fortificando os pontos necessários, cuja missão executaram com aquele zelo e atividade que era de esperar”¹²³. Deveriam eles “estabelecer espias, abrir recrutamento e guarnecer pontos que se prestassem ao estabelecimento de guerrilhas”¹²⁴. Reuniram alguma gente e estabeleceram pontos de observação. Mandaram ainda dois emissários para Campo Maior que deviam avisar da chegada de reforços e da organização de forças.

A Vila foi posta sob controle em um processo cuja atuação dos irmãos Araújo Costa foi de fundamental importância para o êxito obtido. Os dias passam, então, sem qualquer ocorrência anormal, o que foi comunicado ao governo da Província.

Na vila de Valença, coube a Padre Marcos, por meio de seus argumentos e o significado de sua presença, guardar a ordem. À medida que os ideais republicanos começavam a ganhar espaço, a tensão foi contida por ele sem o uso de força armada, considerando que, “quando o

¹²³ SOUSA MARTINS, Manoel de. Ofício encaminhado ao ministro do Império João Severiano Maciel Costa, dando conta do movimento revolucionário da Parnaíba e das medidas adotadas. 4 de outubro de 1824. apud COSTA, op. cit., p. 359.

¹²⁴ NEVES, op. cit., 1997, p. 131.

poder economiza o uso de suas armas, é à linguagem que confia o cuidado de guardar a ordem opressora”¹²⁵. O Padre soube aplicar perfeitamente essas idéias em sua prática social.

A presença de seu irmão assume também um significado de fácil entendimento, ao instante que os argumentos do Padre ganhavam maior efeito com a força das armas que representava o tenente-coronel Inácio Francisco. Em Valença, associaram-se, dessa forma, poder ideológico e força material para combater os ideais da Confederação, aliança que atingiu os propósitos almejados.

O Presidente Sousa Martins, por sua vez, encaminhou uma proclamação à população de Parnaíba criticando os “malvados” que, segundo ele, queriam “adotar o sistema democrático que Pernambuco e Ceará têm proclamado”¹²⁶, conclamando-os a manterem-se fiéis ao Império, sobretudo, ao considerarem que a Confederação fora derrotada em Pernambuco. Em pouco tempo, o movimento republicano também foi sufocado no Piauí.

Ao norte da Província, em Parnaíba, haviam tomado a liderança do movimento, como dito, João Cândido de Deus, Domingos Dias, Bernardo Saraiva e Miranda Osório. Dentre esses, Miranda Osório partiu em direção a Oeiras para acertar com amigos da capital a adesão ao movimento e os meios práticos para a sua realização. Fez, assim, uma longa jornada na qual por seu trajeto preparava o espírito público e acertava alianças ao movimento.

No entanto, ao tempo de sua caminhada, a Confederação do Equador já havia desaparecido e de novo instalado o governo imperial em Pernambuco, o que já era conhecido em Oeiras, mas ignorado por Miranda Osório¹²⁷. Seus amigos na Capital ainda tentaram enviar um emissário para avisá-lo dos acontecimentos, mas desconstruíram-se dele. Ao

¹²⁵ KHAYATI, 1999, p. 46, apud CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de paupéria:** Torquato Neto e a invenção da tropicália. São Paulo: Annablume, 2005, p. 88.

¹²⁶ SOUSA MARTINS, Manoel de. Proclamação do Presidente da Província, brigadeiro Manoel de Sousa Martins, aos habitantes da vila da Parnaíba. 21 de setembro de 1824. apud COSTA, op. cit., p. 356.

¹²⁷ COSTA, op. cit., p. 351.

adentrar em Oeiras, foi imediatamente preso, por ordem do Comandante das Armas Joaquim de Sousa Martins, primo de Padre Marcos.

Em Parnaíba, sitiada por tropas do governo, em 28 de outubro, a Câmara oficia à presidência da Província que já havia “renovado o juramento prestado à Constituição do Império”¹²⁸. Em Campo Maior, que se negara a jurar a Constituição, encaminhou-se ofício informando sua declinação e marcando para 21 de novembro o juramento público, mas advertido pela Presidência da necessidade de se antecipar esta data. A Câmara, então, realiza o juramento em sete de novembro de 1824.

Observa-se, assim, que no Piauí a Confederação do Equador, a exemplo do que já ocorrera com a Insurreição de 1817, foi prontamente reprimida. Quanto a isso, Dias analisa que:

Da mesma forma que em 1817, os mensageiros são presos, a remessa de gado para Pernambuco é suspensa e as fronteiras são guarnecidas com tropas armadas, contingentes fortemente armados cercam as vilas “insubmissas” de Campo Maior e Parnaíba. Isoladas na província e incapazes de resistir à repressão comandada pelo presidente da província, no final de outubro a Câmara de Parnaíba renova o juramento à Constituição logo após o restabelecimento do governo imperial no Ceará, encerrando assim a reação no Piauí contra a dissolução da Constituinte e a decretação de uma Constituição pelo imperador do Brasil¹²⁹.

Em 19 de novembro a Junta Defensiva – considerando que não havia mais a Província que recear a Confederação, por este movimento ter sido sufocado com a morte ou prisão de seus principais agentes – decidiu dissolver as tropas reunidas em diferentes pontos da Província, embora tenha mantido um destacamento estacionado em Campo Maior. A Junta trabalhou ainda até fevereiro de 1825, quando então foi dissolvida.

Ao final das lutas, o cônego Antonio José da Silveira, 1º Secretário do Piauí, nomeado por D. Pedro, destacou a atuação de Sousa Martins e de Padre Marcos na campanha contra a

¹²⁸ Ibid., p. 359.

¹²⁹ DIAS, C. op. cit., 1999, p. 351.

Confederação, informando por requerimento ao Imperador que a Província não sucumbiu ao movimento graças ao trabalho dos “dois beneméritos salvadores da província, o Brigadeiro [Manoel de Sousa Martins] e o Padre Marcos de Araújo Costa”¹³⁰, responsáveis pela repressão à Confederação no Piauí.

O nome de Padre Marcos associado ao nome do Presidente da Província com “beneméritos salvadores” indica, além do prestígio obtido por este clérigo na sociedade da época, a imbricação existente entre ele e a administração Sousa Martins, cuja participação foi sentida em todos os momentos, sobretudo em períodos de tensão, o que ampliou significativamente seu prestígio no cenário local e do próprio Império.

Sua presença foi marcante nesse cenário e encerrou um longo período de lutas, reaceso posteriormente com a Balaiada, mas que consolidou a primazia dos grupos familiares do Centro-Sul piauiense na administração provincial, capitaneados por Manoel de Sousa Martins. Padre Marcos consolidou-se, dessa forma, como assessor e conselheiro nos quase vinte anos da administração de Sousa Martins, sendo, como já destacado, “seu mais lúcido assessor”¹³¹, influência que manteve em outras administrações, sobremaneira, nas administrações de Inácio Francisco de Araújo Costa e Marcos Antonio de Macedo, também pertencentes à sua rede familiar.

Suas ações fortaleceram mais ainda seu prestígio que, além de ajudar a consolidar o modelo administrativo que defendia, ratificou as rubricas de seu grupo familiar no controle político da Província.

¹³⁰ SILVERIA, Antonio Fernandes da. apud NEVES, op. cit., 1997, p. 113. A mesma referência é encontrada em NUNES, op. cit., 1975, p. 134.

¹³¹ NUNES, op. cit., p. 19.

6.2 TEMPO DE COLHER: Padre Marcos e a política imperial

Como visto, até meados de 1822 não existia no Piauí um sentimento ou movimento generalizado de ruptura com Portugal, apenas manifestações e ações isoladas, com destaque aos pasquins que circulavam ao Norte da Província e às pregações republicanas do rábula Lourenço de Araújo Barbosa na vila de Campo Maior.

As lutas pela emancipação inseriram-se, então, em meio às disputas de grupos familiares pela hegemonia política na região, entre as quais a Província encontrava-se dividida, sobretudo entre famílias do Norte, lideradas pelos Castelo Branco e aparentados, e do Centro-Sul, que tinham nos Sousa Martins seus principais representantes.

Com o movimento emancipacionista espalhando-se pelo Brasil, a luta entre essas famílias ganhou uma nova roupagem, na qual a adesão à Independência fez parte de um golpe interno para o controle político da Província¹³².

Em Parnaíba, com a chegada em setembro de 1822 de notícias dos acontecimentos no Rio de Janeiro e de que a vila de Granja (CE) aderiu à aclamação de D. Pedro como Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil, criou-se uma nova via de acesso ao controle da Província por meio da adesão ao projeto liderado pelo Príncipe herdeiro. A Independência apresentou-se, então, como possível mecanismo de acesso e domínio político da Província, disputado entre esses núcleos familiares.

A vila de Parnaíba antecipa-se à adesão ao movimento, seguindo uma tendência que se evidenciava desde o início do século XIX. Oeiras, no entanto, que havia se configurado como

¹³² BRANDÃO, T. op. cit. 2002.

aliada da manutenção do modelo colonial, passou também a conspirar em prol do projeto de emancipação, aderindo à Independência quando esta encontrava-se consolidada em outras regiões do Brasil. Foram, assim, as famílias do Centro-Sul, capitaneadas por Manoel de Sousa Martins, que assumiram, e de forma duradoura, a administração da Província após a Independência. Nesse processo de adesão à causa emancipacionista, o trabalho de Padre Marcos se fez marcante não somente como intelectual, mas como influente chefe familiar.

Respeitado por seu sagrado ofício, seu notório saber e por sua numerosa parentela, o trabalho de Padre Marcos, sempre discreto, desde as lutas pela Independência, passou a ser uma presença constante na administração Provincial, constituindo-se em ideólogo do grupo dirigente do Centro-Sul piauiense¹³³, o que o habilitou como uma das principais lideranças políticas do Norte do Império, dado o prestígio obtido na configuração político-social que então se formara.

Sua presença tornou-se uma constante na vida política da Província ao instante em que os interesses de sua rede familiar encontraram-se ameaçados. A Independência representava tempo de mudanças e era preciso mudar para preservar os espaços conquistados. Era preciso demarcar territórios em uma nova geografia política que se formava, para assumir espaços de comando. Assumiu Padre Marcos a função de interlocutor e de ponto de equilíbrio entre as famílias do Centro-Sul piauiense, ajudando a viabilizar e a dar sustentação à administração Sousa Martins, homem de muitos aliados, mas também de muitos desafetos construídos ao longo de sua vida pública e em razão de seus posicionamentos políticos e pessoais.

Como fazendeiro, intelectual e, sobretudo, religioso, Padre Marcos teve acesso às famílias mais arredias ao Brigadeiro e pôde firmar alianças que, em um primeiro momento, deram ao Presidente governabilidade e logo lhe renderam estabilidade político-administrativa. O Padre assumiu, assim, a condição de mediador entre diversos interesses em conflito e

¹³³ NUNES, op. cit.

orgulhos feridos, tornando-se muito próximo ao Brigadeiro, de quem se tornou conselheiro e assessor.

Eram tempos de instabilidade e Padre Marcos entendeu que deveria intervir de forma mais efetiva nos caminhos políticos tomados pela Província, o que expressa tanto interesses pessoais e familiares, quanto sua compreensão da configuração social que vivia, atuando como ponto de referência em uma sociedade em constante movimento e sem contornos políticos definidos.

O respeito que Padre Marcos desfrutava entre as famílias do Norte do Império era tamanho que sua casa, na fazenda de Boa Esperança, funcionou muitas vezes como “tribunal”, no qual muitas contendas políticas ou desavenças pessoais foram resolvidas¹³⁴.

Seu prestígio extrapolou as fronteiras dos diversos grupos familiares piauienses, o que pode ser observado no evento do assassinato de Reinerio d’Alencar Rodovalho, na capital Oeiras. A família de Reinerio, no Ceará, pedia providências contra o Capitão Manoel Rodrigues, a quem considerava responsável pelo assassinato. Padre Marcos assumiu a defesa do Capitão e, por meio de correspondências com o Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar, apresentou seus argumentos que livravam de culpa o acusado.

Padre Marcos e Padre Carlos, diferenciados no interior dos grupos familiares de que faziam parte por suas formações, assumiram nesse evento a condição de interlocutores entre as famílias em conflito e por meio da troca de correspondências, prática corriqueira que integra a produção de muitos intelectuais e políticos até meados do século XX, buscavam um bom termo ao conflito.

Conforme propõe Ângela de Castro Gomes¹³⁵, o estudo de correspondências pessoais permite ao pesquisador o delineamento de uma amizade que se consolida com o passar do

¹³⁴ CHAVES, op. cit., 1998.

¹³⁵ GOMES, Ângela de Castro. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **A escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

tempo, bem como laços de parentesco e clientelismo, tão próprios da sociedade brasileira, elementos presentes, por exemplo, na correspondência trocada entre Padre Carlos e Padre Marcos.

Nas correspondências trocadas entre esses clérigos, percebe-se que os argumentos usados por Padre Marcos foram tomados em consideração mais por seu prestígio pessoal do que pela força das provas apresentadas, pois, como lembra o próprio Padre Carlos, dirigindo-se ao religioso piauiense e agradecido pelo trabalho e incômodo que este teve para informar sobre a temática, reconhecia que Padre Marcos “não precisava de documentos, bastava unicamente o conceito de que goza V. S., a longa carreira de sua vida, abrihantada por não poucos, e repetidos atos de prudência, ilustração e virtude”¹³⁶.

Observou-se nessas trocas de correspondências o temor do clérigo cearense em contrariar Padre Marcos, ressaltando constantemente suas virtudes, como bondade, senso de justiça, ilustração e mesmo seus conhecimentos de história. O excesso de zelo e o respeito à postura tomada por Padre Marcos no evento demonstra sua força e importância no Piauí da época, o que fez com que Padre Carlos Augusto esperasse que, por meio de sua intervenção, se tomassem providências contra o assassino de seu parente. Isso indica que Padre Marcos também influenciava ou relacionava-se com a esfera da justiça, via o prestígio que possuía.

Padre Carlos encerra uma de suas cartas propondo uma trégua necessária, rendendo-se à força do grupo familiar de Padre Marcos, dizendo que,

[...] eu conheço toda a importância do nome e do conceito de V.S. Eu conheço, que o meu parente terá de passar dias amargurados, porque conta com V. S. em seu seguimento, ao mesmo tempo, que a seu favor nada mais pode ter, do que o amor e a amizade de sua família, família pobre, sem importância, já tão resumida e cansada de desgostos e perseguições e que

¹³⁶ ALENCAR, Carlos Augusto Peixoto de. Carta ao Padre Marcos de Araújo Costa, datada de 17 de Maio de 1843. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Emp. Editora Fortaleza Ltda., tomo: LVI, 1942. Carta copiada por Sebastião Matos de Araújo Costa. Há no final do texto uma nota biográfica sobre Padre Marcos.

apenas poderá acompanhá-lo em suas aflições, chorando onde ele chorar¹³⁷.

Esse episódio contribuiu para evidenciar o prestígio desfrutado por Padre Marcos tanto no Piauí, quanto fora de suas fronteiras. Sua influência, salientada na troca de correspondências com Padre Carlos, pode ser sentida em outros espaços sociais, uma vez que como homem público ocupou os mais diversos cargos e funções na administração provincial, cuja presença destacou-se como vice-presidente do Conselho de Governo da Província, como Presidente e vice-presidente do Conselho Geral da Província, como deputado na Assembléia Legislativa Provincial e nos quatro períodos em que ocupou acento na vice-presidência da Província (1824/29, 1839/40, 1841/42 e 1849/50), o que vem demonstrar a influência que gozava junto aos grupos dirigentes locais e mesmo junto à Corte¹³⁸. No entanto, como analisado anteriormente, sua presença na vida pública piauiense ficou, por muito tempo, minimizada pela historiografia ao seu trabalho como educador em sua escola de Boa Esperança¹³⁹.

Como destacou o Presidente José Antonio Saraiva, que teve Padre Marcos como seu vice-presidente, ele foi “o mais carinhoso e prestimoso mestre da mocidade piauiense”, mas foi também, no Piauí, “o mais firme sustentáculo da monarquia e das instituições de paz”¹⁴⁰. Associava, portanto, afetividade e força; sensibilidade e liderança, reconhecido por Saraiva,

¹³⁷ Ibid., p. 138.

¹³⁸ Até 1841, os vice-presidentes de províncias eram escolhidos pelas Assembléias Provinciais. Com o Decreto Imperial n. 207, de 18 de setembro de 1841, alterou-se a forma de escolha dos vice-presidentes de províncias que passou, juntamente com a dos presidentes, a ser de livre escolha do Imperador.

¹³⁹ Em sua vida pública, Padre Marcos ocupou os cargos de Vice-Presidente e Presidente da Província, este último cargo que recusou. Foi ainda membro do Conselho Geral da Província (1829/33); Deputado do Piauí à Assembléia Geral Legislativa (1830), cargo que não assume; Deputado Provincial, por duas legislaturas (1835/37 e 1838/39), recusando o segundo mandato; novamente vice-presidente da Província no biênio 1839/40 e 2º vice-presidente no biênio 1841/42. O último cargo que ocupou foi a vice-presidência da Província, no governo de José Antonio Saraiva, no biênio de 1849/50. Cf.: PIAUÍ. APEPI. **Atas do Conselho Geral da Província** (1825-1829), **Atas do Conselho de Governo da Província** (1829-1833), **Livro de Correspondências da Assembléia Legislativa Provincial com o Governo da Província** (1835-1843); **Correspondência Avulsa da Assembléia Legislativa Provincial: 1ª Legislatura** (1835-1839); **Capitania: Termos de Posses** (1814-1859); **Caixas do Poder Legislativo da Vila de Jaicós** (1834-1850); **Caixas do Poder Executivo da Vila de Jaicós** (1834-1850).

¹⁴⁰ PIAUÍ. APEPI. **Resposta ao ofício do Juiz Municipal da Vila de Jaicós, Raimundo José de Carvalho e Sousa, sobre o falecimento de Padre Marcos de Araújo Costa, dada pelo Presidente da Província, José Antonio Saraiva**. Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 92, 16 de dezembro de 1850.

representante maior da Coroa em terras piauienses, como uma das forças importantes da defesa da monarquia na Província.

Se analisada a configuração histórica brasileira do período, sua condição de vice-presidente ganha maior relevo ao lembrar-se da alta rotatividade dos titulares, geralmente homens escolhidos de fora das províncias, que muitas vezes “abandonavam-na de bom grado, deixando-as aos cuidados dos vice-presidentes”¹⁴¹. Logo, a condição de vice-presidente era um cargo bastante almejado em virtude de a qualquer instante poder ascender ao posto de titular do executivo local.

Nessa perspectiva, durante o Império, as vice-presidências de províncias, mesmo depois da década de 1840 e a reação conservadora, continuaram a representar um símbolo e um espaço de poder dos grupos familiares locais, que controlavam suas regiões e conduziam seus interesses por meio de seus deputados e de seus vice-presidentes que muitas vezes assumiram o cargo de titular. No Piauí, foram 27 os vices que ocuparam a presidência durante o Império e Padre Marcos deveria ter sido um deles, mas não foi o que ocorreu.

Em dezembro de 1828, como vice e por afastamento do titular Manoel de Sousa Martins, Padre Marcos deveria assumir a presidência da Província até que um novo titular fosse nomeado pelo Imperador, mas abdicou do cargo em nome de outro membro de seu grupo familiar, o irmão tenente-coronel Inácio Francisco de Araújo Costa, que administrou a Província até a nomeação do mineiro João José Guimarães e Silva, cujo governo vigorou por dois anos até que veio a falecer, em 29 de fevereiro de 1831, entregando novamente o cargo a Manoel de Sousa Martins.

¹⁴¹ DOLHNIKOFF, op. cit., 2003, e DOLHNIKOFF, op. cit., 2005, p. 103. No Piauí, durante o Segundo Reinado, 25 vice-presidentes assumiram interinamente a presidência da Província, cf. RÊGO, A. op. cit. Acrescente-se a esta lista o nome de Inácio Francisco de Araújo Costa que, por desistência de Padre Marcos, assumiu a presidência ainda no Primeiro Reinado. Inácio Francisco também assumiu interinamente a Junta Provisória de Governo de julho a outubro de 1823.

Padre Marcos foi vice-presidente de Sousa Martins por mais dois períodos e nas administrações de Anselmo Francisco Peretti, Inácio Francisco Silveira da Mota e de José Antonio Saraiva, mas não assumiu a presidência em nenhuma passagem entre administrações por não terem seus titulares se afastado do cargo até a chegada de seus sucessores. Entretanto, mesmo nunca tendo assumido a condição de Presidente da Província, foi personagem central da trama da administração provincial, na qual sua influência fez-se sentir de diversas maneiras e em múltiplos espaços.

Sua força política pode ser ainda atestada inclusive em temas relativos ao cotidiano da população. Em representação feita à Assembléia Provincial, em 1837, Luiz Xavier de Araújo, procurador dos habitantes da vila de Jaicós, solicitou que fosse suspenso o artigo 36 do Código de Postura ou Código Policial da Vila, código este ao qual Padre Marcos ajudou a elaborar e em seu artigo 36 obrigava aos agricultores a abaterem pássaros danosos à lavoura¹⁴².

O artigo trazia o seguinte texto:

Todos os habitantes deste município são obrigados a apresentar anualmente no mês de julho ao Fiscal do respectivo Distrito tantas cabeças, sejam de periquitos, passarinhos casacas ou cabeças vermelhas, quanto correspondam em número de vinte a cada pessoa do sexo masculino de quinze anos acima que serve em cada fogo, ou família. Pena de pagar seis mil reis para as obras do Conselho, aquele que não apresentar o número completo respectivamente ao número de pessoas que tiver em sua companhia¹⁴³.

Luiz Xavier balizou seus argumentos no despropósito do artigo do Código de Postura, considerando não ser elevado o número de tais pássaros na Vila, assim como o excesso da intervenção do poder público nesse campo.

¹⁴² PIAUÍ. APEPI. **Ofício e Relatório encaminhado pela Câmara da Vila de Jaicós à Assembléia Provincial, prestando informações sobre a representação impetrada por Luis Xavier de Araújo.** Sala do Poder Legislativo. Legislativo, cx: 122, 1ª legislatura, de 4 de julho de 1837.

¹⁴³ PIAUÍ. APEPI. **Posturas policiais do município da vila de Jaicós, Art. 36.** Sala do Poder Legislativo. Legislativo Municipal de Jaicós, cx: 92, de 4 de outubro de 1834.

Todavia, a presença de pássaros danosos à lavoura, sobretudo periquitos e papagaios, representou por muito tempo um problema enfrentado pelos agricultores piauienses que possuíam ainda dificuldades maiores a enfrentar com a inconstância das chuvas. Se pragas agrícolas surgidas posteriormente ou presentes em pequena escala como insetos e doenças agrícolas não assustavam o homem do campo àquele instante, muitos pássaros atacavam plantações comendo seus frutos, plantas e mesmo sementes, trazendo prejuízos à produção.

Como Presidente da Câmara, Padre Marcos encaminhou uma longa e circunstanciada explicação sobre a validade e necessidade de tal medida que, segundo ele, já apresentava bons efeitos com a melhora dos resultados alcançados pela agricultura na Vila, deixando transparecer seu profundo conhecimento do direito, da botânica e da região em questão.

Entre seus argumentos, destacou que o crescimento exponencial das aves traria dentro de pouco tempo embaraços os mais sérios à já tão frágil agricultura da Vila e questionava ainda a competência da Assembléia Provincial em julgar o caso, uma vez que esta não seria instância própria para discutir as necessidades e especificidades da região, cabendo à Câmara da Vila proceder tais encaminhamentos¹⁴⁴. A representação encaminhada por Luiz Xavier, a quem Padre Marcos considerava ser “desconhecido neste município”¹⁴⁵, não obteve êxito.

No ano seguinte a Assembléia Provincial aprovou resolução, de número 96, de 4 de outubro de 1838, obrigando a todos os possuidores de roças no distrito do município de Amarante a “apresentarem anualmente vinte cabeças de periquitos ou de outro animal daninho” às autoridades competentes, sob pena de multa¹⁴⁶. Certamente os argumentos

¹⁴⁴ PIAUÍ. APEPI. **Ofício e Relatório encaminhado pela Câmara da Vila de Jaicós à Assembléia Provincial, prestando informações sobre a representação impetrada por Luiz Xavier de Araújo**. Sala do Poder Legislativo. Legislativo, cx: 122, 1ª legislatura, de 4 de julho de 1837.

¹⁴⁵ Ibid.

¹⁴⁶ PIAUÍ. APEPI. **Resolução n° 96, de 04 de outubro de 1838. Obriga aos possuidores de roças no distrito do município de Amarante a apresentarem anualmente vinte cabeças de periquitos ou outro animal danoso à agricultura**. Sala do Poder Legislativo / 02, Documentos Avulsos / 02, 1838.

utilizados por Padre Marcos contra a representação de Luiz Xavier, influenciou a decisão dos deputados para aprovação da resolução, metade deles ex-colegas de Assembléia do Padre.

O episódio da representação encaminhada por Luiz Xavier traz à discussão importantes pontos sobre a atuação política de Padre Marcos, inclusive referente a dimensões cotidianas da vida social no período. Entre esses pontos, destaca-se a atuação do intelectual militante que, como especialista em plantas e conhecedor dos ciclos agrícolas, entendia que naquele momento os pássaros, em meio à abundância de alimentos e sem predadores naturais, representavam uma ameaça à agricultura da Vila.

Àquele instante, os agricultores da Vila não percebiam ou não se comprometiam com o controle da população de pássaros danosos à agricultura, pois, para eles, esse controle representava mais uma obrigação do que uma necessidade de resultados práticos.

Nesse ponto surge o político que trouxe para o ordenamento jurídico o entendimento do especialista, no caso em análise, o discurso autorizado do especialista em plantas. Mas a passagem do entendimento do especialista para a legislação não ocorria sem resistências, uma vez que ela foi elaborada à revelia da população ou pelo menos de parcela da população, representada por Luiz Xavier.

O episódio ilustra também a atuação dos opositores ao Padre, bem como o modo com ele conseguia fazer frente a essas reações e a maneira como impunha seu desejo e do grupo que representava. Mais que isso, demonstra seu empenho na defesa de seus interesses, que no caso em questão, conseguiu despertar atenção para o tema e influenciar decisões em outros espaços e instâncias, uma vez que ele possuía a fala do autorizado por sua rede social. Era a fala do especialista, do parente, do proprietário, do político e, se não bastasse, do representante de Deus. Na criação de seus lugares de fala, Padre Marcos foi capaz de operar

no sentido de criar estratégias, capazes de “produzir, mapear e impor”¹⁴⁷ seus interesses à rede social a qual fazia parte.

Esse evento também demonstra a capacidade de articulação e de força que Padre Marcos possuía de se impor em meio às adversidades. Seus gestos representavam estratégias, sua capacidade de manipulação e cálculo das relações de força e de oposição às táticas do fraco, que lhe permitiam adequar-se ao que Michael de Certeau definiu como “capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias”¹⁴⁸.

Sua capacidade de capitalizar vantagens e de adaptar-se às circunstâncias permitiu-lhe permanecer no centro de decisões do aparelho de Estado, mesmo após o afastamento de Sousa Martins, o que evidencia que sua força política ia além das alianças estabelecidas com o Visconde da Paraíba. Até mesmo porque o longo governo do Visconde é atribuído, em boa medida, à influência do Padre, tendo ele sido figura de destaque incontestável nessa administração.

Sua influência política pode ainda ser confirmada por meio de algumas das eleições que concorreu. A mais significativa, para o Conselho de Governo da Província, em 1823, saiu eleito como conselheiro mais votado – mesmo dividindo votos com seu irmão Inácio Francisco de Araújo Costa que disputava eleitores na mesma região – assumindo, desse modo, a vice-presidência da Província.

Sobre a Câmara de Jaicós, sua influência foi ainda mais significativa. Eleito vereador na primeira eleição da Vila, em 1834, foi ainda o mais votado, desse modo assumindo a presidência da casa, em um pleito bastante acirrado, no qual 76 candidatos disputaram 1057 votos. Desses, Padre Marcos obteve 79 votos contra 62 votos do segundo colocado. Sua

¹⁴⁷ CERTEAU, op. cit., 1994, p. 92.

¹⁴⁸ Ibid., p. 99.

preferência entre o eleitorado de Jaicós ainda mantinha-se em sua última eleição na vila, em 1845, quando obteve 291 votos contra 261 do segundo colocado. Como membro do Conselho de Governo, do Conselho Geral e como deputado provincial, ajudou a deliberar sobre as mais diversas matérias¹⁴⁹, no entanto, dentre os cargos que ocupou, sua ligação mais duradoura foi a de vereador e presidente da Câmara de Jaicós, vila a qual ajudou a fundar¹⁵⁰.

Jaicós, como dito, foi criada por resolução do Conselho Geral da Província, em 6 de julho de 1832, juntamente com outras cinco vilas, com apoio e auxílio de Padre Marcos. Instalada em 1834, Padre Marcos elegeu-se vereador e presidente da Câmara da Vila¹⁵¹, cargo que desempenhou até 1848, pouco tempo antes de assumir pela quarta vez a vice-presidência da Província, cargo que ocupava quando veio a falecer em 1850.

Jaicós também foi o cenário central da atuação de Padre Marcos como educador e político e de lá acompanhou de perto e ajudou a traçar muitos dos caminhos tomados pela Província.

¹⁴⁹ A título de exemplificação, dentre as matérias tratadas por Padre Marcos como membro do Conselho de Governo, destacam-se as deliberações da Sessão de 18 de agosto de 1825, que trataram da impossibilidade dos fazendeiros pagarem os dízimos devidos à Província, em razão dos elevados gastos que fizeram colaborando com a manutenção de tropas durante a Guerra da Independência, medida que beneficiava diretamente membros do Conselho, inclusive o Padre. Pela amplitude de suas decisões, o Conselho de Governo possuía grande influência no cotidiano da população da Província, ocupando-se de matérias muito próximas ao dia-a-dia desta. Podem ser destacadas entre essas as deliberações do Conselho que determinaram medidas para que fossem vendidos no varejo os gêneros de primeira necessidade, tais como feijão, farinha, milho e arroz, que estavam sofrendo especulação por parte de comerciantes, bem como mandou realizar uma fiscalização sobre os pesos e medidas dos vendedores (Sessão de 25 de agosto de 1825). Determinou ainda, que fossem expedidas portarias ao Juiz da Fora da Capital e aos Comandantes gerais das Vilas e Ribeiras para que os “ociosos”, pessoas sem ocupação certa, fossem obrigados a trabalhar na agricultura em terrenos destinados pelas autoridades para tal fim (Sessão de 14 de novembro de 1826). Deliberou tirar de circulação na Província moedas de cobre de pequeno valor, denominadas popularmente de “Chan”, devido à grande quantidade de moedas falsas que apareciam, colocando em dúvida a maior parte de moeda existente em giro (Sessão de 13 de maio de 1828). A medida tornou-se impopular, uma vez que gerou dificuldades à população de menor posse a ter acesso a gêneros de primeira necessidade. Destaca-se ainda a autorização para a construção de uma Casa de Caridade em Oeiras para atender pobres e enfermos. Padre Marcos foi um dos incentivadores e ajudou em sua execução (Seção de 10 de julho de 1829).

¹⁵⁰ BASTOS, C. op. cit., 1994. A Câmara da vila Jaicós Vila foi instalada em sessão solene em 21 de fevereiro de 1834, assumindo Padre Marcos sua presidência.

¹⁵¹ PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara de Jaicós, ao Presidente da Província, Barão da Parnaíba, dando conta da instalação da Câmara. Legislativo Municipal, Jaicós.** cx: 93, 21 de fevereiro de 1834.

Essa Vila constituiu-se em uma importante rota comercial de gado, sobretudo com Pernambuco e Bahia, que a colocou em uma condição privilegiada em relação a outras vilas da Província para o comércio do gado e, sobretudo, em relação à circulação de informações. Sua localização beneficiava, sobremaneira, os negócios do Padre como político e como fazendeiro, lembrando ser ele proprietário de um dos maiores rebanhos de gado do Norte do Brasil, posto que, em Boa Esperança “pastavam mais de cinco mil cabeças de gado e centenas de carneiros”¹⁵².

À época, o gado representava para Jaicós, como já salientava o próprio Padre, “o comércio de maior expressão”¹⁵³. Isso não significa dizer que esse, como Presidente da Câmara, não lamentasse a falta de recursos para investimentos e o atraso em que se encontrava seu comércio, trabalhando no sentido de dinamizá-lo, reivindicando, por exemplo, ao Presidente da Província, José Idelfonso de Sousa Ramos, a criação de uma feira em Jaicós que, como dizia, contribuiria para “promover sua população, o que não pode ter efeito sem os anúncios e determinações superiores”¹⁵⁴.

Nesse documento, Padre Marcos deixa transparecer seu entendimento do poder e da responsabilidade de intervenção do Estado na condução e planejamento das vilas e cidades e de que a organização destas não poderia ser deixada apenas ao encargo de particulares. No entanto, suas solicitações não obtiveram resposta.

Na primeira metade do século XIX, segundo o próprio Padre, a comunicação e o comércio com a Vila eram suficientes, com estradas abertas ligando Jaicós a outras vilas e

¹⁵² GARDNER, op. cit., p. 116. Não foi possível localizar o número preciso de fazendas e propriedades pertencentes a Padre Marcos, no entanto, encontrou-se ainda o registro de duas outras fazendas, Poço da Barra e Povoação, que, juntamente com Boa Esperança e outras grandes fazendas de gado, sofreram derrama, em 1820, como mecanismo encontrado pelo governo da Capitania para garantir a oferta de carne verde nos açougues da capital. Cf. SOARES FILHO, Antonio Reinaldo. **Oeiras municipal**. Teresina: Gráfica Editora Junior, 1992.

¹⁵³ PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Jaicós, ao Presidente da Província, Dr. José Idelfonso de Sousa Ramos, informando as obras em execução na Vila**. Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 3 de fevereiro de 1844.

¹⁵⁴ PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Jaicós, ao Presidente da Província, Dr. José Idelfonso de Sousa Ramos, informando sobre o comércio na Vila**. Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 3 de fevereiro de 1844.

províncias. O transporte era realizado nas costas de animais, ao qual ele considerava ser o “único meio material de comunicação que mais oportuno se oferece ao local”¹⁵⁵, dados os inconvenientes do terreno pedregoso para o transporte em carros puxados a animais.

Dessa forma a Vila assumiu uma condição estratégica nos negócios e nos interesses do Padre e do grupo familiar a que fazia parte, o que estimulou, em maior ou menor grau, sua permanência na região. Nesse sentido, se seus vínculos afetivo-familiares concorreram como fatores para a sua permanência na Vila, não podem ser esquecidas também conveniências comerciais e políticas das mais diversas e significativas para o cenário do período.

Em 1839, o viajante inglês George Gardner já dizia que Boa Esperança, fazenda pertencente ao termo de Jaicós, era “o primeiro pouso na estrada para Oeiras, capital da província”¹⁵⁶. A narrativa de Gardner oferece uma imagem muito próxima do que representou a casa de Padre Marcos para o Piauí de então: um pouso. Um lugar de passagem e descanso para aqueles que seguiam em direção a Oeiras ou seguiam para as províncias ao sul e em Boa Esperança buscavam refúgio. No entanto, além do lugar físico, Boa Esperança representou também um lugar de pouso simbólico, de maturação de idéias. Lugar em que informações eram produzidas ou chegavam primeiro, ou ainda, último lugar em que as decisões poderiam ser retratadas.

Muitos políticos, comerciantes, fazendeiros e gente humilde que por Boa Esperança passaram, receberam atenção e estadia. Gardner foi um desses. Demorou-se pouco mais de uma semana, tempo suficiente para ampliar seus conhecimentos e coleções botânicas.

Sobre sua estadia em Boa Esperança, destacou Gardner:

Durante todo o tempo da nossa permanência fomos suntuosamente tratados, porque é costume abater o ano todo, diariamente, um boi gordo

¹⁵⁵ PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Jaicós, ao Presidente da Província, Dr. José Idelfonso de Sousa Ramos, informando a comunicação e transportes da Vila.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 14 de abril de 1844.

¹⁵⁶ GARDNER, op. cit., p. 117.

para uso do proprietário e da gente da fazenda; um ou dois dias antes da nossa partida mataram-se um e secaram-se-lhe a carne para nosso alimento na viagem de modo que, com outros presentes que eu recebera do dono, nossas caixas de provisões se encheram tão bem que pouco mais nos foi necessário até chegarmos a Oeiras¹⁵⁷.

A abundância retratada por Gardner permite ver um pouco o grau de fartura presente no cotidiano do Padre, indicando também sua riqueza e a generosidade com que tratava visitantes da estirpe de Gardner. Talvez isso pretendendo inclusive melhorar a imagem construída sobre si nas narrativas que dele construísse o pesquisador inglês, como se confirmou com o tempo.

Nesse mesmo período encontravam-se em Boa Esperança, de passagem para o Rio de Janeiro, o deputado Francisco de Sousa Martins e o Major Clementino Martins, ambos sobrinho de Padre Marcos, filhos do Presidente da Província. Chegou ainda à fazenda, regressando da Europa, outro ex-aluno do Padre, o bacharel Marcos Antonio de Macedo¹⁵⁸, confirmando ser esta uma estadia comum àqueles que integravam a elite local.

A riqueza e o poder do Padre não se limitaram a isso. Ao deixar a fazenda, Gardner seguiu viagem para a sede da Vila, trazendo também em sua bagagem cartas de recomendação endereçadas ao Presidente da Província para que recebesse e providenciasse estadia e alimentação ao viajante inglês na capital.

Na sede da vila de Jaicós, Gardner ainda hospedou-se por pouco tempo em uma grande casa pertencente a Padre Marcos. Seguindo uma tradição herdada de tempos coloniais, era comum aos ricos senhores possuírem casas nos núcleos urbanos que funcionavam mais como um símbolo de poder que uma necessidade de fato, preferindo residirem no campo onde granjeavam suas posses¹⁵⁹.

¹⁵⁷ Ibid., p. 118.

¹⁵⁸ Ibid.

¹⁵⁹ ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

Assim como ocorria em boa parte do Brasil, muitas casas em Jaicós eram destinadas apenas para os dias de festas ou rápidas passagens. Gardner observava que apenas “uns poucos vendedores e comerciantes, com alfaiates, sapateiros e etc. residem permanentemente na vila; mas a maioria das casas pertence a fazendeiros vizinhos, que só as ocupam durante o natal e outras festivas”¹⁶⁰. Outro exemplo era a Vila de Parnaguá, na qual, “apenas metade das casas [eram] habitadas, pertencendo as demais aos fazendeiros que as ocupam só nos dias de festas”¹⁶¹.

De modo geral, os núcleos urbanos no Piauí da primeira metade do século XIX, mostravam-se bastante acanhados e com reduzida população. Essa imagem era tão forte que o próprio Presidente da Província, o Barão da Parnaíba, deu destaque em documento encaminhado à Assembléia Legislativa Provincial, ressaltando que “as vilas nos dias ordinários ficam desertas de gente, e onde a população está tão espalhada, que o mais vizinho dista do outro quatro ou cinco léguas”¹⁶².

Referindo-se à capital Oeiras, os naturalistas Spix e Martius, em passagem pelo Piauí, escreveram:

Oeiras, elevada em 1724 por D. João V, com o nome de Vila da Mocha, a vila é lugar principal da província do Piauí, (...) é uma povoação insignificante, que consta de algumas ruas irregulares, com casas baixas de barro caiadas de branco.

A principal igreja, dedicada a Nossa Senhora da Vitória, e as duas capelas, são edifícios insignificantes¹⁶³.

Caracterizada pelo “signo do provisório”¹⁶⁴, Oeiras dava prosseguimento à urbanística da colonização portuguesa. O Presidente da Província, por exemplo, queixava-se da

¹⁶⁰ GARDNER, op. cit., p. 118.

¹⁶¹ Ibid., p. 137.

¹⁶² PIAUÍ. APEPI. **Fala do Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] à Assembléia [Legislativa Provincial], no ato de sua instalação, em 04 de maio de 1835**. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁶³ SPIX, Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Trad.: Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981, p. 239-40.

¹⁶⁴ ARAÚJO, op. cit., 1993, p. 31.

necessidade da construção de calçadas em Oeiras e nas vilas da Província como forma de estimular e facilitar o comércio e transporte, “sem as quais nem se tornarão sadias e nem aformoseadas”¹⁶⁵.

Além disso, o número de sacerdotes e as condições das poucas igrejas representavam outra preocupação do Presidente. Apenas 24 presbíteros, entre seculares e regulares, encontravam-se no Piauí em 1835. Desses, as ações pastorais de muitos tornaram-se nulas em razão da idade ou por serem ricos proprietários afastados de seu ministério¹⁶⁶.

Essa configuração histórica contribuiu ainda mais para o prestígio social desfrutado por Padre Marcos que, apesar de ser um desses abastados sacerdotes, realizou um importante trabalho pastoral. Possuidor de um espírito inventivo, marca constante em sua vida pessoal e pública, interessava-se pelo mundo à sua volta e gostava de ensinar tanto quanto gostava de aprender e experimentar. Estudava novas plantas e medicamentos, dentre os quais demonstrava predileção pelo mamão e suas propriedades medicinais, além de realizar experimentos com o cultivo da uva¹⁶⁷. Era um homem de fé, fazendeiro e político, mas também era um homem das ciências, em cuja atuação obteve destaque e respeito inclusive de Gardner.

No entanto, é importante destacar que esse brilho, em muito, era tributário às precárias condições que impediam a maior parte da sociedade piauiense de transitar e de compartilhar esses lugares de saber e de poder, fortalecendo ainda mais aqueles que nesses espaços circulavam, a exemplo do que ocorria com esse sacerdote.

¹⁶⁵ PIAUÍ. APEPI. **Fala do Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] à Assembléia [Legislativa Provincial], no ato de sua instalação, em 04 de maio de 1835.** Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁶⁶ PIAUÍ. APEPI. **Fala do Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] à Assembléia [Legislativa Provincial], no ato de sua instalação, em 04 de maio de 1835.** Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁶⁷ CASTELO BRANCO, H. op. cit.

O brilho de sua atuação em muito era fruto da opacidade com a qual convivia a maioria da população local, naquilo que concerne ao conhecimento formal. Nesse sentido, sua atuação educacional deu a ele maior visibilidade perante a população, pois possibilitou a esta aquilo que Norbert Elias¹⁶⁸ denominou de “o refinamento das maneiras e do gosto”, uma das marcas fundamentais da educação dos costumes, à medida que a inseria naquilo que considerava civilizado.

As fontes demonstram ainda que Padre Marcos foi um homem profundamente marcado pelo apego à sua família e aos amigos, o que pode ser observado em carta escrita por ele endereçada ao Comendador José Coelho Rodrigues, escrito no qual transparecem seus fortes vínculos familiares juntamente com sua convicção de que era na família que se encontravam respostas para todas as fadigas e amarguras da vida¹⁶⁹.

A troca de correspondências constitui-se em espaço privilegiado de pesquisa por entrecortar múltiplos espaços revelando concepções, sentimentos e interesses os mais diversos e ajudando a compor uma escrita que constitui e reconstitui as identidades pessoais e profissionais dos sujeitos¹⁷⁰. Isso pode ser observado na carta endereçada ao Comendador que apresenta alguns traços das identidades de Padre Marcos e mesmo do seu cotidiano na fazenda de Boa Esperança.

Sua fazenda, como observava o próprio Padre, estava sempre de portas abertas a receber seus amigos e parentes. Segundo ele, a casa de Boa Esperança “é toda patente, ampla a minha vontade para em tudo prestar-vos, e abertos os meus braços para sempre receber-vos”¹⁷¹.

No Brasil, desde tempos coloniais, as esferas públicas e privadas encontravam-se estreitamente ligada¹⁷². Em Boa Esperança, mais uma vez público e privado misturavam-se,

¹⁶⁸ ELIAS, op. cit., 1994b.

¹⁶⁹ ARAÚJO COSTA, Marcos de. Carta ao Comendador José Rodrigues Coelho apud LOPES SOBRINHO, op. cit., 1955.

¹⁷⁰ GOMES, Ângela. op. cit.

¹⁷¹ ARAÚJO COSTA, Marcos de. Carta ao Comendador José Rodrigues Coelho apud LOPES SOBRINHO, op. cit., 1955. Gardner, um dos convidados de Boa Esperança, também ressalta o caráter acolhedor de Padre Marcos.

uma vez que no ambiente privado de sua casa Padre Marcos recebia homens públicos para tratar de assuntos de Estado entre os quais muitos também possuíam laços privados de parentescos com o Padre.

Nesse e em outros espaços do privado muitos assuntos públicos foram tratados como assuntos de família. Em vários deles, Padre Marcos assumiu múltiplos locais de fala que lhe autorizavam como chefe da parentela, político, fazendeiro, professor, intelectual e sacerdote. Assim, família e política constituíram-se como uma mesma prática ou práticas muito próximas na vida de Padre Marcos, sobretudo ao considerar os espaços ocupados por seus familiares no cenário local.

Quanto a questões de comportamento familiar, como um homem que defendia valores familiares e sociais de seu tempo, Padre Marcos defendia também uma família em que a mulher deveria ser submissa ao marido, face à fragilidade do corpo ou do espírito feminino, idéia muito presente na primeira metade do século XIX, recomendando às mulheres os cuidados da casa e a paciência com esposos e filhos.

Por outro lado, pregava ao homem uma vida austera, de trabalho e de amor a Deus e orientava que o marido deveria corresponder à fidelidade do amor e desvelos da esposa “prêmio mais lisonjeiro das fadigas daquela que tudo sacrificou para seguir-vos”¹⁷³. Nota-se aqui a ação de um clérigo que, além de sua atuação política, buscava intervir também na vida privada da população, sugerindo normas de comportamentos ideais, segundo suas concepções, elaborando ditos e interditos a serem seguidos.

Como sacerdote, e mesmo como político, manteve-se comprometido com a Igreja que sempre serviu, empenhando-se na luta pela criação de um bispado independente ao Maranhão, sendo Padre Marcos um dos grandes incentivadores da criação de uma Diocese no

¹⁷² NOVAIS, op. cit.

¹⁷³ ARAÚJO COSTA, Marcos de. Carta ao Comendador José Rodrigues Coelho apud LOPES SOBRINHO, op. cit., 1955, p. 15.

Piauí. Não viu seu intento atendido, mas aprofundou a discussão sobre o tema, que resultou na criação da Diocese piauiense em 1901 e sua execução em 1903.

Dedicou-se também à construção de templos que, como visto, o primeiro registro data de 1820, quando Padre Marcos ergueu em Boa Esperança uma capela dedicada a Santo Antonio, onde celebrava missas diariamente e “a comunidade recebia doutrinação e os Sacramentos”¹⁷⁴. Mais tarde, com seus recursos e trabalho, ajudou a erguer a igreja matriz de Jaicós, sob a invocação de Nossa Senhora das Mercês, concluída em 1839¹⁷⁵.

Mas o interesse de Padre Marcos foi além da construção de igrejas. Sua preocupação com a infra-estrutura e com o desenvolvimento sócio-econômico da vila de Jaicós, e mesmo do restante da Província, ficou marcada em outras iniciativas.

As dificuldades de receitas representavam uma constante na vida das vilas piauienses em toda a primeira metade do século XIX, o que trazia sérios embaraços à administração pública¹⁷⁶. Isso também se aplicava a Jaicós que embora não possuísse problemas com suas prestações de contas, apresentava recursos financeiros muito limitados¹⁷⁷.

Durante a primeira metade do século XIX, era considerado fato comum as prestações de contas encaminhadas pelas Câmaras de diversas vilas à Assembléia Provincial apresentarem problemas e serem rejeitadas. No entanto, nas prestações de contas encaminhadas pela vila de Jaicós à Assembléia Provincial, sob a gestão de Padre Marcos, não se observou esse tipo de problema. Pode-se atribuir isso tanto ao fato do Padre ser um bom administrador público quanto também ao bom relacionamento mantido pelo sacerdote com aquela casa legislativa.

¹⁷⁴ MELO, op. cit., 1991.

¹⁷⁵ CARVALHO JÚNIOR, op. cit., 1990; CASTELO BRANCO, M. op. cit., e COSTA, op.cit.

¹⁷⁶ PIAUÍ. APEPI. **Fala do Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] à Assembléia [Legislativa Provincial], no ato de sua instalação, em 04 de maio de 1835.** Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁷⁷ PIAUÍ. APEPI. **Lei Provincial de 4 de outubro de 1838.** Oeiras: Tipografia Oficial, 1838.

No ano financeiro de 1841/42, por exemplo, as vilas de São Gonçalo, Campo Maior, Parnaíba, Príncipe Imperial e Marvão, tiveram suas contas reprovadas pela Assembléia. A principal alegação dos deputados foi falta de fundamento legal nos gastos realizados¹⁷⁸.

Sobre os recursos financeiros da Vila de Jaicós, no entanto, as limitações eram as mais diversas. Tomando por base o ano financeiro de 1838/39, a Câmara da Vila possuía como previsão de receitas provinciais para o período apenas 169\$640 réis, a serem empregados com as gratificações do Secretário e o Porteiro da Câmara (art. 1º), com o expediente da Câmara (art. 2º) e com a compra de alguns utensílios para a Vila, especificados como “balanças, pesos e medidas para padrões” (art. 3º)¹⁷⁹.

A carência de recursos financeiros agravou-se nos anos que se seguiram, o que pode ser ilustrado com a resposta à solicitação feita pelo Presidente da Província, José Idelfonso de Sousa Ramos, sobre o andamento das obras públicas em Jaicós, em 1844. Padre Marcos informou que tinha “o dissabor de informar a V. Ex^a. que nenhuma se pôs em prática por lhe faltarem meios, a vista da tenuidade de sua receita que apenas chega para as despesas indispensáveis”¹⁸⁰.

Diante das dificuldades de recursos financeiros da Vila, Padre Marcos não se furtou de solicitar ao governo da Província recursos e obras para Jaicós. Dentre essas, em 1834, consta o pedido de construção de uma prisão, onde deveria funcionar também a Câmara Municipal, em razão da recente criação da Vila¹⁸¹.

¹⁷⁸ PIAUÍ. APEPI. **Ofício da Assembléia Provincial ao Presidente, que dá conta das Receitas e Despesas das Câmaras Municipais no ano financeiro de 1º de outubro de 1841 a 30 de setembro de 1842.** Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁷⁹ Cf. PIAUÍ. APEPI. **Lei Provincial de 4 de outubro de 1838.** Oeiras: Tipografia Oficial, 1838.

¹⁸⁰ PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Jaicós, ao Presidente da Província, Dr. José Idelfonso de Sousa Ramos, dando conta do andamento de obras na vila de Jaicós.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 3 de fevereiro de 1844.

¹⁸¹ PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Jaicós, ao Presidente da Província, Barão da Parnaíba, solicitando a construção de uma prisão na Vila.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 3 de novembro de 1834.

O mesmo pedido foi renovado em 1836, usando como argumento questões de ordens morais. Segundo correspondência enviada ao Presidente da Província, solicitando a construção da prisão, Padre Marcos entendia que esta construção fazia-se urgente em virtude do “infeliz progresso que vai tendo a imoralidade pela falta de polícia em consequência de não haver nesta Vila um edifício que lhe sirva de prisão”¹⁸².

A falta de prisões também era um problema comum a outras vilas¹⁸³, problema que se arrastou em Jaicós até 1844, quando não sendo atendidas suas solicitações de construção do prédio, Padre Marcos colocou-se, às suas custas, a adaptar um grande prédio que construiu na sede da Vila para que servisse de prisão.

Essa intervenção, seja como proposição, seja com o financiamento da construção, revela uma atuação que ultrapassa a missão do clérigo. Com isso, assinala-se mais uma significativa participação no cenário da época, intervindo não apenas nos interditos morais e ideológicos, como também contribuindo para a construção do mais forte símbolo de interditos materiais: a prisão.

Para acompanhar o andamento das obras, nomeou-se, então, uma comissão de vereadores¹⁸⁴ da Vila que considerou os requisitos exigidos “plenamente preenchidos e até mesmo excedido”¹⁸⁵. A construção edificada por Padre Marcos foi cedida para o governo para que servisse de casa para a Câmara, ao mesmo tempo também funcionava como fórum, cadeia e quartel do destacamento policial. Tal espaço físico tornou-se mais uma relevante

¹⁸² PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Jaicós, ao Presidente da Província, Barão da Parnaíba, solicitando a construção de uma prisão na Vila.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 4 de julho novembro de 1836.

¹⁸³ PIAUÍ. APEPI. **Fala com que o Exm° Sr. Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] abriu a sessão ordinária da Assembléia [Legislativa] Provincial, em 13 de julho de 1837.** Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

¹⁸⁴ Formaram a comissão: José Rodrigues Coelho, Manoel Francisco Ramos, Miguel da Costa Veloso e Manoel Joaquim dos Santos.

¹⁸⁵ PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado à Câmara de Jaicós, pela comissão de fiscalização da construção da prisão municipal, dando conta do andamento das obras.** Sala do Poder Executivo, cx: 668-669, 30 de dezembro de 1844.

contribuição de Padre Marcos na cartografia física e sócio-política da cidade de Jaicós e da Província.

Posteriormente Padre Marcos recebeu uma indenização em relação aos seus gastos com a construção, na quantia de 4:000\$000 (quatro contos de réis). No entanto, segundo Castelo Branco, os recursos aplicados pelo Padre com a obra da Câmara de Jaicós custaram “para mais de 6:000\$000 (seis contos de réis)”¹⁸⁶, valor bem acima do que recebera do poder público. O ajuste dessas contas somente veio mais tarde, após a sua morte.

No entanto, o Padre soube capitalizar outros dividendos com a construção no que concerne à sua dimensão simbólica, sobretudo porque, nesse caso, a construção arquitetônica era a materialização de um poder considerado exclusivo do Estado: a força. Expressado pelos seus símbolos máximos; cadeia, quartel, destacamento policial e fórum, além do centro de poder político da Vila, a Câmara Municipal, Padre Marcos agrega, assim, a sua imagem em Jaicós como representativa do próprio Estado.

A marca de seu trabalho também fez-se sentir na capital da Província, onde foi um dos incentivadores da construção de uma instituição de caridade para abrigar pobres e enfermos¹⁸⁷. Para a construção dessa casa de caridade, Padre Marcos também contribuiu com recursos e, segundo documento da época, ele

[...] se ofereceu voluntariamente para pedir esmolas na freguesia de Jaicós, aonde mora, a fim de aumentar-se o fundo determinado para sobredito estabelecimento de caridade; e sendo ouvido com especial agrado o seu oferecimento; resolveu-se mais que o senhor Presidente lhe faça expedir o competente título autorizando-o para isso¹⁸⁸.

¹⁸⁶ CASTELO BRANCO, M. op. cit., p. 137. Os mesmos valores também são apontados por COSTA, op. cit., p. 252.

¹⁸⁷ PIAUÍ. APEPI. **Atas do Conselho Geral da Província** (1825-1829). 3ª Seção de 10 de julho de 1829.

¹⁸⁸ PIAUÍ. APEPI. **Atas do Conselho Geral da Província** (1825-1829). 3ª Seção de 10 de julho de 1829.

Mas as obras do Hospital de Caridade, autorizada a construção pela Lei Provincial n. 9, de 4 de julho de 1835, avançavam a passos muito lentos, motivada pela dificuldade de liberação de recursos da Província. Sua construção somente foi concluída em 1849, sob administração do Presidente Anselmo Francisco Peretti. Padre Marcos era então vice-presidente da Província, tendo tido notória participação na efetivação desse empreendimento.

Com a transferência da capital para Teresina, o hospital de Oeiras foi reduzido a uma enfermaria e seu pessoal transferido para a nova capital. Mesmo a enfermaria que restou foi extinta em 1861¹⁸⁹.

Com se pôde observar, as marcas deixadas por Padre Marcos fizeram-se sentir nos mais diversos espaços e segmentos sociais da vida piauiense. O mais expressivo foi no campo da educação. A respeito de seu trabalho como educador, o Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos deixou um importante testemunho. Dizia ele:

O ensino particular pode dizer-se que é nenhum, pois de primeiras letras há algumas escolas a cargo de particulares, com pequeno número de alunos. Aparece, todavia, como notável exceção desta regra o ensino do Rev. Padre Marcos de Araújo Costa em sua fazenda Boa Esperança. Vós sabeis senhores, que de longo tempo tem esse ancião respeitável formado número de moços não só primeiras letras, senão latim, francês, retórica, filosofia e teologia, sem receber gratificação alguma dos seus alunos, e o que mais é, sustentando-os à sua custa ainda quando filhos de pessoas abastadas. O raro desinteresse com que assim se presta o Rev. Padre Marcos à ilustração de uma parte da mocidade de sua província, e geralmente a tudo que é de utilidade pública, tornando-o benemérito da não comum estima, que lhe consagram os seus concidadãos, única recompensa a que aspira e que tem recebido. Cheio de júbilo, senhores, aproveito a ocasião, em que falo em presença da província representada por seus delegados, para dar publicamente àquele cidadão os louvores que merece por tão assinalados serviços¹⁹⁰.

Esse relatório permite entrever um pouco do que foi a presença e a intervenção de Padre Marcos não somente para a educação, mas para a sociedade com que se relacionava,

¹⁸⁹ COSTA, op. cit., p. 397.

¹⁹⁰ PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província**, Dr. Zacarias de Góes e Vasconcelos, a Assembléia legislativa provincial, em 11 de julho. Oeiras: Typ. Provincial. 1846.

inscrevendo seu nome em significativas contribuições para Piauí e sua gente. Esse registro também expressa o respeito dedicado ao Padre no cenário piauiense.

Seja no entorno ou no centro do comando político da Província do Piauí, Padre Marcos mostrou sua força e deixou sua marca principalmente nas construções e ações que favoreceu por meio de sua intervenção. Essas intervenções geraram frutos, entre os quais o reconhecimento público de seus contemporâneos. Por retribuição aos serviços prestados à Província, Padre Marcos recebeu as Cartas Imperiais de Cavaleiro e depois de Comendador da Ordem de Cristo, significativas insígnias do prestígio conquistado.

Atuou com destaque na cena política, social e cultural da Província até o seu falecimento, em quatro de novembro de 1850, na fazenda de Boa Esperança, ocasionado por “um forte ataque apoplético”¹⁹¹, época em que ocupava a vice-presidência da Província, no governo de José Antonio Saraiva¹⁹², pondo fim ao trabalho desenvolvido na escola de Boa Esperança e de uma rica trajetória política, educacional e religiosa.

Sepultado na fazenda que tanto amou, recebeu ainda uma última retribuição do governo da Província. Como homenagem póstuma, concedida por meio das leis províncias n. 463 e 497, de 1859, o governo da Província autorizou a construção de um mausoléu na igreja Matriz de Jaicós, onde foram depositados seus restos mortais. A construção dessa obra foi orçada em 2:000\$000 (dois contos de réis), ironicamente, valor próximo ao que a Província lhe devia por seus gastos quando da construção da prisão de Jaicós.

¹⁹¹ PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado ao Presidente da Província, José Antonio Saraiva, pelo juiz municipal Raimundo José de Carvalho e Sousa, dando conta do falecimento do Reverendo Padre Marcos de Araújo Costa.** Sala do Poder Legislativo. Legislativo Municipal de Jaicós, cx: 92, 7 de novembro de 1850.

¹⁹² PIAUÍ. APEPI. **Resposta ao ofício do Juiz Municipal da Vila de Jaicós, Raimundo José de Carvalho e Sousa, dada pelo Presidente da Província, José Antonio Saraiva, sobre o falecimento de Padre Marcos de Araújo Costa.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 92, 16 de dezembro de 1850.

Ajustes de contas ou reconhecimento merecido? O fato é que não era possível ignorar as páginas da história do Piauí que Padre Marcos ajudou a escrever e que continuam sendo reescritas.



FOTO 6 – Altar-mor da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês, sob o qual Padre Marcos foi sepultado. Jaicós (PI), 2008. Autor: Marcelo de SOUSA NETO. Fonte: arquivo pessoal do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:**PELO DIREITO À (RE)ESCRITA DA HISTÓRIA**

A História é um palácio do qual não descobrimos toda a extensão e do qual não podemos ver todas as alas ao mesmo tempo; assim não nos aborrecemos nunca nesse palácio em que estamos encerrados. Um espírito absoluto, que conhecesse seu geometral e que não tivesse nada mais para descobrir ou para descrever, se aborreceria nesse lugar. Esse palácio é para nós, um verdadeiro labirinto; e a ciência dá-nos fórmulas bem construídas, que nos permitem encontrar saídas, mas que não nos fornecem a planta do prédio.

Paul Veyne

Ao longo deste estudo pretendeu-se tecer uma imagem que procura recuperar na narrativa o macro através da poeira de acontecimentos minúsculos, demonstrando, por meio de uma trajetória individual, como as singularidades relacionam-se e podem expressar as regularidades coletivas. Assim, ao prender atenção nas movimentações sócio-políticas piauienses da primeira metade do século XIX, seus discursos e práticas, objetivou-se revisitar um período já conhecido da historiografia, entretanto, utilizando novas ferramentas e fontes em estudo que o indivíduo e o social são pensados juntos, criando-se mutuamente, definindo-se e contendo-se um no outro, buscando situar as ações e tensões sociais no bojo das disputas pessoais e familiares. Reconhece-se, assim, a impossibilidade de percorrer toda a extensão do

palácio da História, mas não de rearrumar parte do mobiliário de uma de suas alas, dando a ela novos ares, e de regozijar-se com o próprio percurso desse desafiador e atraente labirinto.

Nesse sentido, na tessitura da pesquisa, tomou-se Padre Marcos de Araújo Costa como fio condutor da trama, onde os discursos construídos e esquecidos a seu respeito ajudaram a construir e amalgamar as imagens propostas, permitindo recompor nuances da organização e da relação entre família e Estado na sociedade piauiense.

Seguindo a trilha formada por esse fio, pôde-se observar uma sociedade em constante movimento, na qual se privilegiou a análise de três pontos de sustentação/organização, quais sejam: aspectos de sua vida política, religiosa e educacional. Espaços de sociabilidades estes percorridos por Padre Marcos, com os quais relacionou-se de forma intensa, procurando pôr em destaque na narrativa tecida as práticas que forjaram o cotidiano social no período, em um gesto que reconhece os múltiplos caminhos que podem ser trilhados pelos que se sentem atraídos pelos encantos de Clio.

Tomado não como um ser isolado, mas em interação com outros sujeitos que lhe possibilitaram o acesso aos mais diversos espaços de sociabilidades, a trajetória de vida de Padre Marcos permitiu, dessa forma, a discussão de alguns aspectos da vida social piauiense no século XIX, espaços do qual apropriou-se e ajudou a reproduzir alguns de seus símbolos.

Ao se romper com a memória construída a seu respeito de apenas “benemérito educador”, permitiu-se o diálogo com os múltiplos espaços em que atuou, inclusive a dimensão do ensino como ferramenta de reprodução política, trajetória esta somente possível por ter pertencido a uma rede de poder fundada a partir de relações familiares, em uma região de estreita ligação entre família e política, permitindo que se enxergue nas fontes consultadas um sacerdote extremamente atuante e que fez de seu trabalho missionário parte também de seu trabalho político.

Entre as variadas dimensões e faces de seu trabalho foi possível destacar sua decisiva atuação na condução dos caminhos e na manutenção do Império, seja por meio de suas ações; seja pela formação educacional na escola que custeava e dirigia de parte dos indivíduos que se engajaram na administração pública do período. A escola de Boa Esperança atuou, assim, como um dos centros de sustentação de seu reconhecimento social.

Por meio dos espaços ocupados e das relações estabelecidas por Padre Marcos, pôde-se revisitar algumas das dimensões sociais piauienses no século XIX, suas tensões e contradições, pondo em perspectiva a imbricada relação entre família e poder político. Nessa empreitada, a pesquisa transformou-se em um grande desafio em virtude do recorte escolhido e da exigüidade de fontes, que direcionou o trabalho para minúsculos sinais – diversos e dispersos – que precisavam ser organizados em um corpo explicativo coerente; desafio aceito pela importância do estudo, tanto para a própria região como por contribuir com o debate historiográfico sobre o Império brasileiro.

Embora a variedade de materiais utilizados como fontes possa parecer um obstáculo na construção das análises, estas não seriam possíveis sem o uso de todos os recursos ainda disponíveis, uma vez que muitas fontes não mais são acessíveis. Essas fontes não foram tomadas em hierarquias de importância, mas como ferramentas de trabalho que permitiram recuperar, por meio da narrativa histórica, fragmentos da trajetória de Padre Marcos e da sociedade piauiense no século XIX. Espera-se, sobretudo, ter conseguido chamar a atenção para importância das relações familiares na organização social e política e suas estratégias de controle e manutenção de espaços de poder, privilegiando os contornos particulares da sociedade piauiense sem afastar-se, no entanto, de estratégias outras presentes por todo o Império, sobretudo relacionadas ao papel desempenhado pelas instituições de ensino, a exemplo do ocorreu com a escola de Boa Esperança.

A construção aqui apresentada, no entanto, possui como sua maior contribuição não as respostas que oferece – respostas estas que se propõem provisórias – mas as trilhas que deixa para novas indagações, pelas questões que suscita a novos investigadores e pelas pistas ainda não suficientemente estudadas, que carecem de outros suportes documentais que permitam avançar no estudo sobre a sociedade, a política e a educação no século XIX, sobretudo nos espaços à margem da produção acadêmica. Acredita-se, dessa forma, que mais do que apresentar conclusões fechadas, esta pesquisa oferece desvios que se põem à crítica e indica ferramentas ao leitor para que possa exercer o direito de duvidar do historiador e daí fabrique seus próprios objetos textuais, desfiando a trama aqui urdida na incessante (re)escrita da História.

REFERÊNCIAS E FONTES

Fontes Manuscritas:

PIAUÍ. AHU. Aviso do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia [João Rodrigues de Sá e Melo], ao [conselheiro do Conselho Ultramarino], barão de Moçâmedes, [Manuel de Almeida e Vasconcelos Soveral de Carvalho Maia Soares de Albergaria], ordenando que o Conselho Ultramarino dê seu parecer sobre o requerimento de Matias de Lima Taveira, em que pede para ser nomeado professor de gramática latina para a cidade de Oeiras no Piauí. Cx. 20, doc. 25, D. 1353, Lisboa, 1 de julho de 1803.

PIAUÍ. AHU. Decreto do Rei D. José nomeando o sargento-mor de Infantaria do Pará, João Pereira Caldas, ao Cargo de Governador do Piauí. Cx. 05, doc. 358, D. 358, Lisboa, 31 de julho de 1758.

PIAUÍ. AHU. Ofício da Junta Governativa do Piauí, ao secretário do estado da Marinha e Ultramar, [Inácio da Costa Quintela], sobre a situação lastimosa da instrução pública na província do Piauí, relatando a forma como foram criadas cadeiras de primeiras letras e de gramática latina e os baixos salários pagos aos seus mestres. Cx. 24, doc. 28, D. 1619, Oeiras, 25 de fevereiro de 1822.

PIAUÍ. AHU. Ofício do Junta Governativa do Piauí, ao secretário do estado da Marinha e Ultramar, [Inácio da Costa Quintela], sobre a situação lastimosa da instrução pública na província do Piauí, relatando a forma como foram criadas cadeiras de primeiras letras e de gramática latina e os baixos salários pagos aos seus mestres. Cx. 24, doc. 28, D. 1619. Oeiras, 25 de fevereiro de 1822.

PIAUÍ. AHU. Ofício do [secretario de estado da Marinha e Ultamar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, ao [governador e capitão-general do Pará], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a criação da capitania do Piauí e da nomeação de João Pereira Caldas para o cargo de governador e de outras pessoas para cargos administrativos. Cx. 05, doc. 359, D. 359, Lisboa, 2 de agosto de 1758.

PIAUÍ. AHU. Ofício do Junta Governativa do Piauí, ao secretário do estado da Marinha e Ultramar, [Inácio da Costa Quintela], sobre a situação lastimosa da instrução pública na província do Piauí, relatando a forma como foram criadas cadeiras de primeiras letras e de gramática latina e os baixos salários pagos aos seus mestres. Cx. 24, doc. 28, D. 1619. Oeiras, 25 de fevereiro de 1822.

PIAUÍ. AHU. Provisão do Junta Governativa do Piauí, sobre o provimento de João Lobo Fróis, como professor da cadeira de gramática latina, criada na cidade de Oeiras do Piauí por ordem régia. Cx. 24, doc. 2, D. 1612, Oeiras 15 de Janeiro de 1822.

PIAUÍ. AHU. **Provisão do príncipe regente [D. João], criando na cidade de Oeiras do Piauí, uma cadeira de gramática latina.** Cx. 23, doc. 46, D. 1596, Rio de Janeiro, 3 Agosto de 1818.

PIAUÍ. APEPI. **Ata da 4ª Sessão do Conselho Geral da Província do Piauí, de 12 de julho de 1829.** Sala do Poder Executivo. Atas do Conselho Geral da Província, 1825-1831, 1829.

PIAUÍ. APEPI. **Ata da 7ª Sessão do Conselho de Governo da Província do Piauí, de 30 de dezembro de 1826.** Sala do Poder Executivo. Província do Piauí – Actas, 1825-1831.

PIAUÍ. APEPI. **Ata da Sessão Extraordinária do Conselho de Governo da Província do Piauí, de 28 de abril de 1828.** Sala do Poder Executivo. Província do Piauí – Actas, 1825-1831.

PIAUÍ. APEPI. **Atas do Conselho de Governo da Província (1829-1833).**

PIAUÍ. APEPI. **Atas do Conselho Geral da Província (1825-1829).**

PIAUÍ. APEPI. **Capitania: Termos de Posses (1814-1859).**

PIAUÍ. APEPI. **Carta ao senhor secretário da Assembléia Legislativa Provincial, justificando a ausência do deputado Padre Marcos de Araújo Costa, às sessões daquela Casa, de 25 de junho de 1837.** Sala do Poder Legislativo, cx: 125 (1ª legislatura), 1837.

PIAUÍ. APEPI. **Carta de Padre Marcos ao Presidente da Província, Marcos Antonio de Macedo.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 28 de Janeiro de 1835.

PIAUÍ. APEPI. **Correspondência Avulsa da Assembléia Legislativa Provincial: 1ª Legislatura (1835-1839).**

PIAUÍ. APEPI. **Decreto de 06 de setembro de 1843.** Sala do Poder Executivo. Livro de Registro de Leis e Resoluções, 1843-1848.

PIAUÍ. APEPI. **Decreto de 20 de agosto de 1836.** Sala do Poder Executivo. Livro de Registro de Leis e Resoluções, 1843-1848.

PIAUÍ. APEPI. **Fala com que o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Província abriu a sessão ordinária da Assembléia Provincial de 1840.** Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUÍ. APEPI. **Fala com que o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Província, Anselmo Francisco Perreti, abriu a sessão ordinária da Assembléia Provincial em 09 de março de 1849.** Oeiras, 1849.

PIAUÍ. APEPI. **Fala com que o Exmº Sr. Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] abriu a sessão ordinária da Assembléia [Legislativa] Provincial, em 13 de julho de 1837.** Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUÍ. APEPI. **Fala do Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] à Assembléia [Legislativa Provincial], no ato de sua instalação, em 04 de maio de 1835.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUÍ. APEPI. **Fala do Excelentíssimo Senhor Presidente da Província na instalação da Assembléia Legislativa Provincial, em 10 de agosto de 1838.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUI. APEPI. **Fala que o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Província abriu a sessão ordinária Assembléa Provincial em 13 de julho de 1837.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléa Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUI. APEPI. **Fala que recitou o Excelentíssimo Senhor Visconde da Parnaíba, Presidente desta Província do Piauí, na ocasião da abertura da Assembléa Provincial em 7 de julho de 1843.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléa Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUI. APEPI. **Fala que recitou o Exm^o Sr. Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] Presidente desta Província do Piauí na ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no 09^o de julho do ano de 1838.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléa Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUI. APEPI. **Fala que recitou o Exm^o Sr. Visconde da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] Presidente desta Província do Piauí na ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial, em 7 de julho de 1843.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléa Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUI. APEPI. **Fala, que recitou o Excelentíssimo Senhor Visconde da Parnaíba, Presidente desta Província do Piauí, na ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial, em 4 de outubro de 1842.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléa Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUI. APEPI. **Lei n. 198, de 4 de outubro de 1845.** Institui o cargo de Diretor de Instrução Pública, cria na cidade de Oeiras um Liceu e dá outras providências. Art. 8^o. Sala do Poder Executivo. Livro de Registro de Leis e Resoluções, 1843-1848.

PIAUI. APEPI. **Lei n. 31, de 17 de setembro de 1838.** Coleção de Leis da Província do Piauí. Oeiras: Tipographia Provincial, 1838.

PIAUI. APEPI. **Lei n. 86, de 20 de setembro de 1838.** Coleção de Leis da Província do Piauí. Oeiras: Tipographia Provincial, 1838.

PIAUI. APEPI. **Lei Provincial de 4 de outubro de 1838.** Oeiras: Tipografia Oficial, 1838.

PIAUI. APEPI. **Lei Provincial n. 75.** Obriga os professores da Província a assistir pessoalmente as lições diárias dos alunos. Sala do Poder Legislativo. Série: Leis e Resoluções. Folha: 01 avulsa. 20 de setembro de 1837.

PIAUI. APEPI. **Lista de cidadãos a servirem de vice-presidente da Província, de 2 de setembro de 1841.** Registro de Correspondência da Assembléa Legislativa, com o Governo da Província. 1835-1843.

PIAUI. APEPI. **Lista de cidadãos a servirem de vice-presidente da Província, de 31 de outubro de 1839.** Registro de Correspondência da Assembléa Legislativa, com o Governo da Província. 1835-1843.

PIAUI. APEPI. **Livro de Correspondências da Assembléa Legislativa Provincial com o Governo da Província (1835-1843).**

PIAUI. APEPI. **Livro de posses da capitania.** Sala do Poder Executivo, 1814-1859.

PIAUI. APEPI. **Ofício da Assembléa Legislativa da Província do Piauí ao Governo da Província, deliberando sobre o numero de alunos nas aulas de Francês na cidade de Oeiras, em 12 de setembro de 1837.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléa Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício da Assembléia Provincial ao Presidente, que dá conta das Receitas e Despesas das Câmaras Municipais no ano financeiro de 1º de outubro de 1841 a 30 de setembro de 1842.** Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício da Câmara de Jaicós à Assembléia Legislativa Provincial, solicitando gratificação especial ao fiscal da Vila.** Sala do Poder Legislativo. Correspondências da Assembléia Legislativa Provincial, 5ª Legislatura, Cx: 187, de 5 de julho de 1845.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício da Câmara Municipal da Vila de Jaicós, ao Presidente da Província, Dr. José Idelfonso de Sousa Ramos.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 12 de abril de 1844.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício do 1º Vice-presidente da Província, Rev. Marcos de Araújo Costa, dando às boas vindas ao novo Presidente da Província, Dr. Inácio Francisco Silveira da Mota.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 23 de janeiro de 1850.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício do Juiz Municipal da Vila de Jaicós, Raimundo José de Carvalho e Sousa, ao Presidente da Província, José Antonio Saraiva, dando conta do falecimento de Padre Marcos de Araújo Costa.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 92, 7 de novembro de 1850.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício e Relatório encaminhado pela Câmara da Vila de Jaicós à Assembléia Provincial, prestando informações sobre a representação impetrada por Luis Xavier de Araújo.** Sala do Poder Legislativo. Legislativo, cx: 122, 1ª legislatura, de 4 de julho de 1837.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado à Câmara de Jaicós, pela comissão de fiscalização da construção da prisão municipal, dando conta do andamento das obras.** Sala do Poder Executivo, cx: 668-669, 30 de dezembro de 1844.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado ao Chefe de Polícia de Salvador, pelo Chefe de Polícia de Oeiras, prestando informações sobre o foro Vicente, preso naquela capital.** Sala do Poder Executivo, cx: 668-669, 5 de setembro de 1866.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Assembléia Provincial à Assembléia Geral, solicitando a criação do Bispado do Piauí, de 06 de setembro de 1838.** Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província. Sala do Poder Legislativo. 1835-1843.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara de Jaicós, ao Presidente da Província, Barão da Parnaíba, dando conta da instalação da Câmara.** Legislativo Municipal, Jaicós. cx: 93, 21 de fevereiro de 1834.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara de Jaicós, ao Presidente da Província, Barão da Parnaíba, encaminhando a lista dos jurados a servirem na vila.** Sala do Poder Executivo. Jaicós. cx: 686, 17 de junho de 1834.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Jaicós, à Assembléia Legislativa Provincial, informando a substituição do Agente dos Correios daquela Vila.** Sala do Poder Legislativo. Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 5 de outubro de 1835.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Jaicós, ao Presidente da Província, Dr. José Idelfonso de Sousa Ramos, informando a comunicação e transportes da Vila.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 14 de abril de 1844.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Jaicós, ao Presidente da Província, Dr. José Idelfonso de Sousa Ramos, dando conta do andamento de obras na vila de Jaicós.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 3 de fevereiro de 1844.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Jaicós, ao Presidente da Província, Barão da Parnaíba, solicitando a construção de uma prisão na Vila.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 3 de novembro de 1834.

PIAUÍ. APEPI. **Ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Jaicós, ao Presidente da Província, Barão da Parnaíba, solicitando a construção de uma prisão na Vila.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 93, 4 de julho novembro de 1836.

PIAUÍ. APEPI. **Posturas policiais do município da vila de Jaicós, Art. 36.** Sala do Poder Legislativo. Legislativo Municipal de Jaicós, cx: 92, de 4 de outubro de 1834.

PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. Franklin Américo de Menezes Dória, a Assembléia legislativa provincial, em 1º de julho.** Teresina: Typ. B. de Mattos. 1864.

PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. José Antonio Saraiva, à Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de julho de 1851.** Oeiras: Typ. Saquarema, 1851.

PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, à Assembléia Legislativa da Província, em 11 de julho de 1846.** Oeiras: Typographia Provincial, 1846.

PIAUÍ. APEPI. **Relatório do Presidente da Província, Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, à Assembléia Legislativa da Província, em 1 de agosto de 1845.** Oeiras: Typographia Provincial, 1845.

PIAUÍ. APEPI. **Resolução dividindo a Província do Piauí no eclesiástico da jurisdição que tem até agora exercido o Bispo do Maranhão, de 02 de junho, de 1835.** Sala do Poder Legislativo. 1ª Legislatura (1835-1837), Trabalho das Comissões. Caixa: 07. Avulsos, 1835.

PIAUÍ. APEPI. **Resolução do Conselho Geral da Província do Piauí, de 30 de janeiro de 1830.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUÍ. APEPI. **Resolução do Conselho Geral da Província do Piauí, de 30 de janeiro de 1833.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUÍ. APEPI. **Resolução nº 96, de 04 de outubro de 1838. Obriga aos possuidores de roças no distrito do município de Amarante a apresentarem anualmente vinte cabeças de periquitos ou outro animal danoso à agricultura.** Sala do Poder Legislativo / 02, Documentos Avulsos / 02, 1838.

PIAUÍ. APEPI. **Resposta à fala do excelentíssimo Senhor Presidente da Província, na instalação da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de maio de 1835.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUÍ. APEPI. **Resposta à fala do Excelentíssimo Senhor Presidente da Província na instalação da Assembléia Legislativa Provincial, em 10 de agosto de 1838.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUÍ. APEPI. **Resposta ao ofício do Juiz Municipal da Vila de Jaicós, Raimundo José de Carvalho e Sousa, dada pelo Presidente da Província, José Antonio Saraiva, sobre o falecimento de Padre Marcos de Araújo Costa.** Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 92, 16 de dezembro de 1850.

PIAUÍ. APEPI. **Resposta da Assembléia Legislativa Provincial à fala do Presidente da Província do Piauí, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 9 de julho de 1838.** Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembléia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843.

PIAUÍ. APEPI. **Termo de juramento e posse de Dona Maria Ferreira do Nascimento, professora de primeiras letras para meninas pelo método múltiplo na Vila de Campo Maior, em 13 de maio de 1837.** Sala do Poder Executivo. Livro de posses da capitania, 1814-1859.

Leis, Decretos, Estatutos e Resoluções:

BRASIL. **Ato Adicional de Interpretação à Constituição de 1824.** Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834. Coleção de Leis do Império. 1834. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

BRASIL. **Decreto n. 207, de 18 de setembro de 1841.** Ordena que os vice-presidentes das Províncias sejam de livre nomeação do Imperador. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. Tomo: 4º, Parte: 1ª, Secção: 15ª, 1842.

BRASIL. **Lei de 03 de novembro de 1827.** Cria os Bispados de Mato Grosso e Goiás. Coleção de Leis do Império de 1827. I Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827.** Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção de Leis do Império. 1827. I Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

ESTATUTOS do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça de Olinda de Pernambuco ordenados por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho XII Bispo de Pernambuco do Conselho de S. Majestade Fidelíssimo fundador do mesmo Seminário.

PORTUGAL. Constituição Portuguesa. Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. De 10 de março de 1821. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil.** 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

Mapas:

BRASIL. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. **Carta Geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacências – 1761.** Disponível em, <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart249898.jpg> acessado em: 14/10/2008.

BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. **Mapa da divisão civil e eclesiástica da província do Piauí.** 1856. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mssII32_22_8.jpg>, acessado em 11/11/2008.

BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. **Mapa das cidades, vilas, lugares e freguesias das capitanias do Maranhão e Piauí**. 1787. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart543219.jpg>, acessado em 11/11/2008.

Bibliografia Referida:

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALENCAR, Carlos Augusto Peixoto de. Carta ao Padre Marcos de Araújo Costa, datada de 17 de Maio de 1843. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Emp. Editora Fortaleza Ltda, tomo: LVI, 1942.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: SEDUC, 2005.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Modelos da História e da historiografia imperial. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Trad. Antonio Chizzotti. 2ª ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000.

ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836**. 2. ed. rev. Campo Grande, MS: Editora UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ARAÚJO COSTA, Sebastião Martins de; ROCHA, Moacyr Sipaúba da; REZENDE, José Ferreira de Sousa. **Dados genealógicos da família Rocha**. 3. ed. rev. e ampli. Teresina, 1999.

ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HORNAERT, Eduardo [et. al.]. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, período colonial**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BARRETO, Célia de Barros. [et. al.]. **O Brasil monárquico: o processo de emancipação**. tomo II – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARROS, Francisca Argentina Góis. Pedro Américo de Figueredo e Melo: a construção do indivíduo e a sua ação educacional. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia e BEZERRA, José Arimatéa Barros (Org.). **Biografias, instituições, experiências e políticas educacionais**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

BASTOS, Celso de A. **Dicionário histórico geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves – PMT, 1994.

BASTOS, Maria Helena Câmara. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **História e memória da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, vol. I, 2005.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: HUCITEC: Fapesp; Recife, PE:UFPE, 2006.

_____. Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não união. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil, formação do estado nação**. São Paulo-Ijuí: Editora Hucitec, 2003.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da Memória e da Biografia: Gabrielle Brunesieler, uma vida (1874-1940). In: BESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (Res)Sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicampi, 2001.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A reprodução – elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

_____. A religiosidade no Piauí colonial: catolicismo adaptado ao modo de vida. In: **CLIO**. Revista de Pesquisa Histórica. Recife: Editora Universitária da UFPE, n. 22, 2006.

_____. Antigas lutas, novos cenários: a elite piauiense e a independência. In: **CLIO**. Revista de pesquisa histórica. n. 20, 2002. Recife. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de pós-graduação em história. Centro de filosofia e ciências humanas. Recife: Universitária da UFPE, 2004.

_____. Matrimônio: legalidade e sagração da família no Piauí colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil**. Lisboa: livros horizonte, 2001.

_____. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da independência no Piauí**. Teresina: COMEPI, 1972.

_____. **História do poder legislativo na província do Piauí**. Teresina: Grafiset, 1997.

_____. Os primeiros tempos (1674-1759): fixação do homem no espaço piauiense. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Piauí: formação – desenvolvimento – perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

BRITO, Anísio. **A instrução pública no Piauí**. Teresina: Sociedade auxiliadora da instrução-papelaria piauiense, 1922.

BRITO, Itamar Sousa. **História da educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BRITTO, Bugyja. **O Piauí e a unidade nacional**. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora S.A., 1976.

BROCKMAN, Jonh. **Reinventando o universo**. São Paulo: Cia da Letras, 1988.

- BRÜGUER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal** – família e sociedade (São João Del Rei - Século XVIII e XIX). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.
- BRUGUIÈRRE, André (Org.). **Dicionário das ciências históricas**. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.
- CANDIDO, Antônio. **The Brazilian Family**. Nova York: The Press, 1951.
- CARBONARI, Maria Rosa. **População, fronteira e família**: a região de Rio Cuarto no período colonial tardio. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. O trabalho na Colônia. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas Régias no Brasil. In.: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **História e memória da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, vol. I, 2004.
- CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto Ferreira de. **A talha de retábulos no Piauí**. Recife: Comitê Norte Nordeste de História da Arte, 1990.
- _____. **História Episcopal do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1980.
- CARVALHO, Abimael Clementino de. **Família Coelho Rodrigues**: passado e presente. Fortaleza: Imprensa oficial do Ceará, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. **A família rural do Piauí**. Teresina; Companhia Editora do Piauí, 1983.
- _____. **O povoamento do Piauí**. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1982.
- CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de paupéria**: Torquato Neto e a invenção da tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.
- CASTELO BRANCO, Homero. **O padre Marcos**: o educador, o ministro de Deus, o político, o cidadão civil. Padre Marcos; Gráfica e Editora do Povo, 1998.
- CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. **Apontamentos biográficos de alguns piauienses e outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância**. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1879.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Famílias e escritas**: a prática discursiva dos literatos e as relações familiares em Teresina nas primeiras décadas do século XX. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFPE. Recife, 2005.
- _____. **Mulheres plurais**: a condição feminina em Teresina na Primeira República. Teresina: F.C.M.C., 1996.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ephrain F. Alves. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- _____. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Obra completa**. Prefácio de Teresinha Queiroz - Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1998.

_____. **Apontamentos biográficos e outros**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1994.

CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. **Negócios de família, gerência de viúvas**. Senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800). Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. A constituição de 1823 e a educação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. 2. ed. Rev. Ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 2006.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, vol. I e II, 1974.

CUNHA, Hygino. **História das religiões no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauíense, 1924.

DEL PRIORE, Mary. **A família no Brasil colonial**. São Paulo: Moderna, 1999.

DIAS, Cid de Castro. **Piauí: das origens à nova capital**. Teresina: Nova Expansão Gráfica e Editora Ltda, 2008.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaios e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja**. Teresina. Fundação Mons. Chaves, 1996.

_____. **O outro lado da História: o processo de independência no Brasil, visto pelas lutas no Piauí (1789/1850)**. Rio de Janeiro, PPGHIS/IFCS/UFRJ, 1999.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, Istvan (Org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

_____. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

DOSSE, François. **O império dos sentidos: a humanização das ciências humanas**. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b.

FALCI, Miridan Brito Knox. **Escravos do sertão**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1995.

FARIA, Sheila de Castro. História da Família e demográfica histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FEBVRE, Lucian. **Combates pela história**. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

_____. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. Tradução Maria Lúcia Machado; tradução dos trechos em latim José Eduardo dos Santos Lohner – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1996.

_____. Marcos de Araújo Costa. In: FAVERO, M. de L de A. e BRITO, J. de M. (Orgs.). **Dicionário de educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-INEP, 1999.

FRANCO, José Patrício. **O Município no Piauí**: 1761 a 1961. Teresina: COMEPI, 1977.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. 4. ed. rev.– São Paulo: Moraes, 1980.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

_____. **Olinda**: 2º guia prático e sentimental de cidade brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. Das afasias à interpretação dos sonhos. In: **Introdução à meta psicologia freudiana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1991.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante nos anos de 1836-1841. Tradução de Milton Amado. Apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica e prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Alberon de Lemos. **A Matrona & o Padre**: Discursos, Práticas e Vivências das relações entre Catolicismo, Gênero e Família na Capitania de Pernambuco. Universidade Federal de Pernambuco: Dissertação de mestrado em história, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **A escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado**. Teresina: Halley, 2003.

GRAHAN, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HAUCK, João Fagundes, [et. al]. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época: Século XIX. 4ª Ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. (org.). **História geral da civilização brasileira**. 4ª ed. T.I, v.2. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

HOORNAERT, Eduardo. Perspectivas históricas da obra educacional do Padre-mestre Rolim. In: SILVA, Severino Vicente da (Org.) **A Igreja e o controle social nos sertões nordestinos**. São Paulo: Paulinas, 1988.

KUZNESOF, Elizabeth. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 9, 1988/89.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **São Luís**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Maurílio Cesar de. **Breve história da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Restauro. Edições Loyola, 2001.

LOPES SOBRINHO, Fernando. **Enquanto as trevas não chegam...** . Teresina: COMEPI, 1980.

_____. Padre Marcos de Araújo Costa. Teresina: **Revista do Instituto Histórico Geográfico Piauiense**. (3) Ano 54 – Novembro, 1972.

_____. **Pe. Marcos de Araújo Costa**: um missionário do bem. Teresina: Centro de Estudos Piauienses, 1955.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **Beneméritos da instrução**: a feminização do magistério primário piauiense. Fortaleza-CE [Dissertação de Mestrado], 1996.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente opulenta e de boa linhagem**: família, política e relações de poder na Paraíba. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2005.

MELLO, José Antonio Gonçalves de. O Seminário de Olinda. In: **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 jun. 1950. Disponível em: <<http://www.fgf.org.br/bvjagm>>, acessado em 20/02/2008.

MELO, Cláudio. **Fé e civilização**. Teresina, 1991.

_____. **Piauí, Diocese e Província Eclesiástica**. Teresina: Arquidiocese de Teresina, 1993.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Arquiteto da memória: nas trilhas dos sertões de Crateús. In: GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MOTT, Luis. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: COMEPI, 1985.

NEVES, Abdias, Homens notáveis. In: **O estado do Piauí**. Disponível em: <http://www.historiasdopiaui.com/arquivos/Estado_do_Piauí_fonte.pdf>, acessado em 17 de março de 2007.

NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

_____. **O Piauí na confederação do Equador**. Teresina: Ed. EDUFPI, 1997.

NOGUEIRA, Severino Leite. **O seminário de Olinda e o seu fundador o bispo Azeredo Coutinho**. Pref. de José Antonio Gonçalves de Mello. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo, 1981.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

NUNES, Manuel Paulo. **Tradição e invenção: discursos acadêmicos**. Nova série, Teresina: Projeto Petrônio Portela: FUNDEC, 1998.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, vol. I, II, III e IV, 1975.

OLIVEIRA, José do Carmo. **O bicentenário da paróquia de Nossa Senhora das Mercês de Jaicós – Piauí (1.805 – 2.005)**. Disponível em: <<http://www.jaicos.com/paroquia200.htm>>, acessado em: 17/05/2006.

PAIVA, José Maria de. Igreja e educação no Brasil colonial. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **História e memória da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, vol. I, 2005.

PEREIRA, Ligia Maria Leite. Reflexões sobre história de vida, biografia e autobiografias. In: **História Oral: Revista Brasileira de História Oral**, n. 3 – São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, jun de 2000.

PIAUI. CEPRO. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 1979.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. 3. ed. Teresina: Halley, 1997.

PINHEIRO, Antonio Carlo Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

PINHEIRO, Áurea da Paz. **Notas sobre história, memória e biografia**. Teresina: Universidade Federal do Piauí. Departamento de Geografia e História (Publicações Avulsas, n.1, set.), 2002.

_____. **O desmoronar das utopias: Abdias Naves (1876-1926): anticlericalismo e política no Piauí nas três primeiras décadas do século XX**. Campinas, S.P. [s.n.] (Tese de Doutorado), 2003.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa. **Lutas de família no Brasil: introdução ao seu estudo**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 5 (109), 1992.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **História, literatura e sociabilidades**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

_____. **Os literatos e a república**: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

RAFAEL FILHO, José. **O Galo na Torre**. Disponível em: <<http://www.jaicos.com/paroquia200.html>>, acesso em 26/02/2007.

_____. **Sobre a história religiosa de Jaicós**. Jaicós-PI: s/e, 2008 (*in mimeo*).

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense**: atuação política no século XIX. – Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RÊGO, José Expedito. **Vaqueiro e visconde**. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagem a FHC. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. A participação popular questionada no processo de Independência no Piauí. In: **Revista Cadernos de Teresina**: Teresina, Agosto, 1993.

SALES, Luís Carlos. **O valor simbólico do prédio escolar**. Teresina: EDUFPI, 2000.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: ed. Marco Zero & Secretaria de Estado e Cultura de São Paulo, 1989.

SAMARA, Eni Mesquita de. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro. **Piauí**: formação – desenvolvimento - perspectivas. Teresina: Harley, 1995.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Conquista e colonização da América portuguesa. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

SILVA, Luís Antonio Vieira da. **História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: T.A. Queiroz: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

SILVA, Severino Vicente da. As religiões no Brasil: trilhas antigas e nova. In: BRANDÃO, Sylvana (org.). **História das religiões no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

_____. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife a respeito do grau de adesão ocorrido das idéias e práticas do chamado catolicismo progressista e de suas impossibilidades. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

_____. Uma leitura de paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica: Fernando Londão (org.) São Paulo, 1987. In: **Clio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco. N. 17. Recife, UFPE, 1998.

_____. (Org.) **A Igreja e o controle social nos sertões nordestinos**. São Paulo: Paulinas, 1988.

SOARES FILHO, Antonio Reinaldo. **Oeiras municipal**. Teresina: Gráfica Editora Júnior, 1992.

_____. Padre Marcos de Araújo Costa. Teresina: **Cadernos de Teresina**. Ano VIII, n. 16, Abril, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOUSA, Luiz Antonio de. Os grandes piauienses. In: **Revista Panópolia**. n. 1, Ano II Janeiro de 1955.

SOUZA, Candice Vidal; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro**. Disponível em: <http://www.icml9.org/?lang=es>, acessado em 17 de Janeiro de 2006.

SPIX, Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Trad.: Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **História e memória da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, vol. I, 2005.

TITO FILHO, José de Arimatéia. **Governadores do Piauí: 1978**. 3. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1978.

_____. **Esmaragdo de Freitas, homens e episódios**. Teresina: COMEPI, 1973.

VANDELLI, Domenico Agostino. **Florae lusitanicae et brasiliensis specimen ... et epistolae ab eruditis viris**. Conimbricae: Ex Typ. Academico-Regia, 1788.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os mestres: a educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, Vol.II: Século XIX, 2005.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Brasília: Editora da UNB. 1998.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. São Paulo: s/e, 1920.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Melo (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 1991.

Sousa Neto, Marcelo de

Entre vaqueiros e fidalgos : sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850) / Marcelo de Sousa Neto. – Recife : O Autor, 2009. 355 folhas.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2009.

Inclui: bibliografia.

1. História - Séc. XIX. 2. Política – Educação. 3. Igreja católica. 4. Piauí (1820 – 1850). 5. Biografia – Padre Marcos de Araújo Costa. I. Título.

**930.85
981**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2009/31**